

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

EVERTON GREIN

***DE CONFUGIENTIBUS AD HOSTES: UM ESTUDO SOBRE A INFIDELIDADE, A
USURPAÇÃO E A TIRANIA NA HISPANIA VISIGODA (SÉCULO VII).***

CURITIBA

2009

EVERTON GREIN

***DE CONFUGIENTIBUS AD HOSTES: UM ESTUDO SOBRE A INFIDELIDADE, A
USURPAÇÃO E A TIRANIA NA HISPANIA VISIGODA (SÉCULO VII).***

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, pelo curso de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, na área de História Antiga e Medieval.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto.

CURITIBA

2009

TERMO DE APROVAÇÃO

EVERTON GREIN

DE CONFUGIENTIBUS AD HOSTES: UM ESTUDO SOBRE A INFIDELIDADE, A USURPAÇÃO E A TIRANIA NA HISPANIA VISIGODA (SÉCULO VII).

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre, pelo curso de Pós-Graduação em História, do Departamento de História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Área de História Antiga e Medieval.

Professor Dr. Renan Frighetto – Orientador
Doutor em História Antiga
USAL – Universidad de Salamanca

Professora Dr^a. Fátima Regina Fernandes Frighetto
Doutora em História Medieval
UP – Universidade do Porto

Professor Dr. Marcos Luís Ehrhardt
Doutor em História Antiga
UFPR – Universidade Federal do Paraná

Dedico este trabalho aos meus pais, a estrutura básica a qualquer realização de minha vida.

A minha esposa, pelo incentivo, cuidado e atenção, por entender as privações de minha companhia, a minha impaciência e principalmente, por me permitir a oportunidade de me realizar ainda mais.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria, de modo algum, sido possível sem a participação ou colaboração direta e indireta de muitas pessoas a quem gostaria de expressar meus sinceros votos de gratidão.

Primeiramente, ao meu orientador Dr. Renan Frighetto, cujo qual para além dos ensinamentos e orientações, tem sido verdadeiramente um mentor para mim muito antes da presente dissertação começar a ser desenvolvida, de maneira que serei eternamente grato pela paciência, atenção e oportunidades que ele tem colocado e continua a colocar antes de mim. Também agradeço incomensuravelmente a professora Dr^a. Fátima Regina Fernandes e o professor Dr. Marcos Ehrhardt cujos conselhos engrandeceram em muito minha visão sobre o mundo antigo e medieval.

Igualmente expresso minha gratidão à professora Dr^a. Maria Del Rosário Valverde Castro da Universidad de Salamanca, pelos conselhos, indicações e leitura do meu trabalho quando ainda em fase de desenvolvimento. Ao professor Dr. Ariel Omar Guiance diretor do Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU) vinculado ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina (CONICET), pela gentileza do envio de materiais e também aos conselhos ao longo deste trabalho.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por subsidiar esta pesquisa tornando possível sua realização em diversos níveis, do pessoal ao profissional.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná que compartilharam comigo do mesmo interesse pelo mundo tardo-antigo e medieval. Ao professor Dr. André da Silva Bueno meu amigo “sino-carioca” pelos conselhos, críticas, acompanhamentos e, principalmente, a paciência com que me ouviu nesse tempo.

Aos meus pais, José e Adelina, que mesmo não se interessando pelo mundo dos godos sempre me deram apoio necessário e além, para seguir em frente e jamais desistir.

A minha esposa Elenice Sanches, a “visigoda” mais bela que já encontrei. Por sempre compreender as necessidades de minhas ausências, pelo seu apoio e acima de tudo pelo seu amor... Sem ela não haveria dissertação e, para além, sem ela talvez não houvesse sequer autor.

Assim, a monarquia real é um governo temperado, no qual o governante é um só e governa para o bem comum de acordo com a vontade ou o consenso dos súditos. Ao contrário, a tirania é um governo corrompido, cujo governante é um só, mas exerce o poder em seu próprio benefício, não levando em conta a vontade dos súditos [...] as monarquia reais, eletivas ou não, apesar das diferenças entre si, possuem certa semelhança pelo fato de, em ambas, o soberano governar de acordo com a vontade dos súditos [...] embora o monarca não eleito quase sempre legue o governo ao seu herdeiro, todavia, nem todos os reis escolhidos mediante eleição podem fazê-lo, só o que estiver sido estabelecido para governar com o direito a sucessão hereditária, através do qual seus descendentes exercerão o poder.

MARSÍLIO DE PÁDUA. O Defensor da Paz. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, pp.105-114.

SUMÁRIO

LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS.....	x
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	15
Delimitação do tema e problemática.....	15
Conceitos.....	23
Historiografia e Documentação Manuscrita.....	30
1.0 INSTITUIÇÕES, PODER E TRADIÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES DO	41
LEGADO CLÁSSICO NA ANTIGÜIDADE TARDIA.....	
1.1 Antiguidade-Tardia e as Transformações no Mundo Romano.....	43
1.2 Relações entre Cultura e Poder: a herança clássica.....	46
1.3 O Cristianismo e as Transformações no Mediterrâneo Ocidental: da <i>Diocesis Hispaniarum</i> à Hispania Visigoda.....	55
2. INSTITUIÇÕES DE PODER NA HISPANIA VISIGODA.....	64
2.1 A Monarquia.....	65
2.2 A Instituição Eclesiástica.....	73
2.3 Os Grupos Nobiliárquicos.....	79
2.4 O Contexto político da Hispania do Século VII.....	84
2.5 A Unidade Político-religiosa.....	89
2.6 Política e Tradição: as virtudes régias.....	93
3. A CARACTERIZAÇÃO DO INFIEL: O EXEMPLO DE IUDILA.....	98
3.1 O Soberano Legítimo e o Mau Soberano.....	101
3.2 <i>Iudila</i> “ <i>Rex Gothorum</i> ”: usurpação, tirania e infidelidade.....	110
3.3 A imposição da unidade: a igreja, o rei e a lei no Reino Hispano-Visigodo de Toledo.....	119
3.3.1 <i>Lex Edita</i> : as implicações políticas das rebeliões no direito visigodo segundo a <i>Lex Visigothorum</i> II, 1, 6-8.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
FONTES.....	138

BIBLIOGRAFIA.....	141
ANEXO A – Lista comentada dos reis Godos.....	146
ANEXO B – Tradução da Lex Visigothorum II, 1, 6-8.....	163

LISTA DE MAPAS

Mapa I: Migrações germânicas nos séculos IV e V no Mundo Mediterrâneo.....	67
Mapa II: O Mediterrâneo nos tempos de Alarico II.....	71
Mapa III: Sedes Episcopais Hispano-visigodas coma existência de um bispo ariano....	75
Mapa IV: Península Ibérica no início do século VII.....	87
Mapa V: As Províncias Visigodas no século VII.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS

Amm. Marc. AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. II. Liber 20-26.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006. Versão de J. C. Rolfe, bilingue latim-inglês.

Amm. Marc. AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. III. Liber 27-31.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1940. Edição elaborada por J. C. Rolfe bilingue latim-inglês.

Braul. Caes. Ep. BRAULLIONIS CAESARAUGUSTANUS. Epistolae. Edição do Epistolário de Bráulio de Zaragoza elaborada por RIESCO TERRERO, L., **Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción.** Sevilla, 1975.

Braul. Caes. Ren. Isid. BRAULLIONIS CAESARAUGUSTANUS. Renotatio Isidori a Braulione Caesaraugustano Edita. Edição de LYNCH, C. e GALINDO, P.: **San Braulio obispo de Zaragoza (631-651). Su vida y escritos.** Madrid, 1950.

Cic. Rep. CICERO, M. T. **The Republic.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006. Versão de Clinton Walker Keies bilingue latim-inglês.

Chron. Alb. Crônica Albeldense. Madrid, RAH, Colección Salazar y Castro, O-16, fol. 606r-612r y O-15, fol. 57r-61r; Madrid, BN, mss 712, fol. 467-470 y mss 431, fol. 172v-174 (incompleto). Edição de LOMAX, D. W.: "Una crónica inédita de Silos", en Homenaje a Pérez de Úrbel, Silos, 1976, t. 1, pp. 323-337.)

Chron. Caes. Rel. Chronica Caesaraugustana Reliquiae. Edição de Mommsen, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minora Saeculi IV. V. VI. VII. Vol. II Tomus XI, Berlim, 1894.

Chron. Ita. Chronica Italica. Edição de Mommsen, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. I aa., Tomus IX. Berlim, 1892.

Chron. Moz. ISIDORUS PACENSIS. "Notitia Historica in Isidorum Pacensem". Edição de J. P. MIGNE In: **Sanctorum Hildefonsi, Leodegarii, Juliani, Toledani, Augustodunensis et iterum Toletani episcoporum Opera Omnia.** Patrologiae Latinae 96, Brepols, 1996.

Conc. – Concílios Hispano-Visigodos. VIVES, J. **Concílios Visigóticos e Hispano Romanos.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Enrique Flórez, 1963.

Cyp. Carth. Ep. – CYPRIANI EPISCOPI CARTHAGINENSIS ET MARTYRIS OPERA OMNIA. Espistolae. In: MIGNE, J-P. – Patrologia Latina 200-258. Volumen 004: Col. 0191 – 0428C. Paris, 1844.

Enno. Uit. Epi. – ENÓDIO. MAGNIS FELICIS ENNODIUS. "Uita Epitaphium". Edição de Vogel, F. **Ennodi Opera.** In: Monumenta Germaniae Historica. aa. T. VII. Berlim, 1885.

Fred. Chron. FREDEGarii SCHOLASTICI **Chronicum Cum Suis Continuatoribus, Sive Appendix as Sancti Gregorii Episcopi Turonensis Historiam Francorum.** Edição de MIGNE, J-P. Patrologiae Latina Tomus LXXI, Paris, 1849.

Greg. Tur. Hist. Franc. GREGORII EPISCOPI TURONENSIS **Historiarum Libri X.** Monumenta Germaniae Historica, Scriptores Rerum Merovingicarum. Edição de KRUSH, B.; LEVINSON, W. Hanover, 1951.

Hydt. Chron. HYDATII LEMICI. **Continuatio Chronicorum Hieronymianorum.** Edição. Mommsen, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minora saec. IV V VI VII. Vol. II, Berlin, 1894.

Ioan. Bicl. Chron. JOÃO DE BÍCLARO. “Chronicon”. Edição de CAMPOS, J. **Juan de Biclaro, Obispo de Gerona. Su vida y su obra.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp.79-100.

Isoc. Areop. ISOCRATES. “Areopagítico” In: **Discursos. Vol. II.** Madrid: Gredos, 1980.

Iord. Get. JORDANES. **De origine actibusque Getarum. Origen y gestas de los godos.** Edição de José María Sanchez Martín. Madrid: Cátedra, 2001.

Isid. Etym. ISIDORO DE SEVILLA. **Etymologías.** Edição de José Oroz Reta e Manuel Marcos Casquero. Versão bilingue latim-castelhano em edição completa. Madrid: B.A.C., 2004.

Isid. Sent. ISIDORO DE SEVILLA “Sentencias”. Versão elaborada por CAMPOS RUIZ, J. e ROCA MELIA, I. **San Leandro, San Isidoro, San Fructuoso: Reglas monásticas de la España visigoda: los três libros de las Sentencias.** Madrid: Editorial Católica, 1971.

Isid. Hist. Goth. ISIDORO DE SEVILLA **Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción.** Edição elaborada por Cristóbal Rodríguez Alonso. León, 1975.

Iul. Tol. Hist. Wam. JULIAN OF TOLEDO. **Historia Regis Wambae.** Versão de Joaquín Martínez Pizarro: The History of Wamba. Washington: CUA, 2005.

Lact. De Mort. Persc. Lactâncio. **De Mortibus Persecutorum.** Tradução e notas de Ramón Teja. Sobre la muerte de los perseguidores. Madrid: Gredos, 1982.

Lat. Reg. Vis. **Laterculus Regum Visigothorum.** In: MOMMSEN, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. III aa., Tomus XIII. Berlin, 1898.

L. V. Lex Visigothorum, Leges Visigothorum. Edição de ZEUMER, K. In: Monumenta Germanica Histórica, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I, Hanniver: Impensis Bibliopolli Hahniani, 1902.

Max. Caes. Chron. MAXIMI CAESARAUGUSTANI EPISCOPI, **Chronica,** In: Patrologia Latina LXXX. Edição elaborada por J.P.Migne. Paris, 1860.

Or., Hist. Adv. Pag., VII. Pauli Orosii. **Historiarum Adversus Paganos Libri VII.** Edição de ZANGEMEISTER, C. Lipsia, 1889.

Ps. Ild. Tol. Cont. Chron. Isid. PSEUDO-ILDEPHONSUS TOLETANI. “Continuatio Chronicorum Beati Isidori Archiepiscopi Hispalensi”. Edição de J. P. MIGNE *In: Sanctorum Hildefonsi, Leodegarii, Juliani, Toledani, Augustodunensis et iterum Toletani episcoporum Opera Omnia.* Patrologiae Latinae 96, Brepols, 1996.

Tert. Ad. Iud. TERTULLIANI. **Liber Aduersus Iudaeos.** *In:* MIGNE, J-P. Patrologia Latina. Vol. 002 Col. 595-642 B. Paris, 1844.

VSPE – “Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium”. Versão utilizada de Fear, A. T. *In: Lives of the Visigothic Fathers.* Liverpool: Liverpool University Press, 1997.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como podemos entender a construção e o uso da concepção da *Fides* no reino Hispano-visigodo, na Antiguidade-tardia. Dentre as principais virtudes, a *Fides* é a que terá maior destaque, posto que fosse ela que determinava as relações entre as Instituições de poder e os reis. Nossa proposta é demonstrar como este conceito pode ser compreendido como uma relação devida entre reis e nobres, cujo resultado prático constitui-se num pacto de Instituições jurídicas e sociais, que buscavam fundamentalmente estruturar e hierarquizar as relações de poder na época. Nestes termos, a fidelidade na *Hispania* Visigoda, é um exercício prático de poder político, concebido através da potencialização de relações entre as Instituições de poder. As reflexões teóricas sobre a questão da *Fides* vêm paulatinamente assumindo uma posição fundamental nos estudos relativos à legitimação e consolidação do poder na *Hispania* Visigoda, pois, é através desta virtude, que cabia tanto ao rei quanto aos nobres, que podemos inferir de que maneira foram se consolidando as bases do poder na Antiguidade-tardia na Península Ibérica. Logo resta-nos verificar, qual a relação desenvolvida entre a Instituição cristã e o poder régio nesse processo? Finalmente, inferirmos de que modo as relações entre ambas as Instituições, se desenvolveram os mecanismos para a legitimação, sustentação e, mesmo, a limitação do seu poder, especialmente no campo ideológico, como por exemplo, a valorização das virtudes régias. Neste contexto emerge outro grupo paralelo, atuante como uma força centrífuga do poder régio, mas tão fundamental dentro do processo de legitimação dos monarcas: os infieis.

Palavras-chave: Infidelidade, Hispania Visigoda, Antiguidade Tardia,

ABSTRACT

This study aims to examine how we can understand the construction and use of the conception of *Fides* in Hispanic-Visigoth Kingdom in the Late-Antiquity. Among the main virtues, the *Fides* that will have greater prominence, since it was determined that the relationship between the institutions of power and the kings. Our proposal is to demonstrate how this concept can be understood as a proper relationship between kings and nobles, whose practical result is in a pact of legal and social institutions, primarily seeking structure and hierarchy of power relations at the time. Accordingly, the Visigothic Hispania in loyalty is a practical exercise of political power, conceived through the enhancement of relations between the institutions of power. The theoretical reflections on the issue of *Fides* are gradually assuming a position in fundamental studies of the legitimization and consolidation of power in Visigothic Hispania, because it is through this account, which was both the king on the prime, we can infer that way were are consolidating the foundations of power in late antiquity, in the Iberian Peninsula. Once re-check in, how the relationship developed between the Christian and the royal institution in this process? Finally, inferring how the relations between both institutions, have developed mechanisms for the legitimacy, support and even the limitation of its sovereign power, especially in the ideological field, such as the recovery of royal virtues. In this context emerges another group parallel, acting as a centrifugal force of the sovereign, but as fundamental in the process of legitimacy of kings: the infidels.

Keywords: Infidelity, Visigothic Hispania, Late Antiquity.

INTRODUÇÃO

Delimitação do tema e problemática

[...] Que não se de entre nós como entre outras gentes a ímpia subtilidade da infidelidade. Não a enganosa perfídia do coração. Não o crime de perjúrio. Não as nefandas intrigas das conjurações. Que nada entre nós arrebate atrevidamente o trono. Que nada excite as discórdias civis entre os cidadãos. Que nada prepare a morte dos reis.¹ [...]

A citação acima foi extraída do Cânone 75 do IV Concílio de Toledo, celebrado no ano 633. O referido Cânone ilustra uma tentativa de contenção, por parte da Igreja, do momento de extrema instabilidade política em que o Reino de Toledo encontrava-se durante a primeira metade do século VII, num período conturbado da história visigoda. De fato, a preocupação com a estabilidade e unidade do Reino centrado na figura do rei foi latente nos Concílios posteriores². Com efeito, essa preocupação era voltada às atitudes daqueles que compunham a sociedade política em que se assentava o poder régio, ligados por laços de *fidelidade* mútua, e através dos quais a *Fides* desenvolveria o papel de elemento primordial na manutenção da ordem e da estabilidade política do Reino Hispano-Visigodo. Segundo o

¹ *Conc. IV Tol., a. 633 c.75: “[...] non cit in nobis sicut in quibusdam gentibus infidelitatis subtilitas impia, non subdola mentis perfidia, non periurii nefas, coniurationum nefanda molimina; nullus apud nos praesumptione regnum arripiat; nullus excitet mutuas sediciones civium; nemo meditetur interitus rege [...]].* Para tanto, nos utilizamos da versão de José Vives em colaboração com Tomás Marin Martinez e Gonzalo Martinez Diez in: VIVES, J. **Concípios Visigóticos e Hispano Romanos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Enrique Flórez, 1963. Ademais, todas as referências aos Concílios Visigóticos seguirão a versão ora citada. Conforme sugestão da Banca de Qualificação, as citações do corpo do texto serão todas em português, e nas notas de rodapé seguirá o texto original; sendo que, para as citações feitas na forma direta em notas de rodapé, seguirá após o texto original a tradução em português entre parênteses. Todas as traduções são de nossa autoria.

² Para citar alguns: *Conc. V Tol., a.636 c.2 De custodia salutis regum et defensione prolis praesentium principum* (Da guarda da vida dos reis e da defesa da prole dos príncipes atuais); e *c.5 De his principes maledicere praesumunt* (Daqueles que se atrevem a maldizer os príncipes); *Conc. VI Tol., a.638 c.14 De remuneratione conlata fidelibus regum* (Dos prêmios outorgados aos que são fieis aos reis); *c.16 De incolomitate et adhibenda dilectione regiae prolis* (Da inviolabilidade e do amor que se a de ter com a descendência real); *c.18 De custodia vitae principum et defensione praecedentium regum a sequentibus adhibenda* (Da proteção da vida dos príncipes, e como os sucessores devem defender aos reis precedentes); e *Conc. VII Tol., a.646 c. 1 De refugibus atque perfidis clericis sive laicis* (Dos clérigos ou seculares desertores ou traidores); *Id., Ibid.* p.226-259.

citado Cãnone, a *infidelidade*, a conjura ou intento contra a vida do rei eram crimes nefandos, combatidos com aspreza.

O IV Concílio de Toledo é considerado pelos especialistas como o de maior transcendência na história visigoda³, pois é, através dele, que percebemos de maneira mais efetiva, preocupações para com as relações políticas em função não apenas do rei e da Igreja, mas também, uma especial atenção para com aqueles que compunham o rol político na Hispania Visigoda: os *fidelis regis* (fiéis do reino). Com efeito, Frighetto (2001, p.74) destaca que acerca desse Concílio “[...] pairou a inspiração e o pensamento político-doutrinal [...]” para o Reino em Toledo. Ademais, tal pensamento “político-doutrinal” serviria de princípio modelar e base do poder régio para a monarquia Hispano-visigoda.

Nos últimos anos, a comunidade acadêmica tem dispensado especial atenção aos temas ligados à construção de teorias sobre o poder régio e sua sustentação na *Hispania Visigoda*. Esses estudos compreendem, principalmente, o recorte temporal balizado entre a segunda metade do século VI e o terceiro quarto do século VII, no período denominado pelos especialistas de Antiguidade-Tardia. Com efeito, verificamos, acerca desse recorte cronológico, a emergência duma série de elementos que permitem uma leitura eficiente sobre a política e as relações entre cultura e poder desenvolvidas no entorno da bacia mediterrânica. De maneira elementar, na Hispania Visigoda, o poder régio fora exercido segundo um modelo advindo do mundo clássico greco-latino, condensado e fornecido pelo Império Romano do Oriente, especialmente a partir de finais do século VI, evidenciado com o governo do monarca Leovigildo (572-586)⁴.

No mundo germânico, a legitimação do poder do “*reik*” se dava por meio de concepções ideológicas, que partiam fundamentalmente de dois eixos: a hereditariedade familiar⁵ (buscada numa nobreza de sangue) e a elegibilidade entre pares nobiliárquicos.

³ Cf. FRIGHETTO, R. Aspectos da Teoria Política Isidoriana: o Cãnone 75 do IV Concílio de Toledo e a Constituição Monárquica do Reino Visigodo de Toledo. In: **Cultura e Poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001, pp.73-82. Artigo publicado originalmente In: Revista de Ciências Históricas XII, Porto, Universidade Portucalense, 1997, pp.73-82. Segundo Frighetto, o IV Concílio de Toledo é visto “[...] como o primeiro de uma série de Concílios toledanos sobre os quais pairou a inspiração e o pensamento político-doutrinal do mais destacado intelectual hispano-visigodo da sétima centúria, o bispo Isidoro de Sevilha”, a citação é da página 74. Cf. também sobre esses aspectos ORLANDIS, J. **Historia del Reino Visigodo Español**. Madrid: Rialp, 2006, no qual nos chama a atenção o historiador espanhol, para o fato de que “Este concílio [IV de Toledo] – junto com el III – fueron sin duda los principales sínodos toledanos, tanto en el orden religioso como en el civil.” p.101 (Este concílio [IV de Toledo] – junto com o III – foram sem dúvida os principais sínodos toledanos, tanto em ordem religiosa como na civil).

⁴ Para uma cronologia comentada da história visigótica remetemos ao Anexo A neste trabalho nas pp.144-160.

⁵ Para tanto vide FRIGHETTO, R. **Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000, especialmente na p. 50 e ss. No qual o historiador nos chama a atenção para o fato de que “a volta do *reik* estaria aquela nobreza “de sangue” com seus respectivos séqüitos nos quais encontraríamos a inúmeros homens de condição livre unidos a um senhor através de laços de *fidelidade* e mútua ajuda”. (O grifo é nosso).

Todavia, para ambos os casos, o “escolhido” para as dignidades régias deveria corresponder a uma série de princípios e virtudes (*uirtus*) morais que lhe permitiria o pleno exercício do poder.

Esse conjunto de virtudes, em geral, estava ligado à tradição baixo imperial romana ocidental, atentando, sobretudo, aos elementos provenientes da cultura clássica. Contudo, a idéia de *virtus*, que é um vocábulo latino, e mesmo possuindo valor fundamentalmente romano, está aduzida paralelamente ao seu correspondente grego: *areté*⁶ (ἀρετή). Esses elementos, conjuntamente, emergem como um padrão político e arquétipo para a constituição da imagem do soberano ideal no mundo clássico. Com efeito, podemos verificar que, para o universo dos reinos romano-germânicos, os preceitos *reik* estavam diretamente ligados à tradição clássica greco-romana, para a qual um bom rei não se faz apenas em armas, mas, também segundo a moralidade e as boas virtudes que possuía.

Sobremaneira, a tradição imperial romana torna-se efetivamente próxima à política visigótica a partir do reinado do monarca Leovigildo, sendo comprovada pela prática da *imitatio imperii*, ou seja, com a adoção de alguns elementos da política imperial, principalmente do Império Romano do Oriente, inserindo-a ao mundo visigodo⁷. Ainda que não objetivemos analisar profundamente essa prática política leovigildiana, é importante destacarmos alguns pontos correspondentes a ela, para compreendermos de que forma se deu a inserção de alguns dos seus elementos na concepção política visigótica; questão que trataremos oportunamente mais adiante. Contudo, destacamos que, dos inúmeros elementos legados pela tradição imperial romana, indubitavelmente, a imagem política centrada na

⁶ Para uma análise mais detalhada sobre os elementos da tradição cultural romana e em especial sobre as *virtus* cf. ROCHA PEREIRA, M. H. **Estudos de História da Cultura Clássica vol. II Cultura Romana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984, especialmente as páginas 319-421. Cf. também o já clássico estudo de RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Imperio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

⁷ Sobre essa questão remetemos ao excelente estudo de VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000, no qual, segundo a historiadora p.181: “[...] Leovigildo impone una política de centralización y de afirmación constante de la autoridad del rey de Toledo que le lleva, por un lado, a enfrentarse con los distintos poderes que, dentro del territorio peninsular, actuaban con absoluta independencia. Por otro, a dotar a la monarquía visigoda de sólidos resortes materiales y ideológicos que la consoliden como la suprema institución de gobierno. En este contexto político de fortalecimiento interno del poder real en que se inscribe la práctica de la *imitatio imperii*, es decir, la emulación consciente de las prácticas, formas y tradiciones imperiales romanas”. ([...] Leovigildo impõe uma política de centralização e de afirmação constante da autoridade do rei de Toledo que o leva, por um lado, a enfrentar-se com os distintos poderes que, dentro do território peninsular, atuavam com absoluta independência. Por outro, a dota a monarquia visigoda de sólidos meios materiais e ideológicos que a consolidem como a suprema instituição de governo. Este contexto político de fortalecimento interno do poder real em que se inscreve a prática da *imitatio imperii*, quer dizer, a emulação consciente das práticas, formas e tradições imperiais romanas). Ademais, pontua a historiadora vários momentos da política leovigildiana em quais se manifesta a *imitatio imperii*, dentre os quais a adoção dos *consortes regni*, fundação de cidades e mesmo dotando de grande luxo e pompa a sede do governo imperial, digna de receber a majestade dos governantes.

figura do rei foi a mais marcante. Portanto, segundo nos sugerem as fontes do período tardo-antigo, os monarcas visigodos, mais acentuadamente a partir de Leovigildo, seguiram o exemplo dos imperadores da época romana, especialmente a tradição imperial do Oriente, cujos alicerces imperiais seguiam o modelo da imagem do *Basileus*⁸.

As virtudes do rei constituíam a base da estrutura política na Hispania visigoda e definiam os padrões de comportamento da sociedade, na qual a adesão a esses valores era parte constituinte da estabilidade do Reino, e nesse caso, ao se romper com os valores da *virtus*, consequentemente romper-se-ia a estabilidade e a ordem civil.

Nesse sentido, no Reino Hispano-Visigodo, a concepção de poder proveniente do mundo clássico, podia ser ilustrada igualmente pelas virtudes do monarca, tendo na *Fides*, sem dúvida, a *virtus* de maior transcendência. Pois, a ela relacionava, paradoxalmente, três campos: o jurídico, o moral e o político⁹, que era estendido à sociedade política. As fontes visigodas sugerem que a elaboração de uma teoria política ligada a esse momento histórico, em termos gerais, compreendido entre os séculos VI e VII, era pautada nos laços da *fidelitas*, que funcionava enquanto principal elemento coesivo da prática política e do exercício do poder régio.

Para Rocha Pereira (1984), o termo em questão é aduzido ao centro da ordem política, social e jurídica, e mesmo com sua aliteração atribuída com sentido variado por parte de autores da época clássica como Ênio, Cícero ou Varrão, ainda mantém a essência do seu conceito no tecido das relações mútuas entre os homens¹⁰ e considerado como um juramento que compromete ambas as partes na observância de um pacto. E é esse sentimento de unidade do povo romano à época de Cícero, que constituía boa parte do êxito do poder político em Roma. A práxis política, deste modo entendida à época republicana romana como relação entre pessoas no sentido jurídico e moral, tomou novas formas no século I a.C. com o Principado de Augusto e logo em seguida com a ascensão do Império.

Os preceitos políticos em Roma foram novamente delineados em finais do século IV d.C., com a inserção do cristianismo sob a égide dos imperadores, mas, manteve nas virtudes morais e políticas o elemento primordial de coesão da aristocracia senatorial, a nobreza laica e eclesiástica, juntamente com a *populi* e o *imperator*. Desde então, sua vertente jurídica

⁸ Segundo Isidoro de Sevilha, no Império Romano do Oriente, os reis eram chamados de βασιλιάς (Basileis). Para tanto cf. *Isid. Etym.*, IX, 3, 18: “Reges autem ob hanc causam apud Graecos βασιλιάς vocantur, quod tamquam bases populum sustinent. Vnde Et bases coronas habent. Quanto enim quisque magis praeponitur, tanto amplius pondere laborum gravitur” em que segue: (Entre os gregos os reis recebem o nome de *basileis*, porque como bases sustentam ao povo; daí como pedestais estejam providos de coroas, pois quanto maior é o cargo que um desempenha, tanto maior é o peso que sobre ele gravita).

⁹ Cf. PEREIRA, M. H. *Estudos de História da Cultura Clássica...op. cit.* p.320.

¹⁰ *Id.*, *Ibid...* p.321.

promoveu a abertura a uma perspectiva política e ideológica que teria como objetivo direto o fortalecimento do poder imperial. Ao passo que, ao final do período baixo imperial, tal concepção vem atrelada ao elemento cristão, cuja função foi a hierarquização social e a legitimação do imperador, enquanto representante máximo do poder divino, mantedor da ordem e da unidade imperial pela adesão e a *fidelitas* dos seus. Nesse mesmo período, o *ciues* romano era o detentor da *Fides*, exercendo-a pela sua *humanitas*, claramente opondo-se a *ferocitas* ou à *barbárie*¹¹.

A noção do *bárbaro* para a época romana do baixo império pode ser desdobrada caracteristicamente em dois momentos distintos. À priori, o bárbaro é vislumbrado pelas fontes¹² como um elemento à margem da *ciuilitas*; por vezes colocado como um *infiel*, nitidamente distanciado do sistema civilizatório e é ademais correspondente de um estereótipo demonizado que às vistas do cristianismo era ilustrado como um elemento a ser combatido. Não obstante a tudo isso, a visão do bárbaro, num segundo momento, vai se modificando à medida em que há a paulatina integração desses elementos de estirpe germana na sociedade romana, ainda que não sem embates entre os bárbaros e a aristocracia senatorial. Exemplo típico desse processo é dos visigodos e sua integração dentro do sistema político baixo imperial romano, no qual eram antes vistos como infieis e diretos causadores da ruptura da ordem social e da estabilidade do Império, após sua fixação na Aquitânia como *foederati*¹³ e a conquista da hegemonia nos territórios galo-romanos em meados do século V, passam a ser encarados como aliados de Roma, e duma maneira geral, detentores da *fidelitas* para com o Império.

Tal postura política, tendo a *fidelitas* como princípio fundamental, fora mantida ao longo de toda a Antiguidade-Tardia, pois nessa postura de exercício do poder no reino de Toledo, se observam inclusive a continuidade dos preceitos clássicos que para a Hispania Visigoda fora de maneira mais centrada após o ano 589 e em todo o século desde VII. Renan Frighetto (2002) demonstrou, de maneira clara e objetiva, que o conceito de *barbárie* para o reino Hispano-visigodo, em vez de desaparecer, fora substituído por outra terminologia nas

¹¹ Um estudo seminal acerca deste problema é verificado in: FRIGHETTO, R. **Infidelidade e Barbárie na Hispania Visigoda**. In: Gerión, Vol.20 Núm. 1 (2002) pp.491-509. O autor destaca (p.493) que “De maneira geral aquele [bárbaro] aparece definido como um elemento externo totalmente apartado da *ciuilitas* greco-romana acabando por ser considerado como uma ameaça à integridade da própria civilização, estando dotado da *ferocitas* – antítese da *humanitas* romana – sendo esse elemento a característica fundamental do selvagem”.

¹² Para uma análise sobre visão do elemento bárbaro nas fontes do período baixo imperial romano, em especial nos panegíricos cf. RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión pública...op. cit.*, em especial as p.53-71.

¹³ Sobre o termo *foederati* e *foedus* trataremos de maneira mais oportuna logo à frente.

fontes legislativas hispano-visigodas¹⁴, nas quais o antigo “bárbaro” é visto nessa época como o *infiel*. Nitidamente, essa mudança nas concepções ideológicas acerca do “bárbaro”, com a substituição terminológica no âmbito legislativo, dava-se com vistas ao fortalecimento institucional da monarquia goda, correlacionada com a aristocracia galo-romana, na qual ambas as relações eram resultados práticos do acordo do *foedus* de 418 e do ajustamento das Instituições de poder, que já no Reino Hispano-Visigodo se intensificaram de maneira mais concludente.

Na Antiguidade-Tardia, a *fidelitas* vinha atrelada principalmente ao campo político, portanto, ao se analisar essas modalidades de relações políticas do referido período, é necessário inseri-la dentro de um contexto de força entre as principais Instituições que pautavam o poder, ou seja, analisar o exercício do poder régio, especialmente, na sua relação com a Instituição Eclesiástica e com os grupos nobiliárquicos, seja de origem hispano-romana ou de origem visigoda. Com efeito, nesse trabalho buscaremos *afirmar que a idéia de que a Fides devida entre reis e nobres seria resultado de um pacto entre Instituições*. Nesses termos, a fidelidade na Hispania Visigoda, foi um exercício prático de poder político. Notadamente, para o discurso político, a noção de *Fides* expressou uma clara gama de relações entre o campo social, religioso e cívico, pois, envolveu elementos hierárquicos da sociedade política que eram os *fidelis regis*, envolvendo-os num pacto que comprometeu ambas as partes (ROCHA PEREIRA, 1984). A evolução da situação política no Reino de Toledo dependeu diretamente da sua relação entre as instituições de poder especialmente na relação com a Igreja. Ademais, mesmo a noção de política para o período, fora pautada segundo a concepção ideológica do sistema religioso, traduzido pelos Concílios visigodos e ratificado pelas atas conciliares, bem como pela *Lex Visigothorum*¹⁵.

Os Concílios visigóticos podem ser entendidos como assembléias políticas, pois, neles não se discutiam apenas problemas advindos do campo religioso, de modo que, muitas vezes se falou muito mais sobre política do que sobre religião¹⁶. Do mesmo modo, as

¹⁴ Para tanto cf. FRIGHETTO, R. *Infidelidade e Barbárie... op. cit.* p.492.

¹⁵ No caso das *Lex Visigothorum* nos utilizamos da seguinte versão: ZEUMER, K. **Leges Visigothorum. Monumenta Germanica Historica, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I**, Hannover: Imprensus Bibliopolli Hahniani, 1902.

¹⁶ Cf. FRIGHETTO, R. O Rei e a Lei na *Hispania* Visigoda: os limites da autoridade régia segundo a *Lex Visigothorum*, II, 1-8 de Recesvinto (652-670). In: FRIGHETTO, R. e GUIMARÃES, M. L. (Coord.) **Instituições, Poderes e Jurisdições**. Curitiba: Juruá, 2007, p.117-135; GARCIA MORENO, L. A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1998, p.138, na qual chama atenção para o fato de que, ainda, no III Concílio de Toledo “[...] el rey emitió un edicto en virtud del cual se daba fuerza legal, con imposición de penas civiles, a las decisiones conciliares [...]” ([...] o rei emitiu um édito em virtude do qual se dava força legal, com imposição de penas civis às decisões conciliares [...]); ORLANDIS, J. **Historia de España: época visigoda (409-711)**. Madrid: Gredos, 1987, p.225, no qual afirma que “El nuevo carácter asumido por los concilios de

transformações decorrentes do campo político implicavam diretamente na realização de um concílio geral, que no final do século VI e todo o século VII, ocorreram na capital régia de Toledo. Nesse sentido, é através dos concílios que encontramos a caracterização do infiel, por vezes ilustrado como sendo aquele responsável pela instabilidade política do Reino.

Evidentemente, o desenvolvimento e o exercício da práxis política, vinham atrelados nas discussões das assembléias conciliares, pois, elas representavam o momento no qual os interesses dos grupos sociais, tanto laicos quanto eclesiásticos, transpareciam de forma mais efetiva.

Destacamos a importância que tiveram os concílios para o desenvolvimento e também para a elaboração de uma teoria política para o Reino Hispano Visigodo, principalmente com o advento do cristianismo niceno em lugar do cristianismo ariano, a partir do ano 589, com o monarca Recaredo no III Concílio de Toledo¹⁷. A partir da concepção de *infidelidade*, derivada dos Concílios visigóticos e da *Lex Visigothorum*¹⁸, buscamos investigar como se desenvolveram as relações de poder entre a nobreza laica e a eclesiástica em relação ao rei, numa abordagem quanto à constituição dos grupos nobiliárquicos, acerca da sua posição dentro da hierarquia política hispano-visigoda.

As instituições de poder na Hispania Visigoda foram se configurando paulatinamente e estabelecendo suas diretrizes, segundo as necessidades do seu período. Com efeito, muitas delas desapareceram, outras permaneceram durante toda a Antiguidade-Tardia, ou mesmo somente foram transformadas dentro da estrutura de poder que foi se estabelecendo com o passar do tempo. A nobreza goda, tanto laica quanto eclesiástica, compunha maciçamente os principais cargos institucionais dentro do Reino e, por vezes, suas respectivas atuações junto à política régia podem ser interpretadas como elementos de limitação e articulação do poder. Note-se, no entanto, que nessa relação entre Instituições de poder na Hispania Visigoda

Toledo y su importancia histórica, no debe llevar a pensar en esos concilios como se hubieran constituido una institución rigurosamente regular de la Iglesia y la Monarquía visigóticas. Su celebración dependió de las circunstancias político-religiosas, como lo prueba el ritmo desigual con que se reunieron” (O novo caráter assumido pelos concílios de Toledo e sua importância histórica, não deve levar a pensar nesses concílios como se houvessem construído uma instituição rigorosamente regular da Igreja e da Monarquia visigóticas. Sua celebração dependeu das circunstâncias político-religiosas, como prova o ritmo desigual com que se reuniram), deste modo reafirmando o caráter essencialmente político dos Concílios de Toledo.

¹⁷ *Conc. III Tol.*, a.589 pp. 107-145. Sobre a teoria política no reino visigodo vide: FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder...op. cit.*, 2000, p.59 e segs.; e do mesmo autor *Aspectos da Teoria Política Isidoriana...* art. cit., 2001.

¹⁸ No que diz respeito aos infiéis nas *Lex Visigothorum* ver em especial *L.V. II, 1-6 De principum cupiditate damnata eorumque iniitiis ordinatis, et qualiter conficiende sub scripture in nomine principum facte* (Sobre a concupiscência: o princípio das condenações dos corações e das ordenações iniciais, e do modo como preceituam as escrituras em nome do princípio de fazer); *L. V. II, 1-7 De fidelitate novis principibus reddenda et pena huius transgressionis* (Sobre a fidelidade aos novos príncipes e a pena de sua transgressão) e *L. V. II, 1-8 De his, contra principem vel gentem aut patriam refugi sive insolentes existunt* (Sobre aqueles que contra o príncipe, ou o povo ou a pátria fogem e existem como revoltosos).

(aristocracia, nobreza, exército e Igreja) para com o monarca, o elemento fundamental que mantinha a regularização do seu funcionamento era os laços da *Fidelitas*, com o intuito maior de que esses grupos nobiliárquicos não viessem a desestruturar toda a política interna e a estabilidade do Reino. Portanto, para compreensão do valor das virtudes na Hispania visigoda – especialmente a *Fides* e seus correspondentes diretos como a *Fidelitas* e a *Infidelitas* – é importante a verificação da atuação das Instituições de poder durante o período baixo imperial romano, especialmente no caso da *Diocesis Hispaniarum*¹⁹.

Na Hispania visigoda, a manifestação da *infidelitas* pode ser constatada particularmente no século VII, quando temos uma intensa onda de rebeliões contra o rei, provenientes especialmente do norte e sul peninsular e, em geral, encabeçadas por nobres de estirpe goda. No presente trabalho, analisamos o conceito de *infidelidade* a partir da rebelião de *Iudila* ou *Judila*, um nobre visigodo que tomou para si o poder na região sul da Península Ibérica no século VII aos tempos de Suinthila / Sisenando, provavelmente por volta de 632 (?). Não possuímos com exatidão o conhecimento da zona de atuação de Iudila, porém, através de dois testemunhos monetários sabemos que provavelmente fora num cinturão territorial entre *Emerita* (Mérida) e *Illiberis* (atual Granada). Sabemos também que Iudila mandara cunhar moedas, provavelmente, entre os reinados de Suinthila ou Sisenando, entre os anos de 621 e 636²⁰. Os testemunhos monetários nos informam que ele se auto-intitula *rex gothorum*, e a cunhagem certamente veio como forma de legitimar seu poder naquela região. Aliás, importa precisar que, apenas temos conhecimento da rebelião de Iudila através desses dois testemunhos monetários encontrados em 1891, no Tesouro da Capilla, em Espanha²¹.

A rebelião de Iudila é um caso emblemático na história visigoda e se demonstra muito interessante, a partir do levantamento de algumas informações extraídas das fontes literárias como do cronista franco Pseudo-Fredegário²², Isidoro de Sevilha²³, ou mesmo dos próprios concílios visigodos, como por exemplo, no IV Concílio de Toledo de 633²⁴. Contudo, chama-nos a atenção que, no referido Concílio, foi efetuada a deposição de um

¹⁹ Para uma análise do período final do domínio romano na Península Ibérica e, especialmente, da atuação de algumas instituições de poder na Hispania (*Diocesis Hispaniarum*) vide: ARCE, J. **El último siglo de España Romana (284-409)**. Madrid: Alianza, 1997.

²⁰ Hipótese sustentada por THOMPSON, E. A. **Los Godos en España**. Madrid: Alianza, 2007, p.208-210.

²¹ Duas moedas de Iudila foram encontradas no tesouro da Capilla em 1891. Uma primeira abordagem acerca deste tesouro fora publicado em 1895 por Fernández y López. Para tanto: FERNÁNDEZ y LÓPEZ, D. M. **El Tesoro Visigótico de la Capilla**. Salamanca, 1895.

²² A versão utilizada foi a de MIGNE, J-P. *Patrologiae Latina Tomus LXXI*, Paris: 1849. **FREDEGARII SCHOLASTICI Chronicum Cum Suis Continuatoribus, Sive Appendix as Sancti Gregorii Episcopi Turonensis Historiam Francorum**.

²³ Com relação a Isidoro de Sevilha nos utilizamos de diversas fontes das quais iremos referenciando ao longo deste trabalho.

²⁴ *Conc. IV Tol.*, a.633 pp. 186-225.

usurpador de nome Geila e seus seguidores e, entretanto, em nada foi citado o nome de Iudila. É sabido que Iudila mandou cunhar moedas, fato que automaticamente nos induz a refletir que seu levante durou pelo menos um ano, posto que esse fosse o tempo mínimo necessário para que uma *ceca*²⁵ pudesse efetuar as cunhagens, nesse sentido, resta-nos arguir quais eram seus reais intentos com esse ato. A fidelidade tão cobrada pelos concílios visigóticos deu lugar à exortação contra os maus exemplos, contra as conjuras, as rebeliões, geralmente ilustradas pela imagem daqueles infiéis.

Desse modo, é provável que a *Fides* na Hispania Visigoda, fosse um exercício prático de poder político concebido através da potencialização de relações entre as Instituições de poder, daí sua importância no quadro político-social do século VII e, nosso objeto de estudo.

Conceitos

A imagem do infiel oferecida pelas fontes visigodas caracterizou-se, à priori, por seu valor jurídico-eclesiástico, visto que num primeiro momento havia a ponderação jurídica, onde os *rebeldes*, como eram chamados, surgem como traidores do rei; em seguida, havia essencialmente exortação eclesiástica, atestada pelas atas conciliares. De fato, são nelas que encontramos, por diversas vezes, a incidência desses termos, frequentemente associando os *Rebeldes* a um *Scandalum*, que nesse caso caracterizavam-se, fosse ao âmbito das leis civis ou por parte das assembléias religiosas, pelo fato de que os *infiéis* eram culpados por ameaçar a ordem pública e estabilidade do Reino pelo seu mau exemplo. De modo que a *fidelitas*, para a Hispania Visigoda, era vislumbrada como mantenedora de uma relação entre as partes, nomeadamente, entre o monarca e os nobres (laicos ou eclesiásticos). Mesmo em respeito à plêiade ideológica do termo, a *infidelitas* seria justamente a prática política contrária e exacerbada em relação à ordem estabelecida. Com efeito, a análise desses termos remete-nos a uma reflexão acerca das concepções sobre as imagens dos bárbaros aos olhos romanos, para

²⁵ As “Cecas” eram as oficinas monetárias visigodas que, no século VII já eram de aproximadamente 80 por toda Hispania. Vide: ORLANDIS, J. *Historia de España época visigoda*. Madrid: Gredos, 1987 pp.185-189; DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Consideraciones sobre las cecas de la Gallaecia Visigoda*. III Congreso Peninsular de Historia Antigua, Preactas II (Vitoria) pp. 643-648.

os quais a aristocracia senatorial mantém uma atitude de distanciamento em relação aos bárbaros. Nesse sentido, o trabalho do professor Pérez Sánchez acerca das relações entre bárbaros e romanos nos primeiros assentamentos na Gália será fundamental como uma abordagem crítica. Este historiador destaca que “os séculos IV e V supuseram a última fase nas relações entre o mundo romano e o bárbaro, que se caracterizou pela aparição de um sentimento anti-bárbaro [...]” (1997, p.224-225)²⁶. Deste modo, nos argumentamos: afinal, qual a imagem do infiel na Antiguidade-Tardia? Quem eram os “bárbaros”, nesse mesmo sentido político? Qual a idéia de civilidade? Por certo, uma análise cuidadosa do conceito de *infidelidade* no século VII nos remete até o período final do Império Romano Tardio, em especial para o caso da Península Ibérica.

Um estudo da relação infidelidade /barbárie na época visigoda foi oportunamente realizado por Frighetto (2002)²⁷, o qual estabelece a relação intrínseca da transformação do termo na Antiguidade-Tardia devida a elementos vários²⁸, fato que reproduz essencialmente a visão emblemática acerca desses termos. Com efeito, Renan Frighetto produziu diversos artigos acerca das relações políticas na Antiguidade-Tardia, em especial para a história visigótica, destacando a atuação política com ênfase no período entre os séculos VII e VIII, centrando os apontamentos dentro de um quadro conceitual e filológico, na sua intrínseca relação com aspectos religiosos, culturais e sociais para o referido período. Com efeito, a coerência metodológica e o amplo quadro conceitual apresentado por este historiador permitem uma reflexão detalhada sobre os aspectos conceituais que envolveram a história visigoda especialmente entre os séculos VI e VII, estabelecendo uma relação entre a vida social e o pensamento político que permeava aquele momento histórico²⁹.

Estabelecendo os enlaces entre as nobrezas locais e o Império Romano, por volta do século IV, surgiu a força política do cristianismo, que trouxe consigo uma série de profundas transformações na bacia mediterrânica e serviu como pano de fundo ideológico das pretensões políticas desde então. Sobre esse tema, os estudos de José Orlandis são de capital importância

²⁶ Em que segue: “los siglos IV y V supusieron la última fase en las relaciones entre el mundo romano y el bárbaro, que se caracterizo por la aparición de un sentimiento antibarbaro [...]”. PEREZ SANCHEZ, D. **Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos en la Galia del s. V a través de la obra de Sidonio Apolinar**. In: Gerión 15, Madrid: 1997 pp.224-225.

²⁷ Cf. FRIGHETTO, R. *Infidelidade e Barbárie... art. cit.* 2002.

²⁸ Dentre esses elementos destacamos o processo de territorialização da monarquia visigoda, ou mesmo o advento do cristianismo niceno em face da ortodoxia ariana no ano 589.

²⁹ Além dos já referenciados trabalhos de Frighetto, à guisa de exemplos, citamos outros, tais como: **Da Antiguidade à Idade Média: a idéia de Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental**. Temas Medievales. Buenos Aires, 2004; **Os Usurpadores, “maus” soberanos e o conceito de tyrannia nas fontes hispano-visigodas do século VII: o exemplo de Chindasvinto**. Gerión. Vol.20. n.1. 2002; **Religião e poder no Reino Hispano-visigodo de Toledo: a busca da unidade político-religiosa e a permanência das prática pagãs no século VII**. Ibéria, 2. Logroño: 1999.

ao nosso trabalho³⁰. Em especial no seu trabalho “La conversión de Europa al cristianismo”, particularmente ao caso da Hispania, o autor afirma que “a conversão dos visigodos ao Catolicismo encerra um particular interesse [...] porque constituiu o capítulo mais importante do processo de recepção na Igreja dos povos germânicos que abraçaram o Arianismo [...]”³¹, fato que constituiria ainda, o delineamento de outro legado cultural romano aos germanos: o cristianismo. Momento esse, que revela para além da religião, uma sociedade visigoda composta em sua essência por elementos do mundo romano tanto ocidental quanto oriental. A ideologia cristã e a transformação na sociedade, juntamente com as elaborações teóricas acerca do poder régio causadas pelo advento do cristianismo no período baixo imperial romano, é o nosso pano de fundo para uma abordagem acerca das permanências e continuidades na Antiguidade-Tardia.

As fontes tardo-antigas, tanto romanas quanto visigodas, nos remetem à intensa relação da Instituição religiosa cristã com a política imperial romana. Importa-nos precisar como se deu esta relação e, em particular, no período baixo imperial. Logo, a constituição de uma ideologia de poder para a política visigótica, após a efetiva conversão ao credo nicenista no final do século VI, tomou como herança tais conceitos. Por outro lado, é importante destacar que a participação do cristianismo fora determinante em todo o processo de consolidação das monarquias romano-germânicas para o mundo mediterrânico ocidental, especialmente a partir da desestruturação política de Roma em finais do século V, verificado na permanência de grupos aristocráticos romanos do período baixo imperial e de tradição essencialmente cristã.

Na relação entre *fidelitas / cristianismo*, percebemos um intenso reflexo do patronato clássico, ilustrado pelo mesmo processo de aglutinação de indivíduos em torno de uma grande figura central, o que caracterizou sobremaneira as relações políticas para o período. No que diz respeito ao mundo germânico, tais relações eram estabelecidas por laços interpessoais, concentrando-se na figura do *reik*. Em termos de organização política e social, a Hispania Visigoda se projeta como herdeira da pretensa púrpura romana, sendo agregada ainda de concepções teóricas e políticas do mundo helênico clássico e imperial romano oriental entre os séculos VI e VII.

³⁰ Para citar alguns ORLANDIS, J. **La vida en España en tiempo de los Godos**. Madrid: Rialp, 2006; **Historia de las Instituciones de la Iglesia Católica**. Pamplona: EUNSA, 2005; **Semblanzas Visigodas**. Madrid: Rialp, 1992.

³¹ Cf. ORLANDIS, J. **La Conversión de Europa al Cristianismo**. Madrid: Rialp, 1988, p.76 “la conversión de los visigodos al Catolicismo encierra un particular interés [...] porque constituyó el capítulo más importante del proceso de recepción en la Iglesia de los pueblos germánicos que abrazaron el Arrianismo [...]”. Sobre a conversão dos visigodos ver em especial as p.74-88.

Assim, as construções teóricas acerca da *Fides* são fundamentais dentro do nosso trabalho para analisarmos as relações políticas no reino Hispano-visigodo, uma vez que delineadas as analogias estabelecidas através dessa virtude, procuramos entender as construções teóricas acerca da política na Hispania Visigoda. Contudo, faz-se imperativo que clarifiquemos o quadro conceitual acerca da referida virtude e sua otimização no arrolamento das relações políticas desde o império romano tardio. Com efeito, a retrospectiva histórica levantada a partir das permanências na Antiguidade-Tardia, bem como os laços que se encontraram nos remetem à tradição clássica greco-romana. Por certo, a práxis política na Hispania Visigoda encontrou sua acolhida nas bases das ideológicas do cristianismo. Todavia, tais construções ideológicas demonstram uma paulatina transformação dos valores culturais clássicos, o romano em especial.

O legado do mundo helênico foi perpassado ainda aos romanos por meio dos valores da *polis*, de modo que, muitas terminologias e acepções gregas foram adaptadas pelos romanos dentro do universo da *civitas*. Tais valores encontraram-se muitas vezes no plano ideológico, como no caso as *virtus* romanas, *aretê* para os gregos, tiveram uma significativa transformação dentro do universo romano com o advento do cristianismo, em finais do século IV. Significativamente, Maria Helena da Rocha Pereira tem destacado, por seu turno, que “tudo isto não significa que a *virtus* era sentida como um valor fundamentalmente romano [...]”³², sendo que as virtudes para os romanos, mesmo transformadas, tiveram efetiva contribuição do helenismo³³. Notadamente, portanto, o conceito de ‘transformações’ é parte constituinte do nosso trabalho.

O conceito de ‘transformações’ traz em voga um cabedal ideológico muito significativo, que, com efeito, podemos verificar a partir da fragmentação política do mundo romano, no último quarto da quinta centúria. O Império Romano Ocidental sofreu a desagregação política naquele momento, contudo, a idéia de “*imperium*” permaneceu por muito nas entidades políticas que surgiram sob o fragmentado mundo romano. Nesse sentido, procuramos demonstrar como, na Antiguidade-Tardia, as concepções ideológicas e de poder se transformaram com relação à política régia, em especial no caso dos visigodos, porém, ainda mantendo como eixo norteador a tradição clássica. Concepções essas que vieram sumariamente a fazer parte da práxis social e da política régia visigótica em todo o século VII, e isso não de maneira residual, mas por meio de grupos socialmente constituídos que

³² Cf. PEREIRA, M. H. *Estudos de História da Cultura Clássica...op. cit.* p. 397.

³³ *Idem, ibidem...*p. 407, na qual destaca ainda que “a influência da noção grega sobre o desenvolvimento da romana é um dos aspectos mais salientes do contributo do helenismo.”

mantinham o poder. As transformações ideológicas em seu sentido romano e, em especial, das virtudes podem ser encontradas mesmo nos discursos eclesiásticos ou jurídicos, com suas respectivas emissões acerca desses grupos que disputavam o poder, especialmente daqueles que viriam, posteriormente, a ser considerados como infiéis. De fato, no Reino Hispano-visigodo, o infiel foi considerado, a exemplo do que ocorrera no período baixo imperial romano, como um elemento à margem da *ciuilitas*, no caso dos godos da *patria gothorum*, um *bárbaro*; e todos aqueles que fazem parte do seu grupo são igualmente caracterizados.

Para uma análise das relações de poder, especialmente no período visigodo católico, a partir de finais do século VI, é importante avaliar a partir dos grupos que constituíam as forças políticas, tais como a nobreza laica e a nobreza eclesiástica, dentro do processo de institucionalização da monarquia visigoda. Sobre esse aspecto, recorreremos à fundamental contribuição da professora Maria Del Rosário Valverde Castro em seu trabalho “Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio”³⁴, um excelente trabalho, resultado de sua tese de doutoramento, cujos apontamentos trazem nova luz às interpretações acerca do poder real e sua legitimidade na Hispania Visigoda. Para a goticista, o poder régio fora estabelecido por meio de bases ideológicas, para além das ponderações meramente materiais; considera a historiadora que no Reino Hispano Visigodo, a nobreza laica e a Igreja funcionavam como contra-poderes³⁵, impregnados de simbolismo e poder ideológico, cujo aspecto fundamental entre ambas as instituições e a autoridade real era o juramento de fidelidade. Portanto, sugerimos que a inferência sobre o conceito de infidelidade no âmbito da política e também na sociedade civil do século VII, partindo da *Fides*, enquanto um laço político-social nos leva, de fato, à caracterização do *usurpator*.

No século VII, a Hispania Visigoda se encontrava, por certo, num momento de instabilidade política, mais especificamente, as quatro primeiras décadas da sétima centúria, fato esse que tem chamado atenção de diversos pesquisadores³⁶ que o caracterizam como um momento de instabilidade política³⁷ na Península Ibérica. Com efeito, o cristianismo niceno, desenvolveu um papel paralelo à política hispano-visigoda, fato atestado na forma da elaboração da teoria política para o reino, formulada a partir do IV Concílio de Toledo de

³⁴ Cf. VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y... op. cit.*, 2000.

³⁵ *Idem, ibidem*, p.256 e segs.

³⁶ Cf. ORLANDIS, J. *Historia del Reino...op. cit.* 2006; THOMPSON, E. P. *Los Godos...op. cit.* 2007; e em especial sobre esse tema, cf. o artigo de FRIGHETTO, R. **Rex velit honesta: os problemas entre a nobreza e realza no reinado de Chintila (636-641)**. In: Atas do I Encontro Regional da ABREM – RJ. 07 a 09 de novembro de 2006. XI Mostra de Cultura Galega. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2007.

³⁷ Ver: THOMPSON, E. A. *Los Godos op. cit.*, 2007, p.202 e segs.

633³⁸, com a efetiva participação do rei, de nobres e do clero. O que nos faz indagar até que ponto a Instituição Eclesiástica influenciava a política visigótica? Decididamente, esta não é, de forma alguma, uma indagação inteiramente nova, posto que sua relação há muito vem sendo proposta por especialistas³⁹, pois, Igreja e Estado são inseparáveis nesse período. Por certo, não apenas em termos de legitimidade do poder régio, mas também como um meio de limitação do mesmo. Portanto, as duas principais categorias que abordaremos nesta pesquisa será a das *virtudes*, em especial a *Fides* – enquanto elementos basilares para a política visigótica na Antiguidade-Tardia – e também o conceito de *transformação* da sociedade romano-germânica – nomeadamente no caso do Reino Hispano Visigodo de Toledo no século VII.

Para uma abordagem acerca da construção e do uso da *Fides*, nos deteremos fundamentalmente no caso de Iudila⁴⁰. Para esse caso, as reflexões teóricas sobre a questão da *Fides* têm assumido uma posição fundamental nos estudos relativos à legitimação e consolidação do poder na Hispania Visigoda, pois, Iudila é representado como um infiel, um traidor do rei legítimo Sisenando (que chega ao poder num ato usurpatório) à época. Nesse sentido, sugerimos que Iudila era visto pela sua sociedade política como sendo *ele* o rei legítimo no sul peninsular, pois, as disputas entre os grupos nobiliárquicos visigodos do sul e do norte no período eram uma constante. Nesse sentido, é provável que Iudila apoiasse o rei anterior Suinthila, deposto pela usurpação de Sisenando (631?), justificando assim o seu próprio levante.

Dentre os autores que vêm conferir o embasamento teórico do nosso trabalho, citamos Edward Thompson, que é um especialista em história visigoda, mas que nos últimos anos se dedicou à construção de algumas hipóteses interessantes acerca da relação entre a nobreza laica e eclesiástica e os seus respectivos posicionamentos políticos, como por exemplo, no caso de Iudila. Nesse caso, a ideologia cristã desempenhou um papel fundamental, sendo que era através dela que a unidade política era obtida. Thompson (2007) tem frisado que o fato era que Suinthila estava enfrentando várias oposições ao mesmo tempo, como por exemplo, do seu próprio irmão – Geila – ao norte, por volta de 631, no momento da

³⁸ Cf. FRIGHETTO, R. *Aspectos da Teoria política...* art. cit. 2001.

³⁹ Cf. FRIGHETTO, R. *Religião e Poder...* art. cit., 1999.

⁴⁰ Vários foram os casos de usurpações contra o poder régio na Hispania Visigoda. Para além do caso de Iudila (632?) contra Sisenando, temos o conhecido caso do nobre Froia contra Recesvinto, ou mesmo de Ilderico contra Wamba e na sequência do duque Paulo contra o mesmo Wamba. Todos esses casos ocorreram no século VII.

chegada da facção dos francos, Suinthila abdicou e Sisenando foi proclamado rei dos visigodos no mesmo ano⁴¹.

No ano seguinte – em 632 – Sisenando enfrentaria uma rebelião novamente liderada por Geila (que o apoiara anteriormente contra Suinthila) no norte da Península, e, outra ao sul peninsular liderada por Iudila. Importa frisar que as fontes literárias não citam o caso de Iudila no sul, mas sim o caso de Geila ao norte, tanto que o IV Concílio de Toledo fez a exortação do infiel Geila e sua família no já citado Cânone 75⁴², sendo colocado como o infiel, aquele que nem os laços fraternais respeitou. Desse modo, sugerimos que a transformação do conceito da *Fides* na Antiguidade-Tardia foi fundamental para os efeitos políticos do referido IV Concílio e que essa transformação, no sentido conceitual do termo, veio imperativamente a pesar no trato dos visigodos para com aqueles que consideravam como traidores do rei, atestando-se isso pelo caso de Geila. Em outras palavras, é dizer que o IV Concílio de Toledo de 633 foi devido à, fundamentalmente, duas questões; em primeiro lugar, a extrema situação política de conjuras e revoltas pelo reino toledano no período e, num segundo momento, pela transformação das relações de poder, em especial, no caso da política visigótica do século VII, com o claro uso dos preceitos morais e das virtudes, a exemplo da época romana.

Para finalizar, tomamos referencialmente o trabalho do professor Díaz Martínez⁴³, que defende que todos os casos de infidelidade ou usurpação da história visigótica procedem fundamentalmente de um grupo restrito de indivíduos que se movem habitualmente em torno do rei, ou seja, de nobres como o próprio rei. Metodologia sugerida que empregaremos de maneira semelhante em nosso trabalho, embora com pretensões bem mais modestas, é verdade, mas que de maneira sintomática, procuraremos desenvolver.

Historiografia e Documentação Manuscrita

⁴¹ Cf. THOMPSON, E. A. *Los Godos op. cit.*, p. 204.

⁴² *Conc. IV Tol.*, a. 633, c. 75.

⁴³ Em seu recente trabalho DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Hispania Tardoantigua y Visigoda*. Madrid: Istmo, 2007. Em especial p. 393 e segs.

A discussão ora apresentada será desdobrada em dois momentos distintos para a exposição do material bibliográfico de que dispomos para o desenvolvimento deste trabalho. Primeiramente, uma rápida exposição da historiografia acerca da nossa temática e, num segundo momento, a apresentação da documentação manuscrita.

Nosso recorte cronológico – a *Antiguidade-Tardia* – tem sido alvo de abordagens teórico-metodológicas pelo menos desde a década de 1950. Um período caracterizado, por certo, pelo grande número de informações disponibilizadas sobre a política, religião, economia e sociedades romano-germânicas que vão se constituindo nesse momento. No entanto, ainda é na Espanha que encontramos a maior parte dos referenciais para o período. Entre as décadas de 1970 e 1990, a Academia espanhola produziu uma gama muito rica de trabalhos voltados à Antiguidade-Tardia. Esse recorte cronológico, enquanto área de estudos, até recentemente, fora relegado a um segundo plano pela historiografia brasileira. Contudo, nas últimas décadas tivemos um avanço significativo nesses estudos.

Afora Espanha e Brasil, citaremos rapidamente a contribuição de dois especialistas sobre a Antiguidade-Tardia, que merecem ser referenciados nesta pesquisa. São eles: primeiramente, o francês Henri-Irenée Marrou com seu clássico trabalho “Decadência romana ou Antiguidade Tardia?”⁴⁴ e publicado originalmente em 1977, no qual demonstra ser esse período caracterizado especialmente pelo fato de ser “uma outra Antiguidade”, revelada pelas suas inúmeras transformações em relação aos preceitos clássicos greco-romanos, tais como a religião, as artes, a cultura, dentre vários outros. Marrou (1979) expõe essa outra Antiguidade através da idéia de transformação, desde o vestuário, a nova religiosidade, as artes ou o culto em espírito e verdade, inferindo principalmente acerca do legado de valores da Antiguidade-Tardia. Outro especialista é o irlandês Peter Brown, que tem uma vasta produção bibliográfica acerca do tema⁴⁵. Destaque-se, neste sentido, que os trabalhos de ambos contribuem enormemente às questões conceituais sobre a Antiguidade-Tardia, com temas voltados especialmente às permanências no Ocidente tardo romano e o nascente mundo medieval sobre as ruínas do Império. Encontramos, ao mesmo tempo, apontamentos ricos, tanto em termos históricos quanto historiográficos, legados por ambos os especialistas.

Sobre um ponto em especial, concordam os historiadores que a Antiguidade-Tardia é um período que ao mesmo tempo em que se apresenta como transição da Antiguidade Clássica à Idade Média também pode ser visto como o mantenedor de práticas especialmente

⁴⁴ MARROU, H-I. *Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?* Lisboa: Editorial Áster, 1979.

⁴⁵ Dentre os diversos trabalhos do autor acerca do assunto citamos: BROWN, P. *O Fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio à Maomé*. Lisboa: Verbo, 1972; *Late Antiquity*. New York: Harvard University Press, 1998.

políticas vindas do mundo clássico e, através disso, se configura como um momento ímpar da história ocidental. Importa precisar que, esse período é identificado muito mais pelas permanências que pelas rupturas entre preceitos sociais. Nesse sentido, para clarificarmos conceitualmente o termo Antiguidade-Tardia é necessário que identifiquemos o que precisamente entendemos como permanências. Portanto, sobre esse aspecto recorreremos a uma bibliografia auxiliar dentro deste trabalho como forma de análise, mesmo que de maneira rápida, sobre o mundo clássico greco-romano, especialmente do final do século IV da nossa era, justamente pela necessidade de reconstituir as idéias políticas que permeavam o período para que possamos entender o processo *à posteriori*. O pensamento clássico greco-romano era latente ainda em períodos avançados após a desestruturação política de Roma. O Reino Hispano Visigodo é um grande exemplo disso, desvelado a partir dos elementos político-institucionais e verificado na práxis social dentro do universo romano-germânico. No caso visigodo, pensamos numa relação articulada entre o ambiente político e a práxis social, posto que acreditamos ser o maior legado do mundo clássico à Antiguidade-Tardia.

Sobre os modelos políticos legados pelo período clássico, particularmente sobre as virtudes imperiais do baixo império romano, um texto fundamental dentro do nosso trabalho é a já citada obra de Manuel Rodríguez Gervás “Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Imperio”⁴⁶. Nesse texto, o autor fez um minucioso levantamento da relação entre a conjuntura política imperial romana e os suportes empregados para a difusão e propaganda da imagem do imperador, enquanto reflexo modelar para o Império. Com efeito, o autor revelou que “a origem das virtudes tal como se concebem em Roma é a deificação de idéias abstratas que tem na Grécia sua cunha e, posteriormente se assentam em Roma”⁴⁷. Assim o autor considera que para uma análise das virtudes romanas é necessária a inferência segundo o legado helênico. Nessa perspectiva, asseverou ainda que “as necessidades políticas vão condicionar a qualidade ou o grupo das mais relevantes em cada momento”⁴⁸. Portanto, percebemos que na relação com a Hispania Visigoda no século VII, o estabelecimento da *fides*, ou seu correspondente endógeno, a *fidelitas*, foi uma condição necessária ao desenvolvimento das relações políticas. As virtudes eram os elementos agregadores da política, sendo intermediados por relações entre Instituições. Política esta que durante a Antiguidade-Tardia era caracterizada por uma série de relações intermediadas

⁴⁶ Cf. RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión pública...op.cit.*, 1991.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*... “[...] el origen de las virtudes tal como se conciben en Roma es la deificación de ideas abstractas que tienen en Grecia su cuna y, posteriormente se asientan en Roma [...]” p.77.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*... “las necesidades políticas van a condicionar la cualidad o el grupo de ellas más relevantes en cada momento” p. 78.

especialmente pelo plano religioso; para o caso romano, no período baixo imperial. É importante lembrar que nos estudos relativos às virtudes imperiais no período romano, recorreremos novamente ao já citado trabalho de Maria Helena da Rocha Pereira⁴⁹, em considerações pontuais relativas às inferências políticas e sociais das virtudes.

Nos últimos anos, com o surgimento gradual de novas abordagens acerca dos temas ligados às questões sobre o poder régio e sua limitação na Hispania Visigoda, especialmente a partir da década de 1970, vêm-se revelando uma rede de relações político-institucionais de caráter fundamental ao entendimento da própria história da Europa. E não obstante, passou-se a investigar as condições históricas em que essas relações eram produzidas, em geral, quadros de intensas disputas políticas entre monarcas visigodos “legítimos” e os grupos nobiliárquicos que o apoiavam. A averiguação dessas relações de poder levou parte dos especialistas envolvidos a investigações mais profundas sobre as condições históricas de sua sustentação, tendo em vista que esses processos necessitavam de grande estabilidade político-social. Isso não tirava a originalidade dos mesmos, mas forçava os pesquisadores a analisar mais profundamente em que condições temporais e materiais certos processos históricos realizaram-se e qual sua relação com outros fenômenos análogos, tais como religião e a sociedade.

Sobre as transformações no mundo romano é fundamental estabelecermos aqui uma linha a ser seguida. Nomeadamente, um primeiro trabalho fundamental nesse sentido acerca dessas mudanças de pensamento na Antiguidade-Tardia é o de Walter Pohl⁵⁰ sobre a integração dos bárbaros na sociedade romana. Seguindo esta linha interpretativa – de transformações – é importante destacar particularmente dois campos: o político e o religioso, nos quais se revelam fundamentalmente inferências no âmbito social do mundo tardo antigo. Com uma análise em particular às permanências clássicas no antigo espaço de domínio romano, e de maneira mais detida, no caso da *Diocesis Hispaniarum*⁵¹, buscaremos traçar um panorama, mesmo que de maneira geral, acerca dos âmbitos político e religioso.

Com relação à historiografia sobre a Hispania Visigoda, nos deteremos especialmente em trabalhos de teóricos espanhóis, como por exemplo, Luís Garcia Moreno em sua obra intitulada “Historia de España Visigoda”. Nesse texto, o autor aborda as relações políticas do Reino Visigodo e, de maneira especial, acerca da estruturação política do Reino de Toledo. Garcia Moreno (1998) parte sua análise em relação ao reino toledano no século

⁴⁹ Cf. PEREIRA, M. H. *Estudos de História da Cultura Clássica...op. cit.*, 1984.

⁵⁰ Cf. POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire. The Integration of Barbarians in Late Antiquity**. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.

⁵¹ Cf. ARCE, J. *El último siglo ...op. cit.*, 2007.

VII, fazendo uma particular alusão a territorialização da monarquia visigótica, no transcurso daquilo que chamou de “monarquia militar⁵²” ao Reino Hispano-Visigodo. Para esse historiador, o Reino Visigodo de Toledo deve a sua constituição elementar à *fidelitas*, pois, segundo ele o “[...] juramento de fidelidade ao povo, a pátria e ao rei por parte de todos os súbditos do Reino de Toledo representa certamente um de seus elementos constitucionais essenciais⁵³”. Ademais, adverte que a monarquia visigoda se utiliza claramente do exemplo imperial romano para o seu processo de territorialização, no momento em que estabelece uma íntima identificação entre a instituição monárquica e o espaço territorial peninsular, cuja unidade era o meio mantenedor e garantia para o futuro da monarquia. Observemos ainda, que em base dos trabalhos de Garcia Moreno, podemos estabelecer uma relação direta com estudos de especialistas da história visigoda no caso das rebeliões e o processo de limitação do poder régio tais como Renan Frighetto⁵⁴ e José Orlandis⁵⁵.

As concepções políticas para o Reino Hispano Visigodo surgiram de maneira mais efetiva a partir de finais do século VI ainda com o monarca Leovigildo. Mas é no século VII que tais práticas políticas se efetivaram, particularmente na realização do IV Concílio de Toledo, sob a regência de Isidoro de Sevilha, no qual há a elaboração de uma doutrina política⁵⁶ modelar para todo o Reino. Contudo, destacamos que a concepção política isidoriana veio amparada na *fidelitas* como condição necessária para o transcurso político e como pedra angular na articulação das principais instituições de poder que regiam as estruturas internas e externas do Reino de Toledo. Consideramos, portanto, que esse itinerário isidoriano seguiu o exemplo do mundo clássico, com efeito valorativo das virtudes para a concepção do poder régio, o que nos permite a compreensão da conjuntura política a que estavam imersos os visigodos no século VII. Da mesma forma que no período clássico, sugerimos que as virtudes do rei e sua sociedade política, na concepção isidoriana atestada pelas atas conciliares em Toledo, no ano 633, teriam a função fundamental de elaborar,

⁵² Cf. GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda...op. cit.*, 1998, p. 317 e ss.

⁵³ *Idem, ibidem*, “[...] juramento de fidelidad al pueblo, la patria y el rey por parte de todos los súbditos del Reino de Toledo representa ciertamente uno de sus elementos constitucionales esenciales”, p.319.

⁵⁴ Segundo FRIGHETTO, R. **O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervígio (680-687)** in: Revista Gerión, número 1, p. 421-435, Madrid: Universidad Complutense, 2004; e FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder... op. cit...*2000.

⁵⁵ ORLANDIS, J. **La vida en España en tiempo de los Godos**. Madrid: Rialp, 2006 e ORLANDIS, J. *Historia General del Reino...op. cit.*, 2006.

⁵⁶ Cf. ORLANDIS, J. *Historia del Reino...op. cit.* 2006; FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder...op. Cit.*, 2000; e do mesmo autor *Aspectos da Teoria Política Isidoriana... op. cit.* 2001.

formalizar e intensificar a imagem régia com o fim último de criar uma estrutura política unitária⁵⁷ em torno da *fidelitas*.

Em relação à atuação política e as Instituições para o Reino Visigodo, dispomos de um ensaio de Pablo Díaz Martínez “Visigothic Political Institutions”, no qual o autor analisa desde a composição política do Reino de Toulouse, assinalando desde os primeiros estabelecimentos, com os *foederati* ainda à sombra do Império Romano, porém, ressaltando que “com Eurico, a monarquia estava agora totalmente estabelecida como instituição política, concebida de forma independente do Império⁵⁸”, o que significa dizer que, ao menos, desde meados do século V, a monarquia visigoda se colocava de maneira independente em relação ao poder político do Império Romano, iniciando assim o processo de institucionalização política. Ademais, a análise de Díaz Martínez foi concluída com a institucionalização da monarquia visigótica em Toledo, com o fortalecimento ideológico do cristianismo niceno, destacando a atuação fundamental dos Concílios de Toledo no processo de institucionalização monárquica e legitimação das instituições e da política dos reis visigodos. Nesta mesma linha interpretativa acerca da história política visigoda é determinante o trabalho de Roger Collins “La España Visigoda, 409-711⁵⁹”, no qual o autor desenvolve a idéia de que a sociedade visigoda ordenada e estável dependeu inteiramente do ajustamento político entre a Igreja e a Monarquia em que caracteristicamente uma pequena aristocracia militar dominava uma ampla parcela da população civil, e que apesar dos esforços realizados pela Igreja, não somente foi incorporada a ela, mas, enxergou os invasores do outro lado do estreito com indiferença.

Um artigo fundamental dentro da nossa pesquisa é o de Ariel Guance “*Rex Perditionis: la caracterización de la tiranía en la España Visigoda*⁶⁰”, que concentrou sua análise mais detidamente sobre o conceito de *tiranía* na Hispania Visigoda, como resultante da prática das usurpações ocorridas particularmente nos séculos VI e VII. O autor sugere que o termo “tiranía” teve um sentido peculiar na ideologia política visigoda e que, de maneira

⁵⁷ Sobre este aspecto cf. RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión pública...op. cit.*, 1991. Na qual esse historiador analisa o período clássico romano, e a inferência das virtudes para as relações políticas dos imperadores romanos, sendo que o mesmo processo ideológico poderá ser verificado, *à postiori*, com Isidoro de Sevilha e o Reino Visigodo no século VII.

⁵⁸ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. Visigothic Political Institutions. In: HEATHER, P. (Ed.) **The Visigoths from the migration period to the seventh century. An ethnographic perspective**. Woodbridge: Boydell Press, 1999: “with a Euric, the monarchy was now a fully established political institution, conceived independently from the Empire”, p.333.

⁵⁹ Cf. COLLINS, R. **La España Visigoda, 409-711**. Barcelona: Critica, 2005.

⁶⁰ Cf. GUANCE, A. **Rex Perditionis: la caracterización de la tiranía en la España Visigoda**. Cuadernos de Historia de España, LXXVII, 2001 / 2002, pp.29-39. Artigo o qual agradeço ao professor Dr. Ariel Guance diretor do Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU), vinculado ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina (CONICET), pela gentileza do envio, comentários e sugestões acerca das relações “políticas tiránicas” da Hispania Visigoda.

imprescindível estava imbuído da tradição clássica designativa dos usurpadores do poder imperial. Ao mesmo tempo em que ressalta esse conceitual, demonstra por simbiose interpretativa que, por contraposição às definições de usurpador ou tirano, podemos inferir acerca do paradigma do monarca ideal. Com efeito, o professor Guance enfatiza que o tirano é caracterizado pelas fontes visigodas como um “ímpio”, pelo fato de que “[...] seu poder não tem essa *virtus* carismática e, ao mesmo tempo, é contrário a Deus (o que equivale dizer que é ilegítimo)⁶¹”, comprovando novamente a íntima relação entre o poder temporal e o poder espiritual no processo político do Reino Hispano-Visigodo. Assim sendo, a utilização desse modelo nos forneceu condições de articular, duma maneira mais efetiva, as informações disponíveis a respeito do sistema de rebeliões e seu processo para legitimação do poder do usurpador que já haviam sido estudadas pela história e historiografia da Hispania Visigoda. Tais distinções teóricas e filológicas acerca dos termos como bárbaro, tirano ou usurpador, são fundamentais dentro da nossa pesquisa, uma vez que procuramos clarificar o conceito de *infidelidade* na Hispania em época visigótica. Ademais, vale recordar que muitas vezes essas terminologias vieram substituir o termo *infidel* nas fontes do mundo tardo antigo.

Sobre as relações entre o poder político e a Igreja na Hispania Visigoda, no século VII, um excelente artigo de Pierre Cazier, publicado em 1986 nas Atas da Semana Internacional de Estudos Visigóticos, intitulado “Les Sentences D’Isidore de Seville et Le IV^e Concile de Toledé: réflexions sur les rapports entre l’Eglise et le pouvoir politique en Espagne autour des années 630⁶²” é primordial em nossa análise acerca das inflexões políticas e das estruturas de poder no Reino de Toledo. Analisando particularmente as relações entre a Igreja e o poder político, segundo as concepções de Isidoro de Sevilha, o autor remete à idéia da *Fides* enquanto mantenedora de relações político-religiosas, dentro de um quadro dialógico. Opinião semelhante acerca dessas considerações sobre a *Fides*, encontramos num artigo fundamental de Cristina Godoy e Josep Vilella “De la Fides Gothica a la Ortodoxia Nicena: inicio de la teologia política visigótica⁶³”, onde ambos os autores consideram que as transformações acarretadas pelo cristianismo e pela Igreja na teoria política visigoda foram determinantes e, novamente, é colocado em voga discussões das terminologias em torno das

⁶¹ *Idem, ibidem..* “[...] su poder no tiene esa *virtus* carismática y, al mismo tiempo, es contrario a Dios (lo que equivale decir que es ilegítimo), p.38, o grifo é do autor.

⁶² Sobre esse trabalho cf. CAZIER, P. **Les Sentences d’Isidore de Seville et Le IV^e Concile de Toledé: réflexions sur les rapports entre l’Eglise et le pouvoir politique en Espagne autour des années 630.** In: Historia y Civilización. Antigüedad y Cristianismo III, Murcia, 1986, pp. 373-386. Artigo cujo qual agradeço de maneira incomensurável à professora Maria Valverde Castro da Universidad de Salamanca pela indicação.

⁶³ Artigo publicado também nas atas da Semana Internacional de Estudos Visigóticos em GODOY, C. y VILELLA, **De la Fides Gothica a la Ortodoxia Nicena: inicio de la teologia política visigótica.** In: Historia y Civilización. Antigüedad y Cristianismo III, Murcia, 1986, pp.117-144.

oposições entre Romanos / Bárbaros e afirmam que “a *fides gothica*, ademais de ser fé e distinção étnica do povo visigodo, adquiriu, nesta época, uma significação política muito importante [...]”⁶⁴, a mesma idéia, portanto, é compartilhada por esses historiadores, segundo suas respectivas considerações sobre as acepções políticas para o Reino Visigodo e a inferência religiosa no poder régio.

Por fim, as obras que tratam de maneira particular da caracterização do infiel. Nesse sentido, primeiramente, trataremos das questões filológicas, com distinções apresentadas pelos teóricos que, apoiados nas fontes tardo antigas, tanto romanas quanto visigodas, acerca do *barbarus* / *infideles* e também do *usurpator* / *tiranus*. Todavia, nessa mesma linha interpretativa há que se notar o tratamento dado aos usurpadores do período Baixo Imperial Romano. Sobre essas questões, um primeiro artigo a tratar de maneira pontuada a época romana é o da professora Maria Victoria Escribano Paño “Usurpación y Religión em el s. IV D. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación Política”⁶⁵, no qual a autora remete à caracterização do usurpador com uma relação ideológica do tirano no Império Romano Tardio. Sobre esse mesmo aspecto que pese igualmente os apontamentos de Javier Arce, em seu já citado “El último siglo de la España Romana”⁶⁶, no tratamento acerca do usurpador Constantino III e sua atuação em Hispania. Portanto, traçado este rápido panorama historiográfico, passemos agora a discutir as fontes que dispomos para a análise no presente trabalho.

Primeiramente, em questões relativas à Antiguidade-Tardia, mais particularmente sobre as permanências no mundo mediterrânico ocidental, nas quais trataremos de questões metodológicas, com remissões específicas à herança política do mundo clássico greco-romano. E, de fato, esse período ofereceu vários elementos que assinalaram a sobrevivência e a conservação de idéias, conceitos, virtudes e elaborações teóricas acerca do poder político através do discurso histórico. Nesse sentido, uma primeira abordagem é a de Isócrates em seus “Discursos” nomeadamente no “*Areopagítico*”⁶⁷, do qual dispomos de uma versão traduzida para o espanhol. Isócrates foi um orador e retórico ateniense que viveu no século IV

⁶⁴ Cf. GODOY, C. y VILELLA, De la *Fides Gothica* a la *Ortodoxia Nicena*...art. cit.: “la *fides gothica*, además de ser fe y distinción étnica del pueblo visigodo, adquirió, en esta época, una significación política muy importante [...]” p.124.

⁶⁵ Para tanto: ESCRIBANO PAÑO, M. V. **Usurpación y Religión en el s. IV D. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación Política**. In: *Cristianismo y Aculturación en tiempos del Imperio Romano. Antigüedad y Cristianismo VII*, Murcia, 1990. Além deste primeiro artigo citado, referenciamos duas outras abordagens seminais com relação às usurpações em Hispania dessa mesma autora, a saber: **Usurpación y defensa de las Hispanias: Didimo y Veriniano (408)**. In: *Gerión* nº18, 2000, p.509-534; e também, **Constantino y la rescissio actorum del tirano-usurpador**. In: *Gerión* nº16, 1998.

⁶⁶ Cf. ARCE, J. *El último siglo...op.cit.*, 1997, especialmente as p.151-164.

⁶⁷ ISOCRATES. “Areopagítico” In: **Discursos. Vol. II**. Madrid: Gredos, 1980.

a.C. e expôs seu pensamento político pautado no modelo ateniense, buscando nas próprias tradições helênicas de política democrática legada pelo século VI a.C. aos moldes de Sólon e Clístenes, os chamados “*pátrios politéia*”; essa fonte expressa como um claro exemplo da “*Paidéia isocrática*”, que tão fundamentalmente atravessou a política romana na época republicana à maneira de Cícero. A Roma Republicana, a qual tem em Cícero seu maior expoente, pode ser vislumbrada a partir da sua constituição social, o que para ele pode ser verificada a partir do seu tratado *De Res Publica*⁶⁸. O orador defendeu um sistema político “ideal”, agregando os diversos poderes da sociedade, tais como o jurídico, o social, o filosófico, o moral e o religioso. Com efeito, a aristocracia deveria ajustar-se a um governo “popular”, demonstrando que o homem público seria um ajustamento entre estes pactos institucionais. Mas, a principal idéia que buscamos sustentar através das fontes clássicas é que o modelo institucional, abarcando suas diversas ordens e status, foi incorporado na Antiguidade-Tardia nas concepções políticas especialmente, quais consistiram na transformação do ideal político que, de maneira direta ou indireta, causaram significativas mudanças estruturais no período.

Com efeito, importa precisar que a Antiguidade Clássica greco-romana se constituiu num universo centralizado nas cidades. O esplendor e a solidez da antiga polis grega e da posterior República romana, traduziam um nível de organização e cultura urbanas que eram concentrados particularmente em sistemas políticos solidamente constituídos e, é importante destacar nesse ponto, que o contributo clássico à Antiguidade-Tardia em seu sentido de concepções políticas fora fundamental. A Roma Republicana ou a *Roma ideal* ciceroniana constituir-se-ia, assim, desde suas bases fundamentais, tanto no sentido das Instituições quanto nas concepções políticas. Contudo, a antiga *ciuitas* romana foi perdendo sua importância como centro de decisões políticas de maneira gradual desde o século II da era cristã⁶⁹, e paulatinamente foi dando lugar às Instituições do Império.

Num segundo momento, as fontes analisadas foram as que dizem respeito à história dos godos, num rol constituído por crônicas, epístolas, atas conciliares, a *Lex Romana Visigothorum* e outros materiais como as moedas. Um primeiro cronista a abordar a história dos godos foi Jordanes, em seu “*De origine actibusque Getarum*”⁷⁰, obra composta

⁶⁸ Sobre Cícero *De Re Publica* nos utilizamos da seguinte versão: CICERO, M. T. **The Republic and The Laws**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006. Versão bilíngue latim-inglês preparada por Clinton Walker Keies.

⁶⁹ Sobre esse aspecto tem chamado nossa atenção FRIGHETTO, R. **Da Antiguidade à Idade Média: a idéia de Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental**. Temas Medievales. Buenos Aires, 2004.

⁷⁰ A versão que nos utilizamos é a de José María Sánchez Martín: JORDANES. *De origine actibusque Getarum. Origen y gestas de los godos*. Madrid: Cátedra, 2001.

provavelmente por volta de 551 e que trata sobre as origens e façanhas dos godos, com uma visão privilegiada acerca dos primeiros assentamentos godos em território romano, bem como a história dos primeiros monarcas. Jordanes nos propôs, à baila de interpretações, um quadro de sua ‘história’ estruturado da seguinte maneira: os godos e as migrações ao território romano, uma parte sobre visigodos e outra sobre os ostrogodos, no qual tomamos conhecimento das atividades militares e estratégicas desses povos. Outra crônica estudada foi a de Hidácio de Chaves, também chamado de Hidácio de Lemica, com relatos da história dos povos bárbaros da Península Ibérica, especialmente dos suevos e visigodos. Sua crônica relata particularmente os anos de 379-468, desde os tempos do imperador Teodósio, com a clara tentativa de imprimir uma imagem identitária dos referidos povos em relação ao Império Romano na Hispania. A crônica de Hidácio foi uma obra fundamental dentro do nosso trabalho no que se refere às informações sobre o século V, pois, seus testemunhos derivam especialmente de outros trabalhos, ao menos até por volta de 427. Na mesma linha interpretativa, nos amparamos no último livro da História Contra os Pagãos de Paulo Orosio⁷¹, o qual traça um quadro mordaz do período do século V da história romana e germânica. Outra crônica abordada foi a de João de Bícilaro, bispo de Gerona, entre os anos de 592-621, seu trabalho compreende o período de 567-590 e nos fala, particularmente, das disputas na Península Ibérica entre visigodos e bizantinos e também da conversão dos visigodos ao catolicismo niceno no ano de 589 com o rei Recaredo.

Destacamos, porém, que sob vários aspectos, a obra de Isidoro de Sevilha foi significativamente importante dentro do nosso trabalho. O bispo hispalense que foi, indubitavelmente, uma das mais importantes figuras da Hispania visigoda do século VI-VII, sendo igualmente reconhecido pelas suas contribuições durante toda a Antiguidade-Tardia. Deste modo, seus trabalhos sobremaneira alicerçaram parte do pensamento político inclusive em toda a Idade Média. Dentre esses, recorreremos de maneira mais acurada aos seguintes: *Historia Gothorum, Sueborum et Vandalorum*⁷², único registro, que se tem até o presente momento, conhecido acerca da história dos godos entre os anos de 589-625, com uma narrativa fundamental desde o reinado de Recaredo (589) até Suíntila (625); também seus livros sobre as origens das palavras, *Etymologiarum*⁷³, com considerações terminológicas à época (séculos VI-VII), ilustra de maneira engenhosa e perspicaz um sistema de

⁷¹ A versão utilizada foi Pauli Orosii. *Historiarum Adversus Paganos Libri VII*. Edição de Carolus Zangemeister, Lipsia, 1889.

⁷² Edição elaborada por RODRÍGUEZ ALONSO, C., **Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción**. León, 1975.

⁷³ Para tanto, cf. ISIDORO DE SEVILLA. **Etymologías**. Edição de José Oroz Reta e Manuel Marcos Casquero. Versão bilingue latim-castelhano em edição completa. Madrid: B.A.C. 2004.

conhecimentos, no qual o real significado de um objeto ou palavra é desvelado pela sua origem. Também nos utilizamos, dentro dessa pesquisa, do Livro III das *Sententiae*⁷⁴, uma obra de ensinamentos morais que exprimem as ressonâncias do pensamento de Santo Agostinho (de maneira tríplice, com questões dogmáticas, espirituais e morais) e de Gregório Magno (orientada em termos éticos em particular relação com os *Moralia* gregorianos), em que o bispo hispalense particularmente revela um pensamento crítico acerca da doutrina ética e religiosa para a sociedade visigoda, abrangendo dos pobres aos reis.

Para completar o quadro de abordagem literária da história visigoda, utilizamo-nos de duas crônicas tardias: do cronista franco Fredegário⁷⁵, escrevendo um importante relato da história dos francos, mais especificamente, uma continuação da *Historia Francorum*, de Gregório de Tours e a sua direta relação com bizantinos, lombardos, ostrogodos e visigodos. Os eventos relatados por Fredegário tiveram lugar, especialmente, entre os anos de 584-642 e demonstram, duma maneira geral, as atuações políticas visigóticas no período que analisamos. Outro relato tardio, mas que remete ao período analisado é a Crônica Mozárabe de 754⁷⁶. Essa Crônica, também chamada de “*Continuatio Hispana*”, fora composta por volta de meados do século VIII e que traz ricas informações sobre o período do domínio visigótico na Península Ibérica ainda do século VII até o limiar do século VIII. Ambas as crônicas nos auxiliaram no que diz respeito à instabilidade política da Hispania no século VII e, evidentemente, na relação desenvolvida pelos visigodos para com os demais reinos. Igualmente, na questão contextual para os momentos políticos que tiveram lugar no século VII, analisamos algumas epístolas de Bráulio de Zaragoza, trocadas com várias figuras importantes do período, como o próprio Isidoro de Sevilha. O epistolário de Bráulio⁷⁷ revela o crítico momento da política visigoda, especialmente nos anos entre o reinado de Suinthila e Chintila, deixando entrever através dos relatos que a instabilidade fora uma constante por toda a Península.

Conforme salientamos no início deste trabalho, temos como objetivo analisar como podemos entender a construção e o uso da concepção da *Fides* no reino hispano-visigodo, no âmbito político e social. Neste sentido, buscamos a caracterização desta virtude segundo as

⁷⁴ A versão utilizada foi elaborada por CAMPOS RUIZ, J. e ROCA MELIA, I. *Sentencias*. In: **San Leandro, San Isidoro, San Fructuoso: Reglas monásticas de la España visigoda: los tres libros de las Sentencias**. Madrid: Editorial Católica, 1971.

⁷⁵ FREDEGARI SCHOLASTICI *Chronicum Cum Suis Continuatoribus, Sive Appendix as Sancti Gregorii Episcopi Turonensis Historiam Francorum*. Edição de MIGNE, J-P. *Patrologiae Latina* Tomus LXXI, Paris: 1849.

⁷⁶ Versão elaborada por MIGNE, J. P., **Sanctorum Hildefonsi, Leodegarii, Juliani, Toledani, Augustodunensis et iterum Toletani episcoporum Opera Omnia**. *Patrologiae Latinae* 96, Brepols, 1996.

⁷⁷ Utilizamos a edição do epistolário de Bráulio de Zaragoza elaborada por RIESCO TERRERO, L., **Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción**. Sevilla, 1975.

fontes visigodas de carácter jurídico-religioso. Posto que, a idéia de legitimação política vinha atrelada ao campo religioso na sociedade hispano-visigoda especialmente no século VII. Portanto, as remissões de carácter legislativo são frequentes em nossa análise, com base na *Lex Visigothorum*⁷⁸. Esta fonte foi utilizada particularmente para caracterizarmos a concepção legislativa do termo *fidelitas* no Reino Hispano-Visigodo. No aspecto religioso, nossa fonte principal foram os Concílios Visigóticos, em especial os Concílios III, IV, V, VI e VII de Toledo, segundo a versão de José Vives, como já indicamos.

⁷⁸ A versão utilizada foi a de ZEUMER, K. **Leges Visigothorum. Monumenta Germanica Histórica, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I**, Hanniver: Imprensis Bibliopolli Hahniani, 1902.

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES, PODER E TRADIÇÃO: AS TRANSFORMAÇÕES DO LEGADO CLÁSSICO NA ANTIGUIDADE-TARDIA

Há algum tempo a comunidade acadêmica tem dispensado uma atenção especial ao período que denominamos *Antiguidade-Tardia*. Esse momento histórico se apresenta como consolidador dos elementos culturais, políticos, econômicos e sociais que viriam a configurar o futuro medievo da Europa Ocidental. Muito mais que ruptura total com o passado, a Antiguidade-Tardia mostra-se como mantenedora das idéias do período clássico, tanto com elementos gregos quanto do período republicano e imperial romano. Duma maneira geral, as mesmas concepções do mundo clássico foram sendo paulatinamente reinterpretadas, revisadas e novamente introduzidas com novos padrões éticos e ideológicos, clarificadas à luz de uma nova historiografia. O termo ora proposto é derivado da historiografia alemã⁷⁹, na qual a palavra *Spätantike* ilustra um rol infindável de elementos emergentes do mundo clássico greco-romano alicerçando a cultura germânica a partir do século IV da nossa era.

Usualmente, a historiografia considera esse período como sendo balizado entre os séculos IV e VIII da era cristã, compreendendo, nomeadamente, entre o período baixo imperial romano ocidental e a ascensão do Reino Franco-carolíngio. As contribuições historiográficas clássicas de Henri-Irenée Marrou⁸⁰ e Peter Brown⁸¹ nesse sentido foram fundamentais, não apenas sobre as questões cronológicas, mas também, acerca do próprio entendimento do amplo processo político e social inserido no contexto das transformações na Europa desse período, especialmente na bacia mediterrânica; esse recorte cronológico é mais comumente tratado como o momento da transição da Antiguidade ao Medievo. Sobre essas questões, sublinhou Brown que “o estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o mediterrâneo⁸²”, onde por certo, verificamos a efervescência duma série de elementos institucionais clássicos que determinaria a configuração do nascente mundo medieval. E, de fato, as pesquisas históricas têm, nas últimas décadas, desempenhado um importante papel acerca das interpretações sobre o período da transição da Antiguidade Clássica à Idade Média.

⁷⁹ Para tanto ver: OLIVEIRA, W. F. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990.

⁸⁰ MARROU, H-I. *Decadência Romana ...op.cit.*, 1979.

⁸¹ Cf. BROWN, P. *O Fim do Mundo Clássico...op.cit.*. 1972.

⁸² *Idem, ibidem...*p.7.

E, por se apresentar como um período de transição, as construções teóricas mensuradas a partir de sua práxis política, têm demonstrado que essa fase não ocorrera de maneira simples, pois, a contemplação dos variados elementos que caracterizam esse momento da história européia ocidental projetam a um só tempo dois mundos: o clássico tardio e o emergente medieval.

Com efeito, essa fase de transição da Antiguidade Clássica à Idade Média é que encontramos a Antiguidade-Tardia, apresentada muito mais como um momento de permanências e transformações, que atinge principalmente os campos político, cultural, econômico e social e que imprimiria nova face ao mundo mediterrânico ocidental pós-romano. Um período caracterizado, igualmente, por nos fornecer um rico quadro de informações para abordagens, tanto de cunho histórico quanto historiográfico, sobre os mais variados temas. Trata-se, portanto, de um quadro de aspectos múltiplos, cujos elementos nos fazem refletir acerca das transformações, das quais temos indicativos variados às diversificadas áreas de estudo. Conforme sublinhou Marrou (1979, p.15):

Será já tempo de admitir que a Antiguidade tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo: é uma outra antiguidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não por cânones de épocas anteriores. [...] um espírito novo se manifesta nos mais diversos domínios, desde as técnicas materiais e as formas mais externas da existência quotidiana, à estrutura mais secreta da mentalidade colectiva, à idéia, ao ideal que os homens desse tempo conceberam em relação ao mundo e a vida [...]

Portanto, essa “outra Antiguidade” deve ser compreendida a partir da continuidade dos elementos institucionais clássicos e das profundas transformações que, agregados à cultura germana especialmente, produziram um novo quadro político social para a Europa e, para além das formatações de um mundo, viria ela própria a ser o berço da Europa Medieval. Nesse contexto histórico, a práxis política deve ser mensurada a partir das relações desenvolvidas com o mundo emergente, ou seja, na atuação das antigas Instituições políticas de procedência clássica greco-romana em combinação com os elementos da cultura germana. O melhor exemplo para o Ocidente tardo antigo é a Hispania, que dominada por visigodos se projeta, posteriormente, como a herdeira da pretensa púrpura romana que, das transformações no mundo romano, fizera surgir essa “nova Europa”.

1.1 Antiguidade Tardia e as Transformações no Mundo Romano

A idéia de “transformação” para o mundo antigo tem sido proposta há algum tempo por diversos especialistas⁸³, porém, um trabalho em particular merece maior atenção, é o de Walter Pohl⁸⁴. Num estudo seminal, esse autor tem levantado alguns questionamentos para a historiografia acerca do grau de perturbação ou da mudança gradual ao final da Antiguidade que viria a configurar o futuro medievo na Europa ocidental; tratando igualmente outros pontos, como por exemplo, a intensidade com que a comunidade acadêmica tem debatido esses temas. Mas, o questionamento chave das observações do professor Pohl é realmente: Roma caiu? Ou somente foi transformada? O Império foi destruído pelos bárbaros ou a sua decadência foi inevitável devida às razões internas? Atentamente à formulação de respostas para essas e outras perguntas, tem demonstrado que o mundo romano, indubitavelmente, se transformou. Porém, a dúvida suscitada a partir dessa afirmação é justamente: em que sentido as transformações do mundo romano configuraram essa ‘outra Antiguidade’? O próprio Pohl nos dá a trilha para esta complexa resposta: o processo paulatino de integração dos bárbaros ao mundo romano.

Deste modo, afirma Pohl (1997, p.5) que “a integração dos bárbaros tem tradicionalmente sido considerada como ponto de vista, normas e instituições, e explicado a partir do contexto da teoria política romana e conceitos jurídicos”, de maneira que, fundamentalmente há que se atentar para o fato de que:

[...] modos de produção e estilos culturais foram essenciais para esses esforços de integração, mas eles não podem explicar por si próprios porque certos tipos de comunidades prevaleceram e outros declinaram: *gens* ao invés de *civitas*, *regum* invés de *imperium*, duas chaves no desenvolvimento e no processo de “Transformação do Mundo Romano”⁸⁵.

Portanto, tal processo de “integração” foi muito mais amplo que puramente “assimilação” de aspectos políticos ou institucionais romanos, posto que, muitos preceitos

⁸³ Sobre este aspecto: GIBBON, E. **Declínio e Queda do Império Romano**. (Edição abreviada). São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e também GOFFART, W. **Barbarians and Romans, A.D. 418-584: techniques of accommodations**. Princeton: Princeton University Press, 1987, obra na qual o autor analisa particularmente os assentamentos germânicos em espaço romano entre o final do III e o VI séculos. Nessa obra remetemos em especial ao capítulo IV “Settlements in Gaul. The Visigoths” pp.103-126.

⁸⁴ Cf. POHL, W. (ed.) *Kingdoms of the Empire...op. cit.*, 1997.

⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 5: “the integration of barbarians has traditionally been seen from the point of view norms and institutions, and explained from the context of Roman political theory and legal concepts” e mais a frente “modes of production and cultural styles were essential to these efforts of integration, but they cannot explain in themselves why certain types of community prevailed and others declined: *gens* instead of *civitas*, *regum* instead of *imperium*, two key developments in the process of “Transformation of the Roman World”

germânicos prevaleceram sobremaneira às antigas instituições clássicas. Nesse sentido, sugerimos que em vez de assimilação ou simples aceitação dos preceitos político-institucionais romanos por parte dos germanos como forma de integração na sociedade, houve um processo de *reinterpretação* das velhas instituições como forma de integração e que a partir do século VI, de maneira mais particular, sofreram novamente um impacto no sentido ideológico da transformação do mundo romano, que é uma nova forma política à luz do cristianismo.

O processo de integração dos bárbaros foi, com efeito, somente um dos elementos de transformação do mundo romano, pois, correspondeu unicamente a um aspecto dessa nova sociedade, assim como, as questões políticas, institucionais ou religiosas. Notadamente, todos esses aspectos foram, sobremaneira, aliados à intensa burocracia na máquina administrativa romana tardia. Portanto, o trato dessas questões deve ser encarado não apenas como um contexto ou uma realidade, na qual esse processo ocorre de maneira clara. Na Antiguidade-Tardia, as “realidades” dependeram, de forma direta e indireta, de contextos variados, dependentes de relações exógenas não apenas entre o Império e os Reinos, futuros sucessores, mas, também em relação à política imperial romana no oriente, ou puramente, em relação aos próprios germanos, como por exemplo, os Francos, Lombardos, Avaros, dentre outros. As relações entre os bárbaros e o Império Romano podem ser interpretadas à luz das alianças político-militares entre esses. Tratado esse que a historiografia tem usualmente caracterizado como o *Foedus*⁸⁶.

Essas alianças político-militares foram paulatinamente sendo transformadas durante a Antiguidade Tardia. Conforme nos chama atenção Pohl (1997, p.8):

O termo *foedus*, tratado, e *foederati*, federados, mudaram seus significados no decurso da antiguidade tardia. Estudiosos modernos têm adicionado mais outras camadas de significados. Historiadores jurídicos têm adotado o termo *foedus* como um termo técnico para o tratado de Roma concluído com os bárbaros, enquanto que os contemporâneos dizem que poderíamos chamar qualquer tratado de *foedus*. Ao contrário, *foederati* adquiriu um sentido mais moderno que tinham dado os estudiosos da antiguidade tardia⁸⁷.

⁸⁶ O termo é referido em extensa bibliografia, da qual citamos alguns: HEATHER, P. **The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians**. Oxford University Press, 2005, especialmente a p.82 “[...] rendered themselves completely (called in Latin an act of deditio) and were then graciously granted terms in treaty (Latin foedus), which made them imperial subjects [...]” ([...] prestados si completamente (chamado em latim de um ato de deditio) e, em seguida, foram os graciosamente concedidos em termos de tratado (Latim foedus), que os fez sujeitos imperiais [...]); e particularmente ao caso dos visigodos: FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder...op. cit.* p.49 “[...] visigodos reconhecidamente *foederati* do Império Romano do Ocidente desde 417-418 [...]”; e também ROUCHE, M. **L’Aquitaine des Wisigoths aux Arabes 418-781. Naissance d’une region**. Paris: E.H.E.S.S., 1979.

⁸⁷ POHL, W. (ed.) *Kingdoms of the Empire...op. cit.*, 1997, p. 8: “The terms *foedus*, treaty, and *foederati*, federates, changed their meaning in the course of late antiquity. Modern scholarly use has added yet another

Esse novo sentido atribuído ao termo *foederati* esteve ligado, particularmente a partir do século VI, ao sentido grego⁸⁸ e foi usado para a distinção dos contingentes bárbaros dentro do exército romano. Já o termo *foedus* pode ser, de fato, interpretado como “tratado”, pois as fontes tardias denotam essas distinções no trato entre romanos e bárbaros, com relação particularmente a essa terminologia. Ammianus Marcellinus⁸⁹ nos testemunha que desde os tempos do imperador Juliano, por volta de 361, os Alamanos haviam rompido com o tratado (*foedus*) devastando as fronteiras da Raetia⁹⁰, sendo que o “tratado” de paz fora restabelecido apenas com o imperador Valentiniano e o rei alamano Macrinus⁹¹ e, posteriormente, após o ataque das regiões dominadas pelos francos, fez-se novo “tratado” de paz (*foedus*) com o mesmo imperador romano.

Semelhante relação pode ser verificada também no trato entre romanos e godos, como na célebre passagem de Jordanes (*Get. XXVII, 140-141*) ao se referir ao acordo de paz firmado entre o imperador romano Graciano e Teodósio com os Godos por volta de 382, após uma ação militar conjunta entre esses contra visigodos, ostrogodos e alanos. Segundo esse acordo, era permitido aos godos se instalar nas regiões da *Mesia* e no norte da *Tracia*, ao longo do Danúbio e obrigava aos romanos a prestar-lhes subsídios anuais como roupas e

layer of meanings. Legal historians have adopted *foedus* as a technical term for a treaty Rome concluded with the barbarians, whereas contemporaries might call any treaty a *foedus*. On the contrary, *foederati* has acquired a more general sense in modern scholarship than it had in late antiquity”.

⁸⁸ *Idem, ibidem...op. cit.*, 1997, p.8.

⁸⁹ A versão utilizada é de J. C. Rolfe, da Loeb Classical Library vol. II e vol. III versão bilingue latim-inglês. In: AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. II. Liber 20-26**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006; AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. III. Liber 27-31**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1940.

⁹⁰ *Amm. Marc. XXI, 3-1 [...] Dum haec ita aguntur, propinquante iam vere, nuntio percitus inopino ad tristitiam versus est et maerorem. Didicit enim Alamannos a pago Vadomarii exsorsos, unde nihil post ictum foedus sperabatur incommodum, vastare confinis Raetii tractus, nihilque sinere intemptatum manus, praedatorias fusius discurreres [...] em que segue: (Enquanto estes eventos prosseguiam e o perigo se aproximava, percebeu-se com tristeza e sofrimento que eles tinham uma inteligência inesperada. Por saber que os Alamanos tinham pagado tributos a Vadomarius, e tendo feito com ele um tratado (*foedus*), ele [o imperador] antecipou seus incômodos e viu que era desperdício colocar tropas ao longo da Rétia espalhando-se por toda fronteira e não deixando nada desprotegido).*

⁹¹ *Idem, XXX, 3-4 [...] Haec memorantes addentesque utilia, reduxere eum in meliorem sententiam, statimque, ut conducebat rei communi, prope Mogontiacum blandius rex ante dictus accitur, proclivis ipse quoque ad excipiendum foedus, ut apparebat. Et venit inmane quo quantoque flatu distentus ut futurus arbiter superior pacis, dieque praedicto conloquii ad ipsam marginem Rheni caput altius erigens stetit, hinc inde sonitu scutorum intonante gentilium [...] ou na mesma passagem, XXX, 3-7 [...] Periiit autem in Francia postea, quam dum interveire vastando perrupit avidius, oppetit Mallobaudis bellicosi regis insidiis circumventus. Post foedus tamen sollemnem ritu impletum Treveros Valentinianus ad hiberna discessit [...] em que segue: (Recapitulando estas memórias, o rei resolveu adotar uma nova estratégia. O pai foi convidado a vir confessadamente a Monguntiacum e este se mostrou inclinado a fazer um tratado (*foedus*). Quando veio, porém, este se mostrou orgulhoso e arrogante, como sábio, tal como deve ser alguém que quer fazer a paz. Tendo vindo à conferência no limiar do Reno, acompanhado de um grande séquito, fizeram um acordo com seus seguidores [...] Mas depois em Francia [país dos Francos] que foi invadida e destruída, até que tudo fosse devastado por Mallobaudo, e o seu rei massacrado e morto, depois então se fez o tratado (*foedus*), e quando foi ratificado, Valentiniano retirou-se para seus aposentos de inverno em Tréveris).*

comida e, em troca, os godos deveriam servir aos romanos como aliados (*foederati*) do exército. Porém, é importante destacar que no caso dos visigodos em relação ao estabelecimento como *foederati* do Império Romano, é colocada muito antes por Jordanes. O historiador godo fala em um acordo datado ainda ao final do século III com Maximiano, na guerra contra os Partos⁹². Esse mesmo acordo foi mantido pelo imperador Constantino contra Licínio e, mesmo após a morte do rei visigodo Atanarico, o acordo prevaleceu com o imperador Teodósio.

Assim, gradativamente, a reinterpretação das velhas instituições, como no caso do *foedus* que transformava os bárbaros em *foederati*, pode ser vista como parte integrante do processo de transformação do mundo romano, com vistas à nova sociedade romano-germânica. Evidentemente, não fora somente em termos militares que se deram tais transformações, sendo que podemos atribuir tal processo a um campo variado e particularmente rico para abordagens. O legado clássico aos reinos romano-germânicos foi mais amplo, constituindo uma gama infindável de elementos, que conforme sublinhou Pohl (1997), iriam dos modos de produção a estilos culturais, cada qual configurando os aspectos sociais no mundo europeu pós-romanos.

1.2 Relações entre Cultura e Poder: a herança clássica

Decididamente a Antiguidade-Tardia, apresenta-se como uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrânico e da velha Europa, na qual a palavra “Transição” deve ser entendida de forma positiva e inovadora. Ademais, diversas podem ser as formas de interpretações acerca do legado clássico, como no caso da cultura e poder. Conforme nos chamou a atenção, por sua vez Marrou (1979), essas heranças podem variar desde a ‘revolução no vestuário, nova religiosidade, embates entre cristãos e pagãos, dentre diversos outros elementos. Contudo, salientamos que, para além dessas relações, a Antiguidade-Tardia é, deveras, caracterizada pela permanência e transformação dos preceitos antigos, tanto no âmbito urbano quanto em âmbito rural. As cidades e seus característicos modos administrativos do mundo

⁹² *Jord. Get. XXI.*

antigo foram paulatinamente dando espaço a uma nova ordem, em razão da diminuição da função político-administrativa atribuída pelos imperadores romanos a *Pars Occidentalis* do Império desde o final do século II⁹³. Em função disso, é importante identificarmos em tais “heranças” e o que efetivamente perpassa da Antiguidade Clássica à Antiguidade-Tardia, de maneira que possamos incisivamente afirmar que a última toma como reflexos parte do universo da primeira. De modo que, ao se analisar esses processos de permanências históricas, seja em âmbito cultural ou político-social, acabam por nos remeter àquilo que Braudel em meados do século XX qualificou como longa duração⁹⁴.

De maneira característica, o mundo helênico, a partir da constituição da *Cidade-Estado*, usualmente traduzido pelo termo *Polis*, foi marcado pela sua organização política peculiar, genericamente, designando Estados autônomos, com suas leis, moedas e crenças próprias. Em geral, um estabelecimento humano agrupado em torno de um centro *urbano* e dotado de características específicas. Esses Estados autônomos do mundo grego eram diferentes em suas estruturas humanas e espaciais, porém, iguais num aspecto: o fato de que eram identificados como “*polis*” pelos grupos que as compunham, ou seja, o corpo dos cidadãos – os *politai* – homens que tomavam as decisões políticas comuns a todos dentro do seu universo social. Em finais do século IX antes da nossa era, essas novas “organizações políticas” – as *polis* – foram se desenvolvendo e se configurando de maneira específica em cada região e, conforme salientamos, sendo identificadas por meio dos cidadãos ou as “comunidades de iguais”. Portanto, reservadas as proporções, o que caracteriza, de forma geral, as *Cidades-Estado* ou as *Polis*, é o corpo de cidadãos a ela pertencente, os *politai* identificados por meio de suas representações.

Sobremaneira, a polis se revela como um universo político constituído pelos melhores dentre seus cidadãos, idéia manifestada por Isócrates⁹⁵ no século IV a.C.. Com efeito, somente os melhores e mais capazes poderiam constituir esse mesmo universo⁹⁶, o que,

⁹³ Sobre esta questão vide FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder...op.cit.* p.45-47.

⁹⁴ Neste sentido BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p.41-78.

⁹⁵ *Isoc. Areop.*, VII, 13-14. “[...] Todos sabemos que los éxitos se producen y se mantienen no entre quienes han levantado las murallas más hermosas y mayores, ni en los que se reúnen en un mismo lugar con muchos hombres, sino en quienes gobiernan su propia ciudad de la manera mejor y más prudente”, ao que se segue: (Todos sabemos que os êxitos se produzem e se mantém não entre quem tem levantado as muralhas maiores e mais belas, nem no que se reúnem num mesmo lugar com muitos homens, se não naqueles que governam sua própria cidade da maneira melhor e mais prudente). Esta passagem demonstra claramente que, para Isócrates, o universo da polis era, portanto, um espaço definido antes pelos seus representantes e suas ações que por suas estruturas espaciais.

⁹⁶ *Idem*, VII, 22.

para Isócrates é o referencial modelar à idéia de *Polis* / cidadãos foi o exemplo de Atenas, haja vista que é o único modelo do qual temos documentação mais detalhada.

Desde Sólon, Psístrato e Clístenes, a idealização do “estatuto cívico” ganha corpo entre os séculos V a.C. e IV a.C. e é identificado pelo termo grego *isonomia*, a igualdade ou a atribuição dos iguais perante a lei e pela própria lei. Péricles, porém, foi o reformulador do sentido de cidadania, estabelecendo o seguinte critério, conforme sublinhado por Mossé, no qual “[...] seriam cidadãos os filhos de um pai ateniense e de uma mãe ateniense unidos em casamento legítimo”⁹⁷. Nomeadamente, o cidadão ateniense, a partir do século V a.C., é definido primeiramente por seu nascimento, muito embora não seja esse fato determinante para que o cidadão pertencesse à comunidade dos *politai*, justificado pelo fato de que crianças, adolescentes e mulheres não faziam parte dessa comunidade. Nesse sentido, a cidadania é inferida a partir do exercício dos direitos políticos, (MOSSÉ, 2004). O cidadão político que também é identificado como um cidadão de nascimento é, portanto, um componente de um grupo privilegiado por seus direitos políticos, sendo que, para ambas as definições encontramos as qualidades da cidadania. Conforme Mossé (op. cit. p. 62-63) “nota-se que os gregos davam a noção de cidadão a um conteúdo ativo e positivo que implicava a participação real na vida política”, desta forma, inferimos que os gregos criaram não só a política, mas também idealizaram e construíram o sentido de cidade e cidadão.

O desenvolvimento da *polis* supõe um processo de paralela hierarquização e racionalização da vida social. Neste sentido, as construções e idealizações da melhor maneira de vivência no espaço público, parecem dar origem ao que comumente chamaremos de política. A contribuição grega sob este ponto de vista é extraordinariamente inegável à história da humanidade, pois, no plano da vida social, criou-se a necessidade da reflexão consciente por parte do corpo de cidadãos – os *politai* – acerca da sua condição dentro desse mesmo espaço de vivência, de modo que, esses preceitos sociais alargam as barreiras cronológicas do mundo antigo, tendo fundamentalmente um reflexo na Antiguidade-Tardia, pois, esses elementos de forma característica, foram sendo inseridos nos reinos romano-germânicos, a partir da imagem da tradição clássica, projetando, a partir daí, a base de suas transformações. Com efeito, no seio da *polis* nasce também a necessidade de sua gerência, projetando assim concomitantemente, a aparição das Instituições⁹⁸. Na época helênica, essas eram compostas por cidadãos em pleno exercício dos seus direitos, o que em grego

⁹⁷ Cf. MOSSÉ, C. *Dicionário...op. cit.*, 2004, p.62.

⁹⁸ *Idem, ibidem* p.240 “Em toda polis grega encontravam-se as mesmas Instituições: a assembléia, conselho e magistrados” aonde caracteristicamente, as discussões dos rumos da política seriam levadas a cabo por estas Instituições na figura dos *polites*.

encontramos definido pelo termo *polites*. Contudo, ressaltamos que o termo *polites*, que provém desde os tempos homéricos, passou a ser utilizado muito tardiamente e se refere ao cidadão político, fazendo frente ao termo *astos* que significa membro de uma comunidade cívica⁹⁹. Esse conjunto de Instituições, representado pelos *polites* e traduzido pelas suas relações desenvolvidas no mundo grego deram forma à organização política definida como *Politéia*.

A *politéia*, no entanto, não vêm a abarcar tão somente os poderes ou as Instituições do mundo grego, mais do que isso, algumas das estruturas sociais das Cidades-Estado podem ser identificadas dentro da *politéia*, bem como o lazer, a educação, as crenças, dentre outros conjuntos de valores que compõe a sociedade. Essa forma de governo – a *politéia* – quando entendida dentro da práxis social revela por certo o sentido de participação na vida pública. Aqueles que participavam da *politéia* gozavam dos seus direitos comuns à comunidade cívica, ser privado dessa participação em quaisquer de seus níveis significava ser excluído das atividades políticas, ou seja, das atividades da cidade. Participar da *politéia* é integrar o corpo de cidadãos, respeitando o estabelecido pelas leis – *nomói* – conjunto de valores comuns a todos, a alma da cidade, conforme salientou Isócrates¹⁰⁰, numa célebre passagem. O conjunto das Instituições que compõe a *politéia* vem auxiliar na manutenção da ordem social, regidos pelos seus estatutos – as leis – nas quais frequentemente, percebemos o exercício do poder incrustado na práxis política dos seus representantes. O estabelecimento da ordem em forma de práxis política – a *politéia* – indubitavelmente, seria refletido na constituição da política romana e ela própria alimentaria o sentido de política para os romanos até finais da República, cujas ressonâncias podem ser verificadas a partir, especialmente, dos escritos ciceronianos.

Em Cícero, a república romana é ilustrada como uma adaptação à realidade latina por parte da concepção grega de organização político-social, verificada desde Platão e Aristóteles. Contudo, o orador romano fundamenta seu próprio sentido ideológico para a república, no qual define os assuntos políticos ligados estritamente aos interesses do povo¹⁰¹, unidos a uma lei fundante, causa primeira e aspecto determinante do gênero humano. Naturalmente, a acepção ciceroniana a *Res Publica* abarcaria um sistema ajustado entre as instituições da época, nas quais o status da república era salvaguardado por uma forma de governo em que

⁹⁹ Cf. MOSSÉ, C. *Dicionário... op. cit.* 2004, p.242.

¹⁰⁰ *Isoc. Areop.*, VII, 14.

¹⁰¹ *Cic. Rep.* I, 25-39 “[...] *res publica res populi, populus autem [...]*” ([...] A república é coisa do povo [...]) e fundamentalmente importante a passagem mais a frente em I, 32-48 em que se lê “[...] *rem publicam, id est rem populi, appellari putant. itaque et a regum et a patrum dominatione solere in libertatem rem populi vindicari, non ex liberis populis reges requiri aut potestatem atque opes optimatum.*” ([...] é a coisa pública, coisa do povo. e também, à monarquia, ao patronato, a aristocracia, o povo sempre reivindica sua liberdade, ao passo que nunca um povo livre pediu nem aos reis nem aos patronos e aristocratas [...])

teríamos a *libertas* do povo, unida a *auctoritas* do Senado, sob a égide da *potestas* dos magistrados¹⁰², em outras palavras, seria a *Res Publica* o ajustamento entre as principais instituições de poder¹⁰³, ou uma República governada por aqueles que possuíam as principais virtudes. Cícero, no seu livro II sobre República busca esclarecer como se constituiu, histórica e institucionalmente, a *Urbs* romana, sendo visível em sua argumentação, aduzida por meio de elementos convenientes para a defesa de um modelo misto de poder.

O que separa a *polis* grega (modelo vigente apoiado na *politéia*) da *urbs* romana é a constituição histórica de cada uma, vislumbrada pelo projeto desenvolvido ao longo de séculos de permanência no mundo clássico. Essa sedimentação viria a ser propícia a uma orquestração do poder que equilibrasse as diferentes ordens, política e socialmente organizada (*concordia ordinem*). Assim, se explica o fato de que Cícero quisesse protagonizar uma ação política que, sem comprometer as virtualidades da República, repousasse num estadista sábio, no próprio modelo de cidadão político. Com efeito, tais elementos e concepções teóricas acerca do poder e dos que exercem efetivamente a prática política encontrou sua acolhida na Antiguidade-Tardia. Considerando que tais acepções ideológicas constituíram parte do pensamento político nos reinos romano-germânicos.

Ainda que busquemos outros modelos ilustradores da concepção política para a Roma clássica, é em Cícero nossa maior referência. Diversos são seus contributos no sentido da construção idealizadora da constituição política da *urbs*, tais como o tratado nos seis livros *De Re Publica*, dentre outros. A literatura romana tardia bebeu da tradição ciceroniana para a construção do modelo ideal à concepção de império. Idealização que foi tomada após a fragmentação política de Roma no século V e, para a consolidação dos reinos romano-germânicos no Ocidente mediterrânico. As idéias de Cícero vão de encontro a uma tradição romana em processo de dispersão, pois, a instabilidade e as convulsões sociais agregadas às tensões de ordens diversas dentro do próprio seio da política no fim da República denotam que a coesão político-social romana estava igualmente entrando no mesmo processo de fragmentação. Mesmo o *mos majorum*, a invocação tutelar e confiante de *fas*, de *jus*, e *Fides*, referências da tradição cotidiana e política romanas, não seriam suficientes para a manutenção da unidade. Tratava-se, pois, não de alterar ou subverter as instituições, mas regulá-las

¹⁰² Cic. Rep. II, 33-57 «[...] ut et potestatis satis in magistratibus et auctoritatis in principum consilio et libertatis in populo sit, non posse hunc incommutabilem rei publicae conservari statum [...]» ([...][em um Estado] onde os direitos e os poderes dos magistrados e autoridades não estão em consenso, o povo não está livre, a república não tem o poder de conservar seu status (poder, legitimidade). Não pode ter estabilidade nem permanência [...]).

¹⁰³ Sobre estas questões ver igualmente, ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudos de História...op. cit.*, 1984. Especialmente a p. 364 e segs.

eticamente, malgrado os interesses imediatos. Daí a justaposição das concepções da *politéia* enquanto agentes primordiais de concepção política em Roma, mesmo que de maneira transformada pelos ideais dos políticos romanos. Com efeito, a frase de Ênio citada em epígrafe do Livro V da *Re Publica* ciceroniana é justificável: “*moribus antiquis res stat Romana virisque*”¹⁰⁴, de modo que a concepção de Roma estava centrada muito mais em seus homens “*romana virisque*”, e suas virtudes, ou seus hábitos “*Moribus antiquis*”, do que qualquer outra coisa. É nesse sentido que entendemos que o vigor da *Re Publica* romana era, por certo, concentrada em seus homens, ou no conjunto de virtudes que os qualificava à constituição do sentido maior da existência da política.

De fato, o que constituía o cidadão político para Roma eram suas *uirtus*, de modo que não somente na época republicana, mas igualmente em tempos do principado e do império, tais preceitos prevaleceram. Segundo essas questões, tão recorrentes na obra de Cícero, é importante salientar que a *uirtus* era uma acepção interna, diferentemente da *honor* que era externa. Para Rocha Pereira (1984, p.399) há que se atentar para o fato de que as *virtus* são constituídas por uma série de elementos que externam os homens no seu viver em sociedade, evocando até mesmo uma concepção aristotélica do ser em constante formatação e que tais elementos “exprimem idéias como *fides, sapientia, modestia, continentia, aequitas, honos*”, sendo colocadas em ordem de prioridade estabelecida segundo uma relação dos homens com a *res publica*, depois a família e, finalmente, dos indivíduos¹⁰⁵. Com efeito, Roldán Hervás (1991) atenta ao fato de que:

[...] frente as polis gregas, o estado romano não se identifica completamente com a comunidade ou, melhor ainda, não é só a comunidade concreta de cidadãos. A ela se superpõe um conceito abstrato, o de *res publica*, que compreende o conjunto dos assuntos do povo, e rompe assim a identidade absoluta entre corpo cidadão e estado¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Em epígrafe do Livro V *De Re Publica*: (Se Roma existe é por seus homens e seus antigos hábitos)

¹⁰⁵ Cf. ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudo de História da Cultura...op.cit.*, p.399.

¹⁰⁶ Cf. ROLDÁN HERVÁS, J. M. **Historia de Roma, I, Republica Romana**. Madrid: Cátedra, 1991. A citação é da p.131. “[...] frente a las polis griegas, el estado romano no se identifica completamente con la comunidad o, mejor aún, no es solo la comunidad concreta de ciudadanos. A ella se superpone un concepto abstracto, el de *res publica*, que comprende el conjunto de los asuntos del pueblo, y rompe así la identidad absoluta entre cuerpo ciudadano y estado”. Mais adiante, p.132 o autor completa que “Como consecuencia, no es el pueblo el que toma en sus manos directa ni exclusivamente los negocios del estado; éstos son objeto de un delicado reparto entre distintas instituciones publicas, que se agrupan en tres ámbitos, magistraturas, consejo o senado y asambleas, comunes en principio a otras formas de ciudad-estado antiguas, pero en el caso de Roma sujetas a unas peculiaridades [...]” em que segue: (Como consequência, não é o povo o que toma em suas mãos direta nem exclusivamente os negócios do estado; estes são objeto de uma delicada divisão entre distintas instituições públicas, que se agrupam em três âmbitos, magistraturas, conselho o senado e assembléias, comuns em princípio a outras formas de cidade-estado antigas, mas no caso de Roma sujeitas a algumas peculiaridades [...]). Neste sentido, este é um trabalho fundamental para o estudo do funcionamento das principais instituições romanas da época republicana.

Sendo a *res publica* caracterizada, portanto, como um espaço no qual as *virtus* se personificam na imagem dos seus representantes. Se bem que, importa precisar que no período final da época republicana, tais idéias morais foram se revelando de maneira bem mais modesta com a chegada do principado augustano. Já na época de Augusto, as principais virtudes foram a *uirtus*, a *clementia*, *iustitia* e *pietas*; mas não significando que eram somente essas, sendo esse rol clarificado em torno de pelo menos quarenta virtudes diferentes¹⁰⁷. Sobre esse aspecto, comenta Rodríguez Gervás (1991, p.78) que, de todas as demais virtudes imperiais, a *fides* ocupa um lugar de destaque, pois, “é a “virtude” superior do homem, de bem, consistente na aceitação sincera dos desígnios do Estado. Representa, pois, a confiança mútua entre o governante e o governado, para que cada um cumpra com suas obrigações, assegurando-se deste modo o futuro do Império¹⁰⁸”, motivo maior e estabelecimento superior da unidade da *populi* em relação à política, centrada na figura do imperador. Esse sentimento de unidade vigoraria por todo o período alto imperial romano, chegando até a diarquia de Diocleciano. Os panegíricos latinos revelaram, sobremaneira, o trato das virtudes em relação à imagem pública dos governantes, associando-os a um “*status divino*”, celebrando vitórias ou grandes feitos políticos.

Com efeito, um dos principais aspectos do mundo clássico foi a concentração da vida social amparada na *polis / ciuitas*. Tal característica prevaleceu, sobremaneira, desde o século VII a.C. até por volta do século II da era cristã, ao passo que as transformações na bacia mediterrânica iniciada com os Antoninos imprimiram nova face à velha Roma. Sobre esse aspecto, Frighetto (2004) tem destacado que:

[...] desde finais do século II de nossa era, a *polis/ciuitas* vai perdendo paulatinamente sua importância como centro das decisões políticas e econômicas no mundo greco-romano sofrendo uma conseqüente redução no seu papel de difusora da cultura e de valorização social. Contudo ela não desaparece do cenário imperial romano e adapta-se as novas condições: ganha um muro à sua volta para proteger-se de possíveis incursões e ainda manterá suas funções administrativas graças ao processo de mimesis propugnado pela Igreja católica¹⁰⁹.

Tais transformações vieram, indiscutivelmente, alterar o cenário imperial, cujas consequências tiveram ainda no final do século II da nossa era, um momento de apogeu sob a égide de Marco Aurélio (161-180) e com seu filho Lucius Aurelius Cômmodus (180-192). O

¹⁰⁷ Para tanto, remetemos ao seminal estudo de RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión...op. cit.* p.78-79.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem*: “es la “virtud” superior del hombre, de bien, consistente en la aceptación sincera de los designios del Estado. Representa, pues, la confianza mutua entre el gobernante y el gobernado, para que cada uno cumpla con sus obligaciones, asegurándose de este modo el futuro del Imperio”.

¹⁰⁹ Sobre esta questão ver: FRIGHETTO, R. *Da Antiguidade clássica à idade média...art. cit.*, Jan./Dec. 2004, vol.12 [acesso 16 Agosto 2008], p.147-163.

processo de desagregação política de Roma iniciou-se após a era Antonina, marcadamente com a Casa dos Severos, cujo desfecho levou à crise do século III¹¹⁰. O estado e a sociedade romana atravessaram momentos críticos no século III, tanto na política interna quanto na política externa. Contudo, a defesa do Império ainda era o objetivo primordial, cujas atenções gravitavam em torno da figura do imperador. A anarquia militar, que teve lugar particularmente nos fatídicos anos entre 235-284, trouxe severas alterações na sociedade romana tardia, pois, um dos efeitos diretos desse processo de instabilidade política era o desmantelamento das forças que mantinham o Império, atingindo fundamentalmente a figura do imperador enquanto pedra angular e agente regulador da estabilidade social. Contudo, o imperador seria, ainda no século III, aquele ao qual era vinculada a imagem do supremo representante do estado, sendo vinculada a sua imagem pública uma série de títulos honoríficos como *Pater Patriae*, um velho título decretado à Augusto.

Com efeito, o processo de desagregação política iniciado em fins do século II fora agravado pelas turbulências internas e externas do império no decurso do século seguinte e seria contido somente com a ascensão ao Império de *Gaius Aurelius Valerius Diocletianus* ou simplesmente Diocleciano (284-305). Com esse imperador, as insígnias de poder foram restabelecidas à política do Império e, juntamente a elas, as representações ideológicas como os títulos imperiais. Diocleciano agrega ao seu nome imperial o título de “*Pater Patriae*”, que seria retomado novamente por Constantino I (306-337), seu sucessor. No transcurso do século IV a política romana viveria alguns momentos de estabilidade, pois Constantino I soube ajustar os interesses do Império com a representatividade do poder. Nesse sentido, é importante também atentar ao fato de que com o desenvolvimento do cristianismo às portas do Império, desde o início do século IV, as virtudes imperiais vão sofrendo gradativamente uma alteração em seu sentido. O resultado prático disso tudo pode ser verificado a partir do próprio Constantino I e o caráter extremamente sagrado do imperador, como por exemplo, sendo colocado enquanto *sacratissimus* associado logo a termos tais como o *numem* ou o *genius*, caráter essencialmente atribuído à força divina dos deuses, assim como a própria *maiestas*¹¹¹. Porém, dentre todas as *uirtus* imperiais, ainda é na fides a referência maior da manutenção da força política do império. Mesmo com o imperador Juliano em meados do século IV, há o uso exacerbado do dito termo, como numa forma de relação direta com o passado glorioso da época augusta, o Apóstata é colocado por Cláudio Marmetino,

¹¹⁰ Sobre esta questão ver o clássico estudo de MAIER, F. G. **Las transformaciones del mundo mediterráneo**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1972. A edição original (*Die Verwandlung der Mittelmeerwelt*) em alemão é de 1968.

¹¹¹ Cf. RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. *Propaganda política y opinión...op. cit.* p.92-93.

panegirista, como um representante máximo ao qual o povo romano deveria prestar reverências, pois, a segurança do império estava contida na força da *fides* do povo ao imperador, revertida em unidade política, na qual o imperador estava colocado como portador da *libertas* ou a *Romanae libertatis*, fato pelo qual seria o encarregado na luta contra a *barbárie*¹¹². Com Teodósio, após Adrianópolis, em 378, e sua nomeação ao cargo de *magister equitum*, Graciano o coloca como *Augustus*, por volta de 379, sendo sua principal virtude a *clementia*. Essa virtude pode facilmente ser associada à política exterior teodosiana para com os grupos bárbaros, sendo que no seu caso, a *fides* é colocada com um valor essencialmente político, que fora determinante para os acordos, ou tratados (*foedus*) com os Godos, por exemplo. No Império Romano do século V, mantivera-se ainda a tradição de agregar nomes e títulos honoríficos junto ao nome imperial tal como *PIVS* ou *FELIX*.

As entidades políticas que surgiram sobre os antigos alicerces imperiais, as monarquias romano-germânicas, trouxeram consigo a “nova” nobreza romano-germânica que manteve os elementos comuns, quer a tradição da aristocracia senatorial imperial romana, quer do antigo *comitatus* germânico e de toda a sua rede de fidelidades e vínculos de dependência, igualmente existentes no mundo romano. O Império Romano tardio legou, decididamente, tais preceitos políticos aos seus sucessores bárbaros, fato que pode ser verificado na passagem do *imperium* ao *regnum*, sendo reforçado, a exemplo da monarquia visigoda, desde finais do século VI e todo o século VII, cujo alento fora a aceção ideológica do cristianismo niceno.

¹¹² *Idem, ibidem...*p.101-102. Conforme segue na inscrição encontrada no vale do Jordão: *R(O)MANI ORBIS LIBERT (ORI) / TEMPLORUM / (RE)STAVRATORI CVR / (IA)RVM ET REIPVBLICAE / RECREATORI BAR / BARORUM EXTINGTORI / D(OMINO) N(OSTRO) IOVLIANO PERPETVO AVGVSTO*. (LIBERTADOR DO ORBE ROMANO / RESTAURADOR DO TEMPLO / FELIZ EXTINTOR DOS BÁRBAROS / SENHOR NOSSO JULIANO PERPÉTUO AUGUSTO).

1.3 O Cristianismo e as Transformações no Mediterrâneo Ocidental: da *Diocesis Hispaniarum* à *Hispania* Visigoda

...os últimos limites de toda Hispania [...] súditos da verdade de Cristo¹¹³
Tertulliani (155-240)

A epígrafe acima reproduzida demonstra, através das palavras de Tertuliano (155-240), que o cristianismo desde finais do século II estava se estabelecendo por toda a Península Ibérica. Com efeito, no século seguinte, a estruturação cristã fixou suas bases por toda a bacia mediterrânica, e assim se consolidou verdadeiramente como uma instituição de poder que, em termos territoriais já atingia desde a Gallaecia até a Lusitânia e, também, o norte de África¹¹⁴. As primeiras informações sobre a fixação do cristianismo na Península Ibérica são documentadas pelos testemunhos de São Irineu, bispo de Lyon, entre 177-202, que escreve em seu *Adversus Haereses* (Contra as Heresias I, 10,2) sobre a sincronia das Instituições Eclesiásticas cristãs desde finais do século II¹¹⁵ naquela região, evidenciado-se, desse modo, que a estruturação da Instituição eclesiástica já era uma realidade por toda a Hispania e boa parte da bacia mediterrânica.

Por outro lado, a rigor, convém destacar outro fato importante que denota a consolidação das Instituições Eclesiásticas cristãs na Península Ibérica, a intervenção de Cipriano, bispo de Cartago, através de uma carta, sobre a eleição de Sabinus de Astorga e Félix de Mérida para o episcopado, em lugar de Basílio e Marcial, denotando certa estruturação por parte das Instituições eclesiásticas peninsulares, no sentido de organização e

¹¹³ Tert. *Ad. Iud. VII, 610* " [...] *caeterae gentes: ut jam, Getulorum varietates, et Maurorum multi fines, Hispaniarum omnes termini, et Galliarum diversae nationes, et Britannorum inaccessa Romanis loca, Christo vero subdita, et Sarmatarum* [...]" ao que segue: ([...] tais como diferentes raças dos Gétulos, e até as fronteiras múltiplas dos Mauros, e os últimos limites de toda Hispania, e as nações diversas dos Gauleses, dos Bretões – inacessível aos romanos, súditos da verdade de Cristo, os Sármatas [...]).

¹¹⁴ Para tanto vide MACIEL, M. J. **Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996. Conforme nos adverte que "O séc. III será o tempo do crescimento e da consolidação das comunidades cristãs hispânicas [...] quer na Galécia, quer na Lusitânia, o Cristianismo estava perfeitamente implantado e organizado, nos meados do terceiro século da nossa era, sendo aqui objecto (*sic*) de perseguição oficial, como em qualquer outro ponto do mundo romano, e sua vitalidade acompanhada por outras Igrejas, designadamente pela do Norte de África, denunciando a carta do bispo de Cartago, relações estreitas entre as Igrejas africana e hispânica nos meados do século III" p.32 e segs.

¹¹⁵ Segundo nos indica em seus escritos "Contra as Heresias" I, 10,2 "As Igrejas fundadas na Germânia não creem e não ensinam de modo diferente, nem as da Ibéria, nem as dos celtas, nem as do oriente, nem as do Egito, nem as da Líbia, nem as estabelecidas no centro do mundo [...]" p.62. Sobre a questão do "centro do mundo" existe uma controvérsia entre os intérpretes da obra de Irineu, para tanto cf. nota 32 do mesmo. Ver IRINEU DE LIÃO. **Contra as Heresias. Denúncia e refutação da falsa Gnose**. São Paulo: Paulus, 1995.

mesmo, de hierarquização, comprovada por sua epístola¹¹⁶. Esse mesmo processo de estruturação do poder da *ecclesia* encontrou na Antiguidade-Tardia seu espaço para consolidação. O cristianismo surgiu no seio do Império Romano, e passou de força desagregadora do poder imperial entre os séculos I e II, particularmente, à força legitimadora da política desse mesmo poder especialmente a partir do século IV. Com efeito, esse caráter legitimador do cristianismo seria adotado pela política das monarquias romano-germânicas. Conforme tem destacado Frighetto (2007, p.300):

Chama atenção como o cristianismo passou a condição de religião válida e reconhecida, portadora da legitimidade política do governante e de seu “manto” sacro, tanto no mundo baixo imperial romano como nas futuras monarquias romano-germânicas baseadas naquela tradição do passado imperial¹¹⁷.

Portanto, a chegada do cristianismo às bases do poder imperial romano demonstra decididamente, uma das primeiras transformações da Antiguidade-Tardia, no que diz respeito ao legado da tradição clássica, enquanto elemento de permanência nas estruturas de poder. Cabe ainda considerar que os elementos da Antiguidade Clássica greco-romana, no âmbito da política, devem ser observados segundo o próprio contexto daquela época e, não diferente com a Antiguidade-Tardia, aonde é possível verificar que, para além das permanências clássicas devemos observamos que a práxis política estava envolta em todo um processo de transformações advindas de campos ideológicos, econômicos e sociais. A transformação de Império Romano em Império cristão, indubitavelmente, se constitui em um dos acontecimentos que melhor ilustra a transição da Antiguidade Clássica à Antiguidade-Tardia, na qual a permanência de elementos desta “nova sociedade” serviu de base e estrutura à futura sociedade medieval. Nesse contexto, o cristianismo no século III já dispõe de um clero bem constituído que, juntamente com o bispado foi se tornando uma elite perante os cidadãos.

¹¹⁶ *Cyp. Carth. Ep. LXVII. AD CLERUM ET PLEBES IN HISPANIA CONSISTENTES, DE BASILIDE ET MARTIALE. ARGUMENTUM – Cum Basilides et Martialis, episcopi, lapsi essent et libellis idololatriae contaminati, laudat Cyprianus cum coepiscopis clerum et plebe Hispaniarum, quod in locum eorum Sabinum et Felicem legitima electione substituisent; praesertim cum, juxta Cornelii statum, episcopi lapsi ad poenitentiamquidem agenda admitti possent, sed a sacerdotali honore prohiberentur, obiter etiam quaedam attingens de veteri electione episcoporum ritu. Sub Stephano autem scriptam esse, contextus indicat.* (PARA O CLERO E O PERSISTENTE POVO DA HISPANIA, SOBRE BASÍLIO E MARCIAL. ARGUMENTO – Basílio e Marcial, Bispos, tendo se perdido e sido contaminados pelos libelos da idolatria, Cipriano e a sua comunidade religiosa, o clero e o povo de Hispania os substituíram e em seu lugar puseram, por meio de uma legítima eleição, Sabino e Félix; Especialmente de acordo com a decisão de Cornélio e os seus colegas, os bispos perdidos puderam ser recebidos e admitidos [novamente] mas foram eles proibidos a partir daquele momento da honra sacerdotal. Além disso, ele aludiu certos temas sobre o antigo rito de eleição dos bispos. O contexto indicava que esta [o texto] foi escrita durante o bispado de Estevão).

¹¹⁷ Cf. FRIGHETTO, R. *Algunas consideraciones sobre las construcciones art.. cit*, 2007. “Llama la atención cómo el cristianismo pasó a la condición de religión válida y reconocida, portadora de la legitimidad política del gobernante y de su “manto” sacro, tanto en el mundo bajo imperial romano como en las futuras monarquías romano-germânicas basadas en aquella tradición del pasado imperial” p.300.

Brown (2004, p.260) destaca que “em 248, a Igreja de Roma dispõe de um clero com 155 membros [...] no final do século III os bispos cristãos e o clero tornam-se aos olhos dos seus admiradores, uma elite igual em prestígio às elites tradicionais dos notáveis cidadãos”, o que nos períodos posteriores tenderia, seguramente, a se constituir em um dos mais abastados status da sociedade romana tardia.

Em 311, o imperador Galério na qualidade de *Augustus Senior*¹¹⁸, publica um édito que buscava, fundamentalmente, facultar aos cristãos a liberdade de exercer sua religião, e conseqüentemente, colocava fim às perseguições iniciadas por volta de 303, ainda na época do imperador Diocleciano. Uma decisão que, evidentemente, fazia parte de sua política de caráter unificador, interrompida com sua morte no mesmo ano de 311, mas que, no entanto, fora continuada pelo sucessor Constantino I (306-337). Sobre essas questões temos conservado o referido édito através da pena de Lactânio¹¹⁹, tornado público pela primeira vez

¹¹⁸ Em 286 o imperador Diocleciano, ciente das proporções territoriais do Império Romano decide por uma inovação política, com a divisão das responsabilidades imperiais num regime posteriormente chamado de Tetrarquia. A divisão se deu entre Diocleciano, Maximiano, Galério e Constâncio Cloro, ao passo que segundo SILVA, G. V. e MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: EDUFES, 2006. p.199 “uma das principais inovações políticas de Diocleciano foi a criação da Tetrarquia, um sistema de governo que tornava praticamente irreversível a divisão do Império entre dois ou mais titulares como uma maneira de otimizar a administração e defesa do amplo território controlado pelos romanos. Em 286, Diocleciano, ciente do fato de que o Império havia se tornado extenso e complexo demais para ser governado de forma adequada por um só homem, nomeia Maximiano como César com o encargo de reprimir os rebeldes bagaudas, tarefa executada por este com sucesso. Em virtude disso, Diocleciano resolve logo depois investi-lo com o título de Augusto, certamente por temer que a vitória militar de Maximiano sobre os bagaudas o convertesse num usurpador em potencial. Posteriormente, Diocleciano resolver proclamar Galério como César, dando-lhe em casamento sua filha Valéria, após obrigá-lo a repudiar a esposa. Por sua parte, Maximiano eleva ao cesarato Constâncio Cloro, o qual havia se separado de Helena, mãe do futuro imperador Constantino e se unido a Teodora, filha de Maximiano. Constituiu-se, assim, uma autêntica família imperial composta por quatro membros, dois Augustos e dois Césares, que se convencionou denominar Tetrarquia. No ápice, se encontrava Diocleciano, dito *Iovius*, i.e, descendente de Júpiter, que comandava o Império na qualidade de *Augustus Senior*. Em seguida, temos seu auxiliar direto, Maximiano, dito *Herculius*. Abaixo vinham os Césares Galério e Constâncio Cloro. A cada um desses membros foi confiada uma parcela do território romano para defesa e administração, de maneira que, enquanto vigorou a Tetrarquia, o poder se encontrava repartido entre quatro titulares, cada um com uma capital própria, mas a unidade do colégio imperial era mantida pela ascendência do *Augustus Senior*”. Os grifos são dos autores. Uma citação longa, mas necessária, posto que sintetize de forma clara a política da Tetrarquia e a função do *Augustus Senior*.

¹¹⁹ *Lact. De Mort. Persc.34*, “Entre las restantes disposiciones que hemos tomado mirando siempre por el bien y el interés del Estado, Nos hemos procurado con el intento de amoldar todo a las leyes tradicionales y a las normas de los romanos, que también los cristianos que habían abandonado la religión de sus padres retornasen a los buenos propósitos. En efecto, por motivos que desconocemos se habían apoderado de ellos una contumacia y una insensatez tales, que ya no seguían las costumbres de los antiguos, costumbres que quizá sus mismos antepasados habían establecido por vez primera, sino que se dictaban a sí mismos, de acuerdo únicamente con su libre arbitrio y sus propios deseos, las leyes que debían observar y se atraían a gentes de todo tipo y de los más diversos lugares. Tras emanar nosotros la disposición de que volviesen a las creencias de los antiguos, muchos accedieron por las amenazas, otros muchos por las torturas. Mas, como muchos han perseverado en su propósito, y hemos constatado que ni prestan a los dioses el culto y la veneración debidos, ni pueden honrar tampoco al Dios de los cristianos, en virtud de nuestra benevolísima clemencia y nuestra habitual costumbre de conceder a todos el perdón, hemos creído oportuno extenderles también a ellos nuestra muy manifiesta indulgencia, de modo que puedan nuevamente ser cristianos y puedan reconstruir a sus lugares de culto, con la condición de que no hagan nada contrario al orden establecido. Mediante otra circular indicaremos a los gobernadores la conducta

em Nicomédia na *Pars Orientalis* do Império. Contudo, faz-se imperativo salientar que o Édito de Tolerância de Galério de 311 não significou, de modo algum, que as perseguições contra os cristãos cessassem definitivamente. No início do ano de 313, Constantino I e Licínio¹²⁰, reunidos na cidade de Milão, confirmaram o Édito de Galério, através de uma circular igualmente conservada em Lactânio¹²¹. Chamamos a atenção para um problema de interpretação por parte da historiografia no que diz respeito à confirmação de Milão por Licínio e Constantino I. A historiografia tem usualmente interpretado os acontecimentos de 313 em Milão como sendo obra de Constantino a favor da Igreja cristã. Teja (1990, p.142) defende que:

Em finais de janeiro de 313 Constantino e Licinio se reuniram em Milão para coordenar sua política. Segundo a tradição cristã nesta reunião haviam publicado um édito, o chamado Édito de Milão, que havia o suposto reconhecimento oficial do cristianismo. Este suposto édito, que nenhum autor antigo conservou, nunca deveu existir e possivelmente o único que fizeram ambos foi acordar a política religiosa e seguir em base ao desenvolvimento do Édito de Galério de 311. Esta política está expressa na circular que Licinio dirigiu aos governantes do Oriente em 13 de junho de 313 após sua vitória sobre Maximino Daya¹²².

a seguir. Así pues, en correspondencia a nuestra indulgencia, deberán orar a su Dios por nuestra salud, por la del Estado y por suya propia, a fin de que el Estado permanezca incólume en todo su territorio y ellos puedan vivir seguros en sus hogares”. (Entre as restantes disposições que temos tomado visando sempre pelo bem e interesse do Estado, Nós temos procurado com o intento de moldar tudo as leis tradicionais e as normas dos romanos, que também os cristãos que haviam abandonado a religião de seus pais retornassem aos bons propósitos. Com efeito, por motivos que desconhecemos havia se apoderado deles um desprezo e uma insensatez tais, que já não seguiam os costumes dos antigos, costumes que quizá seus mesmos antepassados haviam estabelecido pela primera vez, se não que se ditavam a si mesmos, de acordo unicamente com seu libre arbítrio e seus próprios desejos, as leis que deviam observar e se atraíam a gentes de todo tipo e dos mais diversos lugares. Após emanar nós a disposição de que voltassem as crenças dos antigos, muitos acederam pelas ameaças, outros muitos pelas torturas. Mas, como muitos tem perseverado em seu propósito, e temos constatado que nem prestam aos deuses o culto e a veneração devidos, nem podem honrar tampouco ao Deus dos cristãos, em virtude de nossa benevolíssima clemência e nosso habitual costume de conceder a todos o perdão, temos acreditado ser oportuno estender-lhes também a eles nossa muito manifesta indulgência, de modo que possam novamente ser cristãos e possam reconstruir seus lugares de culto, com a condição de que não façam nada contrário à ordem estabelecida. Mediante outra circular indicaremos aos governadores a conduta a seguir. Assim pois, em correspondência a nossa indulgência, deverão orar a seu Deus por nossa saúde, pela do Estado e pela sua própria, a fim de que o Estado permaneça incólume em todo seu território e eles possam viver seguros em suas casas).

¹²⁰ Licínio foi imperador romano do Oriente (308?-324) era cunhado de Constantino I ao qual se unira para derrotar a Maxêncio (junto a Maximiano outro pretendente ao trono de Roma). Licínio unido a Constantino vence a Maxêncio e em seguida derrota a Maximiano em 313 sendo-lhe facultada a *Pars Orientalis* do Império, até ser traído e derrotado por Constantino em 324.

¹²¹ *Lact. De Mort. Persc.* 48.

¹²² Cf. TEJA, R. **El Cristianismo Primitivo En La Sociedad Romana**. Madrid: Istmo, 1990, p.142 “A finales de enero de 313 Constantino y Licinio se reunieron en Milán para coordinar su política. Según la tradición cristiana en esta reunión habrían publicado un edicto, el llamado Edicto de Milán, que habría supuesto el reconocimiento oficial del cristianismo. Este supuesto edicto, que ningún autor antiguo ha conservado, nunca debió existir y posiblemente lo único que hicieron ambos fue acordar la política religiosa a seguir en base al desarrollo del Edicto de Galerio del 311. Esta política está expresada en la circular que Licinio dirigió a los gobernantes de Oriente el 13 de junio del 313 tras su victoria sobre Maximino Daya”.

Portanto, segundo o historiador espanhol, o que de fato aconteceu é que a verdadeira obra constantiniana ratificou os feitos de seu antecessor Galério, e não propriamente “fundou” alguma ordem na qual a Igreja estaria sob a égide do Império. Com efeito, o “mal chamado” Édito de Milão veio como parte de uma política unificadora iniciada ainda com Galério em 311, na qual, Constantino I, vendo a Instituição cristã como uma força em potencial começa a intervir nos assuntos internos da Igreja, iniciando igualmente uma política de concessão de privilégios a essa (TEJA, 1990). O ápice de sua política com relação à Igreja foi a convocação do grande Concílio de Nicéia em 325 (já na qualidade de imperador único), pois, havia recém derrotado (324) Licínio, aproveitando a ocasião para mostrar-se ante os bispos do Oriente como um imperador pró-cristãos. Tais informações estão contidas fundamentalmente dentro dos escritos de Eusébio, bispo de Cesaréia, especialmente em seu *Vita Constantini* e seu *Laudes Constantini* (panegírico escrito por ocasião do seu 30º aniversário de acesso ao trono, e que em grego é chamado de *Triakontaetericos*)

Com efeito, fora essa Instituição de poder herdada por Constantino I que, teria por função, regulá-la de acordo com a política do Império. Porém, essa “Igreja de Constantino” é bastante diferente da Instituição Eclesiástica primitiva dos séculos I e II, haja vista que a consolidação do cristianismo no século IV trouxe consigo profundas transformações em toda a bacia mediterrânea, mas, especialmente no que diz respeito às relações entre a Igreja (como elemento legitimador do poder) e o Império (fundamentado segundo as concepções ideológicas da bandeira cristã). O papel de Constantino I nesse contexto é, deveras, primordial, posto que a vitória do cristianismo e as transformações decorridas no âmbito social afetaram igualmente todas as estruturas de poder que se configuravam naquele momento, tais como, por exemplo, os grupos aristocráticos romanos, os chamados *potentes* do Império. Já no Império Romano tardio é bem claro o posicionamento desses grupos de nobres (*nobiles*) em relação ao imperador e à Instituição cristã, com o desenvolvimento de um sistema de alianças entre os servidores imperiais, os grandes latifundiários e os cristãos.

No século IV, a nobreza fundiária era, de fato, o segmento que cada vez mais se fortaleceu, pois, de maneira bem explícita, traduzia voluntariamente posições hierárquicas dentro de um Império já em processo de desestruturação política, o qual relações de poder eram transcendentais. A nova comunidade cristã passa, por certo, a constituir igualmente um grupo de *nobiles* dentro da hierarquia societária baixo imperial romana, que também, não seria diferente nas províncias do Império, como na Gália e Hispania, com a constituição das aristocracias locais. Evidentemente, para a Península Ibérica, a nobreza fundiária constituiu-se como elemento principal da sociedade, em detrimento da referência urbana, posto que, na

propriedade rural se configuraram novas formas de relações de poder concentradas especialmente entre dois segmentos: os grandes latifundiários e a massa camponesa¹²³. Portanto, os cristãos, agora inseridos nas estruturas de poder do Império Romano, foram aos poucos se constituindo como um terceiro segmento e, mais tarde constituiu-se como o estrato social mais forte da hierarquia societária tardo-antiga. Importa precisar que, nesse entremeio, correlativo aos séculos IV-V, a comunidade cristã ainda não era, de forma alguma, dominante enquanto segmento social.

Segundo Brown (2004) “a comunidade cristã que cresce paralela à cidade antiga está longe de ser dominante no século IV [...]”¹²⁴, de maneira que, o desenvolvimento e mesmo a ampliação das comunidades cristãs no limiar do século V sentiram ainda um novo impacto devido às alterações sociais ocorridas no ocidente mediterrânico, que foram as invasões germânicas, que vieram *per si* configurar-se como outro processo de transformação da sociedade Ocidental na Antiguidade-Tardia. Em finais do século IV foi determinante também o fortalecimento da Instituição Eclesiástica cristã no Ocidente com o surgimento de figuras importantes, dentre outras não menos importantes tais como, o papa Leão em Roma, Agostinho de Hipona, Ambrósio Bispo de Milão e João Crisóstomo em Constantinopla. Figuras essas que vêm a fortalecer muito o poder da Instituição perante a comunidade cristã, agora tanto no Ocidente quanto no Oriente e no norte de África, ou seja, na bacia mediterrânica e desempenhar um papel paralelo à fixação do pensamento cristão que perdurou por todo o período tardo-antigo e medieval.

O fortalecimento da ideologia cristã na tardo-antiguidade teve ainda a contribuição do pensamento de outros escritores cristãos como Lactâncio, Eusébio e Basílio (ambos de Cesaréia), Gregório de Nissa, Jerônimo de Aquiléia, Hilário de Portiers, dentre vários outros. Com efeito, esses pensadores teceram a estrutura ideológica do pensamento cristão na Antiguidade-Tardia, quando as analogias entre seus escritos projetam a imagem de um Império cristão, portanto, a necessidade de cidadãos cristianizados.

A *potestas* do imperador romano nesse momento pode ser traduzida como o ajustamento de poder entre as Instituições: a aristocracia, os latifundiários, a Instituição

¹²³ FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder... op. cit* p.62 e segs. Vide igualmente DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. **Estructuras de gobierno local en la Antigüedad tardía. Un estudio regional: el NO. de la Península Ibérica en el siglo V**, Studia Zamorensia, VII, 1987. Onde ambos os autores concordam sobre a importância de posicionamento assumida pelo campo em relação aos centros urbanos será uma das principais características da Antiguidade Tardia. Nesse sentido inferimos que o processo relacionado pelos historiadores supracitados pode igualmente ser entendido como uma transformação da sociedade ocidental na transição da Antiguidade Clássica à Idade Média.

¹²⁴ Cf. BROWN, P. Antiguidade Tardia. In: VEYNE, P. (org.) **História da Vida Privada**. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. A citação é da p. 270.

Eclesiástica e o povo. Concomitantemente a tudo isso, novas concepções de poder ilustram, sobremaneira, essa emergente sociedade mediterrânica tardo-antiga, pois, o imperador passa a ser encarado como o portador das virtudes morais em que as forças do império se assentavam. Com efeito, os preceitos morais como *iustitia*, *pietas*, *clementia*, e a própria *fides*, plataformas ideológicas das relações de poder, ganham outra conotação segundo a luz da Igreja cristã e nos interessa muito mais os atos advindos por essas relações que propriamente o conteúdo da mesma.

A crise do século III demarcou, por certo, um momento crítico da sociedade romana, em particular em sua *Pars Occidentalis*, que contara com inúmeras revoltas locais e usurpações contra o poder imperial, partindo muitas vezes dos próprios romanos, ou mesmo de tribos germânicas. As aristocracias senatoriais locais ou mesmo regionais constituem-se enquanto o baluarte desse processo político e cada vez mais percebemos ações contra o poder imperial, uma vez alijados do centro de decisões políticas e baseados em certa autonomia administrativa em relação à Roma, em especial pelas províncias mais distantes como no caso da Britania, Gália ou Hispania¹²⁵. De fato, tem-nos chamado atenção Arce (1978, p.257) que o termo “crise”, para o século III, abarca uma série de elementos constituintes, de modo que, pode e deve ser entendida a partir do amplo complexo que era a sociedade tardo romana, cuja conjuntura atenderia aos mais diversos aspectos tais como economia, poder político, sociedade, as concepções religiosas, arte, cultura, ou seja, a vida social como um todo. Com efeito, no que diz respeito à Hispania, a crise do século III tem sido denominada pela historiografia como “anarquia militar”¹²⁶ que é o período compreendido entre a morte de Alexandre Severo (235) e a subida ao trono de Diocleciano (284). Contudo é nesses momentos decisivos da história romana tardia que o cristianismo vai se fixando e tomando o seu espaço dentro do complexo social romano. O século III significou ao cristianismo um momento de inflexão e o estabelecimento de sua condição de religião “visível”, da qual tem salientado Filoramo (2006, p.231) que “na primeira metade do terceiro século, por outro lado, um período decisivo para a transformação do cristianismo em “religião visível”, estão sendo

¹²⁵ Cf. FRIGHETTO, R. *Cultura e poder...op.cit.*, p.46-47.

¹²⁶ Para tanto vide ARCE, J. *La crisis del siglo III d.C...art. cit.*, p.260, “la reciente historiografía española ha centrado el problema de la crisis del siglo III en el periodo denominado en la historia romana como “anarquía militar”, y ha concretado su motivación fundamental en un hecho histórico específico: la invasión de pueblos francos a mediados del siglo y la (supuesta) de alamanes en su segunda mitad”. (a recente historiografia espanhola tem centrado o problema da crise do século III no período denominado na história romana como “anarquia militar”, e tem concretizado sua motivação fundamental em um feito histórico específico: a invasão de povos francos em meados do século e a (suposta) de alamanos em sua segunda metade). E também o interessante artigo de Cervantes, Y. P. **La crisis del siglo III en la historiografía española**. In: *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, t. 13, 2000, p.469-492.

lançadas as bases para este processo”¹²⁷, ou seja, o cristianismo toma impulso e decididamente é reconhecido como parte integrante da sociedade romana a partir da metade do século III, mesmo que no caso, no período a que referimos, seu caráter “integrante” seja representado como um problema. Os anos que separam a vitória de Constantino I na Ponte Milvio em 312¹²⁸ até a morte de Gregório Magno em 604 é o período de gestação da nova sociedade mediterrânica Ocidental em torno de um Império amparado na tessitura ideológica da religião. A rigor, verificamos que tais estruturas permaneceram no mundo Ocidental mesmo após a derrocada política do Império Romano em 476, posto que o cristianismo fosse o suporte ideológico das articulações do Império, cujo caráter unificador foi bandeira política de vários imperadores que seguiram Constantino I, como no caso de Valentiniano I (364-375) ou Teodósio I (379-395).

O mundo romano tardio, já frágil em suas estruturas internas, sofreu ainda com aquilo que Riché (1979) chamou de “avalanche bárbara”¹²⁹ principalmente entre os anos de 376-423. Várias tribos germânicas, no último quarto do século IV, invadiram e saquearam diversas regiões do Império como os Francos, Visigodos e Ostrogodos; e mais tarde, já no limiar da quinta centúria, o mundo romano tardio adentra num processo histórico cujas inflexões estariam destinadas a influir sobremaneira o destino da futura Europa, configurando assim uma nova sociedade. Iniciou-se o processo de conquista dos territórios de domínio romano naquilo que os historiadores alemães chamaram de “*Völkerwanderung*” (migração de povos), muitas vezes através de acordos (*foedus*) realizados entre os germanos e os romanos.

Por volta de um século transcorrerá entre o Édito de Galério junto da confirmação de Constantino I e a chegada dos bárbaros na parte Ocidental do Império. Todavia, a força do cristianismo no limiar do século V foi, deveras, determinante. É importante frisar, no entanto, que o propósito do presente capítulo é verificar as ações do cristianismo em relação com a política no mundo tardo-antigo, dando um relevo maior ao caso da Hispania, ao que nos determos de maneira mais cuidadosa. Contudo, estamos cientes de que o cristianismo atingiu os mais diversos patamares da política imperial romana nas suas diversas províncias e que, após o processo de invasão / migração, que levou a constituição dos diversos reinos romano-

¹²⁷ Cf. FILORAMO, G. Alla ricerca di un' identità cristiana. In: FILORAMO, G. E MENOZZI, D. **Storia del cristianesimo: l'antichità**. Bari: Laterza, 2006, p.231 “nella prima metà del III secolo, d'altro canto, un periodo decisivo per la trasformazione del cristianesimo in religione visibile, si gettano le basi per questo processo”.

¹²⁸ Batalha decisiva ocorrida na Ponte Milvio em outubro de 312 entre Constantino I e Maxêncio, na qual o primeiro sagrou-se vencedor. O motivo subjacente à Batalha foi o controle dos territórios ocidentais do Império. Uma referência fundamental sobre a Batalha da Ponte Milvio pode ser verificada em *Lact. De Mort. Persc.* 44, 1.

¹²⁹ Cf. RICHÉ, P. **As invasões bárbaras**. Lisboa: Europa-América, 1979, p.45 e segs.

germânicos, o suporte ideológico do cristianismo foi inegável, atingindo variados níveis de influências sobre as novas sociedades como no caso dos Francos ou dos Ostrogodos.

Não nos deteremos, fundamentalmente, no processo de conversão dos visigodos ao catolicismo niceno, posto que não seja esse o mote da nossa pesquisa. Com efeito, abordaremos o processo de influência do cristianismo nas bases do poder dos godos, quer dizer, o grau de influência exercido pelo cristianismo, na atuação da Igreja visigoda, junto ao poder régio, como um capítulo importante à constituição da história política do mediterrâneo ocidental. É inegável que o processo de conversão visigoda em finais do século VI teve um papel determinante nos rumos políticos do Reino Hispano-visigodo. Contudo, é importante ressaltar que, no caso visigodo especialmente, tal processo de política e religião se confundem e, ao mesmo tempo em que ambos conferem legitimidade um ao outro, também limitam seus poderes, ficando em meio a esse embate a sociedade.

Percebemos, no entanto, que mesmo após a conversão visigoda ao cristianismo niceno em finais do século VI, havia ainda a permanência de elementos culturais, políticos e religiosos que caracterizavam uma forma de “religião popular” no Ocidente tardo antigo¹³⁰. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa religião popular estava imbuída principalmente na parcela da população rural, porém não significando que grupos sociais urbanos não mantivessem a mesma prática. Validamente, a atuação da Instituição Eclesiástica cristã foi decisiva para a configuração da nova sociedade Hispano-visigoda. Ademais, a política régia revestiu-se de um caráter excepcionalmente cristão, dando vistas às práticas políticas dos imperadores romanos da época baixo imperial, cuja imagem do *imperator christianus sacratissimus* tem eco na imagem do *rex clementissimus* dos godos.

¹³⁰ Sobre este aspecto: LÓPEZ CAMPUZANO, M. **Obispo, comunidad y organización social: el caso de la Vita Emiliani**. In: Antigüedad y Cristianismo VII. Cristianismo y Aculturación en tiempos del Imperio Romano. Murcia, 1990; e também FRIGHETTO, R. *Cultura e poder...op.cit.*, 2000; TABACCO, G. Il cristianesimo latino altomedievale. In: FILORAMO, G. e MENOZZI, D. **Storia del cristianesimo: il medioevo**. Bari: Laterza, 1997.

CAPÍTULO II INSTITUIÇÕES DE PODER NA HISPANIA VISIGODA

Ao estudarmos a Hispania Visigoda, fundamentalmente partimos do princípio de que, *à priori*, ela foi o resultado prático de uma dupla herança: de um lado, o legado romano, ilustrado pelas próprias províncias hispânicas da época baixo imperial e que abarcava em seu ínterim os modelos jurídicos e as instituições administrativas romanas; de outro, a herança germana dos godos e suas formas organizativas como, por exemplo, o direito consuetudinário e as relações sociais caracteristicamente tribais; e, *à posteriori*, que para se abordar as instituições de poder e, mesmo a própria idéia de poder e política no reino hispano-visigodo, para além do legado clássico greco-romano na Antiguidade-Tardia e da herança germana, há que se ressaltar que o reino visigodo da Gália no século V desempenhou um importante papel dentro do processo de institucionalização política da monarquia visigótica e, consequentemente, a hierarquização da sociedade na Península Ibérica.

Com efeito, a sociedade hispano-visigoda é o resultado prático do ajustamento entre as principais instituições de poder, por um lado o legado romano da época baixo imperial, e por outro, a cultura germano-visigoda. Logo, conforme demonstramos no capítulo anterior, o maior legado do mundo clássico para a Antiguidade-Tardia foi a política e, junto dela, as instituições e formas organizativas inerentes ao processo, nas quais se está inserida, estabelecendo uma ordem entre a práxis e as concepções ideológicas do poder. As instituições políticas romanas se mantêm dentro do universo romano-germânico como fundamento da nova sociedade visigoda na Hispania. Buscaremos, portanto, a seguir, estabelecer um vínculo entre as principais instituições de poder na Hispania visigoda procurando relaciona-las entre si a partir do elemento primordial da unidade, a *fidelitas* e, a partir daí, traçarmos um paralelo com o seu contraponto, a saber, a infidelidade. Essa relativização será buscada a partir dos elementos constituintes da monarquia visigoda, tais como, a Instituição Eclesiástica com a legitimação do poder régio, nos grupos nobiliárquicos, correlacionando com o contexto da Hispania visigoda no século VII, procurando inferir acerca da unidade político-religiosa e, finalmente, política e tradição, identificando as virtudes régias. Importa precisar que, em todos os elementos propostos à apreciação, não traçaremos uma história serial da política visigótica, mas, buscaremos a identificação unicamente das contribuições desses grupos para o processo de consolidação e institucionalização da política visigoda. Objetivamos, a partir

desses elementos, uma relação direta com as rebeliões na Hispania no século VII, de maneira mais acurada através do exemplo de Iudila.

2.1 A Monarquia

A monarquia foi, decididamente, a instituição de poder mais importante para a Hispania visigoda e, mesmo, segundo sublinhou por sua vez Pablo Díaz Martínez (1998, p.15)¹³¹ “[...] a única instituição política claramente definida e regulada na história visigoda [...]” e que prevaleceu até a tomada muçulmana em 711. Essa instituição de poder apresentava-se dentro de um processo político distinto e nitidamente alicerçado em elementos teóricos advindos das concepções legadas do universo clássico greco-latino que, para o caso visigodo, resulta igualmente de uma estabilidade econômica e social. Nesse sentido, o surgimento das instituições de poder é um consequente processo inerente ao contexto social da Hispania.

Cabe enfatizar aqui que a construção da “monarquia ideal” perpassava os elementos legados pelo mundo clássico greco-romano que, na Antiguidade-Tardia sofreriam por seu turno, a interferência de todo arcabouço ideológico do cristianismo. Conforme salientou Frighetto (2006, p.166): “[...] a construção ideológica da “monarquia ideal” nos primórdios da Antiguidade Tardia passava, necessariamente, pela união dos elementos teóricos relacionados à tradição clássica greco-latina e suas novas interpretações cristãs [...]”, com o intuito maior de centralização do poder na figura do *rex*. Uma vez delineadas as principais acepções acerca da organização política visigoda, entendemos o processo de transformações que se executou no cume do poder para a história visigótica na seguinte forma: monarquia guerreira, a concepção do *regnum*, significação romana oriental do poder e, por fim, o *regnum christianum*.

A “monarquia guerreira”, portanto, pode ser entendida como sendo uma primeira fase de ajustamento político godo no espaço do antigo mundo romano. Nesse sentido,

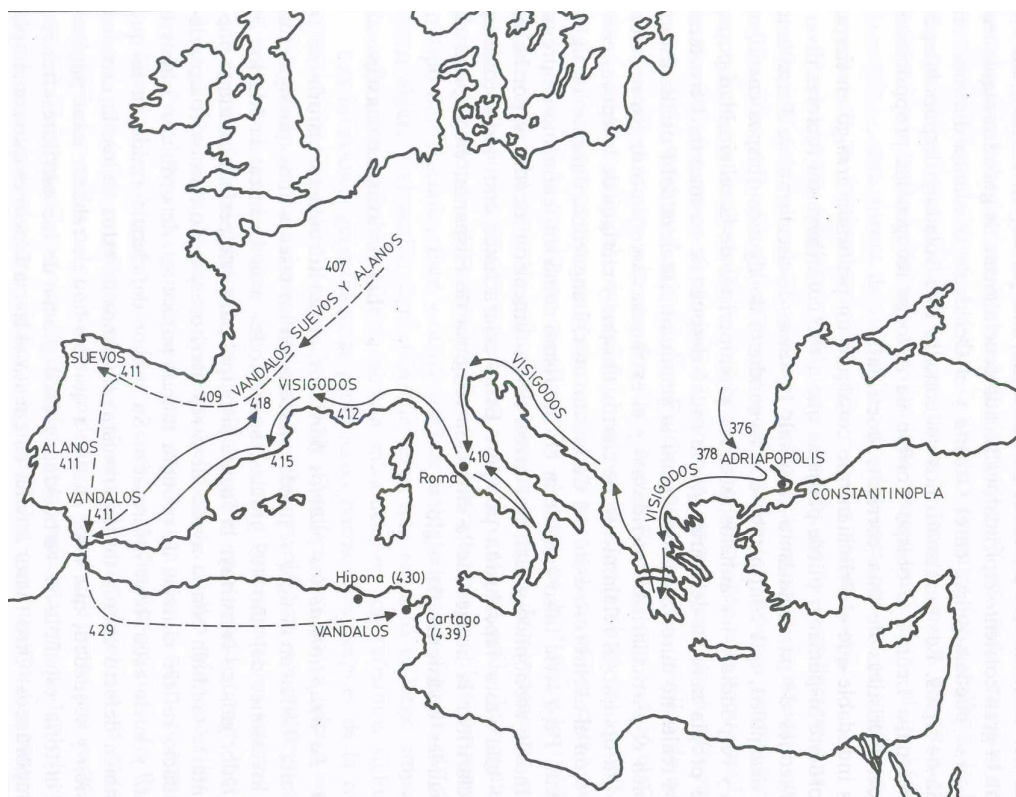
¹³¹ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Rey y poder...art. cit.*, 1998, p.175 “[...] la única institución política claramente definida y regulada en la historia visigoda [...]”.

conforme observou o professor Díaz Martínez (1998)¹³² “[...] as denominações tribais entre visigodos e ostrogodos adquiriram significado político somente no século IV [...]”, ao passo que, decididamente, esse processo surgiu como o resultado direto do contato bárbaro com o sistema político baixo imperial romano, o qual alterará toda a noção de política e de poder para essas tribos bárbaras, com a consequente hierarquização da sociedade e, em seguida, a influência da presença dos hunos na criação de “confederações tribais” (idem), criadas a partir de subgrupos de parentesco menor.

A entrada dos godos no espaço de domínio político do Império Romano tem um duplo significado; *à priori*, o enfraquecimento político-institucional do Império na sua *Pars Occidentalis* que culminou na sua fragmentação política no último quarto da quinta centúria; *à posteriori*, que a entrada desses grupos bárbaros, por vezes em ondas migratórias, representou a paulatina integração entre os grupos nobiliárquicos e as aristocracias regionais, tanto galo-romana quanto hispano-romana, no intuito de adquirir melhores posições sociais frente ao Império frágil¹³³.

¹³² *Idem, ibidem*, 1998, p.176 “[...] las denominaciones tribales entre visigodos y ostrogodos adquirieron significado político solamente en el siglo IV [...]”

¹³³ Idéia já defendida em FRIGHETTO, R. *Cultura e Poder... op. cit.* 2000. E, mesmo retomando essa posição *à fortiori* In: FRIGHETTO, R. **Política e Poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível**. História Revista: Goiânia, v.11, n.1, jan. / jun. 2006, pp.161-177. Importante notar também que compartilham desta mesma opinião ROUCHÉ, M. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes. Naissance d'une région**. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1979 e também PEREZ SANCHEZ, D. **El Ejército en la Sociedad Visigoda**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.



Migrações germânicas nos séculos IV e V no Mundo Mediterrâneo.

FONTE: ORLANDIS, J. Historia de España, op. cit., 1987, p.23.

A institucionalização da política visigótica proporcionou a estruturação do poder em torno de um espaço territorial definido; num primeiro momento exposto na Gália e, após 507 na Hispania, caracterizado desde o início dos assentamentos dos godos no espaço territorial romano por diversos elementos, tais como, a utilização de títulos e funções oficiais romanas e, mesmo em alguns casos, os godos buscam cidades antigas sedes de poder romano. Contudo, essa forma “política” ainda mantém um antigo regime tribal, no qual o *Reik* era, em sua essência, o chefe militar, fato que verificamos desde Alarico I (395-410) pelo menos até Walia (415-418), quando em 418 há novamente o acordo de *foederati* no qual os godos, assentados na Gália, passam a “prestar” serviços militares aos romanos em troca de grãos ou terras cultiváveis. Concordam Díaz Martínez (1998) e Burns¹³⁴ (1994) que o *foedus* iria, portanto, constituindo-se como um espaço livre, com suas próprias regras e condutas, transformando suas próprias instituições, o que visto de outra forma, pode ser entendido como sendo o processo em que os godos fundam uma monarquia dentro do império dos romanos. Alarico I manteve o acordo de *foederati* com o imperador romano Teodósio I até a morte

¹³⁴ Para tanto BURNS, T. S. **Barbarians within the Gates of Rome: a study of roman military policy and the barbarians, ca. 375-425 A.D.** Indiana University Press: Bloomington, 1995, especialmente p.111-283.

desse no ano 395, ano em que já governava Roma o filho de Teodósio, Honório. Após a morte de Teodósio, Alarico I rompe com Honório e os godos adentram os portões de Roma saqueando-a em seguida, conforme nos testemunha Jordanes (*Get.* XXX, 156), fato que demonstrava não só a fragilidade de todo o sistema político imperial romano de defesa especialmente, mas também, a possibilidade de independência dos godos desse mesmo sistema. A invasão e o saque de Roma por Alarico I, em 400, representa um passo decisivo no processo de institucionalização da monarquia visigoda, pois, com ele, o esquema tribal de organização passa a ser encarado como um meio de transformação paulatina e de desenvolvimento institucional, no qual se verifica nitidamente que a monarquia passa a estabelecer um distanciamento do povo e da aristocracia goda, suprimindo alguns costumes tribais, deixando com isso seu claro posicionamento de *status* em posição privilegiada¹³⁵.

Conforme o testemunho de Jordanes¹³⁶, após a morte de Alarico I em 410, o reino foi entregue ao seu cunhado, Ataulfo, famoso por sua inteligência e beleza, que governou até 415 quando foi assassinado pelos seus pares em Barcelona. Esse rei desenvolveu um governo muito próximo de Roma, sendo destacado em termos políticos, segundo as palavras de Olympiodoro (frag. 24)¹³⁷ por sua "*romanitas*". O posicionamento de Ataulfo para com a romanidade clarifica o sentimento de institucionalização da monarquia goda frente a um modelo, o romano, mas que *per si*, é dotado de características germanas. A sucessão de Ataulfo se deu por Sigérico, o qual teve um governo efêmero e o mesmo destino de seu antecessor no ano de 415; em verdade, seu governo deve ter durado pouco mais que alguns dias. Com efeito, salientamos que a contribuição para a constituição da monarquia visigoda pela "tríade" *Alarico I, Ataulfo e Sigérico* aparece ainda com uma relação primária entre a cultura tribal e a constituição do reino, pois, foram essencialmente chefes militares. A relação mantida entre estes *rex gothos* e os seus pares era pautada nos laços do *comitatus* germano, e em consequência disso, denominados como "rei dos godos" e de maneira mais sintética chamamo-los de *monarquia guerreira*.

Após a efêmera passagem do governo de Sigérico em 415, Walia, homem severo e prudente¹³⁸, assumiu as dignidades do reino visigodo entre 415-418. Com esse rei, os visigodos "fundaram" efetivamente um *Regnum*, pois, se estabeleceram na Gália com o acordo de *foederati* do Império, selando as pazes com os romanos¹³⁹. De acordo com a

¹³⁵ Opinião expressada por DIAZ MARTINEZ, P. C. *Rey y poder...art. cit.* 1998, p.180.

¹³⁶ *Jord. Get.* 158.

¹³⁷ DIAZ MARTINEZ, P. C. *Idem...art. cit.* 1998, p.179-180.

¹³⁸ *Jord. Get.* 164.

¹³⁹ Conforme Frighetto, R. *op. cit.* 2006, p.168.

Crônica de Hidácio, o acordo de paz entre Walia e o imperador romano Constâncio III se firmou por volta de 416, e nele os godos se comprometeram a lutar a serviço do Império contra o ataque de outros povos bárbaros, assentados na Hispania¹⁴⁰. Walia desempenhou um papel importante dentro do processo de institucionalização da monarquia, fazendo as honras da passagem dessa ao *regnum* visigótico, pois, a partir dele os visigodos se estabeleceram na Aquitânia, tomando a cidade de *Tolosa* [Toulouse] como capital régia. Mas, é com Teodorico I (418-451), sucessor de Walia, que os visigodos iniciaram um processo político que, mais tarde chamaremos de monarquia romano-germânica, pois, seu governo fora pautado em elementos essencialmente romanos.

Com efeito, Teodorico I conservava consigo o caráter de chefe tribal, porém, dotado de fundamentos novos, romanos, como os títulos e tratamentos de corte¹⁴¹, determinantes aos seus sucessores, a saber: Eurico (466-484) e seu filho Alarico II (484-507). Pai e filho foram os últimos reis visigodos da Gália, desempenhando um papel determinante na consolidação da monarquia visigoda em termos institucionais, pois, a emissão de leis por parte de ambos pode ser entendida sob a ótica de um duplo significado, *à priori*, a *continuatio* das ações políticas e formas organizativas romanas, e, *à posteriori*, um claro intento de regulamentar as atividades e a vida social dentro do reino, como formas legitimadoras de sua independência dos romanos. Eurico, percebendo a instabilidade da política imperial romana e, vendo que os imperadores romanos se sucediam rapidamente uns aos outros no trono, tratou de estabelecer seu domínio na Gália¹⁴².

Quando o imperador romano Antêmio recorreu, por volta de 469, a sua ajuda contra os bretões de Riotimo, estabelecidos na cidade de Bourges, a monarquia já era uma instituição definida. Prontamente, Eurico o atendeu com um exército de visigodos provenientes da Galícia e da Lusitânia, com aproximadamente doze mil homens, fazendo com que os bretões se retirassem até Lyon, na Gália. Percebendo a instabilidade do Império, Eurico tomou as cidades de Arlés e Marselha (*Jord. Get.* 244), assenhorando-se também da Aquitânia e da Narbonensis por meados de 476 e, após a caída do imperador romano Julius Nepos, não reconheceu Rômulo Augústulo como novo imperador, subjugando todas as antigas províncias romanas da Hispania sob sua égide, submetendo em seguida os exércitos burgúndios de

¹⁴⁰ Hydt.Chorn. a.417.: “*Vallia, rex Gothorum, Romani nominis causa intra Hispanias caedes magnas efficit barbarorum*” (Walia, rei dos Godos, em nome da causa romana adentra a Hispania causando a matança de muitos bárbaros).

¹⁴¹ Ainda que não tenhamos a exatidão desses títulos e tratamentos, importa precisar que o efeito dessas transformações na política visigoda do Reino de Tolosa foi determinante nos reinados subsequentes com Eurico e, posteriormente, com o seu filho Alarico II, especialmente, no que concerne à elaboração de leis escritas e a efetivação da monarquia germana frente ao Império Romano.

¹⁴² *Jord. Get.* 237.

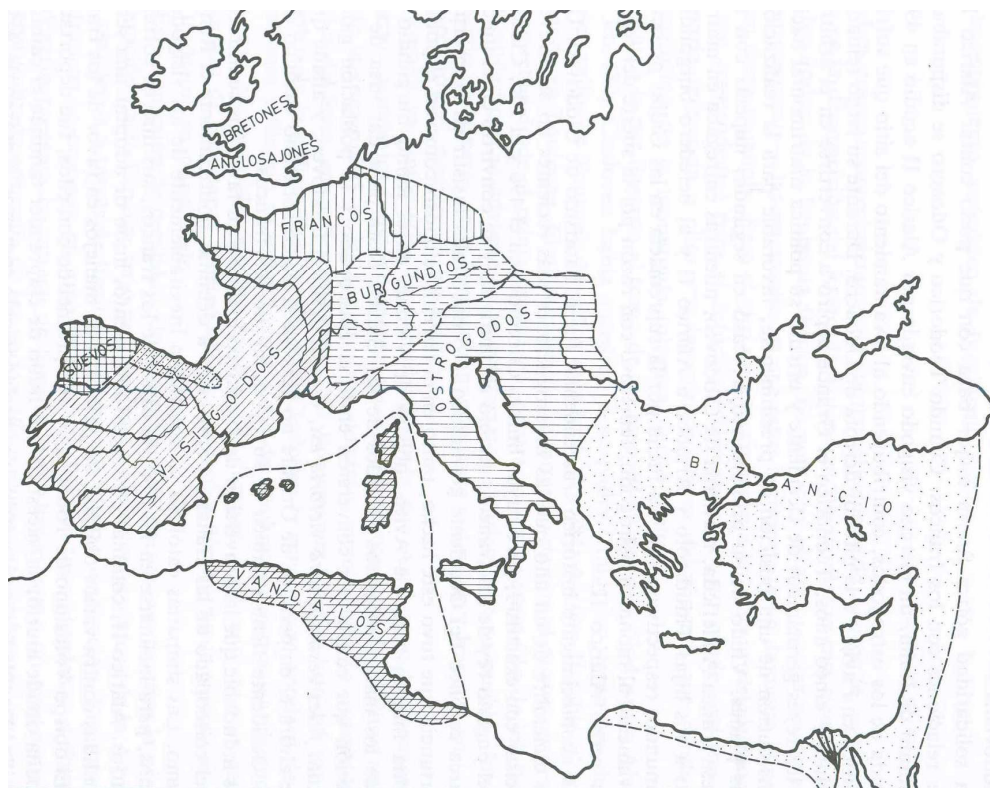
Chilperico, onde morre em batalha, sendo em seguida substituído por seu filho Alarico II, o qual ficaria à frente dos visigodos até a fatídica Batalha de Vouillé em 507, próximo à Poitiers, quando fora vencido pelos exércitos francos de Clovis.

O ponto chave da institucionalização política da monarquia visigoda é, justamente, o momento em que ela própria passa a se entender enquanto princípio fundamental de unidade do poder na Hispania, portanto, fato que não ocorreu antes de Alarico II. Por conseguinte, o desaparecimento do reino visigodo na Gália daria origem ao reino em Hispania, conforme destacou Orlandis¹⁴³ (2006) “O reinado do filho de Eurico, Alarico II (484-507), traria consigo uma decisiva mudança histórica provocada pela derrubada do reino de Tolosa. A seqüela desta catástrofe seria o nascimento do reino visigodo espanhol”. Com efeito, o processo político de “nascimento” do reino Hispano-visigodo se deu principalmente após a anexação da Taraconensis, fator determinante na conclusão desse processo.

A formação do reino visigodo na Hispania trouxe a consequente configuração social proveniente do reino da Gália, com suas respectivas bases sociais e político-administrativas; obra de caráter político-social iniciada por Eurico e Alarico II e consolidada a partir de Leovigildo numa aproximação política do modelo romano oriental. A consolidação institucional do reino visigodo da Gália fora interrompida em 507 com a derrota militar de Alarico II para os francos de Clovis. Tal momento deve ser interpretado cuidadosamente e relativizado segundo o saldo resultante do processo a que se seguiu concomitantemente àquele contexto. Primeiramente, a derrota de Vouillé ocasionou um momento de incerteza na política visigoda, pois, a perda dos territórios na Aquitânia veio agregada à instabilidade política com a morte do rei. O resultado efetivo desse momento foi a retirada definitiva dos visigodos para a Hispania, onde segundo Díaz Martínez (1998, art. cit. p.184) “O desastre de Vouillé [...] abriu novos horizontes a monarquia, como já temos anotado se converteria em elemento central das disputas políticas visigodas no período subsequente”¹⁴⁴, de modo que, a instabilidade política somente retornaria aos visigodos a partir de Leovigildo, quando esse em 572 governa como rei único, após a morte do irmão Luiva I.

¹⁴³ Cf. *Historia Del Reino... op. cit* 2006 p.46, “El reinado del hijo de Eurico, Alarico II (484-507), traería consigo un decisivo cambio histórico provocado por el derrumbamiento del reino de Tolosa. La secuela de esta catástrofe sería el nacimiento del reino visigodo español”.

¹⁴⁴ DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Rey y poder...art. cit.*, p.184 “El desastre de Vouillé [...] abrió nuevos horizontes a la monarquía, como ya hemos anotado se convertiría en elemento central de las disputas políticas visigodas en el período subsiguiente”



O Mediterrâneo na época de Alarico II.

FONTE: ORLANDIS, J. *Historia de España...op. cit.* 1987, p.64.

De fato, podemos afirmar que Leovigildo (571/72-586) foi o último rei de tradição germânica na Hispania visigoda, haja vista que, fora ele que inseriu os fundamentos de uma nova monarquia institucionalizada, tomando como modelo essencial o Império Romano do Oriente. Junto desse modelo, a “nova” *nobilitas* romano-germânica, que manteve os elementos comuns, quer a tradição da aristocracia senatorial imperial romana, quer o antigo *comitatus* germânico e toda a sua rede de fidelidades e vínculos de dependência, igualmente existentes no mundo romano. O consolidador do “projeto” de institucionalização da monarquia, portanto, caracterizado a partir de elementos romanos orientais, a monarquia leovigildiana também é denominada, segundo alguns especialistas¹⁴⁵ como a *imitatio imperii* e buscava a centralização institucional do poder. Essa centralização de poder no reino Hispano-visigodo que foi levada a cabo por Leovigildo, provocou profundas alterações nas relações entre os vários elementos da nobreza e da aristocracia visigoda. Com efeito, no plano legislativo implementou uma atualização do Código de Eurico, numa versão conhecida como

¹⁴⁵ Cf. VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del...op. cit.*, 2000, especialmente p. 181 e segs., na qual a historiadora remete a diversos exemplos da *imitatio imperii*, salientando, sobretudo, o caráter da ideologia e, ademais, o arcabouço simbólico que permeava as concepções de poder no Reino Hispano Visigodo, especialmente, com Leovigildo.

Codex Revisus que não chegara aos nossos dias. Contudo, sua política unificadora enfrentou graves problemas ao adentrar o campo religioso. Por outro lado, a estrutura modelar de *Imperium* fornecido por Constantinopla foi tomado como referencial para a monarquia visigótica – *imitatio imperii*. Adotando todo um cerimonial majestático impregnado de simbolismo inspirado nos usos e costumes palatinos de “Bizâncio”¹⁴⁶ (Orlandis, *op. cit.* 1987 p. 100). Tal intento poder ser percebido, mesmo através do arquétipo de rei emanado do Império Romano do Oriente, o *Basileus*.

Com efeito, a partir de Leovigildo há um ajustamento entre as instituições de tradição baixo imperial romana, como a *aristocracia senatorial* imbuída da tradição regional, e os elementos da *nobilitas* germana. Segundo Riveros (2007), a imitação, por parte de Leovigildo, do modelo imperial romano oriental de administração pode ser verificada desde a adoção em sua corte dos usos cerimoniais do oriente; a indumentária visigótica juntamente com a adoção de símbolos régios como o cetro e a coroa e as próprias moedas de sua época que representam uma mudança no sentido não puramente econômico, mas também ideológico¹⁴⁷. Tal intento de Leovigildo, ainda segundo Riveros, caracteriza não apenas uma forma de imitação do Império Romano Oriental para o Reino Visigodo toledano, mas também representa fortemente uma “imperialização da monarquia goda” e sua contribuição no processo de legitimação do poder monárquico é inegável, pois, a partir de Leovigildo a idéia de monarquia se transforma. Contudo, é no reinado do seu filho Recaredo (586-601) que há a completa inserção da monarquia visigoda no plano da *ciuitas*.

Com Recaredo os elementos do plano político são combinados ao campo religioso, a partir de 589 no III Concílio de Toledo, com a conversão dos visigodos do Cristianismo ariano ao niceno. Em termos institucionais Frighetto (2006, p.169) nos chama atenção de que invariavelmente:

[...] mesmo durante o período visigodo ariano – desde o século IV até a segunda metade do século VI –, a construção da imagem modelar do monarca teve por base os elementos da tradição imperial romana que buscavam reforçar o caráter centralizador do poder monárquico [...]¹⁴⁸

¹⁴⁶ O termo “Bizâncio” é empregado por José Orlandis, contudo, optamos no presente trabalho por chamar de Constantinopla, posto que “Bizâncio” ou “Império Bizantino” é uma terminologia referente ao período posterior ao nosso recorte cronológico.

¹⁴⁷ Para tanto vide: RIVEROS, J. M. Noticias Bizantinas en la España Visigoda – El caso de San Isidoro de Sevilla. In: FRIGHETTO, R. e GUIMARÃES, M. L. **Instituições, Poderes e Jurisdições: I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval**. Curitiba: Juruá, 2007.

¹⁴⁸ Cf. FRIGHETTO, R. *Rex velit honesta...art. cit.*, 2006.

Sendo que esse ‘caráter centralizador’ é, a partir de 589 buscado na Instituição eclesiástica visigoda. Conforme essa inovação para a monarquia visigoda há que se notar que “[...] para dimensionar o efetivo alcance do poder político exercido pelos monarcas hispano-visigodos no final do século VI e todo o século VII, devemos levar em consideração aspectos pragmáticos das ações realizadas pelos soberanos” (Frighetto 2006, p.170). Ressaltamos que, tais aspectos também devem ser observados segundo a práxis social dentro dos respectivos contextos, do final do século VI e do início do século VII, ou seja, a práxis política deve ser mensurada também sob a ótica das forças institucionais como a Igreja ou mesmo os grupos nobiliárquicos, que hierarquizavam e regulavam a sociedade Hispano-visigoda, na qual especialmente a partir da sétima centúria, atuavam como forças centrífugas do poder, neste sentido, operando como desintegradoras da monarquia, processo que culminaria em 711 com a invasão árabe à Península Ibérica.

2.2 A Instituição Eclesiástica

O III Concílio de Toledo ocorrido em 589 marca, por certo, o início de uma nova fase na história visigoda, não somente em termos religiosos, mas, também com a inserção de elementos políticos interpretados à luz de um novo referencial legitimador do poder régio: a Instituição Eclesiástica. Nossa fonte principal sobre esses efeitos é, indubitavelmente, João de Bicláro, o bispo de Gerona¹⁴⁹. O bispo biclarense nos testemunha que, a partir do primeiro ano do reinado de Recaredo, a conversão à fé católica representaria em definitivo a paz e a unidade entre Godos e Suevos¹⁵⁰, ou seja, podemos inferir que, a unidade de que fala o bispo era a unidade da monarquia visigoda, em torno de um território, a Hispania, legitimado

¹⁴⁹ Tomamos como referência a versão de CAMPOS, J. **Juan de Bicláro, Obispo de Gerona. Su vida y su obra**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, p.79-100.

¹⁵⁰ *Ioan. Bicl., Chron. a.587 “Reccaredus primo Regni sui anno mense X catholicus deo iuvante efficitur et sacerdotes sectae Arrianae sapienti colloquio aggressus ratione potius quam imperio converti ad catholicam fidem facit gentemque omnium Gothorum et Suevorum ad unitatem et pacem revocat Christianae ecclesiae. sectae Arrianae gratia divina in dogmate veniunt Christiano”*. (Recaredo no primeiro ano do seu reinado, no décimo mês, se tornou católico e com a ajuda de Deus ele então se aproximou dos sacerdotes da seita ariana e com palavras de sabedoria converteu-os para a fé católica através da razão e não pela força. Ele assim restaurando todos os povos dos Godos e Suevos para a unidade e a paz da Igreja cristã. A seita ariana chegou por meio da graça divina a doutrina cristã).

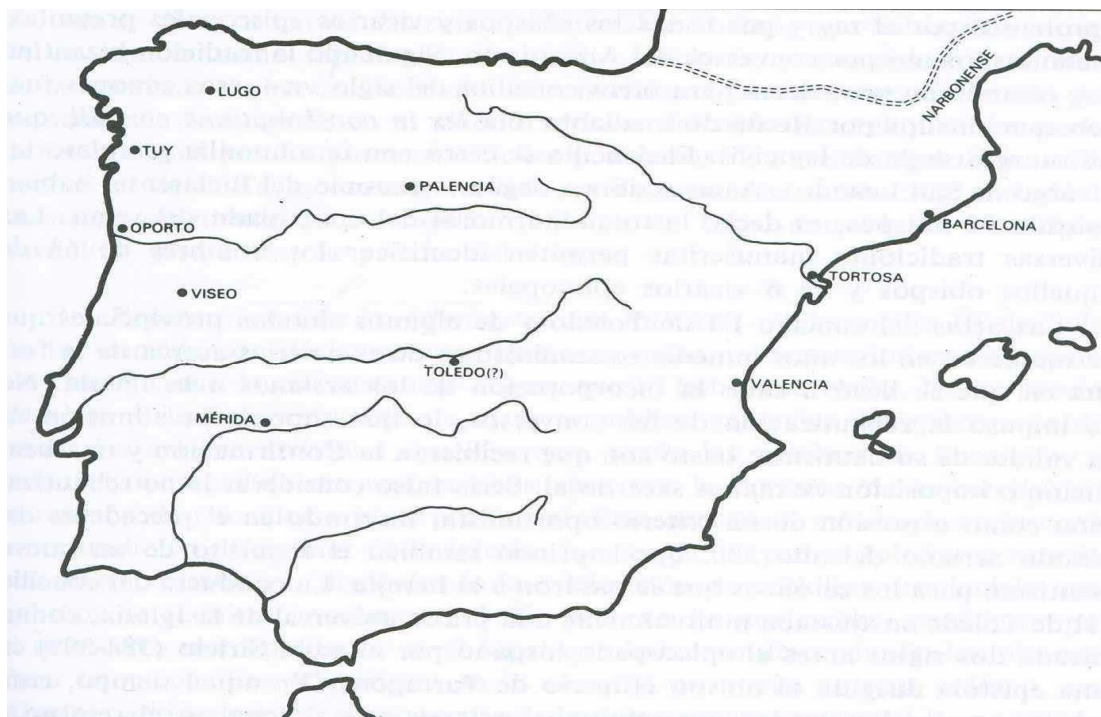
segundo um preceito, a religião. A exemplo do que ocorrera anteriormente no reino visigodo da Gália, quando a partir de Eurico / Alarico II, a monarquia visigoda viu-se estabelecida num território, a Aquitânia, e legitimada segundo a tradição clássica, a romana, amparada, portanto, nas leis e na tradição baixo imperial.

João de Bicláro responsabilizava especialmente a Leandro de Sevilha e o abade Eutrópio do Monastério de Servitano, como os principais promotores da convocação do concílio geral da Igreja Católica na capital régia de Toledo em 589, chegando a comparar o rei Recaredo com os imperadores Constantino e Marciano, a exemplo do que fizera o primeiro no Concílio de Nicéia e o segundo no Concílio da Calcedônia, ambos, sob a ótica do biclarense, com o intuito de estruturar e fortalecer a religião e a fé católica¹⁵¹. Ao bispo Leandro de Sevilha seria ainda expresso um agradecimento pessoal e uma recomendação feita pelo rei Recaredo em uma epístola¹⁵² enviada ao papa Gregório em Roma.

A realização do grande concílio em Toledo no final do século VI significava, em termos políticos, não apenas a adoção do credo niceno sobre a heresia ariana, mas também, a unificação dos últimos pontos onde, dentro do Reino Hispano-visigodo, haveria sedes episcopais com a atuação de bispos godos arianos. Essas sedes episcopais seriam respectivamente: Lugo (representada pelos bispos Bechila e Nitigisio, que foi representado pelo seu irmão, o bispo Pantardo de Braga), Viseo (pelo bispo Sunila), Tuy (com os bispos Gardingo e Neúfila), Porto (com os bispos Argiowito e Constâncio), Mérida (com o bispo Masona), Barcelona (com o bispo Ugnas), Tortosa (bispos Froisclo e Julián), Valência (os bispos Murila, Celsino e Ubiligiselo) e Toledo (com o bispo Eufemio) e Palencia. Com exceção dessa última cidade, todas as outras foram representadas no III Concílio de Toledo, conforme segue firmado com as assinaturas na Ata toledana.

¹⁵¹ Ioan. Bicl., *Chronc a. 590*. “[...] summa tamen synodalis negotii penes sanctus Leandrum Hispalensis ecclesiae episcoporum et beatissimum Eutropium monasterio Seruitani abbatem fuit. memoratus vero Reccardus rex ut diximus, sancto intererat concilio, renovans temporibus nostris antiquum principem Constantinum Magnum sanctam synodum Nicaenam sua illustrasse praesentia nec non et Marcianum, christianissimum imperatorem, cuius instantia Chalcedonensis Synodi decreta firmata sunt [...]” ([...] a parte mais importante do negócio do sínodo estava nas mãos do são Leandro, bispo da Igreja de Sevilha, e do beatíssimo Eutropius, abade do mosteiro de Servitanum. O rei Recaredo, como dissemos, foi o santo interventor do concílio, reavivando como o nosso antigo príncipe Constantino, o Grande, fez com sua presença iluminada no sagrado sínodo de Niceia, ou como Marciano, cristianíssimo imperador em cuja presença e os decretos do Sínodo da Calcedônia foram estabelecidos [...]).

¹⁵² *Conc. III Tol a.589* “Leandrum vero Spalensis ecclesia sacerdotem tuae in Christo sanctitati cum omni veneratione commendo quia per ipsum tua benivolentia nobis est lucidata [...]” (Recomendo com toda veneração a tua santidade em Cristo, a Leandro, bispo da Igreja de Sevilha, porque por seu meio se nos há revelado tua benevolência [...]).



Sedes Episcopais Hispano-visigodas coma existência de um bispo ariano

FONTE: ORLANDIS, J. *Historia de España... op. cit.* 1987, p.117.

O Concílio III de Toledo imprime uma nova roupagem ideológica à monarquia visigótica, pois, há uma efetiva reestruturação política representativa em torno da Igreja, na qual os varões ilustres, os que compunham diversos grupos nobiliárquicos, se fariam sempre presentes nas reuniões conciliares seguintes. Conforme já chamamos a atenção anteriormente, os concílios visigóticos podem e devem ser entendidos como assembléias políticas, pois, neles não se discutem apenas problemas advindos do campo religioso, de modo que, muitas vezes se fala muito mais sobre política do que sobre questões religiosas.

Evidentemente, a práxis política vinha atrelada às discussões das assembléias conciliares, tendo na religião seu aparato ideológico e fundamento legitimador. Essas reuniões conciliares, ao longo de todo o século VII representaram o espaço no qual os interesses dos grupos nobiliárquicos transpareciam de forma mais efetiva, posto que o III Concílio de Toledo já fora uma prova disso, pois, nesse referido Concílio, além dos bispos católicos e arianos já citados, estavam alguns varões ilustres que firmaram a mesma Ata conciliar e eram nomeadamente: Rúbrica de Guisano (prócer e varão ilustre), Fonsa (varão ilustre), Afrila (varão ilustre), Aila (varão ilustre) e Ella (varão ilustre)¹⁵³, e, finalmente, após os varões

¹⁵³ *Conc. III Tol. a.589, in: VIVES, J. Concílios Visigóticos...op. cit., p.123.*

ilustres firmarem as atas conciliares em Toledo, alguns nobres não nominados do povo godo (*gentis Gothicae*) e o rei Recaredo.

Uma das principais ressonâncias dos efeitos políticos que tiveram lugar no ano de 589 em Toledo foi a inserção de nobres e altos funcionários do Ofício Palatino por ordem expressa do rei. Orlandis (*op. cit.* 1987 p.119), por sua vez, já salientou que:

O concílio III de Toledo dispôs que, por mandato do rei os concílios provinciais acudirão também altos funcionários do governo territorial e administradores do Patrimônio fiscal, com o fim de serem ali instruídos sobre seus deveres para com os povos sujeitos a sua autoridade¹⁵⁴.

Com efeito, o excerto acima reproduzido demonstra através das palavras do professor Orlandis, uma vez mais, o caráter político que assumiram as Assembléias conciliares desde 589. Caráter esse que seria ratificado pelos concílios seguintes, cujo efeito duradouro ainda traria consigo o destaque valorativo da função dos bispos na sociedade visigoda de finais do século VI e por todo o século VII, sendo estendida a uma participação de fiscalidade da vida pública, com a missão de zelar pelos bons preceitos da moralidade, da fé, mas também da regularização do patrimônio social, informando os acontecimentos ao rei, se preciso fosse.

Um grande exemplo dessas atividades episcopais, com fins essencialmente políticos na sociedade visigoda, foi atestado em meados do século VI pela Epístola *De Fisco Barcinonensi*. Esse documento nos mostra uma intervenção real do episcopado de Barcelona na vida pública visigoda da Tarraconense, determinando aos bispos e ajudantes que fixassem a carga fiscal num total de quatorze siliquas conforme distribuído, sendo nove siliquas pelo seu trabalho e uma mais e, pelos danos inevitáveis pelo preço dos gêneros em espécie, quatro siliquas, incluindo nesse último a cevada¹⁵⁵. Desse modo, a interferência do bispado e da própria instituição eclesiástica na política e na vida pública da Hispania visigoda seria um direito inalienável, no qual a política legitimaria suas ações por meio da instituição religiosa e, essa, por sua vez, faria uso de seu poder ideológico e institucional para regular a política e a sociedade visigoda.

¹⁵⁴ ORLANDIS, J. *Historia de España...op. cit.*, 1987, p.119 “El concilio III de Toledo dispuso que, por mandato del rey los concilios provinciales acudirían también altos funcionarios del gobierno territorial y administradores del Patrimonio fiscal, con el fin de ser allí instruidos sobre sus deberes para con los pueblos sujetos a su autoridad”.

¹⁵⁵ *Conc. I Barcn. a.540. De Fisco Barcinonensi* “[...] ut tam vos quam agentes, sive adiutores vestre pro uno modio canonico ad populum exigere debeatis, hoc est siliquas VIII, et pro laboribus est siliqua I, et pro inevitabilibus damnis vel inter pretia specierum siliquas III, quae faciunt in uno siliquas XIII inibi hordeo.” ([...] tanto vós quanto vossos agentes e ajudantes, deveis exigir do povo, por cada modo legítimo, nove siliquas e por vossos trabalhos uma mais. E pelos danos inevitáveis e pelas mudanças de preços dos gêneros em espécie, quatro siliquas, as que fazem um total de quatorze siliquas, incluindo nela a cevada).

Em época visigoda, por volta dos séculos VI e VII, o clero constituir-se-ia no mais abastado *status* da sociedade, cuja importância na vida pública seria determinante desde então. Contudo, seus privilégios em relação à sociedade laica datam ainda da época constantiniana, nos primórdios do século IV, quando os clérigos foram dispensados das cargas referentes à cúria municipal. A rigor, a completa geografia eclesiástica da instituição católica hispano-visigótica se configurou, de modo concludente, no século VII. Com efeito, a expressão máxima desse momento e, sob todos os prismas, da própria cultura hispânica da época visigótica no referido período deve-se, fundamentalmente, à eminente figura de Isidoro, bispo de Sevilha. A partir da “*Renotatio Isidori*”, Bráulio (590-651), bispo de Zaragoza e amigo de Isidoro, nos revela que o hispalense é “[...] um homem valioso, suficientemente formado em todos os gêneros de estilo como para ser capaz de fazer-se entender pelos ignorantes e pelos cultos, dada a qualidade de sua expressão [...]”¹⁵⁶. Isidoro recebeu uma formação, ao mesmo tempo, clássica e cristão-monástica, fato que, por si, explica a complexidade e amplitude do seu horizonte cultural.

O contributo isidoriano à Igreja hispana foi rico, pois, seus escritos orientam, sobremaneira, as concepções morais fundamentadas num espírito altamente renovador do caráter eclesial. Contudo, seria demasiado longo descrever cada obra e o grau de contribuição ao pensamento eclesiástico hispânico em época visigótica. Desse modo, sublinhamos que a ressonância do pensamento isidoriano merece destaque sob todos os ângulos, desde o aspecto canônico-espiritual até o campo político-social. De modo que, no presente trabalho nos interessa mais a influência do pensamento isidoriano no aspecto político-social.

A Igreja visigoda desempenhou um papel protagonista dentro das ações políticas do século VII, sob a regência de Isidoro de Sevilha e, valendo-se da sua autoridade e erudição, propôs a formulação de respostas às necessidades inerentes aos embates políticos entre a nobreza e a aristocracia, especialmente. A maior comprovação desse fato foi a realização do IV Concílio de Toledo realizado em 633, o mais célebre da história visigoda. Nesse concílio foram discutidas as ações políticas e os respectivos posicionamentos da Igreja diante de questões de cunho social¹⁵⁷, político e religioso. Com efeito, destacamos que já nas três primeiras décadas do século VII, a Instituição Católica parecia ter-se fixado como o pilar central das relações políticas e sociais na Hispania visigoda, pois, seu papel para além do primado sobre a vida espiritual, correspondia igualmente às necessidades de reis e nobres, no

¹⁵⁶ Braul. Caes. Ren. Isid. “[...] *Vir enim in omni loquutionis genere formatus, ut inperito doctoque secundum qualitatem sermonis existeret aptus, congrua uero opportunitate loci incomparabili eloquentia clarus [...]*”

¹⁵⁷ Para uma discussão sobre os efeitos do IV Concílio de Toledo na história política visigoda do século VII cf. infra p.??.

intuito maior de equilibrar as forças compósitas do poder e, *à fortiori*, atuar como elemento primordial nas decisões dentro de qualquer aspecto social que envolvesse quaisquer forças opositoras.

A constituição hierárquica da Instituição católica cristã na época visigoda chegou a termos conclusivos já no final do século VII. Entretanto, é fato que, sua constituição se deu após longo processo de gestação no âmbito das relações político-sociais. Ao final do século VII, no XII Concílio de Toledo de 681¹⁵⁸, o direito de nomeação de todos os bispos do Reino passou à égide do monarca. Importante frisar ainda que, o referido Concílio XII de Toledo liberou o povo godo do juramento de Wamba, reconhecendo Ervígio (680-687) como rei legítimo. Data dessa época também, a instituição da cidade de Toledo efetivamente como Primado eclesiástico, momento em que a *urbs* toledana se convertera, efetivamente, no centro das decisões políticas e árbitro das questões do episcopado hispânico.

O papel fundamental da Igreja visigoda foi desempenhado segundo a atuação vital de seus bispos e clérigos. Notadamente, a Igreja correspondia às necessidades da realeza, atuando como força motriz de todo o processo político, muitas vezes corroborando ou deslegitimando suas ações. Com efeito, essas unidades essenciais de poder econômico e controle ideológico na Hispania visigoda, comportavam uma organização complexa, cuja análise mais aprofundada de seu respectivo sistema organizativo reside numa minuciosa apreciação de documentos de caráter jurídico, eclesiástico e mesmo cronístico, para que possamos adequadamente verificar os elementos práticos tangíveis a uma interpretação mais elaborada, o que por ora, escapa aos objetivos do presente capítulo. De qualquer forma, importa ressaltar que a liderança, em termos administrativos e espiritual, dos centros alijados de Roma, era o bispo. A figura do bispo na liderança da Igreja é fundamentalmente importante, pois, sua atuação junto à comunidade laica era determinante no fulcro das ações políticas e sociais. A ele caberia a administração do patrimônio eclesiástico e também um papel fundamental junto à administração pública, atuando, conjuntamente com a realeza, na fiscalidade das arrecadações régias, conforme já pudemos notar. Aos olhos da comunidade cristã visigótica, o bispo e todos os membros do clero deveriam desempenhar um papel assumido de proteção e cuidados com a vida cotidiana.

Aos clérigos caberia a regularização da vida social e, especialmente, a atuação junto às comunidades, grupos ou núcleos pagãos ainda persistentes no mundo tardo-antigo, tanto em área urbana, quanto rural. Contudo, numa sociedade essencialmente bélica como eram as

¹⁵⁸ *Conc. Tol. XII, a.681, c.6.*

sociedades mediterrânicas da época tardo-antiga, caberia ainda ao clero, de um modo geral, a atuação na proteção dos reinos. No caso visigodo, vale recordar aqui, que à época de Wamba (673) fora promulgada uma lei¹⁵⁹ Hispano-visigoda mencionando especificamente aos clérigos, incluindo aos bispos, para que esses tomassem as armas em caso de rebelião ou mesmo de alguma ameaça ao Reino. Portanto, o papel de um clérigo na sociedade visigoda do século VII era estendido às mais diversas fissuras da malha social. Em linhas gerais, cabe-nos afirmar que a Igreja seria, assim, a instituição de maior prestígio na sociedade visigoda do século VII, e que sua disciplina e a rigorosidade de suas ações seria, por toda a Antiguidade-Tardia e Idade Média, o pilar de sustentação de todo um sistema social, político, econômico e cultural.

2.3 Os Grupos Nobiliárquicos

As instituições de poder vão se configurando lentamente ao longo da história do Reino Hispano-Visigodo. Com efeito, cada qual segue suas próprias normas e diretrizes, muitas vezes se estabelecendo como respostas às situações e problemas colocados pelo seu próprio contexto histórico. Embora a condição de cada situação histórica se deva proporcionalmente aos seus interesses, tais instituições passavam, necessariamente, por um processo de embates e acomodação, de umas para com as outras, como é o caso da monarquia e a nobreza. Conforme já indicamos, na Península Ibérica, a nobreza fundiária constituiu-se como o principal segmento da sociedade, em detrimento da referência urbana que predominara por largo período no mundo romano. Isto se deveu ao fato de que, na propriedade rural se configuravam formas de relações de poder concentradas, especialmente, entre dois grupos: os grandes latifundiários e a massa camponesa. Nesse mesmo sentido, os grupos sejam fundiários ou camponeses, ora emergidos desse processo, são em sua grande maioria, provenientes do universo rural no mundo tardo-antigo. Segundo Frighetto (2000 p.63-64) esses grupos sociais estavam distribuídos segundo dois grandes segmentos econômicos:

¹⁵⁹ *L.V. IX, 2,8.*

[...] o primeiro, representado pelo grupo de grandes proprietários rurais que se apresentava como uma minoria dentro do universo social rural tardo antigo, comumente designado por nobreza fundiária, que sempre viam ampliados os seus poderes e benefícios, ao lado dos quais encontrava-se servidores régios incumbidos de realizarem tarefas de cunho fiscal e militar em nome do monarca; e o outro, formado pelo grosso da população camponesa e sobre a qual a nobreza fundiária ampliava seus interesses, que agrupava por um lado, aos homens de condição livre, sendo estes os pequenos proprietários rurais; e os indivíduos não livres, dependentes, servos, domésticos e rústicos que faziam parte tanto dos patrimônios fundiários laicos como eclesiásticos [...]

Conforme esta seminal observação, verificamos que alguns aspectos acerca dos grupos nobiliárquicos que compõe a estrutura de poder na Hispania visigoda, ligavam-se, direta ou indiretamente, aos segmentos maiores, nesse caso, realeza e Igreja. Primeiramente que, esses grupos eram provenientes do universo rural e, guardadas as devidas proporções, as diferenças sociais entre ambos eram, deveras, muito acentuadas. A nobreza fundiária gozava de um amplo número de privilégios em detrimento dos segundos que, com poucos recursos e mesmo, com pequenos benefícios, engrossavam a massa social com evidente descontentamento. Os resultados práticos dessas diferenças surgem exatamente no limiar do século VII com um crescente número de rebeliões nobiliárquicas (de que falaremos à frente) e movimentações contrárias à política régia. Contudo, importa ressaltar que, essas forças nobiliárquicas, que, num primeiro momento, atuaram como legitimadoras das ações políticas, tanto régias quanto eclesiásticas, *à posteriori*, verificamos que essas mesmas forças nobiliárquicas têm um papel justamente contrário às ações políticas, atuando como forças centrífugas do poder e, conjuntamente com os muçulmanos, foram responsáveis, no início do século VIII, pelo fim da monarquia visigótica na Hispania.

A nobreza fundiária era, indubitavelmente, o grupo que possuía o maior número de vantagens sobre os demais grupos sociais na Hispania visigoda. Seu poder estava contido justamente na posse de grandes propriedades rurais e sua comunidade política era composta tanto por nobres laicos quanto por nobres eclesiásticos e, ambos, faziam parte da nobreza dirigente, tendo uma participação incisiva na vida política junto ao *rex gothorum*. De fato, a relação entre os nobres laicos e eclesiásticos era evidente, pois, conforme nos aponta Frighetto (2000), muitas vezes havia nessa relação inclusive laços de parentesco¹⁶⁰, mantidos pelo ordenamento ideológico e a tradição do cristianismo.

A alta nobreza visigoda, ou os dignatários do Reino toledano, era representada pelos *virii illustri* (varões ilustres), *status* abastado de homens associados com a administração

¹⁶⁰ Conforme FRIGHETTO, R, *Cultura e Poder...op. cit.*, 2000, p.66-67 “A relação entre nobres laicos e eclesiásticos era notória, inclusive pelo fato de que alguns bispos estavam aparentados com altos dignatários do reino, fazendo com que seus objetivos fossem coincidentes e comuns”.

imperial, ligados cada qual com seu grupo político. Contudo, é importante lembrar que a imagem da sociedade visigoda não deve ser associada a uma visão reducionista, elegendo somente alguns pares sociais para caracterizá-la como um todo, pois, a sociedade hispano-visigoda em si, deve ser vista para além de seus aspectos jurídico-institucionais, o que fugiria das pretensões do presente trabalho. Evidentemente, a análise dos aspectos sociais pode ser melhor explanada, segundo a análise das formas organizativas ou funcionais dessa mesma sociedade. Com efeito, importa precisar que, esses aspectos são apenas uma parte componente de todo o órgão social, e encontramos ali contidas informações que nos permitem uma visão, mesmo que estratificada, da caracterização do conjunto societário visigótico.

A aristocracia palatina era, decisivamente, o segmento melhor abastado de toda a hierarquia social hispano-visigoda. Os *magnates*, como eram chamados, integravam o *Palatium*, e muitos deles faziam parte da Corte na diligência de serviços administrativos. Com efeito, esses elementos viriam também integrar o Ofício Palatino, o que nos faz inferir que era uma aristocracia a serviço de uma nobreza de sangue¹⁶¹. Para esses altos funcionários da administração política visigoda, o poder era, em geral, derivado do desempenho de suas funções públicas, mesmo podendo ser verificado segundo os cargos na administração territorial como os duques, condes ou chefes militares. Essas representações políticas, por certo, constituíam um estamento privilegiado da hierarquia social visigoda, desfrutando ainda de autoridade política em zonas regionais de atuação – os potentados regionais – com o poder muitas vezes pautado no prestígio familiar, cuja preeminência pode ser remontada aos tempos romanos.

À aristocracia de serviço se seguia também a aristocracia de sangue, cujos membros desfrutavam do prestígio por suas linhagens nobres, em geral identificados como os *seniores gothorum*. Um bom exemplo desses nobres é atestado pelas Atas do III Concílio de Toledo de 589, onde constatamos as referências aos *gentis gothicae seniorum*, firmando como varões ilustres Fonsa, Afrila, Aila e Ela, juntamente com Gusino que, além de varão ilustre firma a dita Ata como prócer “*virī inlustris proceri*”¹⁶². Esses godos, nobres de sangue, viviam geralmente distantes do centro da corte. Orlandis (2006) destaca que, no Reino visigodo, podemos verificar que em algumas províncias como em Mérida e na Gália Narbonense havia consideráveis contingentes de nobres godos¹⁶³. Porém, convém destacarmos que o termo

¹⁶¹ Sobre essas questões, ver o clássico estudo de ORLANDIS, J. *La vida en España...op.cit.* p.25 e segs.

¹⁶² *Conc. III Tol. a.589*

¹⁶³ Segundo ORLANDIS, J. *La vida en España...op. cit.* p.26 “Tenemos noticia de la existencia de importantes contingentes de nobles godos en Mérida – que contaba con una guarnición desde tiempos de Eurico – y en la Galia Narbonense, la provincia fronteriza al norte del Pirineo”. (Temos notícias da existência de importantes

“*seniores gothorum*” era empregado para os elementos da nobreza goda de sangue, distinguindo-se, deste modo, dos elementos provenientes das antigas famílias aristocráticas de estirpe romana da península, chamados de *senatores*¹⁶⁴, sendo que essa terminologia foi aplicada aos aristocratas de origem romana ou mesmo aos indígenas de origem hispana que conservaram suas riquezas e prestígios.

Nosso conhecimento sobre esses elementos da nobreza visigoda provém, sobretudo, dos escritos sobre os “Varões Ilustres”, particularmente resenhados por Isidoro de Sevilha e Hildefonso de Toledo. Contudo, importa precisar que, as grandes figuras públicas dos tempos de Isidoro e Hildefonso destacaram-se muitas vezes mais por seus feitos políticos que propriamente pela sua nobreza de sangue. Um mordaz exemplo desses representantes e seus respectivos feitos podem ser verificados segundo os relatos biográficos das *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*¹⁶⁵ (Vidas dos Santos Padres de Mérida), nas quais seu autor traça um panorama da sociedade emeritense nos séculos VI e VII, contínua referência sobre a sociedade visigótica como um todo. Invariavelmente, o caso de Mérida emerge como um interessante exemplo da atuação desses *magnates* da nobreza goda.

Contra qualquer intenção totalizante, é importante frisar que o caso da Mérida visigoda, proposto à baila pelas *VSPE*, denota um quadro específico de uma nobreza cuja riqueza pautava-se em benefícios régios, tais como importantes parcelas de terras, fundando a partir dali um patrimônio que justificava o qualificativo de “riquíssimos” que designava vários de seus representantes, bem como os de ilustres famílias. Uma imagem sumamente atrativa do quadro social de Mérida, referenciado nas *VSPE*, é da nobreza eclesiástica, que desde o século VI desfrutava de desmesurado prestígio, pois, o enorme enriquecimento da Igreja emeritense deixa exposto não só os chamados *magnates*, mas igualmente, os de uma *ecclesia* poderosa e influente. Período áureo desde a época dos bispos Paulo, Fidel e Masona, que *per si* representam o auge e a glória de todo esse poder nobiliárquico-eclesiástico emeritense.

De fato, conjuntamente, essas figuras representam a vigorosidade de uma nobreza altamente influente desde os séculos VI e VII. Paulo era um personagem singular, sobretudo

contingentes de nobres godos em Mérida – que contava com uma guarnição desde tempos de Eurico – e na Gália Narbonense, a província fronteiriça ao norte do Pireneu).

¹⁶⁴ Conforme nos tem chamado atenção, *idem, ibidem*, p.27 “[...] en tiempos visigodos la palabra “senador” no ha de entenderse necesariamente en el sentido de familias vinculadas al “orden senatorial” romano, cuyos miembros formaron parte del Senado de la capital del Imperio”. ([...] em tempos visigodos a palavra “senador” não a de entender-se necessariamente no sentido de famílias vinculadas a “ordem senatorial” romana, cujos membros formaram parte do Senado da capital do Império).

¹⁶⁵ A versão ora utilizada é a de FEAR, A. T. In: **Lives of the Visigothic Fathers**. Liverpool: Liverpool University Press, 1997. Da qual passaremos daqui em diante a denominar de *VSPE*.

em se tratando de um prelado visigodo, que desempenhava ainda a profissão de médico. Segundo Zétola (2005, p.134), “o grande aporte econômico à Igreja emeritense se deu durante o bispado de Paulo, algo em torno de 530 e 560”¹⁶⁶, deixando dessa forma, mostra de um poder relativamente grande, mesmo antes do bispado de Paulo. Ele foi também protagonista de um célebre caso narrado pela *VSPE*¹⁶⁷ e desse modo sintetizado pelo historiador Bruno Zétola (2005, p.135):

[...] um casal de ricos aristocratas, descendentes da ordem senatorial romana, foi buscar o auxílio do bispo. A mulher possuía um feto morto no útero e, a despeito de várias tentativas, não conseguira retirá-lo do ventre, ficando cada vez mais fraca. Paulo, contudo, não poderia operar a mulher, pois as normas canônicas impediam um clérigo de exercer a medicina. Porém, dada a insistência do casal, que já consultara sem sucesso outros médicos, Paulo procede a operação, não sem antes orar na Basilica de Santa Eulália. A idéia que o documento nos passa é que “Deus teria enviado seu anjo que teve piedade da mulher”, ou seja, que Paulo através de seus conhecimentos médicos e dos méritos de Santa Eulália teria feito uma cura miraculosa, o que é uma atribuição de um *uir sanctus*. Desse modo, o casal decide doar imediatamente metade do seu patrimônio ao bispo, e a outra metade seria sua quando ambos morressem, o que acontece logo.

De modo claro, o professor Zétola conclui que, a Igreja emeritense já devia ser bastante rica mesmo antes do célebre caso de Paulo, o que vale dizer, ainda antes da segunda metade do século VI. Contudo, é fato afirmar que a “Idade do Ouro” da Igreja emeritense se inicia com Paulo. Todavia, a riqueza dos *magnates* e nobres godos de Mérida, de um modo geral, pode ser verificado continuamente após o século VI, já à época dos bispos Inocêncio (605) e Renovado (633). Com efeito, Orlandis (2006, p.186) tem colocado em relevo que “[...] os pontificados de Inocêncio e Renovado¹⁶⁸ podem, todavia, incluírse com justiça na “idade dourada” emeritense, uma idade que eles prolongaram por seus próprios méritos [...]”, ao passo que, conforme já salientamos, Igreja e Estado são indissociáveis à medida que analisamos o caso da Igreja emeritense; ao mesmo tempo, entendemos que tal riqueza fazia parte também de um restrito grupo político, ou nobiliárquico, em época visigoda.

¹⁶⁶ Cf. ZÉTOLA, B. M. **Discurso Caritativo e Legitimação do Poder Episcopal na Antiguidade Tardia: o caso de Emerita (550-633)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2005.

¹⁶⁷ *VSPE*, IV, 2, 5.

¹⁶⁸ Cf. ORLANDIS, J. *La vida en España...op. cit.*, p.186 “[...] los pontificados de Inocencio y Renovado pueden todavía incluirse con justicia en la “edad dorada” emeritense, una edad que ellos prolongaron por sus propios méritos [...]”

2.4 O Contexto político da Hispania do Século VII

A história da Hispania visigoda no século VII pode ser entendida sob dupla característica. *À priori*, por ser o período quando o Reino visigodo católico tem seu apogeu e, *à posteriori*, como um momento demarcado intensamente por diversas rebeliões e lutas diretas pelo poder. Porém, antes de tomarmos um aprofundamento acerca do referido período convém fazermos algumas considerações.

Primeiramente, é importante enfatizar que não possuímos muitas fontes literárias sobre o desenrolar da história visigoda no século VII, sendo que grande parte de nossas informações provém das atas dos sucessivos concílios celebrados naquele período. Igualmente, temos referências em extratos de informações legadas por meio da Crônica Mozárabe, que continuou a crônica de Isidoro de Sevilha até 754 e, igualmente, outros extratos informativos acerca da história visigoda deixadas pelo cronista franco Pseudo-Fredegário. Validamente, trata-se de um momento chave da história política visigótica, constituído por êxitos e fracassos do poder real nos seus embates político-ideológicos com a nobreza e mesmo, a sociedade laica. Esse quadro da história visigoda, conforme destacou o professor Garcia Moreno “nesta bipolaridade de êxitos e fracassos, característica da época em linhas gerais, não seria demasiado alijado da realidade dos feitos distinguir duas fases sucessivas no tempo e de oposto caráter”¹⁶⁹. Um período complexo por se tratar justamente de uma história fragmentada, oscilando entre as considerações de Isidoro de Sevilha, fundamentalmente, e poucos extratos de outras naturezas cronísticas. Portanto, registramos a complexidade de fazer uma análise mais acurada do período, não apenas em virtude da escassez das fontes, mas também pelo fato de que algumas lacunas deixadas pelas fontes existentes suscitam múltiplas abordagens, pois, a política visigótica foi um processo longo e multifacetado, sendo que discuti-la implica em entendê-la como um meio de interação de relações heterogêneas entre os mais diversos grupos compósitos da sociedade à época, tais como reis, nobres laicos ou eclesiásticos, dentre outros.

¹⁶⁹ Segundo Garcia Moreno “en esta bipolaridad de éxitos y fracasos, característica de la época en líneas generales, no sería demasiado alejado de la realidad de los hechos distinguir dos fases sucesivas en el tiempo y de opuesto carácter”, p.333 *In*: TUÑÓN DE LARA, M. (Dir.). **Historia de España. Textos y documentos de Historia antigua, media y moderna hasta el siglo XVII**. Tomo II. Barcelona: Editorial Labor, 1984, p.307-402.

Nesse processo de influências é que cabe discutir a legitimação do poder, sendo ao mesmo tempo, favorecido e limitado por essas relações. Vale, no entanto, precisar que nosso interesse é, por esse momento, o reino visigodo católico, especialmente num período demarcado entre os anos de 621 e 642, ou seja, desde o final do reinado de Sisebuto (612-621) até a ascensão de Chindasvinto (642-653). A essa primeira fase de poucas informações documentais contrastamos com a segunda fase, da qual nossas principais informações provêm dos inúmeros concílios católicos celebrados especialmente na capital régia de Toledo. Junto da abundante informação conciliar, temos ainda escassos dados da Crônica Mozárabe de 754, juntamente com a continuação da *Chronica Francorum* de Pseudo-Fredegário, aliada aos dados fornecidos pelo material numismático. Embora as referências para o século VII sejam, com efeito, escassas, o maior problema se encontra justamente nos limites cronológicos do nosso recorte: os anos de 625-636. Todavia, a documentação conciliar nos é abundante em algumas informações, e quando cruzadas com os demais fragmentos – tanto literários quanto materiais¹⁷⁰ – de que dispomos, conseguimos ilustrar de maneira efetiva um esboço dessas décadas conflituosas que demarcaram a história da Hispania Visigoda.

Os ecos da revolta de Hermenegildo contra seu pai, o rei Leovigildo, ainda parecem ressoar nos ouvidos da monarquia visigótica no limiar do século VII. Após a morte de Recaredo em 601 assumiu o trono seu jovem filho, Liuva II, então com dezoito anos de idade e que governou apenas dois anos segundo nos informa Isidoro de Sevilha¹⁷¹, até ser preterido ao trono pelo então comandante do exército Witérico em 603. A biografia de Witérico é pouco elogiosa, contudo, é destacada sua participação contra a conspiração ariana de Mérida, claramente relatada nas “*Vidas dos Santos Padres de Mérida*”¹⁷². Na primavera de 603 Witérico foi enviado como líder de um exército de godos para combater os romanos orientais na região do vale bético. Porém, Witérico aproveitando-se de sua posição leva o exército a depor e assassinar o jovem rei Liuva II, no mesmo ano de 603. Ao assumir o trono por meio de um levante, passou boa parte de seu reinado combatendo os romanos orientais, o que de

¹⁷⁰ Longe de buscar relacionar uma “arqueologia visigótica”, tais fragmentos materiais podem ser inscrições ou mesmo as moedas do período. Gostaríamos de enfatizar ainda que não seja pretensão do presente trabalho de desenvolver uma relação arqueológica, as remissões aos fragmentos materiais do período visigótico se fazem necessário por falta de outras fontes – literárias – para a contextualização e mesmo, sustentação de nossa proposta, nomeadamente o caso de Iudila.

¹⁷¹ *Isid. Hist. Goth.* 57: “*Aera DCXXXIX, an. imperii Mauricii XIX, post Recaredum regem regnat Liuva filius ejus an. II, ignobili quidem matre progenitus, sed virtutis in dote insignitus. Quem in primo flore adolescentiae Wictericus, sumpta tyrannide, innocuum regno dejecit, praecisaque dextra occidit anno aetatis XX, regni vero II*”. (Na era 639 (601) no décimo nono ano do imperador Maurício, após a morte do rei Recaredo, seu filho Liuva reina por II anos, nascido de mãe ignóbil, ele era famoso pela virtude de sua força inata. Quando na primeira flor de sua adolescência Witérico, com tirania, apreende e destitui do reino, mandando cortar sua mão direita, o matou no seu vigésimo ano [de idade] segundo do seu reinado).

¹⁷² *VSPE*, V, 10, 4.

fato, lhe valeu algumas críticas por parte de Isidoro (*Hist. Goth.*, 58). Diante a ausência de êxitos, a figura do rei vai paulatinamente se debilitando frente às forças nobiliárquicas especialmente.

Witérico é assassinado em 610 por uma facção de nobres católicos, que entregam o poder à Gundemaro, Duque de Narbona, cuja eleição fora uma jogada política que serviria para apagar algumas insatisfações do reinado anterior. O governo de Gundemaro seguiu a mesma linha adotada por Leovigildo / Recaredo, pois, no intuito de fortalecer a posição da monarquia, sua política viria corroborada por um sentido essencialmente romano, não somente no trato político, mas também no sentido ideológico, como na adoção do designativo *Flavius* ao seu nome régio. Apesar da brevidade de seu reinado, Gundemaro estabeleceu diversas alianças políticas, combatendo romanos orientais e vascos, morrendo de morte natural em 612 em Toledo, segundo o testemunho do bispo hispalense¹⁷³.



¹⁷³ *Isid. Hist. Goth.* 59: “Aera DCXLIX, an. imp. Phocatis octavo, Gundemarus post Wictericum regnat an. II. Hic Vascones una expeditione vastavit, alia militem Romanum obsedit. Morte propria Toleti decessit” (Era 641 (603), ano oitavo do Imperador Focas, Gundemaro reina dois anos após Witérico. Ele derrota os vascos durante uma expedição e sitia outro exército romano. Morre de morte natural em Toledo).

Península Ibérica no início do século VII.

FONTE: DAVALILLO LARREA, J. L. **Atlas Histórico de España y Portugal. Desde el Paleolítico hasta el siglo XX**. Madrid: Síntesis, 1999, p.79.

Entre os anos de 612 e 621 teve lugar o reinado de Sisebuto, um dos mais interessantes capítulos da história política do Reino Visigodo católico. O novo rei foi, indubitavelmente, o mais destacado rei desse período, sendo qualificado, segundo Orlandis (1987, p.128) como “[...] talvez o mais culto, piedoso e sensível de todos os monarcas visigodos”¹⁷⁴. Isidoro de Sevilha chama-o de *christianissimus*, eloquente, douto e letrado¹⁷⁵, traços marcantes da fineza espiritual e do caráter político de um rei, cuja justiça e piedade acompanhavam-no como se fossem elementos únicos de sua natureza.

As primeiras décadas do século VII representam certo desenvolvimento em termos político-institucionais do Reino visigodo de Toledo. Segundo notou o professor Garcia Moreno (1984, p.333):

Com efeito, os reinados de Witérico, Gundemaro, Sisebuto e boa parte de Suinthila assinalam um bom momento do poder central do Estado visigodo; é o momento em que este mesmo poder central obtém por outro lado êxitos posteriores de enorme transcendência, como a recuperação total das possessões bizantinas na península Ibérica¹⁷⁶

De fato, conforme salientou Garcia Moreno (1984), verificamos no início do século VII, ao menos entre os anos de 603-621, nomeadamente, entre os reinados de Witérico e Sisebuto, uma fase de desenvolvimento e centralização da instituição monárquica no reino toledano, da qual temos ainda lacônicas informações da *Historia Gothorum* isidoriana, que na verdade é nossa mais segura fonte dessas duas primeiras décadas de reinado. Muito embora, a partir da metade do reinado de Suinthila (621-631?), por volta de 625 – coincidentemente fechando com a *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha – verificamos momentos de instabilidade política, que somente se agravaria na medida em que passavam os anos do seu reinado, culminando em 631, com sua deposição por Sisenando.

¹⁷⁴ Cf. ORLANDIS, J. *Historia de España...* op. cit., 1987, p.128 “[...] quizá el más culto, piadoso y sensible de todos los monarcas visigodos [...]”

¹⁷⁵ *Isid. Hist. Goth. 60*: “[...] Sisebutus christianissimus [...] Fuit autem eloquio nitidus, sententia doctus, scientia litterarum magna ex parte imbutus. In judiciis justitia et pietate strenuus ac praestantissimus, mente benignus, splendore regni praecipuus, in bellicis quoque documentis ac victoriis clarus”.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, “En efecto, los reinados de Witerico, Gundemaro, Sisebuto y buena parte de Suinthila señalan un buen momento del poder central del Estado visigodo; es el momento en que este mismo poder central obtiene por otro lado éxitos posteriores de enorme trascendencia, como la recuperación total de las posesiones bizantina en la península Ibérica”, p.333.

O reinado de Suinthila revelou-se, ao que parece prolixo, em seus primeiros anos, ou seja, entre 621-624. Contudo, no que diz respeito aos seus cinco últimos anos, a política adotada pelo rei godo desagradou tanto a nobres laicos quanto a eclesiásticos. Dessa forma, levantamos a hipótese de que o maior problema, efetivamente, na metade do reinado de Suinthila foi o descompasso ocasionado entre sua política e a religião, que acarretaria consequências irreversíveis ao seu governo. Podemos verificar a sustentação de tal hipótese a partir da análise da *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha. Decididamente, é aceito entre os especialistas que existem ao menos duas versões “oficiais” para o escrito do hispalense, uma versão breve e outra longa. A primeira versão se conclui com a morte de Sisebuto no ano 619, posto que a segunda versão seja levada a cabo até a metade do reinado de Suinthila, por volta de 624¹⁷⁷. Rodríguez Alonso (1975) defende que houve duas versões para a redação das *Historias* de Isidoro, e uma provável prioridade da redação breve sobre a larga, devido fundamentalmente às mudanças políticas promovidas pela conduta de Suinthila. A condenação desse rei no IV Concílio de Toledo, em 633, foi o motivo maior da mutilação dos capítulos referentes aos últimos anos de seu reinado. Com efeito, chama a atenção os elogios efetuados por Isidoro a Suinthila na versão larga, o que não aparece na versão breve. Deduz, deste modo, Rodríguez Alonso (1975, p.50), que a hipótese mais provável para isso seja que no momento da redação da versão larga, o Reino visigodo passava distintamente por momentos de esplendor. Suinthila acabara de estabelecer a unidade *totius Spaniae* e expulsar em definitivo os bizantinos da Península Ibérica. Nesse mesmo momento associou ao seu filho Recimiro ao trono, cuja sucessão e duração foi elogiada pelo próprio hispalense. E o ato condenatório de Suinthila no IV Concílio, que fora tributada pelo próprio hispalense e o consequente destronamento de Suinthila, influiu diretamente na amputação da versão conhecida como breve.

Assim, os eventos de 633 no IV Concílio de Toledo deixam entrever que a conduta de Suinthila em seus últimos anos de reinado, para além de decisiva para sua permanência no poder, ilustra o descompasso entre religião e política, cujo resultado foi a deposição do rei e a comprovação de que, naquele momento, a Igreja era sinônimo de poder, maior que política e que a última representava, nessa relação, um papel coadjuvante. Diríamos ainda que, sumamente, a política no século VII era determinada pelos interesses do grupo denominado como nobreza-eclesiástica, cuja funcionalidade na hierarquia social da época hispano-visigoda, levaria a cabo os rumos do próprio Reino.

¹⁷⁷ Um estudo seminal sobre estas questões encontra-se em RODRÍGUEZ ALONSO, C., *Las Historias de los Godos...op. cit.* León, 1975.

2.5 A Unidade Político-religiosa

Durante os séculos VI e VII, todo o processo de institucionalização, e mesmo de legitimação da monarquia visigoda, foi marcado, por certo, pelas dificuldades da unidade político-religiosa e pelos embates entre cristãos católicos e nicenos, ao menos até 589 com o monarca Recaredo I. Embora esse preceito seja justificável precisamente ao fato de que, após o ano 589 com o III Concílio de Toledo, tivemos a ascensão de uma monarquia cristã católica, o que não dirimiu as disputas pelo poder de ambos os grupos (nicenos e arianos). Não obstante, é importante lembrar que o paganismo não desaparece das malhas da sociedade Hispano-visigoda vindo a mesclar-se ainda nos círculos de poder do próprio reino católico. As permanências de cultos pagãos na sociedade hispano-visigoda, tem uma origem muito anterior aos próprios visigodos. Sobre esse aspecto, tem destacado Frighetto (1999 p.134-135):

Com efeito a existência do paganismo e de suas permanências na sociedade hispano-visigoda do século VII são, de fato, muito significativas. Cabe-nos porém ressaltar que esse paganismo ainda praticado na época hispano-visigoda estava profundamente vinculado com cultos indígenas ancestrais, anteriores mesmo a dominação romana dos territórios ibéricos.

Efeito esse, pelo qual se justifica igualmente as permanências pagãs muito mais em âmbito rural que nos centros urbanos. Isidoro de Sevilha definira em sua ótica o termo pagão¹⁷⁸, como sendo característico de elementos provenientes de lugares alijados dos centros de poder e que estabeleceram cultos diversos a ídolos. Tais grupos pagãos, em geral, eram compostos por elementos distanciados dos centros de decisões políticas, de forma que essas práticas permanentes do Ocidente tardo-antigo passam a ser encaradas como características identitárias e autônomas próprias em relação à monarquia romano-germânica, portanto, passaram a ser encaradas como verdadeiramente um problema à unidade do reino. Os pagãos

¹⁷⁸ *Isid. Etym.* VIII, 10,1 “*Pagani ex pagis Atheniensium dicti, ubi exorti sunt. Ibi enim in locis agrestibus et pagis gentilis lucos idolaque statuerunt, et tali initio vocabulum pagani sortiti sunt*” (O nome Pagãos deriva das aldeias atenienses aonde tiveram seus começos. Naqueles lugares agrestes e naqueles pagos [aldeias] estabeleceram os gentis bosques sagrados e erigiram ídolos. Por ser tal sua origem, receberam este nome os pagãos).

representavam não somente a inversão dos valores estabelecidos pela fé cristã, mas de um modo geral também, um perigo iminente à unidade do reino toledano.

A tentativa da unidade do Reino visigodo pela via religiosa fora tentada ainda com o último monarca ariano Leovigildo¹⁷⁹. Fato consumado pelo seu filho Recaredo, que na ótica do professor Orlandis (1992, p.10) fora manifestada segundo seu desejo “[...] aquele de uma monarquia hereditária na descendência familiar de Leovigildo”¹⁸⁰, consumando dessa forma um importante objetivo político. Entretanto, o século VII, particularmente no segundo quarto desse período, a instituição monárquica hispano-visigoda passou por um momento de indeterminação política, com uma clara subversão dos objetivos estabelecidos pelo III Concílio de Toledo de 589 e, em especial, pela questão sucessória ao trono visigodo.

O III Concílio de Toledo, deixou ver de maneira transcendente, que a aproximação entre Igreja / monarquia seria a fórmula necessária para o bom andamento da política. Constituir-se-ia, a partir de então, uma aliança irrevogável, cujo universalismo fora estendido aos mais diversos âmbitos da sociedade hispano-goda nos períodos posteriores. De fato, Igreja e Estado foram indissociáveis nesse período, um precisa do outro para se legitimar perante a sociedade laica e aristocrática, tanto para com o povo godo (*gentis gothicae*) quanto para com a parcela da população de origem hispano-romana. Igreja e Estado corroboraram no cumprimento das ações para seus respectivo fins. Conforme observou Hormaeche Basauri (1983, p. 16):

A Igreja por meio de seus bispos, mais cultos normalmente que os reis e os laicos em geral, subministra idéias políticas e bases para norma de direito. O Estado presta a Igreja sua ajuda, legisla para ela e em harmonia com ela exercita seus direitos, direitos que para a época nem surpreendem nem supõe uma intromissão abusiva do monarca na esfera própria da Igreja¹⁸¹

¹⁷⁹ Esta é a opinião expressa por ORLANDIS, J. « Le royaume wisigothique et son unité religieuse ». In: FONTAINE, J. e PELLISTRANDI, C. **L'Europe héritière de l'Espagne Wisigothique**. Madrid-Paris : Casa de Velázquez, 1992, p.9-16. Que afirma ainda na p.9 que «Ceci est un fait réel [...] en effect, cela reflète le désir d'unité confessionnelle entre les Goths et les Romains qui existait dans le royaume tolédan du dernier quart du VI^e siècle. » (Este é um fato real [...] com efeito, ele reflete o desejo de unidade confessional entre os godos e romanos que existiam no reino toledano do último quartel do século VI).

¹⁸⁰ ORLANDIS, J. « Le royaume wisigothique... ». In: FONTAINE, J. e PELLISTRANDI, C. *L'Europe héritière... op. cit...* 1992, p.10 “[...] celui d'une monarchie héréditaire dans la descendance familiale de Léovigilde”.

¹⁸¹ Cf. HORMAECHÉ BASAURI, J. M. **La Pastoral de la Iniciación Cristiana en la España Visigoda. Estudio sobre el De congnitione baptismi de San Ildefonso de Toledo**. Toledo: Instituto Teológico de San Ildefonso, 1983, p.16: “La Iglesia, por medio de sus obispos, más cultos normalmente que los reyes y los laicos en general, suministra ideas políticas y bases para norma de derecho. El Estado presta a la Iglesia su ayuda, legisla para ella y en armonía con ella ejerce sus derechos, derechos que para la época ni sorprenden ni suponen una intromisión abusiva del monarca en la esfera propia de la Iglesia”.

Evidentemente, o papel da Igreja se estendeu por diversos substratos da camada social hispano-visigoda, fato que pode ser verificado pela leitura das atas dos concílios visigóticos, tanto nos concílios gerais quanto nos provinciais, particularmente no século VII. Desse modo, a Instituição Eclesiástica iria, por si, formatando a sociedade em harmonia com a instituição monárquica, num processo de atitudes recíprocas que viriam, fundamentalmente, a configurar o campo de relações entre política e religião, ou seja, das relações de poder para a época. Todavia, as relações entre política e religião sempre representaram o elo mais fraco da unidade do Reino. Embora tenhamos, geralmente, a tendência de atribuir qualquer momento de instabilidade como resultado prático de uma política ineficaz, no caso da Hispania visigoda ao século VII, mal-estar político também pode ser tomado como sinônimo de mal-estar da política religiosa. Não devemos esquecer que Igreja e Estado eram, em todos os termos, indissociáveis.

Com efeito, tal questão político-religiosa iniciada de modo mais efetivo no III Concílio de Toledo de 589, seria sanada somente quase meio século depois, com a realização do IV Concílio de Toledo, no qual se estabeleceu as bases constituintes do pensamento político para o Reino de Toledo. Nesse sentido, o referido IV Concílio foi, na prática, a efetivação, a contento, dos proclames estabelecidos 44 anos antes na mesma capital régia de Toledo. A elaboração da teoria política visigoda viera sob a pena do mais erudito visigodo daquela época, o bispo de Sevilha, Isidoro. Seu olhar crítico sobre os acontecimentos políticos no reino toledano influenciaram, indubitavelmente, suas observações, constituindo desse modo, a base para sua doutrina político-religiosa.

Com efeito, a elaboração da teoria política isidoriana foi igualmente o reflexo de uma sociedade imersa em conflitos de ordem social, com a depreciação da instituição monárquica. Entretanto, importa precisar que, a realização do Concílio nacional de 633 não contou somente com assuntos provenientes de natureza política, de modo que, em alguns casos, a índole religiosa teve espaço no referido concílio, tal como a unificação dos ritos¹⁸² que incidira de maneira sensível, na liturgia e vida religiosa do Reino toledano. As decisões tomadas na Assembléia conciliar de 633 demarcariam profundamente as concepções políticas à época, como o estabelecimento do reinado eletivo e outros eventos de transcendência na vida político-social, cujo estabelecimento teve efeitos longos na história da instituição monárquica visigoda. Esse processo seria o resultado prático dos acontecimentos que tiveram

¹⁸² *Conc. Tol. IV, a. 633 c. 2 e 6.*

lugar em tempos anteriores à realização do concílio como as diversas sublevações ao longo de um período de três décadas.

A unidade político-religiosa na Hispania visigoda, cujo “projeto” foi iniciado a partir do ano 589 com o III Concílio de Toledo, fora, a contento, obtida somente a partir do último quarto do século VII, conforme nos têm demonstrado os especialistas¹⁸³. Não obstante, tem salientado Frighetto (2006, p.15):

[...] Contudo, a busca pela afirmação teórica do poder régio, em termos políticos e religiosos, é muito visível no caso hispano-visigodo no momento da conversão da heresia ariana ao cristianismo niceno, por ocasião do III Concílio de Toledo do ano 589¹⁸⁴.

Por outro lado, é importante ressaltar que esse mesmo projeto de unidade político-religiosa, teve como escopo fundamental, o fortalecimento da monarquia por meio dos diversos concílios visigóticos reunidos ao longo do século VII, ao passo que, verificamos que a nobreza eclesiástica mantinha um posicionamento claro e conciso em relação à aristocracia e a realeza, estando vinculada ao posicionamento político e militar do rei governante¹⁸⁵. Todavia, esses elementos também eram voltados às relações entre os bispos e o rei, sendo assim, a nobreza eclesiástica era a construtora e a difusora dos discursos régios com respeito à força laica, na qual entrementes, a Igreja seria, para além de elemento legitimador das ações do rei, também um intermediário nos argumentos teóricos em relação à sociedade laica, promovendo e ressaltando os feitos políticos e as virtudes régias, elementos que passamos a analisar agora.

¹⁸³ Para tanto: ANDRADE FILHO, R. O. Mito y monarquía en la España visigoda católica. In: **Temas Medievales**, ene./dic. 2005, vol.13, p.9-27, aonde afirma (pp.10-11) o autor que “A unidade política assentava-se, pois, na unidade religiosa. De fato, enquanto ideologia, o cristianismo não se apresentava como um mero reflexo do que era vivido, mas como “um projeto de ação sobre ele”. Tal foi a intenção de diversos concílios: o fortalecimento da monarquia e a estabilidade do reino. Ligava-se a sorte dos soberanos aos destinos dos súditos, entendendo-se o poder régio como uma incumbência divina. Estimulando essa correspondência entre os designios de Deus e a existência humana, a Igreja, de acordo com a tendência da época, tentaria relacionar o governo terrestre com as esferas celestiais. Caberia, pois, uma idealização de suas estruturas e existência, essencialmente na busca de suas finalidades: “a paz do reino”. Assim, apesar de se organizar segundo seu momento histórico, a Igreja, através de sua idealização da monarquia, procuraria superá-lo, apresentando um conjunto de valores articulados e uma trajetória para concretizá-los, confundindo-se aí com a ideologia”.

¹⁸⁴ FRIGHETTO, R. *Las dificultades de la unidad política ... art. cit.*, 2006, pp.11-19. “[...] Ahora bien, la búsqueda por la afirmación teórica del poder regio, en términos políticos y religiosos, es muy visible en el caso hispano-visigodo en el momento de la conversión de la herejía arriana al cristianismo niceno, por ocasión del III Concilio de Toledo del año 589”, p.15.

¹⁸⁵ Cf. *Idem, ibidem*, p.15.

2.6 Política e Tradição: as virtudes régias

Conforme tivemos ocasião de constatar, o aparato ideológico da monarquia visigoda era mantido pela nobreza eclesiástica, cujos discursos reforçavam a idéia do soberano ideal, afeito pela graça divina, na condução das empresas terrenas. Com efeito, tal posicionamento teve como fundamento basilar o pensamento de Isidoro de Sevilha. Portanto, ao nos concentrarmos em “política e tradição” no reino hispano-visigodo, nossas referências parte essencialmente do bispo hispalense. A ressonância do seu pensamento ficou marcada, juntamente com o florescimento da monarquia hispano-visigoda, na qual seu contributo foi excepcionalmente importante, constituindo a base das concepções político-ideológicas do século VII. A máxima isidoriana “*serás rei se obras retamente: se não obras assim não o serás*”¹⁸⁶ é um ponto de partida fundamental para a análise do conteúdo moral do pensamento político e ideológico na primeira metade da sétima centúria na Hispania Visigoda, pois, num só momento nos proporciona uma mordaz reflexão sobre as virtudes e as ações políticas régias. Essa máxima encontra, por certo, sua origem na tradição clássica romana segundo admitiu o próprio bispo hispalense¹⁸⁷. A partir dessas reflexões, o próprio Isidoro de Sevilha definia, sob sua ótica, as principais virtudes régias como sendo a *iustitia* e a *pietas*¹⁸⁸, sendo que a segunda era a que mais se encontrava nos reis, posto que a justiça por si só era severa.

Para o bispo hispalense, a autoridade régia detém as virtudes em demonstração de sua força, em prova de seu trabalho¹⁸⁹. O rei estabelece a justiça com seus feitos muito mais que com suas próprias palavras¹⁹⁰, pois, a *iustitia principum* é um atributo de honra¹⁹¹, através do qual cada rei estaria protegido da iniquidade e adversidade das forças, tendo deste modo, forjado seu direito de cobrança do povo, através de um poder concedido por Deus.

¹⁸⁶ *Isid. Etym. IX, 3,4. “rex eris, si recte facias: si non facias non eris”.*

¹⁸⁷ Sobre estas questões ver o já citado artigo de FRIGHETTO, R. *Rex velit honesta...* no qual chama atenção o historiador na p. 292 que “de fato, encontramos-la [a referência isidoriana] em parte cunhada por Horácio em pleno século I d.C., inserida num ambiente político que buscava conciliar a já inequívoca força dos poderes de cunho pessoal com as antigas, também idealizadoras, tradições republicanas romanas que apontavam a relação entre o senado, as assembléias populares e as magistraturas como o caminho para alcançar-se a tão sonhada *basileia* defendida por Isócrates e Aristóteles [...]”.

¹⁸⁸ *Isid. Etym. IX, 3,5.*

¹⁸⁹ *Isid. Etym. XVIII, 22 « Virtus est immensitas virium in labore et pondere corporis [vocata] ».* (Virtus (força) é a demonstração da enorme fortaleza em prova de trabalho e de peso).

¹⁹⁰ *Isid. Sent. III, 49,2 “Qui recte utitur regni potestate forman iustitiae factis magis quam verbis instituit”.* (O que usa retamente a autoridade real estabelece a norma de justiça com os feitos mais que com as palavras).

¹⁹¹ *Isid. Sent. III, 49,1 « [...] ut quanto magis honoris celsitudine claret [...] »* ([...] quanto mais brilha por excelência da honra [...]).

Evidenciando assim que, o rei virtuoso, pela honra da justiça, mais facilmente se afastaria dos delitos, pois, seu propósito jamais deveria se distanciar da verdade¹⁹². Essas passagens em Isidoro são, com efeito, ecos de seu tempo, asseveradas por querelas do passado clássico romano remontado à luz cristã. A eloquência de suas observações, pautadas na sua ética religiosa, denotam uma sociedade visigoda constelada pela heterogeneidade, não igualitária e orientada segundo a concepção político-religiosa do seu tempo. Contudo, tais preceitos religiosos apresentam forte influência clássica romana, como as virtudes imperiais, para a concepção das doutrinas políticas do Reino Hispano Visigodo no século VII, que segundo Isidoro, era necessária à legitimidade do poder régio, pois, uma virtude como a *iustitia* deveria ser inerente ao rei, transparecendo desse modo sua autoridade perante o corpo social hispano-visigodo.

Todavia, importa precisar que, as construções ideológicas sobre o poder régio e mesmo as concepções políticas para o reino hispano-visigodo bebiam ainda da tradição clássica romana, aquilo que definimos como tradição, relação esta apontada por Frighetto (2007, p.293):

[...] tais construções ideológicas relativas ao poder e as virtudes do soberano, elaboradas pela genialidade do pensamento de Martinho de Braga e Isidoro de Sevilha com evidentes ecos da tradição imperial romana, refletiam uma clara tentativa na de sugerir o modelo de *princeps christianus* responsável por manter a paz e a concórdia no interior do reino¹⁹³.

De fato, segundo essa pontual observação de Frighetto, *à fortiori*, podemos claramente estabelecer essa relação entre a *iustitia* de Isidoro, enquanto virtude régia, com a tradição clássica romana, a partir da própria concepção isidoriana de lei. Para o bispo hispalense, a lei é a – *constitutio populi* – ou seja, uma ordenação popular sancionada pelo firme dos anciãos e da plebe. Lei (*lex*) trata de interesses específicos e deve ser honesta, justa, possível e conforme a natureza, de acordo com os costumes da pátria, diferindo-se de costume (*mos*) utilizado para coisas práticas, daí o termo *consuetudo* – *incomuni est usu* – ou aquilo que está em uso comum¹⁹⁴. Com efeito, a conformidade das leis com as virtudes era uma clara tentativa “de sugerir o modelo de *princeps christianus* responsável por manter a paz e a

¹⁹² *Isid. Sent. III, 49,4 « Bonus rex facilius ad iustitiam a delicto regreditur quam de iustitia ad delictum transfertur, ut novelis hic esse casum. Illic propositum. In proposito eius esse debet nuquam egredi a veritate ».* (O rei virtuoso mais facilmente se aparta do delito para dirigir-se a justiça que abandona a justiça para entregar-se ao delito, a fim de que se conheça que o segundo é uma desgraça fortuita; o primeiro constitui seu ideal. Em seu propósito deve estar e não apartar-se nunca da verdade).

¹⁹³ Cf. FRIGHETTO, R. *Rex velit honesta art. cit.* 2007, p.293.

¹⁹⁴ *Isid. Etym. II, 10, 1-6.* Notamos as mesmas considerações de Isidoro em *V, 3, 1-4.*

concordia no interior do reino”¹⁹⁵, pois, para Isidoro, a lei necessitava de aprovação da razão, e logo que aprovada pela razão devia estar em harmonia com a religião, a disciplina e o bem comum, permitindo desta maneira ao *vir fortis petat praemium*¹⁹⁶ (o homem esforçado reclame seu prêmio), e o prêmio, nesse caso, é o castigo da lei. Nesse sentido, a *iustitia* como virtude régia assume um papel de severidade, pois, na conformidade com a lei, ela é o fundamento do direito (*ius*) que é a lei humana.

Um posicionamento paralelo acerca das virtudes régias apresentado por Isidoro de Sevilha, embora proporcionalmente inverso ao da *iustitia* (o fundamento do *ius*), é o da *pietas* como virtude. A *pietas* isidoriana deve ser entendida dentro do contexto do cristianismo, encontrando acolhida no *fas*, aquilo que é justo, portanto divino. Mesmo na *pietas*, verificamos uma forte influência da tradição clássica romana, na qual se interpretava como sendo um sentimento de obrigação dos homens para com os quais tivesse ligação de natureza. Essa virtude para os romanos estava estritamente ligada ao sentimento religioso dos deuses Manes, Lares e Penates¹⁹⁷ e, evidentemente, no que diz respeito à interpretação do bispo hispalense, verificamos um caráter extremamente cristológico. Justifica-se desse modo, as palavras de Isidoro na passagem IX, 3,5 das suas Etimologias, afirmando que a *pietas* é a virtude que mais se encontra nos reis, clarificando assim a tentativa de construção modelar do *princeps christianus*. O ato do rei é o que modela a vida dos súditos¹⁹⁸, por isso é necessário que o rei mantenha uma imagem de bom *christianus*, com o fim de que se constitua, dessa forma, a unidade do seu reino.

A obrigação do rei para com seus súditos era, portanto, pautada no cumprimento das suas leis, cuja natureza divina ou humana estava contida segundo as virtudes que demonstrava no exercício do seu poder. Com efeito, as virtudes régias na concepção isidoriana – *iustitia* e *pietas* – sugerem uma imagem do *princeps christianus sacratissimus*, humano e divino, com relação aos seus pares nobiliárquicos, como o legítimo representante da vontade de Deus para com os homens, cujo papel no reino é amparar o seu povo, o povo de Deus. Não obstante, um

¹⁹⁵ FRIGHETTO, R. *Rex velit honesta art. cit.* p.293.

¹⁹⁶ *Isid. Etym. II, 10, 3-5.*

¹⁹⁷ Sobre este aspecto cf. ROCHA PEREIRA, M. H. *Estudos de história da cultura clássica... op. cit.* pp. 327-328. No qual a autora nos chama a atenção para o fato de que “estabelecendo assim um vínculo afetivo entre os membros de uma família, a *pietas* alargava-se à divindade, e acaba por compreender também as suas relações com o Estado”.

¹⁹⁸ *Isid. Sent. III, 50,6* “*Reges vitam subditorum facile exemplis suis vel aedificant, vel subvertunt, ideoque principem non oportet delinquere, ne formam peccandi faciat peccati eius impunitia licentia [...] Illi namque ascribitur, quidquid exemplo eius a subditis perpetratum*” (Os reis com seu exemplo facilmente edificam a vida dos súditos ou a arruinam; por isso é preciso que o príncipe não peque, a fim de que não constitua um estímulo para o vício de sua desenfreada licença de pecar [...] A ele, na verdade, se lhe imputa quanto a seu exemplo realizam os súditos).

laço maior e mais firme era, verdadeiramente, o motor das relações entre a política, religião e a vontade popular, esse era consequentemente implícito nas leis humanas (*ius*) e nas leis divinas (*fas*): a *fides*. Conforme já pudemos observar, a *fides* era o princípio fundamental das relações sociais no Reino hispano-visigodo, onde a justiça e as leis se fazem presentes na constituição da unidade do reino.

Nesse âmbito, inferimos através da visão isidoriana, que as virtudes régias abarcavam não apenas o conteúdo ideológico e moral religioso cristão, mas também, um conjunto de elementos que denotavam as percepções político-doutrinárias que serviram de referências para todo o Reino visigodo de Toledo. Não menos interessante é a relação poder régio / poder eclesiástico, ou seja, da nobreza eclesiástica, na qual emerge sua concepção geral de poder soberano, o rei surge como aquele que é investido pelo poder da Igreja, somente assim podendo ser concebido como legítimo, nesse sentido, diferindo-se o rei legítimo, sinônimo de bom cristão, sagrado por sua ascendência, e flagelo da vontade divina, distanciando-se daqueles elementos aquém da sociedade por sua condição, os infiéis, antítese do poder legítimo. O *orbe gothorum* civilizado, desse modo, somente poderia ser concebido por meio de uma organização social na qual a Igreja fosse a regente *ad corpus* das ações humanas, tendo no rei sua defesa primeira e justificativa de suas ações, posto que fosse ele o representante da vontade popular e ao mesmo tempo divina.

As virtudes do rei representavam, do mesmo modo, a concórdia entre política e religião, colocando em voga a harmonia dos poderes que sustentavam a instituição monárquica. Por outro lado, dissipada essa relação, abalava-se as estruturas sociais do Reino de Toledo e o resultado direto seria infidelidade, usurpações e tirania por parte daqueles que, ao mesmo tempo em que não se encaixavam no orbe civilizado, serviam também para legitimá-lo, falamos agora efetivamente dos infiéis.

CAPÍTULO III

A CARACTERIZAÇÃO DO INFIEL: O EXEMPLO DE IUDILA

Os estudos acerca das concepções ideológicas sobre o poder régio na Antiguidade-Tardia ocidental revelaram-se prodigiosos nos últimos anos. Com efeito, a análise dessas mesmas questões através das fontes do período tardo-antigo sugerem, à guisa de apreciação, as ações políticas de diversos elementos inerentes do estrato sócio-político das monarquias romano-germânicas. Sobre esses aspectos nota Frighetto (2006, p.12):

De fato, a análise cuidadosa desta questão nas fontes tardo-antigas nos leva a uma interessante confrontação dos segmentos mais importantes do universo sócio-político das monarquias romano-germânicas ocidentais. Um choque que acabou por gerar instabilidades políticas internas e que levaram a consecução de ações tirânicas e usurpatórias contra o poder do monarca legítimo [...] ¹⁹⁹

Tal confrontação pelo controle do poder político revela ainda que os segmentos sociais mais abastados na Antiguidade-Tardia, nomeadamente, realeza e nobreza, tornaram-se particularmente comuns a partir da primeira metade do século VII, particularmente no caso da Hispania Visigoda. Os grupos nobiliárquicos exerciam um duplo papel na sociedade visigoda, de modo que, ao mesmo tempo legitimavam e limitavam as pretensões régias, sendo que seu poder era muito mais forte em âmbitos locais e regionais. Todavia, esses elementos nobiliárquicos – laicos ou eclesiásticos – ao longo de todo o século VII, atuaram como forças centrífugas do poder, posto que fossem eles que detinham a responsabilidade pela nomeação do monarca. Em geral, os representantes da alta nobreza ofereciam apoio político e militar, uma espécie de *auxilium* ao rei legítimo, que por seu turno, dava a esses *fideles regis* benefícios patrimoniais²⁰⁰.

Desse modo, notamos que na Hispania Visigoda, esses grupos nobiliárquicos tinham o apoio de suas regiões, constituindo dessa forma sua própria sociedade política, cuja

¹⁹⁹ Cf. FRIGHETTO, R. **Las dificultades de la unidad política en la Hispania Visigoda: las controversias entre la realeza y la nobleza en el siglo VII.** In: Revista de Historia ano 16, vol.16 nº2. Concepción – Chile, 2º Semestre de 2006, p.12 “De hecho, el análisis detenido de esta cuestión en las fuentes tardo-antiguas nos lleva hacia una interesante confrontación de los segmentos más importantes del universo socio-político de las monarquías romano-germánicas occidentales. Un choque que acabó por generar inestabilidades políticas internas y que llevaron a la consecución de acciones tiránicas y usurpatorias en contra del poder del monarca legítimo [...]”. E mais a frente chama atenção ainda para o fato de que “[...] la existencia de una confrontación entre facciones nobiliarias, nos lleva a una hipótesis de que no había una fuerte contestación de la nobleza hacia la realeza como institución”. ([...] a existência de uma confrontação entre facções nobiliárias, nos leva a hipótese de que havia uma forte contestação da nobreza à realeza como instituição).

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p.14.

ampliação do poder se dava por meio de relações essencialmente político-militares. Com efeito, o rei ficava numa posição extremamente delicada em relação aos grupos nobiliários mais distantes do centro de decisões políticas, posto que, esses grupos por vezes constituíam-se em forças regionais, facções políticas contrárias às decisões centrais do rei e fundamentalmente vulneráveis às ações da política régia. Numa tentativa de contenção desse mal-estar político causado por decisões centralizadoras, a instituição monárquica criou alguns mecanismos de contenção das ações desagregadoras do poder. Notamos, nessa perspectiva, dois elementos fundamentais para esse processo: primeiramente, uma aproximação maior da nobreza eclesiástica em relação à nobreza laica; em seguida, a elaboração de várias leis como forma de limitar as próprias ações da nobreza ou mesmo do corpo civil. Muito embora a aproximação dos monarcas com a nobreza eclesiástica seja um fator fundamental na tentativa de contenção de ações usurpatórias ou mesmo tirânicas por parte da nobreza laica, isto não significa dizer que os nobres de origem eclesiástica não intentaram contra o poder régio, pois, a título ilustrativo, citamos o caso do duque Paulo contra o rei Wamba (672-680).

Paulo fora enviado por Wamba em 673 para conter uma rebelião liderada por Ilderico – nobre visigodo, conde de Nîmes – em Narbona. Ilderico por sua vez, era apoiado pelo *bispo* Gumildo de Malagona e o *abade* Ramiro. Paulo contém a rebelião e toma para si o poder em Narbona, declarando-se em seguida rei da Narbonensis, acabando, deste modo, por se rebelar contra Wamba, então o rei legítimo. O episódio da rebelião do duque Paulo é indubitavelmente um dos mais conhecidos da história visigoda, relatado pelo bispo de Toledo Juliano em sua *Historia Regis Wambae*²⁰¹, que para além do seu próprio levante, é importante frisar que a primeira rebelião – a de Ilderico – tinha o apoio de alguns representantes do clero daquela região. Esse episódio ilustra claramente os intentos da nobreza eclesiástica em relação ao apoio às ações usurpatórias por parte da nobreza laica. As ações políticas dos nobres eclesiásticos em relação ao rei legítimo eram, por vezes, caracterizadas por uma intensa rede de interesses político-militares entre bispos e a realeza visigoda. O caso de Ilderico / Paulo contra Wamba no último quarto da sétima centúria não foram casos isolados na história visigoda.

Com efeito, para que possamos adentrar de maneira mais significativa nesses casos de usurpação, tirania e infidelidade, cabe-nos aqui, caracterizar primeiramente o infiel com base nas fontes do período tardo-antigo, em particular para o Reino Hispano-Visigodo. Tal

²⁰¹ Oportunamente, trataremos de maneira mais detalhada do episódio de 673, com o Duque Paulo e Wamba. Para tanto nos utilizamos duma versão traduzida para o inglês de Joaquín Martínez Pizarro In: **The History of Wamba. Julian of Toledo's *Historia Regis Wambae***. Washington: CUA, 2005.

tarefa é deveras, particularmente delicada, posto que, antes de chegarmos à efetiva caracterização do infiel devemos remeter a um processo de transformações do pensamento político-ideológico ocorrido a partir do período baixo imperial romano, com remissões aos termos *usurpator*, *tyrannus*, *barbarus* e, conseqüentemente o *infiel*. Esse último surge nas fontes do período tardo-antigo caracterizado por suas ações perfídias contra a conduta moral estabelecida, atentando contra a ordem e a estabilidade político-social do Reino, de modo que, os autores cristãos do século IV transformam a idéia da *infidelitas* em uma associação direta com o sentido cristão do princípio endógeno na *fides*.

Com a consolidação do Reino visigodo na Hispania, verificamos a emergência de uma sociedade amparada grandemente nas aristocracias regionais e nas nobrezas – laica e eclesiástica – que, ao mesmo tempo em que sustentavam o poder monárquico, funcionavam como elemento dissonante das ações políticas do rei. Todavia, tal relação agrava-se ainda mais quando em lugar de apoiar os interesses da instituição régia em prol da unidade do Reino, essas nobrezas lançavam-se contra qualquer decisão à margem dos seus interesses. Dessa sociedade laicizada e eclesiástica no século VII, vemos surgir grupos que, tendencialmente, zelavam pelos interesses político-econômicos dos seus pares, antes de qualquer interesse do Estado visigodo.

Por certo, a instabilidade demarcou a política visigótica na primeira metade do século VII, reflexos diretos da desarmonia político-religiosa que imperou naqueles momentos. Com efeito, essas facções políticas revelaram-se, muitas vezes, contrárias à instituição monárquica, atuando como forças centrífugas do poder régio, declarando-se de forma independente como portadores da *legitimidade* real. Tais grupos constituíam sociedades políticas próprias, cujo raio de atuação atingia níveis locais ou até mesmo regionais, chegando ao poder por meio de sublevações e usurpações contra o rei. Feitas essas ressalvas, nos deteremos agora nos grupos que definiram os rumos políticos da Hispania visigoda no século VII, contribuindo decisivamente com a derrocada diante dos árabes, no limiar do século VIII.

3.1 O Soberano Legítimo e o Mau Soberano

As usurpações contra o poder régio colocaram em evidência um aspecto determinante da história política da Antiguidade-Tardia ocidental: a constituição de forças políticas de nível local ou regional que atuavam como desagregadoras do poder central. Fator esse, determinante ao processo de fragmentação do poder da instituição monárquica na Hispania visigoda, culminado em 711, com a invasão árabe. Todavia, importa precisar que, esse mal-estar político já fora sentido ainda no período imperial romano tardio, no qual os imperadores, notadamente, a partir do século IV enfrentaram diversas rebeliões e focos de resistência ao exercício do seu poder nas províncias mais distantes dos centros de decisões políticas, como a Britania, Gália e Hispania. Tais focos de resistência eram sumariamente liderados por forças opositoras do poder imperial vigente, caracterizado dessa forma, à luz da literatura da época, como verdadeiros tiranos. Sobre esse aspecto, os trabalhos de Maria Victoria Escribano Paño nos oferecem uma boa visão sobre a conturbada fase em que atravessou o Império Romano Tardio²⁰².

Todavia, afirma a professora Escribano Paño que, segundo indica a literatura jurídica, epigráfica, panegírica e historiográfica do século IV, o primeiro a se utilizar do termo *tyrannus* com o sentido de usurpador fora Constâncio, filho de Constantino I, para deslegitimizar a Maxêncio após a derrota de Milvio (312)²⁰³. Com efeito, as fontes do período romano tardio assinalam a repetição do termo usurpação como um vocábulo político, de valor proporcionalmente inerente ao termo *tyrannis* / *tyrannus*, sujeito em léxico tardio relativo ao poder²⁰⁴. Destaque-se ainda o fato de que mesmo no período romano, não havia uma formulação de normas ou algum conjunto de regras que definissem ou fixassem algum critério da legitimidade imperial²⁰⁵. Importa ainda, sublinhar que o entendimento do conceito

²⁰² Sobre essas questões cf. infra nota 64.

²⁰³ Cf. ESCRIBANO PAÑO, M. V. *Constantino y la rescissio actorum... op. cit.* p.307-308. A autora assevera ainda (308-309) que “la usurpación en un fenómeno complejo inherente al Imperio Romano entendido como estructura de poder en construcción permanente y conexo con el difícil encaje del Principado en las definiciones del derecho publico, dificultad que hizo de la sucesión en el primado un problema político nunca resuelto en términos jurídicos y de la legitimidad una cuestión de criterios y modos cambiantes”. (A usurpação em um fenômeno complexo inerente ao Império Romano entendido como estrutura de poder em construção permanente e conexo com o difícil encaixe do Principado nas definições do direito público, dificuldade que fez da sucessão no primado um problema político nunca resolvido em termos jurídicos e da legitimidade uma questão de critérios e modos cambiantes). Portanto, segundo as considerações de Escribano Paño, inferimos que mesmo o problema das usurpações ou ações tirânicas remontam a um processo em longa duração, remetido à tradição clássica romana.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.311.

²⁰⁵ Sobre estas questões ver a nota 5 de ESCRIBANO PAÑO, M. V. *Constantino y la rescissio...art. cit.*, p.309, em que salienta ainda que “En los análisis más recientes la usurpación ha mudado su catalogación convencional y dependiente de los juicios antiguos, que la interpretaban como factor interno de debilitamiento y degeneración del sistema imperial, por otra más funcional y política, más concorde con la dinámica social, que reconoce en ella una forma de relevo en el poder, en ocasiones, una vía de expresión del descontento social, militar, local o provincial y, en última instancia, un medio de control sobre la tendencia al abuso que conlleva el ejercicio del poder por uno, en este caso, el príncipe” (Nas análises mais recentes a usurpação tem mudado sua catalogação

usurpador / *tirano* está aliado à própria idéia da *dominatio* do período baixo imperial romano²⁰⁶. De modo que, a *dominatio* era um elemento entendido como a oposição do pensamento vigente no período tardo-antigo, onde a herança do mundo clássico greco-romano da *monarquia* / *basileia* assumia a posição de legítima portadora dos preceitos legais da *politeia*, que a partir do século IV é caracterizado pela ressonância do pensamento cristão. No entanto, as transformações do pensamento político no período tardo-antigo é, sobremaneira, caracterizado em termos ideológicos, e o léxico *tyrannus* vai assumindo, paulatinamente, um valor de “ação usurpatória”, efeito esse que provém da literatura cristã já do século IV, ilustrada principalmente sob a ótica de Lactâncio e Eusébio de Cesaréia com a associação da figura do *imperator* ao do *princeps christianus sacratissimus*²⁰⁷.

Imprescindivelmente, a tradição do pensamento cristão vai caracterizar igualmente as concepções políticas no século V, aonde a transformação do conceito de *tyrannus* nos vem particularmente sob a pena de Paulo Orosio de Braga, pelo qual percebemos claramente as menções pejorativas do léxico²⁰⁸. Portanto, o *tyrannus* é ilustrado pelas fontes do período tardo antigo como verdadeiramente o opositor do governante legítimo, que tentando impor sua *dominatio* revela-se como a antítese do poder legal e transgressor das principais virtudes que suplantariam o poder do *imperator*, tais como *iustitia*, *clementia*, *pietas* ou mesmo a própria *fides*. Fica, pois, claro que, a postura do clérigo bracarense é essencialmente cristã, posto que, a associa o sentido de *tyrannidem* como sendo o transgressor do princípio da *fidelitas*, que é consequentemente a ruptura com a ordem primeira da unidade político-social.

Evidentemente, os usurpadores do poder – tanto na época baixo imperial romana quanto na época visigoda – eram apoiados por grupos de sua sociedade política. Conforme

convencional e dependente dos juízos antigos, que a interpretavam como fator interno de debilitamento e degeneração do sistema imperial, por outra mais funcional e política, mais concorde com a dinâmica social, que reconhece nela uma forma de relevo no poder, em ocasiões, uma via de expressão do descontento social, militar, local ou provincial e, em última instância, um meio de controle sobre a tendência ao abuso que leva o exercício do poder por um, neste caso, o príncipe).

²⁰⁶ Esta é a opinião manifestada por FRIGHETTO, R. **Usurpação, tyrania e a dominação na Hispania Visigoda de finais do século VII: o exemplo de Wamba (672-680)**. In: Boletim do CPA, Campinas, nº10, jul./dez/ 2000, pp.39-56. Particularmente na p.41 e segs., onde considera que “Podemos sugerir uma linha de interpretação para a *dominatio* a partir da análise do panegírico III escrito por Mamertino em honra de Maximiano no ano de 289. Ao referir-se a Carino, rival de Diocleciano no Oriente, o panegirista apresenta-o como aquele que tentou impor à *res publica* sua dominação por força militar. Logo desde a ótica do vencedor, pois, Carino foi derrotado por Diocleciano, a *dominatio* aparece vinculada a noção do governo despótico que tentava impor-se através da *factio*. Tal atitude era reprovada pelos legitimadores do poder imperial a partir da idéia de que a ascensão ao *imperium* deveria ser realizada através da *aclamatio* dos legionários, herança mantida na época alto imperial, jamais com base numa *dominatio* de cunho personalista ou dum cunho restrito”.

²⁰⁷ *Idem*, *ibidem*, p.42.

²⁰⁸ *Or., Hist. Adv. Pág., VII, 34: “Maximus, uir quidem strenuus et probus atque Augusto dignus nisi contra sacramenti fidem per tyrannidem emersisset [...]”, (Máximo, homem decididamente infatigável e mesmo virtuoso e digno Augusto contra o sacramento da fides emergido pela tyrania) sentido fundamentalmente depreciativo com a valorosa menção da ruptura com a fides, caracterizando assim a tyrannidem.*

assinala Frighetto “assim, o *tyrannus* é visto como aquele que tenta impor sua dominação por meio da força contra o legítimo soberano utilizando-se inclusive de inimigos externos do Império [...]”²⁰⁹ que, no caso dos romanos, eram os “bárbaros”. Com efeito, note-se que os “bárbaros”, nesse sentido, eram em sua grande maioria os braços de armas dos *tiranos* / *usurpadores* romanos, sendo que o próprio Orosio nos informa que aqueles que verdadeiramente ameaçavam a soberania dos imperadores romanos eram muitas vezes os próprios cidadãos romanos apoiados em exércitos provinciais, citando como exemplo o caso de Constantino III em relação às províncias gálicas e hispanas²¹⁰. Semelhantes observações podem ser constatadas na Crônica de Hidácio de Chaves, que apresenta o intento de Constantino III como sendo uma ação tirânica²¹¹, com a imposição da *dominatio*.

Com efeito, verificamos a perspectiva do *usurpator* com a associação direta ao *tyrannus*, com reincidências nos séculos V e VI, mantidas particularmente na *Pars Occidentalis* do Império Romano, agora com a vinculação do termo nas fontes romano-germânicas. Embora a figura do *imperator* fosse substituída pela do *rex*, a idéia da *tyrannia* / *usurpatio* fora mantida com as mesmas características. Contudo, salientamos que tal perspectiva fora ainda mais reforçada pelo sentido ideológico do cristianismo, que no caso visigodo viera, sobretudo, com a conversão ao cristianismo niceno do Reino de Toledo sob a égide de Recaredo no III Concílio de Toledo em 589. Ademais, ainda antes da efetiva conversão ao credo nicenista, observamos algumas referências da *tyrannia* no Reino hispano-visigodo vinculado a intentos usurpatórios, como no caso da rebelião de Hermenegildo – filho do monarca ariano Leovigildo – e Gosvinta, em Hispalis, descrito pela ótica do bispo de Gerona, João de Biclano²¹². O príncipe visigodo Hermenegildo foi apresentado pelo biclarense

²⁰⁹ Cf. FRIGHETTO, R. *Usurpação, tyrannia e a dominação...* art. cit., 2000, p.43, concluindo ainda que “esta vinculação entre o tirano e os bárbaros aparece bem representada tanto na Crônica de Hidácio de Chaves como na história contra os pagãos de Paulo Orosio [...]”.

²¹⁰ Or., *Hist. Adv. Pag.*, VII, 40: “*His per Gallias bacchantibus apud Britannias Gratianus, municeps eiusdem insulae, tyrannus creatur et occiditur. huius loco Constantinus ex infima militia propter solam spem nominis sine merito uirtutis eligitur: qui continuo, ut inuasit imperium, in Gallias transiit. ibi saepe a barbaris incertis foederibus inlusus, detrimento magis reipublicae fuit [...]*” (Quando estes estavam pela Gália, na Bretanha Gratiano, um cidadão da ilha, foi feito usurpador e depois morto. Em seu lugar Constantino, um homem do mais baixo posto militar, por causa da esperança solitária que veio de seu nome e sem nenhum mérito para a coragem, foi eleito. Assim que começou seu mandato, foi para a Gália. Em meio aos incertos aliados bárbaros, ele foi defender a República).

²¹¹ Hydt. *Chron. a.411* “[...] *Constantinus post triennium invasae tyrannidis ab Honorii duce Constantio intra Gallias occiditur [...]*” (Constantino depois de três anos invade tiranicamente contra Honório o duque Constantino adentra a Gália [...]).

²¹² Ioan. Bicl., *Chronc.a.579*: “[...] *Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assumens in Hispali civitate rebellionem facta recluditur, et alias civitates atque castella secum contra patrem rebellare facit. quae causa provincia Hispaniae tam Gothis quam Romanis maioris exitii quam adversariorum infestatio fuit*”. [...] Naquele mesmo ano [579] seu filho Hermenegildo com uma leal facção da rainha Gosvinta tomou o poder tiranicamente na cidade de Sevilha fazendo eclodir uma revolta, ele fez outras

como o protótipo de *tyrannus*, asseverando os traços de infidelidade assumidos na rebelião contra seu pai. Igualmente sobre esse aspecto é importante ressaltar a visão de Isidoro de Sevilha, que da mesma forma identifica Hermenegildo como um *tyrannus*²¹³.

Notamos, contudo, que no caso visigodo, a relação entre a *tyrannia* e a *usurpatio* era frequentemente empregada para identificar o que fazia parte do Orbe civilizado com relação ao mundo “bárbaro”. Esses elementos podem ser notados particularmente com a passagem da sua condição de “barbárie” até a inserção concreta na *romanitas ciuilitas*. Com efeito, significa dizer que, a monarquia guerreira passa à condição de *regnum*²¹⁴ e aliados dos romanos, o que posteriormente levaria a sua efetivação territorial. Todavia, ressaltamos que a idéia de *regnum* encontraria nova acolhida pelo pensamento cristão, particularmente entre os séculos VI e VII, com a conversão dos visigodos. A adoção do cristianismo niceno pelos visigodos de Recaredo no III Concílio de Toledo seria, em termos ideológicos, suplantada mais tarde pelo pensamento incontestável de Isidoro, bispo de Sevilha, e a inferência do seu pensamento levaria consequentemente à nova transformação no pensamento político, com a significação cristã do poder régio, determinando por fim, a constituição do *regnum christianum*, que segundo o hispalense, o *rex gothorum* seria categorizado como verdadeiramente o *princeps christianus sacratissimus*. Sobre essa linha interpretativa, Frighetto²¹⁵ tem destacado que, em termos mais amplos, salientando que a idéia de *regnum* faz frente ao conceito de *imperium*, frisando que o último é aplicado à política romana e o primeiro tem uma conotação associada às monarquias romano-germânicas.

O processo de institucionalização da monarquia visigótica tomara projeção de maneira mais incisiva com Leovigildo, cujo projeto foi consolidado com o monarca Suíntila (621-631?), ao menos até a metade do seu reinado por volta de 625. Conforme já salientamos,

idades e fortalezas se rebelarem contra seu pai causando grande destruição na província da Hispania tanto para Godos e Romanos quanto para inimigos externos).

²¹³ *Isid. Hist. Goth.*, 49 “[...] Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannizantem obsessum exsuperavit [...]”. (Hermenegildo filho próximo do império com ação tirânica apodera-se elevando [...]). Uma relação apontada anteriormente entre os escritos de João de Bicláro e Isidoro de Sevilha fora feita in: FRIGHETTO, R. **O soberano ideal na obra de Valério do Bierzo**. Gerión, nº16, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998, pp.461-470.

²¹⁴ Para uma análise detalhada à constituição do conceito de *Regnum* Visigodo cf. o artigo de FRIGHETTO, R. **De la barbarica gens hacia la christiana ciuilitas: la concepción del regnum según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII)**. In: *Anuario del Centro de estudios Históricos Prof. Carlos S. A. Segreti* 7. Cordoba, Universidad de Cordoba, 2008 (inédito). Onde assevera esse historiador que “Una construcción ideológica que cambió ciertos matices, se transformó, presentándose en la Antigüedad Tardía, en el ámbito religioso, como oposición del hereje “bárbaro” al cristiano niceno y civilizado, siendo este último el verdadero participante del *regnum christianum*” (Uma construção ideológica que mudou certos matizes, se transformou, apresentando-se na Antiguidade Tardia, em âmbito religioso, como oposição do hereje “bárbaro” ao cristão niceno e civilizado, sendo este último o verdadeiro participante do *regnum christianum*).

²¹⁵ *Id., Ibidem*.

Suinthila foi o primeiro monarca a imprimir a imagem de *regnum* ao seu governo²¹⁶ pois consegue a total unidade territorial à monarquia visigoda com a vitória sobre os bizantinos, rucões e os vascos²¹⁷, merecendo desse modo referências elogiosas por parte de Isidoro de Sevilha²¹⁸, por sua conduta exemplar de bom governante. Nesse mesmo momento, Suinthila associa seu filho Recimiro ao trono, ato que mereceu igualmente menções e votos por parte do bispo de Sevilha²¹⁹. Isso foi sobremaneira, um discurso de afirmação do seu poder mediante às forças opositoras – uma *damnatio Suinthilae* – frente à conturbada fase enfrentada contra dissidentes. Com uma política régia particularmente caracterizada por um período de conflitos e discordâncias políticas, Suinthila enfrenta, acreditamos que particularmente na segunda metade do seu reinado, diversas sublevações em diferentes

²¹⁶ Opinião defendida por VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real...op. cit.*, 2000, p. 155 “Así, Isidoro de Sevilla (*Hist. Goth.* 65.10-12), al historiar el reinado de Suinthila, el primer rey visigodo que gobierna sobre una *Hispania* unificada, introduce el concepto de *imperium* para calificar su autoridad, el término que en el vocabulario político romano se usaba para definir la soberanía ejercida por el imperador, y considera a Suinthila merecedor de ser llamado *princeps populorum* (*Hist. Goth.* 64.9-11), con un título ennoblecedor por tratar-se de una designación típicamente imperial [...]” (Assim, Isidoro de Sevilha (*Hist. Goth.* 65.10-12), ao historiar o reinado de Suinthila, o primeiro rei visigodo que governa sobre uma *Hispania* unificada, introduz o conceito de *imperium* para qualificar sua autoridade, o termo que em vocábulo político romano se usava para definir a soberania exercida pelo imperador, e considera a Suinthila merecedor de ser chamado *princeps populorum* (*Hist. Goth.* 64.9-11), com um título enobrecedor por tratar-se de uma designação tipicamente imperial [...]), e também FRIGHETTO, R. *De la barbarica gens hacia...* “[...] Ejemplo más importante, según el relato del hispalense, fue el de Suinthila que venció a los vascos, rucones y bizantinos estableciendo el *regnum* de los visigodos sobre toda la *Hispania*, hecho realizado por primera vez [...]” (“[...] Exemplo mais importante, segundo o relato do hispalense, foi o de Suinthila que venceu os vascos, rucões e bizantinos estabelecendo o *regnum* dos visigodos sobre toda a *Hispania*, feito realizado pela primeira vez [...]), *art. cit.* 2008 (inédito).

²¹⁷ *Isid. Hist. Goth.*, 62: “[...] *Iste sub rege Sisebuto ducis nactus officium, Romana castra perdomavit, Ruccones superavit. Postquam vero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas quas in Hispaniis Romana manus agebat, praelio conserto obtinuit, auctamque triumphi gloriam prae caeteris regibus felicitate mirabili reportavit. Totius Hispaniae infra Oceani fretum monarchia regni primus idem potius, quod nulli retro principum est collatum [...]*”. (Após ter subido da posição de duque do Rei Sisebuto obtendo sua posição, ele capturou fortaleza romana e superou o rucões. Depois que ele tinha subido para as dignidades reais, ele obteve em guerra e todo o restante das cidades da Hispania Romana que o exército havia tomado, alcançando com fortuna, ele triunfou gloriosamente ainda mais do que os outros tinham Reis. Ele foi o primeiro a obter a monarquia por todo o Reino de Hispania desde o norte aos estreitos [...]).

²¹⁸ *Isid. Hist. Goth.*, 64: “*Praeter has militaris gloriae laudes plurimae in eo regiae majestatis virtutes, fides, prudentia, industria, in judiciis examinatio, strenua in regendo regno cura, praecipua circa omnes munificentia largus, erga indigentes et inopes misericordia satis promptus. Ita ut non solum princeps populorum, sed etiam pater pauperum vocari sit dignus*”. (Além dessa reputação de glória militar, Suinthila sua majestade real possui muitas virtudes: fê, prudência indústria, desejosos controles em matéria judicial, e uma vigorosa preocupação para o governo. Ele foi generoso para todos, na sua generosidade, e é bastante ágil na misericórdia para com os pobres e necessitados. Ele era assim, não só digno de ser chamado pai do povo, mas também foi digno de ser chamado o pai dos pobres).

²¹⁹ *Isid. Hist. Goth.*, 65: “*Hujus filius Racimirus in consortium regni assumptus, pari cum patre solio conlaetatur, in cujus infantia ita sacrae indolis splendor emicat, ut in eo et meritis et vultu paternarum virtutum effigies praenotetur. Pro quo exorandus est coeli atque humani generis rector, ut sicut exstat concessu patrio socius, ita post longaevum parentis imperium sit et regni successionem dignissimus [...]*” (Seu filho, Recimiro foi feito parceiro em seu Estado, atualmente partilha o trono com seu pai. Ainda na infância o esplendor da sua real natureza brilha, para que nele a imagem e as virtudes de seu pai podem ser vistas tanto no seu mérito quanto na sua aparência física. Vamos implorar a providência divina e da humanidade em seu nome, que, tal como está agora Recimiro, por consentimento do seu pai, co-dirigente, por isso, após o seu longo reinado do pai, pode ele provar ser digno para sucedê-lo como rei).

regiões do reino, inclusive uma liderada pelo próprio irmão Geila, agravando ainda mais sua situação, até que finalmente, no décimo ano do seu reinado, Suinthila é deposto em 631 (?) por Sisenando, antigo *Dux* da Septimânia.

Os últimos cinco anos do reinado de Suinthila são de difícil resolução, tanto na política interna, quanto externa. Tal obscuridade é iluminada, em parte, pela declaração contida no Cânone 75 do IV Concílio de Toledo de 633, que trata de maneira mais detida a deposição de Suinthila justificando a ascensão ao trono por parte de Sisenando. Um contraste interessante da personalidade política do rei Suinthila pode ser traçado a partir da *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, fechada em 624, na qual o hispalense se vale de diversos elogios ao rei²²⁰, oferecendo uma imagem ilibada, referindo-se ao rei como *gloriosissimus Suinthila*, governando sob a graça divina, portador de ótimas virtudes, o príncipe do povo, pai dos pobres, um gênio militar, justo e prudente²²¹.

Com efeito, a visão passada por Isidoro deve ser contrastada a partir dos seus próprios interesses para com as nobrezas – laica e eclesiástica – e também como uma forma de transpassar a estabilidade do Reino na unidade dos seus representantes. Porém, é importante ressaltar que o próprio Concílio IV de Toledo fora presidido pelo bispo hispalense, no qual refere-se ao mesmo rei Suinthila como um criminoso, despojado das insígnias do poder, devido aos horrores causados por sua iniquidade²²². Assim, Sisenando confirmaria sua supremacia diante o povo godo, fazendo a vontade divina, segundo estabelecia o próprio Concílio toledano de 633.

Em 631, Sisenando chega ao poder através de um golpe que depõe Suinthila por meio de uma rebelião, apoiada ainda pelo franco Dagoberto I, rei de Neustria e Austrasia. Subindo ao trono, Sisenando, dois anos após o golpe, convoca um concílio geral da Igreja Visigoda para ratificar seus feitos, acusando ao seu antecessor de “crimes”, “injustiças” e “corrupção”. Em 633 e, portanto, o IV Concílio de Toledo, que julga Suinthila por seus crimes, deixa claro outros intentos, dentre os quais predispõe rivalidades políticas e fixa definitivamente a sucessão por hereditariedade ao trono visigodo. No entanto, em meio às tensões políticas que asseveraram as relações na Hispania Visigoda do século VII, uma notícia nos chama atenção. Informa-nos Máximo de Zaragoza em sua *Crônica*, que já no ano

²²⁰ Para tanto, vide nota 169 no capítulo II.

²²¹ *Isid. Hist. Goth.*, 62: “[...] *gloriosissimus Suinthila gratia divina regni suscepit sceptra [...] Auxit eo praelio virtutis ejus titulum duorum patritiorum obtentus, quorum alterum prudentia suum fecit, alterum virtute praelii sibi subjecit [...]*” ([...] Gloriosíssimo Suinthila recebe o cetro real pela graça divina [...] Ele aumentou sua fama, lutando por capturar dois Patrícios, um por astúcia, o outro pela força [...]).

²²² *Conc. IV Tol. a. 633 c.75*: “*De Suinthilane vero qui seelere propria metuens se ipsum regno privavit et potestatis [...]* » (Acerca de Suinthila, que temendo seus próprios crimes, renunciou ele mesmo ao reino e se despojou das insígnias do poder [...]).

629, Sisenando detinha as dignidades régias²²³. Tal informação leva-nos a crer que isso se refere ao poder 'imposto' pela parte de Suinthila (certamente referência ao endurecimento da política régia nesse mesmo ano) e da indicação de que Sisenando já reinava em 629. Todavia, importa precisar que, reinar não significa deter autoridade absoluta sobre todo o reino. É provável que a referência dirija-se a ascensão de Sisenando na Narbonense. Desse modo, entenderíamos as negociações feitas com Dagoberto (rei da Neustria e Austrasia) e o apoio do reino franco a partir de 630/631, conforme referencia o cronista franco Pseudo-Fredegário²²⁴.

Sob o nosso ponto de vista, o referido apoio franco vinha de acordo com uma relação entre famílias nobres, tanto visigoda de Sisenando, quanto franca de Dagoberto, mas que, contudo, ainda suscita muitas controvérsias. O apoio do rei franco ao nobre usurpador visigodo, quando visto para além da relação entre as nobrezas, revelado pela pena de Fredegário, deixa entrever essas controvérsias. Afinal, quais seriam os reais intentos de Dagoberto I em apoiar Sisenando? Segundo nos esclarece a historiografia²²⁵, aquele era um momento de extrema fragilidade política em que o reino visigodo se encontrava e, pelo contrário, o reino Franco de Dagoberto I, estava em uma fase de evidente expansão, seria mais admissível uma tentativa de conquista por parte do *rex francorum* a um valoroso apoio à Sisenando contra Suinthila. Mas, na realidade, o que ocorreu foi efetivamente um apoio político e a designação de um destacamento do exército franco que se estacionou nas cercanias de Zaragoza por volta de 630, fazendo com que, oficialmente, Suinthila deixasse o trono a favor do então rebelde Sisenando, que é coroado em março de 631, na mesma cidade de Zaragoza.

Segundo nos relata Fredegário (*Chron. IV, 73*), Sisenando reclamou auxílio junto ao rei franco Dagoberto I que o aceitou em troca de uma extraordinária quantia em ouro, um prato pesando em torno de 500 quilos, o mesmo que havia sido entregue pelo rei godo

²²³ Max. Caes., *Chron. a.629*: “Svinthila regno pulsus moritur (...) regem jam Sisenando [...]” (Suinthila foi impelido mortalmente do reino [...] agora reina Sisenando [...]).

²²⁴ Fred. *Chron. IV, 75*: “[...] Defunctu Sisibudo, rege clementissimo, cui Sintela ante annum circiter successerat in regnum, cum esset Sintela nimium in suis iniquis, et cum omnibus regni sui primatibus odium incurreret, cum consilio caeterorum Sisenandus quidam ex proceribus da Dagobertum expetit ut ei cum exercitu auxiliaretur qualiter Sintellanem degradaret a regno [...] Dagobertus, ut erat cupidus, exercitum in auxilium Sisenandi [...] Cumque in Spania divulgatum fuisset exercitum Francorum in auxilium sisenando aggredere, omnis Gothorum exercitus se ditioni Sisenandi subegit [...]” (Morto Sisebudo, rei clementíssimo, o qual Sintela tentou substituir antes que se cumprisse a regra de sucessão no reino, quando Sintela se mostrou inadequado, quando conseguiu incorrer no ódio de todos no reino, quando o concílio intencionalmente elegeu Sisenando, ex-prócer pediu a Dagoberto para que ele formasse (auxiliasse?) um exército a impedir que Sintela destruísse o reino [...] Dagoberto, ansioso, enviou um exército no auxílio de Sisenando [...] E quando se disse na Espanha que o exército dos Francos vinha no auxílio de Sisenando, todos os exércitos godos se sujeitaram a autoridade de Sisenando [...]).

²²⁵ Para citar somente alguns dentre essa vasta bibliografia: THOMPSON, E. A. *Los Godos...op. cit.*, 2006, p.202 e segs.; DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Hispania Tardoantigua...op. cit.*, 2007, p.393 e segs.; COLLINS, R. *La España Visigoda...op. cit.*, 2005, p.67 e segs.

Thurismundo²²⁶ ao patrício Aécio, por ocasião da invasão dos Hunos de Átila e a Batalha dos Campos Catalúnicos em 451. Assim, Dagoberto levantaria seu exército na Borgonha em direção a Zaragoza²²⁷. Contudo, apesar do sucesso das tropas francas e da relativa vitória de Sisenando, os francos não poderiam levar o dito prato de ouro que pertencia ao tesouro godo por mais de 180 anos. Então, Dagoberto I manda uma embaixada constituída pelo duque Amalgar e Venerandus, para reclamar junto ao novo rei visigodo sua parte do acordo. O prato foi entregue pelo próprio rei Sisenando, mas logo foi retirado à força pelos godos, que não permitiram que o mesmo fosse retirado. Após várias negociações, Dagoberto I recebeu uma quantia de 200.000 *solidi* para compensar a perda do prato²²⁸. Essa passagem de Fredegário revela que as relações entre os godos e os francos não eram de todo amistosas. Com efeito, cabe aqui salientar que, os propósitos de Dagoberto I estavam, ao que indicam, ligados a um interesse financeiro e restringia-se tão somente ao combate contra os godos de Suinthila. Ademais, a luta de Sisenando se estendera para além da Narbonensis, posto que após as disputas contra Suinthila, Sisenando enfrentaria no mesmo norte peninsular a rebelião de Geila, irmão de Suinthila que o apoiara anteriormente. Concomitante a isso, defendemos que, na mesma época, estava acontecendo a rebelião de Iudila no sul – 629-631.

²²⁶ Thorismundo figurado nos escritos de Fredegário é o mesmo Teodorico I (418-451). Para tanto vide em anexo a lista dos reis visigodos.

²²⁷ *Fred. Chron.IV, 73: “[...] hujus beneficii repensionem missorium aureum nobilissimum ex thesauris Gotthorum, quem Thursemodus rex ab Aetio patricio acceperat, Dagoberto dare promisit, pensantem auri pondus quingentos. Quo audito, Dagobertus, ut erat cupidus, exercitum in auxilium Sisenandi de toto regno Burgundiae bannire praecepit. [...]”*. ([...] prometeu dar uma soberba quantia a Dagoberto um prato dourado pesando 500 quilos do tesouro dos godos. Tinha-se dado pelo rei Thorismundo ao patrício Aécio. Em audiência, o ganancioso Dagoberto causado euforia no seu exército a ser levantado na Borgonha para a assistência a Sisenando).

²²⁸ *Fred. Chron.IV, 73: “Dagobertus legationem ad Sisenandum regem, Amalgarium ducem et Venerandum dirigit, ut missorium illum quem promiserat eidem dirigeret: cumque a Sisenando rege missorius ille legatariis fuisset traditus, a Gotthis per vim tollitur, nec eum exinde exhibere permiserunt. Postea discurrentibus legatis ducenta millia solidorum missorii hujus pretii Dagobertus a Sisenando accipiens, ipsumque pensavit”*. (Dagoberto despacha uma embaixada ao rei Sisenando, constituído pelo Duque Amalgar e Venerandus, para reclamar o prometido prato. Ela foi entregue aos embaixadores pelo rei Sisenando, mas os godos levaram-no de volta pela força e não permitiria que ele fosse retirado. Após muita negociação, Dagoberto recebeu de Sisenando 200.000 *solidi* para compensar a perda do prato).



As Províncias Visigodas no século VII.

FONTE: ORLANDIS, J. *Historia del Reino...op.cit*, 1987, p.135.

Os efetivos motivos que levaram Dagoberto I a apoiar Sisenando nos são ainda obscuros, no entanto, o fato é que, após o auxílio dos francos que ocorrera desde finais de 630, Sisenando passara a enfrentar outros focos de resistência, tanto no norte quanto no sul peninsular. No norte, a rendição de Geila é atestada a partir das Atas do IV Concílio de Toledo, especificamente no Cânone 75 do IV e, *à fortiori*, a proclamação de Sisenando oficialmente como rei dos godos em Zaragoza em março de 631. No caso do sul peninsular é mais difícil a precisão, de modo que a partir de agora nos deteremos mais cuidadosamente sobre esse caso.

3.2 *Iudila “Rex Gothorum”*: usurpação, tirania e infidelidade

Os primeiros anos que se seguiram ao reinado de Sisenando, após o golpe que depusera Suinthila em 631, não se deram de maneira tranquila, pois, o período de instabilidade naquelas três primeiras décadas do século VII parecia inacabado. O final da crônica de Fredegário expõe que a verdadeira causa da rebelião de Sisenando contra Suinthila fora a iniquidade desse último para com os nobres do reino toledano, marcado excessivamente por sua política dura e anti-nobiliárquica, muito provavelmente, nos últimos cinco anos do seu reinado. Ademais, a política de Suinthila fizera surgir efetivamente grupos contrários as suas ações, dentre esses, o próprio Sisenando, que provavelmente viu seus interesses ameaçados pela política particularista do rei e, de imediato, articulou um complô. O núcleo de força do complô provavelmente atenderia à região da Narbonensis, tendo lugar em finais do ano 629, conforme já referenciado por Máximo de Zaragoza.

Com efeito, cabe recordar aqui que a rebelião de Sisenando deveria contar com grande apoio da Narbonensis, mas também contava com importantes apoios no sul como, por exemplo, o próprio Isidoro de Sevilha. Contudo, o apoio do eminente bispo de Sevilha não é de maneira alguma uma generalidade, posto que o mesmo não ocorreu com o restante da região sul peninsular. Imediatamente um ano após o golpe contra Suinthila, vemos surgir outro intento usurpatório, agora contra Sisenando, encabeçado por um ignoto de nome Iudila. O vale do Guadalquivir fora o raio de alcance desse outro mal-estar político ocorrido na Hispania Visigoda no século VII, encabeçado por *Iudila* ou *Judila*, do qual desconhecemos seus laços familiares ou mesmo suas alianças políticas. Sabemos que era um nobre e muito provavelmente pertencia à facção que apoiava Suinthila e que se opusera às ambições régias de Sisenando em 632, formando um núcleo de resistência na zona Sudoeste do reino visigodo. Concretamente, as fontes do período reconhecem um momento de grande instabilidade no Reino toledano entre 631 e 633 até que Sisenando consegue consolidar totalmente sua posição e convocar o IV Concílio de Toledo. Entre essas datas deu-se, muito provavelmente, a ocultação do Tesouro da Capilla encontrado em 1891, com mais de 1.000 trientes áureos, onde se encontraram as duas moedas de Iudila, que seguramente pertenciam a um membro da alta nobreza hispano-visigoda, partidário seu.

Embora não tenhamos registro literário do levante de Iudila (até o presente momento), o conhecemos devido a esses dois testemunhos monetários mandados cunhar em

Mérida e Illiberis (atual Granada) no sul peninsular, com o nome desse juntamente com a referência de *REX GOTHORUM*, no qual importa estabelecermos uma relação segundo o que nos é disponível, através de testemunhos legados pelas fontes do exato período da rebelião de Iudila, ou seja, as referências dos anos 630-633, nos relatos das *VSPE*, ou mesmo a documentação epistolar do período, bem como algumas notas referenciadas, segundo a Crônica Mozárabe de 754, que se refere à situação política dos primeiros anos do reinado de Sisenando. Contudo, a compreensão do levante de Iudila no limiar da terceira década do século VII requer uma minuciosa confrontação das fontes conciliares da época, juntamente com algumas passagens ou mesmo extratos de outras fontes já citadas. De fato, a rebelião tomou lugar entre os anos de 631-633, produzindo indubitavelmente, uma situação bélica no vale bético. Para tal análise, portanto, nos deteremos de maneira mais referencial nas atas dos concílios IV, V e VI de Toledo, das quais faremos um cruzamento com algumas epístolas trocadas entre Bráulio de Zaragoza²²⁹, os presbíteros e abades da região, juntamente com o bispo metropolitano de Sevilha Isidoro e, posteriormente, os efeitos prováveis do intento usurpatório de Iudila, com diretas inflexões nas *Lex Visigothorum* e também nos concílios posteriores de Toledo. De início convém fazermos algumas considerações acerca de Iudila e a realização do IV Concílio de Toledo.

Primeiramente, é possível que a rebelião de Iudila tenha ocorrido no início do ano de 632, pois, numa carta enviada por Bráulio de Zaragoza em resposta ao presbítero Yactato, datada provavelmente de finais de 631 ou início de 632²³⁰, o bispo de Zaragoza consola ao amigo presbítero pelos “apuros” em que estava passando o último²³¹, pelos lados Oeste de Hispania²³². Contudo, se a datação proposta pelo professor Barlow estiver correta, esses “apuros” de Yactato podem significar, por certo, uma primeira referência à revolta de Iudila,

²²⁹ Utilizamos-nos da edição do Epistolário de Bráulio de Zaragoza elaborada por RIESCO TERRERO, L., **Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción**, Sevilla, 1975. Temos, igualmente, uma versão dos escritos de Braulio de Zaragoza traduzida para o inglês, e elaborada por Claude Barlow *In: Iberian Fathers of the Church. Vol. II. Bráulio of Saragossa and Fructuosus of Braga*. Washington: CUA, 1969.

²³⁰ Sobre as possíveis datações das correspondências enviadas por Bráulio de Zaragoza vide a versão BARLOW, C. *Iberian Fathers of the Church... op. cit.* 1969.

²³¹ *Braul. Caes., Ep. 10*: “*Nam quibus te questus es angustis coartari, idem ipsis et quase e uestigio porrectis fateor me angere et mecummet causari tanto distent interuallo, quorum est una dilectio et habent quibus carere cupiant et careant quos habere cupiant [...]*”. (Os apuros que me dizes que estás passando, esses mesmos e como se me seguiram os passos te confesso que me atormentam e às vezes me pergunto por que estão tão distanciados dos que se amam tem ao seu lado aqueles de quem gostariam de estar distanciados e, em mudança, estão longe daqueles de quem queriam ter ao lado [...]).

²³² Yactato é desconhecido à exceção das cartas 9 e 10 a ele enviadas por Braulio, mas ele deve ter residido no oeste da Espanha, uma vez que era natural para ele a visitar Tarazona, sessenta milhas a oeste de Zaragoza, conforme descrito em *Braul. Caes., Ep. 9* “[...] *si sanctitas tua, quando Tirassona succedit, ad nos uenire delectaret [...]*” ([...] se sua santidade quisesse chegar até aqui quando vier a Tarazona). As cartas de Yactato não são preservadas. Para tanto vide BARLOW, C. *Iberian Fathers of the Church... op. cit.* 1969, p.26.

se aceitarmos o fato de que o golpe aplicado por Sisenando data do início de 631²³³ e não do final. Ademais, Sisenando fora proclamado rei dos godos em Zaragoza com o apoio do rei franco Dagoberto I, portanto, no norte peninsular, contando por certo com o apoio de nobres laicos e eclesiásticos nesse mesmo reduto. Com efeito, é possível que alguns dissidentes de Sisenando em Zaragoza apoiassem ainda o antigo rei Suinthila ou o revoltoso Iudila contra o usurpador e novo rei no norte. As regiões oeste e sul do reino encontravam-se alijadas do centro efetivo do alcance do poder de Sisenando, sendo desse modo, zonas de atuação de Iudila. Outro fato importante é a passagem já referenciada de Máximo de Zaragoza de que Sisenando já reinava em 629²³⁴, comprovando desse modo que, o levante contra Suinthila por parte de Sisenando e sua facção foi anterior ao ano de 630, posto que, 631 é uma datação aceita como sendo somente sua efetivação no centro do poder dos godos.

Em relação à datação do levante de Iudila no vale bético, concordamos com a observação de Collins (2005), que não é possível que tenha ocorrido no ano de 631. Com efeito, o historiador inglês defende que tais acontecimentos podem ter tido lugar em 633²³⁵. Todavia, notamos ainda que as considerações do professor Collins devem ser analisadas à luz das seguintes observações. Primeiramente, o levante de Iudila durou um ano ou mais, posto que fosse esse o tempo mínimo para se cunhar moedas, de modo que, se Collins estiver correto, para que o levante eclodisse em 633 ele já deveria estar sendo articulado desde 632; Sisenando proclama-se rei em março de 631, o que vemos como uma maneira de assegurar seu poder diante das nobrezas – laica e eclesiástica – da Narbonensis e diante dos francos da região da Septimânia, mas isso não significa que o sul aceitasse tal fato; Máximo, bispo de Zaragoza declara que em 629 Sisenando já era rei, o que pode ser comprovado com a convocação do Concílio de Toledo, imediatamente posterior a essa época, contudo, atrasado, acreditamos, devido ao levante de Geila iniciado pouco antes de 631.

A subida de Sisenando ao trono em 631 ocasionou diversas sublevações no reino visigodo. Do mesmo ano de 632 tem lugar outra rebelião contra Sisenando, encabeçada pelo nobre Geila, irmão de Suinthila, que se revela tão enigmática quanto à própria revolta de Iudila, posto que, Geila apoiara a Sisenando no golpe contra seu próprio irmão em 631, e posteriormente, traiu Sisenando logo após que o irmão fora deposto. Sobre a revolta de Geila,

²³³ Conforme exposto por ORLANDIS, J. *Historia de España época...op. cit.*, 1987, p.139, “la aclamación como rey en Zaragoza del tirano Sisenando tuvo lugar, probablemente, en 26 de marzo de 631. A partir de esta fecha puede considerarse decaído el monarca anterior Suinthila, y comienza el nuevo reinado”.

²³⁴ Para tanto vide a nota 223.

²³⁵ Cf. COLLINS, R. *Historia de España...op. cit.*, p.79 “[...] la breve rebelión de Iudila en la Bética no debe ser fechada en 631, sino que pudo haber tenido lugar en 633” ([...] a breve rebelião de Iudila não deve ser datada em 631, se não que pode ter tido lugar em 633).

a única referência documental, até o presente momento, é a do Cânone 75 do IV Concílio de Toledo, no qual faz-se o expurgo do traidor e sua esposa, tanto por sangue quanto por seus crimes, dos quais nem sequer os laços fraternais fora capaz de respeitar²³⁶. Desconhecemos o raio de atuação de Geila, mas aventamos a possibilidade de que esse seja as cercanias de Zaragoza no norte peninsular, reduto justamente de Sisenando, justificando assim a apreensão de Bráulio em sua epístola a Florídio. Porém, nos chama atenção o fato de que Geila e sua família foram exposto, pelo IV Concílio de Toledo, como traidores de Sisenando, o mesmo não ocorrendo com Iudila ou seus partidários, podendo significar, desse modo, que a revolta de Iudila pode até ter perpassado os limites cronológicos de 632-633.

Em outras duas epístolas de Bráulio, agora dirigidas ao abade Fruminiano, identificado muito provavelmente como seu irmão, o bispo de Zaragoza deixa revelar outro momento distinto da caótica situação dos idos de 632-633, para dissuadi-lo de seu plano de abandonar a sua posição como abade devido às “amargas tribulações”²³⁷ que o atingem naquele momento, pedindo paciência e perseverança. Tais tribulações são provavelmente em decorrência do mal-estar político causado pelas revoltas sucessivas que atingiam o Reino de Toledo naqueles anos, sendo pouco crível que essas mesmas tribulações sejam devidas tão somente à rigidez da vida monástica.

Após a vitória de Sisenando sobre Geila, ele é proclamado rei em Zaragoza e ratificado no IV Concílio de Toledo. As moedas de Iudila foram cunhadas respectivamente em Emerita (Mérida) e Illiberis (Granada), a primeira capital da Lusitânia, importante província da Hispania visigoda conforme atestado pelas *VSPE*, desde a primeira metade do século VI, e a segunda – Illiberis – um importante centro de poder eclesiástico desde antes dos godos. Em Illiberis ocorrera o Concílio de Elvira por volta do ano 300, demonstrando essa sede como influente centro de poder da nobreza eclesiástica desde os tempos romanos. A saída de Isidoro de Sevilha para a realização do IV Concílio de Toledo ocorrera possivelmente no final de 632, posto que a sua carta dirigida ao bispo Bráulio de Zaragoza, segundo o professor Barlow (1969), é dessa época. Por outro lado, a realização do IV Concílio de Toledo a 5 de dezembro de 633 pode igualmente ser resultado direto dos

²³⁶ *Conc. Tol. IV a.633, c.75*: “*Non aliter et Geilanem memorati Suinthilani et sanguine et seelere fratrem, qui nec in germanitatis foedere stabilis extitit nec fidem gloriosissimo domno nostro pollicitam conservavit, hunc igitur eum coniuge sua [...] »* (Do mesmo modo, igual que aos anteriores, temos por bem separar do seio do povo e de nossa comunhão Geila juntamente com sua esposa, irmão do dito Suinthila, tanto pelo sangue como por seus crimes, o qual nem sequer foi fiel ao laço fraternal, nem conservou a fidelidade prometida ao gloriosíssimo senhor nosso [...]).

²³⁷ *Braul. Caes., Ep.13*: “*Non dissimili contritione afficior, tristitiam temptationibus inmentibus esse cognosco [...] »*. (Ao saber que te acometem amargas tribulações me sinto aflingido pela mesma pena [...]).

acontecimentos que tiveram lugar em 632 envolvendo o *magnate* Iudila e o novo rei “tirano” Sisenando, do que conjecturamos algumas possibilidades.

A começar pela data de realização do sínodo de Toledo, que ao que indica, estava previsto para o início de 633 e se realizou em finais do mesmo ano, somente dois anos e dois meses após a tomada do poder por parte de Sisenando, ou seja, quase na metade do seu reinado, o que, a nosso ver, é outro resultado dos problemas políticos de 632. Sabemos através de outra carta dirigida a Bráulio de Zaragoza que Isidoro, bispo de Sevilha, estava a caminho de Toledo para assistir à Assembléia conciliar, quando um mensageiro do rei interrompeu sua viagem com uma mensagem para seu retorno à Sevilha, devido, indubitavelmente, a possíveis atrasos com relação ao início do concílio²³⁸. Tais atrasos podem ser, igualmente, em decorrência da rebelião de Iudila, que provavelmente contou com importantes apoios nobiliárquicos, não apenas dos seus partidários, mas também dos que apoiavam a Suinthila, contrários à Sisenando, fato que é de difícil comprovação por não haver suficiente documentação a referenciá-lo.

O epistolário de Bráulio nos oferece uma visão aguçada sobre o momento político hispano-visigodo entre o 631-633, pois em mais de uma correspondência enviada por Bráulio ao presbítero Yactato deixa-se entrever esses efeitos. O bispo de Zaragoza demonstra “absorta preocupação” devido à “inquietação dos acontecimentos” e também pelas “turbulências que ameaçam cada momento com naufrágio”²³⁹ da situação caótica em que se encontra às voltas de 632. De semelhante tom é a correspondência de Bráulio ao Arcediano Florídio em mesma época, no qual o bispo de Zaragoza fala de “tempos muito difíceis que convém mais calar que falar”²⁴⁰, por certo, tais expressões referem-se a circunstanciais efeitos posteriores à caída de Suinthila²⁴¹, e sugerimos que tal situação foi ocasionada pela conturbada fase política em que se encontrava o reino toledano por volta de 632.

²³⁸ *Braul. Caes., Ep. 6*: “*Tue sanctitatis epistole me in urbem Toletanam inuenerunt, nam permotus fueram causa concilii. Sed quamvis iussio principis in itinere positum remeare me admonuisset, ergo tamen, quia propinquior eram presentie ipsius quam regressionis, malui potius cursum itineris non intercludere [...]*”. (A carta de sua santidade a recebi na cidade de Toledo, me coloquei a caminho por razão do concílio e ainda que uma ordem do príncipe me aconselhava a voltar, quando já estava a caminho, preferi, sem embargo, já que estava mais perto de Toledo que de Sevilha, não interromper minha viagem [...]).

²³⁹ *Braul. Caes., Ep. 10*: “*Abstrusum penitus me et prorsus remotum manibus curarum tue littere in memetipsum reportarunt [...] tempestatibus procellarum, que loco quod presidemus cotidie naufragia obtinent [...]*” (Quando estava totalmente absorvido e consumido pelas preocupações, tua carta me fez voltar a mim [...] pelas turbulências, que no posto que ostento, ameaçam cada momento com o naufrágio [...]).

²⁴⁰ *Braul. Caes., Ep. 12*: “*Incidit enim tempus difficillimum quando mihi tacere melius quam loqui fuit [...]*” (Tem chegado uns tempos muito difíceis, que convém mais calar do que falar [...]).

²⁴¹ Opinião que José Orlandis defende, afirmando que essa referência epistolar de Bráulio pode ser um efeito direto posterior à deposição de Suinthila, porém não esclarecendo se tal fato se deve à revolta de Sisenando ou Iudila. Afirma ainda o historiador espanhol que “Estas expresiones parecen motivadas por una razón menos circunstancial que el período de la caída de Suinthila, tan cual fue en realidad histórica; responden mejor,

A sexta carta do epistolário de Bráulio foi enviada por Isidoro de Sevilha informando ao amigo que ele já se encontrava em Toledo, por ocasião do Concílio, ainda que durante a sua viagem de Sevilha a Toledo fora interrompida por um mensageiro do rei Sisenando, pedindo que retornasse, porque o referido Concílio atrasaria. Nesse caso nos indagamos: atrasaria por conta de que? Geila ou Iudila? Acreditamos ser por Geila e seus partidários, pois a região conturbada naquele momento era o centro-norte da Península, onde seria realizado o referido concílio. Mas e Iudila? A situação no sul estava sob o controle de Iudila e o IV Concílio de Toledo, cujo repertório amplo tratou de questões doutrinárias de cunho religioso, disciplinário e litúrgico, culminaram em seu último cânone – o 75 – além da excomunhão de Geila e Suinthila, contou com uma prédica para que não se peque contra os reis, um aviso direto à Iudila e aos seus. De modo que vemos esse aviso em tal prédica da seguinte forma:

Depois de haver estabelecido algumas coisas tocantes a ordem eclesiástica, e decretado medidas disciplinares que tocam a algumas pessoas, a última decisão de todos nós, os bispos, tem sido redatar em presença de Deus, o último decreto conciliar, que fortaleça a situação de nossos reis, e dê estabilidade ao povo dos godos. Tal é a duplicidade da alma de muitas pessoas, como é sabido, que depreciam guardar a seus reis a fidelidade prometida com juramento, e ainda em seu coração abrigam a impiedade da infidelidade, com palavras que aparentam a fé do juramento, pois juram a seus reis e depois faltam a fé prometida [...]²⁴²

Fica, pois, claro que, o Cânone 75 demonstra que apesar da realização do próprio Concílio e da ratificação de Sisenando como rei, existiriam aqueles que ainda tentam contra a vida do rei e por isso merecem atenção. Tal informação é latente nos concílios posteriores, externando ainda a preocupação com relação à estabilidade do reino e mesmo com a integridade física dos reis e futuros príncipes visigodos.

É possível, segundo nos fornecem as lacônicas informações visigodas desse período, demarcarmos o raio de atuação de Iudila. Muito provavelmente, Iudila e seus partidários atuaram no vale bético, numa região abrangente entre Mérida e Granada, onde encontramos as únicas referências materiais do seu levante. No Tesouro da Capilla, descoberto em 1891 e

probablemente a un inquietante estado de cosas, prolongado durante bastante tiempo por tierras cesaraugustanas, que afectarían considerablemente al propio san Braulio”, (Estas expressões parecem motivadas por uma razão menos circunstancial que o período da caída de Suinthila, tal qual foi na realidade histórica; respondem melhor, provavelmente a um inquietante estado de coisas, prolongado durante bastante tempo por terras *caesaraugustanas*, que afetariam consideravelmente ao próprio são Bráulio) vide ORLANDIS, J. *Historia de España época...op. cit.*, p.141.

²⁴² *Conc. Tol. IV, a.633, c.75: “Post instituta quaedam ecclesiastici ordinis vel decreta quae ad quorundam pertinent disciplinam, postrema nobis eimetis sacerdotibus sententia est pro robore nostrum regum et stabilitate gentis Gothorum pontificale ultimum sub Deo iudice ferre decretum: mutarum quippe gentium, ut fama est, tanta extat, perfidia animorum, ut fidem sacramento promissam regibus suis observare contemnant, et ore simulent iuramenti professionem dum retineant mente perfidiae impietatem, iurant enim regibus suis et fidem quam pollicentur praevaricant [...]”.*

estudado pela primeira vez em 1895, foram encontrados mais de 1000 trientes áureos e, dentre esses, duas moedas com referências de Iudila como rei dos godos. A moeda de Mérida contém a inscrição "IVDILA REX", enquanto que a de Illiberis (Granada), "IV. IILA RI = X" sinais de que Iudila fora apoiado por uma parte da nobreza tanto em Mérida quanto em Illiberis e reinou sobre uma parte do reino visigótico entre 632 e 633.



Moeda de Iudila encontrada em Mérida

Mais do que a comprovação material da revolta de Iudila, as moedas são, sobremaneira, a afirmação de que sua revolta durou pelo menos um ano, conforme salientamos, posto que fosse o tempo mínimo necessário para que uma *ceca* realizasse as cunhagens. A rebelião de Iudila foi, particularmente, mais alarmante que a de Geila, de modo que, em pouco tempo, Iudila assenhora-se de Mérida – capital da Lusitânia – logo em seguida, do vale bético. Ademais, a escolha do sul peninsular não se dera ao acaso por Iudila. A região, por largo período, gozou como centro proeminente da Hispania católica, foi detentora do beneplácito pontifício até que seu primado foi substituído por Toledo, conforme nos indica uma passagem da *Continuatio Chronicorum Isidori* por Pseudo-Ildefonso do ano 646, a perda dessa referência se deve a uma revolta em Hispalis liderada pelo bispo Theodiscum²⁴³. Daí a

²⁴³ Ps. Ild. Tol. Cont. Chron. a.646: "Iste a Romano papa obtinuit privilegium, ut secundum beneplacitum pontificum Hispanorum primatiae firmata dignitas esset Hispali, vel Toleti et per multa synoda firmata cum episcopis erudivit Ecclesiam. Cujus tempore ab omni perturbatione quievit Hispania, adeo ut nullus in ea infidelis reperiretur, vel qui rebellionis sumeret arma. Libros Sanctorum Patrum diligenter fecit perquiri, et instituta beati Isidori firmeter observari. Hic perfidum Thoediscum Hispalensem episcopum synodali sententia exsulavit, et dignitatem primatiae transtulit ad Ecclesiam Toletanam". (Obteve o privilégio dado pelo papa

preferência pelo sul peninsular como ponto de atuação, posto que ao norte é provável que Geila e Sisenando estivessem travando uma disputa bélica, despreocupados, até então, com o vale bético.

O caso de Iudila ainda se apresentou como um dos mais enigmáticos da história visigoda. Muito pouco se sabe sobre ele ou mesmo suas alianças políticas. É provável que se tenha amparado nos grupos nobiliárquicos partidários do antigo rei Suinthila, especialmente do cinturão sul peninsular. De modo que, para entendermos efetivamente essa rede de apoios a Iudila, se faz necessário que conheçamos os grupos que apoiavam a Suinthila no vale bético e também na Lusitânia. A distância física da região bética em relação ao centro administrativo visigodo foi certamente um agravante na conjura nobiliária de Iudila, pois, é certo que seus partidários encontravam-se à margem do controle social e mesmo político da capital régia de Toledo. Desse modo, essa sensação de distanciamento físico propiciou o estabelecimento da conjura e, indubitavelmente, o tempo que durou, pois, Sisenando estava ocupado com Suinthila e posteriormente, com Geila na região norte.

Sugerimos que a rebelião de Iudila teve lugar entre os anos de 629-633, sendo que a data de fechamento da sua conjura pode até ser levada além dos marcos cronológicos do ano 633. Para tanto, tomamos como argumento as atas do IV Concílio de Toledo realizado em dezembro do referido ano. No referido concílio toledano nada menciona a rebelião de Iudila, ao menos não nominalmente, contudo, é fato que a rebelião de Geila havia sido contida. Fica expresso sob a pena dos bispos reunidos no sínodo toledano que as imbricações políticas ganharam uma relevância maior que a religiosidade propriamente dita. Com efeito, o caráter eminentemente político assumido pelo IV Concílio de Toledo pode ser verificado a partir de três pontos fundamentais, a saber: primeiramente, nas questões acerca dos regramentos em relação ao sacerdócio, de como um clérigo ou qualquer religioso deve agir ante as mais variadas situações em relação à sociedade laica; posteriormente, o trato com respeito aos judeus e, finalmente, os efeitos do Cânone 75 no que tange à vida dos reis e sua prole.

Desse modo, é fato que a rebelião de Iudila deva ter perpassado as barreiras cronológicas do ano 633 posto que o próprio atraso na realização do Concílio toledano possa nos ser um indício de seu levante²⁴⁴. De fato, o atraso na realização do Concílio e,

Romano, quando em conformidade beneplácito pontifício o primado da Hispania ficava firmado dignamente na cidade de Hispalis [Sevilha], ou Toledo fixada pelo sínodo firmado pelos eruditos bispos da Igreja. No tempo de todas as perturbações que repousa a Hispania, aproximar-se de quando não qualquer infidelidade reencontramos, ou que rebelião que repousa em armas. Livros do Santo Padre cuidadosamente procurados, e instituídos pelo beato Isidoro firmaram esta observação. Esta perfídia de Thoedisclum bispo hispalense resultou na realização de um sínodo e a sentença foi a transferência da dignidade do primado para a Igreja de Toledo).

²⁴⁴ Assim é a opinião manifestada por DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Hispania Tardoantigua...op. cit.*, p.407 e segs.

posteriormente, o silêncio das atas do mesmo IV Concílio em relação à Iudila ou seus partidários são fortes indícios que, em primeiro lugar, a rebelião teve lugar nessa época, e também que o seu levante perpassa o ano 633. Outra hipótese sobre informações literárias da revolta de Iudila poderiam estar contidas nas atas do Concílio de Sevilha de 634. Contudo, as referidas atas do concílio hispalense não chegaram até nossos dias.

Embora não tenhamos fontes literárias sobre a rebelião de Iudila, é possível delinear os prováveis raios geográficos de sua atuação político-militar e também uma datação para esses eventos. Com efeito, após os anos 633-634 nenhuma outra referência, mesmo distante, nos indica algo sobre esses eventos que tiveram a participação de Iudila. As informações legadas pelas fontes tardias como a Crônica Mozárabe de 754 ou a Crônica atribuída à Fredegário nada referenciam à rebelião de Iudila. Informam-nos sobre os momentos de instabilidade política e a difícil fase em que atravessa o Reino visigodo de Toledo entre os reinados de Suíntila e Chintila, porém, nada além de informações lacônicas e sem precisão sobre um ou outro evento.

Iudila desaparece da história do reino visigodo da mesma forma como apareceu, no anonimato. Suas ações contra o rei “tirano” Sisenando, por volta de 632, tiveram diversos efeitos políticos e que podem ser verificados nos escritos posteriores e tardios. Decorre daí a intensificação das relações entre o rei e a Igreja visigoda como forma de garantir o poder de ambas as partes. Nesse caso, tal poder vinha amparado nos elementos primordiais de legitimação do rei, como as virtudes régias. Dentre todas essas virtudes, a principal era a *fides*, elemento ao mesmo tempo legitimador das relações político-institucionais do reino, como também, fundamento primeiro da sociedade. Na *fides* estava contida a centralização do poderes que hierarquizavam o Reino visigodo, sendo destacada como pedra angular nas relações entre o rei, a Igreja e a sociedade. Foi também, tomando como argumento a *fides* devida ao rei que se amparou Iudila e os seus partidários. Se nossas hipóteses estiverem corretas, é fato que a *fides*, mais que puramente uma virtude, era um pacto, uma relação devida entre reis e nobres, com o objetivo de salvaguardar, estruturar e hierarquizar as relações de poder na época visigoda, fato esse que pode ser verificado pelo exemplo de Iudila e mesmo outros posteriores como no caso de Froya contra Recesvintho (653) ou Paulo contra Wamba (673). Contudo o caso de Iudila é o que melhor clarifica nossas argumentações.

3.3 A imposição da unidade: a Igreja, o rei e a lei no Reino Hispano-Visigodo de Toledo

No século VII, a Hispania foi palco de disputas pelo poder entre as principais instituições de poder: a realeza, a nobreza e a Igreja²⁴⁵. Com efeito, a situação política nas três primeiras décadas desse período demonstraram a fragilidade da monarquia na Hispania Visigoda, cujo princípio fundamental de sua sustentação era o juramento de fidelidade. O juramento de fidelidade constituía o fundamento primeiro de tais relações, tanto no plano político quanto no aspecto social. De maneira clara, o fortalecimento da monarquia em relação à nobreza laica e eclesiástica provocava, paradoxalmente, o descontentamento por parte daqueles que compunham o rol político da Hispania visigoda, fazendo com que esses grupos se constituíssem como forças contrárias, muitas vezes, às ações do rei, e consequentemente, provocando um efeito centrífugo do poder.

O tema da infidelidade e usurpação não é, de forma alguma, novo. Todavia, importa salientar que, em termos políticos, a fragmentação do poder é vista pelos especialistas como um produto típico da Antiguidade-Tardia²⁴⁶. Ademais, no transcurso do século VI para o VII, verificamos que a trajetória política da Hispania Visigoda se apresenta como um quadro crítico, que nos faz visualizar a monarquia e a sociedade visigoda situadas entre a anarquia e a estabilidade²⁴⁷. Fica, pois, claro que, os efeitos causados pelos acontecimentos ao longo de quatro décadas entre os séculos VI e VII ressoaram por muito nos ouvidos da monarquia visigoda.

Após a morte de Sisenando, em 636, Chintila (636-639) sobe ao trono e trata logo de assegurar sua posição e, assim, nos meses seguintes a sua ascensão ao poder, convoca o V Concílio de Toledo. Ainda que nos falem maiores informações sobre as reais circunstâncias que iniciaram o reinado de Chintila, é provável que sua ascensão ao trono se dera por meio duma eleição, conforme estabelecido no IV Concílio de Toledo. Todavia, Orlandis (1987, p.146) afirma que “[...] faz coincidir o começo deste [reinado] com o mesmo dia do

²⁴⁵ Cf. FRIGHETTO, R. *Infidelidade e barbárie*, art. cit., Gérion, 2004, p.421.

²⁴⁶ Para citar alguns: FRIGHETTO, R. *Cultura e poder...op. cit.*, 2000; GARCIA MORENO, L. A. *Historia de Espana...op. cit.*, 1998; DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Hispania Tardoantigua y visigoda...op. cit.*, 2007.

²⁴⁷ Esta é a opinião manifestada por DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Hispania Tardoantigua...op. cit.*, 2007, p.393.

falecimento de Sisenando, quer dizer, a 12 de março de 636”²⁴⁸. Com efeito, antes de junho do mesmo ano de 636, foi feita pelo rei a convocatória do V Concílio de Toledo. A partir do referido Concílio percebemos claramente a intensidade dos efeitos das rebeliões e dos insucessos políticos que tiveram lugar nos anos precedentes. Entendemos esse Concílio convocado por Chintila como uma síntese direta daqueles acontecimentos, e ao mesmo tempo uma tentativa do ajustamento entre as principais instituições de poder: da monarquia e da Igreja, cuja harmonização se fez necessária entre a religiosidade, política e sociedade laica, fruto tardio dos dois Concílios anteriores, o III de Toledo de 589 e o IV de Toledo de 633, suplantando destarte um modelo de governo no qual o rei não seria apenas o representante das vontades das nobrezas nem da própria vontade divina.

As pretensões da monarquia visigoda a partir de então foram justificadas por meio de alguns antecedentes que somente serviram para reforçar a sua posição ante a sociedade, tais como: a atuação de Justiniano, *basileus* romano do Oriente, com sua política da *Renovatio imperii*, desde o último quarto do século VI. Também a atuação de grupos nobiliárquicos na disputa pelo poder da Hispania, oriundos principalmente da Septimânia, Narbonensis e sul peninsular, os quais, aliados aos interesses de outros grupos aristocráticos senatoriais de tradição romana, cujos grandes focos encontramos nas regiões de Emerita e Toledo em confronto com a Baetica, Illiberis, Acci, Hispalis, dentre outras regiões sul peninsulares. Esses grupos senatoriais contribuíram para a desagregação do poder régio, ao menos desde finais do século VI.

Com efeito, lançamos como hipótese nesta análise que, o V Concílio de Toledo de 636 foi uma busca pela legitimação e o ajustamento entre a política e a religião em época visigoda, voltada à sociedade laica, e ainda pautada nos laços da *fides* conforme verificamos nos cânones 2; 3; 4; 5; 6; 7 e 8 do mesmo. Deste modo seguimos a análise.

No segundo cânone ficam transparentes os temores do rei Chintila e os cuidados que procura estabelecer para assegurar sua prole e seus fiéis, expressados na seguinte forma: (*Conc. Tol. V, a.636, c.2*) “Da guarda da vida dos reis e da defesa da prole dos príncipes atuais”, ao que verificamos as ressonâncias dos concílios anteriores, segundo segue na ata “[...] guardando tudo o que foi sido decidido e decretado no grande concílio universal, acerca da inviolabilidade e serviço dos reis [...]”²⁴⁹, de modo que, tais expressões chamam a atenção

²⁴⁸ Cf. ORLANDIS, J. *Historia de España...op. cit.*, 1987, p.146 “[...] hace coincidir el comienzo de éste con el día mismo del fallecimiento de Sisenando, es decir, el 12 de marzo del año 636 [...]”.

²⁴⁹ *Conc. Tol. V, a.636, c.2. De custodia salutis regum et defensione prolis praesentium principum: “[...] ut servatis quaecumque in universali et magna synodo provisiva conscripta quae circa principum salutem et utilitatem sunt [...]”.*

para os erros do passado e que não se cometa nem no presente e nem no futuro. Instiga a todos os presentes e ausentes que permaneçam firmes no juramento e na solicitude da paz pelo novo rei e “[...] que se conserve o amor com toda a benignidade e toda firmeza para com toda descendência do nosso príncipe e rei Chintila [...]”²⁵⁰, sendo que para todos aqueles que as palavras proferidas no segundo cânone forem vãs, reserva-se outro aviso, expresso da seguinte forma no cânone terceiro (*Conc. Tol. V, a.636, c.3*) “Da exclusão daquelas pessoas a que fica vedado alcançarem o trono” porque não respeitando sua linhagem, nem a nobreza da raça goda, tampouco suas virtudes ficam privadas do convívio dos católicos e condenadas com o anátema de Deus²⁵¹. Voltando a atenção especialmente para os que, vivendo com o rei reservam esperanças de chegar à dignidade real, conforme expresso no cânone seguinte, (*Conc. Tol. V, a.636, c.4*) “Dos que vivendo com o rei abrigam esperanças de conseguir o reino para si” reservando-se assim, ademais, para tais “esperanças” que se opõe a virtude da religião, lhes é reservada a pena de excomunhão²⁵².

A mesma dureza das penas estabelecidas pelo referido Concílio é guardada em relação àqueles que se atrevem a mal-dizer aos príncipes, para que não se crie, a partir de palavras ofensivas, um mal-estar e uma afronta à estabilidade do Reino, conforme expresso ainda, categoricamente, no cânone quinto, (*Conc. Tol. V, a.636, c.5*) “Daqueles que se atrevem a mal-dizer aos príncipes”, punindo desse modo, com a pena de excomunhão católica, os que assim procederem, colocando em voga uma questão que novamente nos remete ao passado recente de Hispania visigoda, “quantos mais deverão ser excluídos da Igreja necessariamente àqueles que é encontrado como violador do divino preceito?”²⁵³. Por outro lado, protegendo a todos aqueles que são fiéis aos reis, aos sucessores no Reino não se arrebatando seu patrimônio, posto que também se lhes é reservado o reconhecimento, de acordo com o cânone seguinte, (*Conc. Tol. V, a.636, c.6*) “Que aos fiéis aos reis, não lhes arrebatem de seu patrimônio, os sucessores no reino, o prêmio de seus serviços”²⁵⁴, afirmando ainda, que “[...] aos fiéis não se lhes priva do prêmio”, mais ainda, a prova mais clara de busca pela harmonização dos poderes, vinculando assim o passado recente à projeções do futuro seguro

²⁵⁰ *Conc. Tol. V, a.636, c.2. “De custodia salutis regum et defensione prolis praesentium principum [...] videlicet, ut omni benignitate omnique firmitate circa omnem posteritatem principis nostri Chintilani regis [...]”.*

²⁵¹ *Conc. Tol. V, a.636, c.3 “De reprobatione personarum quae prohibentur adipiscere regnum [...] ut quisquis talia meditatus fuerit, quem nec gothicae gentis nobilitas ad hunc honoris apicem trahit, sit a consortio catholicorum privatus et divino anathemate condemnatus”.*

²⁵² *Conc. Tol. V, a.636, c.4 “De his qui sibi regnum blandiuntur spe rege suppressite [...] Ergo qui et religioni inimicum [...] a conventu catholicorum excommunicationis sententia expellatur”.*

²⁵³ *Conc. Tol. V, a.636, c.5 “De his qui principes maldicere praesumunt [...] quanto magis talis ab ecclesia necessario pellitur, qui divinae violatur sententia invenitur?”*

²⁵⁴ *Conc. Tol. V, a.636, c.6 “Ut regum fideles a successoribus regni a rerum iure non fraudentur pro servitutis mercede [...] quum fideles non fraudantur mercede”.*

será verificada no cânone sétimo do V Concílio de Toledo (*Conc. Tol. V, a.636, c.7*) em que se lê “Que na celebração do todos os concílios se dê a conhecer por todos e em voz alta o concílio Toledano, celebrado em tempos do rei Sisenando, para que melhor se guarde” ao passo que estabelece:

Para remediar a inclinação dos corações torcidos, e o esquecimento da memória, estabelece este sagrado concílio o seguinte: em qualquer concílio dos bispos de Espanha, concluído tudo o demais, se leia o decreto do Concílio geral que estabelece a inviolabilidade de nossos príncipes, para que inculcado muitas vezes, se corrija o coração dos iníquos, aterrado pela insistência, a qual é levado a prevaricação pelo esquecimento e inclinação²⁵⁵.

O único grande sínodo, ou *Concílio universal*, presidido por Sisenando foi o IV Concílio de Toledo três anos antes. O cânone 7 do V Concílio de Toledo, portanto, voltava às prédicas do concílio anterior, buscando fazer voz ao cânone 75 daquele, no que respeita à inviolabilidade dos príncipes, cuja ressonância nos leva a crer que ainda no ano de 636, a iminência do perigo ainda rondava a monarquia visigoda. Ameaças que seriam somente avaliadas em todo o grau de torpeza pela sanção do príncipe, ao qual caberia também, pela sua bondade e piedade conceder o perdão e culpa, conforme estabelecia o cânone 8 do mesmo Concílio²⁵⁶.

Ante o proposto pelos sete dos nove cânones do V Concílio de Toledo, firmados pelos bispos de Hispania, dentre eles Eugênio de Toledo e Bráulio de Zaragoza, os cânones 2 e 5 primavam pela posição do rei em seu trono; os cânones 3 e 4 estabeleciam preceitos para a questão sucessória ao trono visigodo, o cânone 6 dialogava diretamente com os fiéis do reino e, o cânone 7 procurava inculcar as diretrizes de índole essencialmente política, com alusão ao concílio anterior. Portanto, tais cuidados somente podem significar que, a partir dos eventos de 630-633, com as diversas sublevações, a começar pelo próprio futuro rei Sisenando contra Suinthila desde 629, até a de Geila e Iudila, imediatamente posteriores àquela, constatamos uma tomada de posicionamento por parte da monarquia, que seria ratificada tanto pelos concílios posteriores, quanto pelas leis visigodas que se seguiram. As decisões do V Concílio de Toledo buscou atingir a todos os *fidelis regis* (fiéis do reino) que detinham quaisquer cargos no Reino, fossem grandes ou condes, juízes ou restante das autoridades, que

²⁵⁵ *Conc. Tol. V, a.636, c.7* “*Quod in celebritate cunctorum conciliorum synodus Toletana temporibus sisenandi habita per pronuntiationem vocis clarae ob custodiam sui cunctis debeat innotescere: Propter malorum mentium facilitatem et memoriae oblivione ac sacratissima statuit synodus: ut in omne concilio episcoporum Spaniae universalis concilii decretum quod propter principum nostrorum estsalutem constitutum, peractis omnibus in synodo publica voce debeat pronuntiari, quatenus saepe replicatum auribus vel adsiduitate in quorum mens territa corrigatur, quae ad praevaricandum et oblivione et perducitur*”.

²⁵⁶ *Conc. Tol. V, a.636, c. 8* “*De indulgentia principum noriis reservata*”.

preservassem o rei, sua prole e seu reino, que a eles também pertencia, cuja unidade seria fundamentada no princípio magno da *fides*.

No VI Concílio de Toledo, sob a égide do mesmo rei Chintila, no ano de 638, o tema seria colocado novamente em voga. A partir do cânone 12 desse concílio foi expresso com fervor e clareza, dirigidos absolutamente para *De confugientibus ad hostes*, ou para aqueles que passam ao inimigo, que qualquer que fosse o motivo de sua traição, sendo que se eventualmente causasse danos à pátria, ao povo ou ao rei sofreria duras penas da lei²⁵⁷. Tomando novamente, o cânone 16 como princípio básico à manutenção da unidade do Reino a inviolabilidade da descendência real²⁵⁸. Os dois cânones seguintes (17 e 18) delinearam também ditames contra os usurpadores do reino, chamando a atenção (*Conc. Tol. VI, c.17*) para o fato de que “ainda que o concílio anterior que se celebrou no primeiro ano do reinado do nosso gloriosíssimo príncipe já se ditou uma norma acerca desta mesma questão [...]” quaisquer maquinações contra o rei serão tidas como iníquas e detestáveis, pois, “[...] uma vez morto o rei, ninguém se apoderará do trono tiranicamente [...]”²⁵⁹. Reforçada pelo estabelecido no penúltimo cânone (*Conc. Tol. VI, c.18*) “Da proteção da vida dos príncipes, e como os sucessores devem defender aos reis precedentes” retornando novamente aos ditames do IV Concílio de Toledo de 633, sobre a guarda da vida dos reis, reforça-se os proclames dizendo “[...] que ninguém atente contra a vida do príncipe, que ninguém arrebate as rendas do reino, que ninguém tiranicamente usurpe a chefatura do reino, que ninguém, intrigado contra os interesses daqueles, tenha para si um grupo de conjuradores²⁶⁰”, extirpando desse modo, e com vigorosa aspereza, a qualquer um que intente contra a estabilidade do reino.

Todos os proclames de índole política estabelecidos pelas atas dos Concílios V e VI de Toledo foram sancionados sob o amparo e proteção da Igreja visigoda. A importância que atribuímos a eles é, fundamentalmente, relevante, quando analisamos seus referidos cânones à luz dos acontecimentos de 630-633. A relativa apreensão de Chintila na realização dos referido sínodos toledanos pode ser verificada a partir do levantamento desses alguns dados, sendo necessária a firmação destes cânones para proteger-se e a sua família, juntamente com

²⁵⁷ *Conc. Tol. VI, c.12* “*De confugientibus ad hostes*” (Daqueles que passam ao inimigo).

²⁵⁸ *Conc. Tol. VI, c.16* “*De incolomitate et adhibenda dilectione regiae prolis*” (Da inviolabilidade e do amor que se há de ter com a descendência real).

²⁵⁹ *Conc. Tol. VI, c.17* “*De his que rege supprete aut sibi allis ad futurum provideant regnum, et de personis quae prohibentur ad regnum accedere: [...] quamquam in concilio anteriori quod anno primi gloriosi principis nostri habitum est de huiusmodi fuerit promulgata sententia [...] rege vero defuncto nullus tyrannica praesumptione regnum adsummat [...]*”.

²⁶⁰ *Conc. Tol. VI, c.18* “*De custodia vitae principum et defensione praecedentium regum a sequentibus adhibenda: [...] nemo vitam principis nece adtrechet, nemo regni eum gubernaculis privet, nemo tyrannica praesumptione apicem regis sibi usurpet, nemo quolibet machinamento in eius adversitatem sibi coniuratorum manum adsociet*”.

seus fiéis. De uma maneira geral o estudo das atas, mesmo que de modo superficial como realizamos, demonstra que as interpretações podem nos levar a inferir diretamente sobre a construção, legitimação e limitação do poder régio na Hispania visigoda após os acontecimentos de alguns anos antes.

3.3.1 *Lex Edita*: as implicações políticas das rebeliões no direito visigodo segundo a *Lex Visigothorum* II, 1, 6-8

A autonomia política unitária visigoda foi caracterizada particularmente desde a época de Eurico (466-484), no Reino Visigodo de Tolosa, na Gália, a partir do estabelecimento de um código de leis escritas. Com efeito, o Reino visigodo de Toledo na Hispania não foi indiferente a isso. Cabe, no entanto, lembrar aqui que, não será nosso objetivo no presente capítulo analisar todo o processo da jurisprudência e da transformação da legislação romano-visigoda até a compleição do direito e da legislação do Reino Visigodo Católico, posto que não seja esse o mote da pesquisa. Procuraremos, sim, identificar qual a influência que exerceu o processo político visigodo, com base nas rebeliões do limiar do século VII, nas leis visigóticas relativamente tardias ao nosso período. Para tanto, centraremos nossa abordagem fundamentalmente da *Lex Visigothorum* e seu diálogo com outras fontes da época.

A legislação visigoda, mesmo tardia aos eventos que tiveram lugar no limiar da sétima centúria, pode ser vista como reflexo daqueles acontecimentos. Portanto, nossa análise está concentrada fundamentalmente nas leis promulgadas no livro II da *Lex Visigothorum*, a saber, II, 1-6 “*De principum cupiditate damnata eorumque initiis ordinatis, et qualiter conficiende sub scriptura in nomine principum facte*” (Sobre a concupiscência: o princípio das condenações dos corações e das ordenações iniciais, e do modo como preceituam as escrituras em nome do princípio de fazer); II, 1-7 “*De fidelitate novis principibus reddenda et pena huius transgressionis*” (Sobre a fidelidade aos novos príncipes e a pena de sua transgressão) e II, 1-8 “*De his, contra principem vel gentem aut patriam refugi sive insolentes existunt*” (Sobre aqueles que contra o príncipe, ou o povo ou a pátria fogem e existem como

revoltosos). Contudo, antes de nos aprofundarmos na análise das referidas leis, convém tecermos algumas considerações.

Em finais do século V e início do século VI, o rei visigodo Alarico II (484-507), dominou grande parte dos territórios entre a Provença e a Aquitânia, bem como, parte da Hispania. Esse monarca teve um papel fundamental no processo de institucionalização da monarquia visigoda, formando um reino independente do poder de Roma. Com efeito, Alarico II desempenha no Reino tolosano, uma política autônoma, com características próprias e fundamentada em base de uma organização político-administrativa de modelo romano. Contudo, quando nos referimos a “modelo romano” de organização, não queremos, de modo algum, afirmar que o Reino de Tolosa sob o reinado de Alarico II foi uma espécie de *imitação* romana. Pelo contrário, o que Alarico II fez foi tomar os modelos de organização político-administrativas de Roma e, a partir de então organizar seu próprio sistema de administração. Ademais, dentre as várias características adotadas pelos godos de Alarico II, indubitavelmente, a maior delas está na questão do direito e nas leis civis. O rei visigodo mandou redigir o seu código de leis que ficou conhecido como o *Breviário de Alarico*, fundamentado segundo o direito romano, que serviu de base para o desenvolvimento do direito civil no mundo tardo-antigo.

O *Breviarum Alarici* é uma adaptação do direito romano aos usos e costumes bárbaros, que notadamente, refletem as necessidades contemporâneas àquela época, e também, a relação de situações específicas. Preservado em latim, foi promulgado no ano de 506, e é um bom exemplo, conforme nos diz Sivan (1998, p.189) de “[...] como os monarcas bárbaros utilizaram o poder romano da retórica legal para fins políticos”²⁶¹. Com efeito, a promulgação de um conjunto de leis escritas por Alarico II, reflete a destreza política visigoda em relação à Roma, no início do século VI, o que podemos, notadamente, interpretar como um passo decisivo ao respeito à garantia legal de sua posição enquanto monarca legítimo. Todavia, Dumézil (2006) tem advertido que o Breviário de Alarico desempenhou um papel organizativo nas instituições do Reino Visigodo de Tolosa, cuja administração passaria, necessariamente, por um processo de revisão em suas instâncias administrativas. Segundo Dumézil (2006, p.74) “as instituições da cidade, no momento da redação do Breviário de Alarico, são a imagem de uma paisagem monumental. Do ponto de vista geral, pouco parece ter mudado”, mas que, ao passo que sua adaptação incorre junto à administração política, se

²⁶¹ SIVAN, H. The appropriation of the Roman Law in barbarian hands: “Roman-Barbarian” marriage in Visigothic Gaul and Spain. In: POHL, W.; Reimitz, H. **Strategies of Distinction the Constructing of Ethnic Communities**, 300-800. Leiden, New York, Köln: Brill, 1998, pp.189-204. A citação é da p.189 “[...] how barbarian monarchs utilised the power of roman legal rethoric for political purposes”.

produz um dinamismo institucional, responsável em grande parte pelas transformações da ordem pública²⁶².

Em meados do século VII, foi promulgado aquele que viria a ser o sucessor direto do Breviário de Alarico. Este é o chamado *Liber Judiciorum*, *Liber Iudicium* ou simplesmente a *Lex Visigothorum*, editada no ano 654, sob o reinado de Recesvintho (652-670). Contendo extratos do antigo *Codex Euricianus* (Código de Eurico) de 480 e, também do Breviário de Alarico de 506, juntamente com o *Codex Revisus* (que era uma revisão do Código de Eurico que não chegou até nossos dias), promulgado por Leovigildo, em finais do século VI, a *Lex Visigothorum* de 654 foi uma compilação das leis romano-visigodas que, assim como o Breviário de Alarico a sua época, veio a prover uma necessidade da realidade político-social da Hispania Visigoda. A nosso entender, tal necessidade foi resultado direto do mal-estar político deixado pelas sucessivas rebeliões e usurpações contra o poder régio nas primeiras quatro décadas do Reino Visigodo de Toledo no século VII.

As primeiras redações da *Lex Visigothorum* datam por volta de 650 e se realizaram tanto no âmbito canônico quanto em âmbito civil ou secular. Em âmbito canônico, segundo Arrizabalaga (1995), existem pelo menos três recensões que levam à elaboração final da *Lex Visigothorum*, compostas da seguinte forma: em primeiro lugar, a Recensão Isidoriana, organizada por volta de 634, pelo bispo de Sevilha, cuja composição provém, fundamentalmente, das atividades conciliares dessa época. Junto a Recensão Isidoriana é reunido novo material que dará origem à segunda recensão compilada pelo bispo Juliano de Toledo em 681, numa versão chamada de *Juliana*. Por fim, os códices que compõe a maior parte, denominada de “divulgada”, ou *Vulgata*, também de origem toledana, que se aproximam mais da redação *Isidoriana* que da *Juliana* e foi editada entre 682-702²⁶³. Contudo, entre 656-675 houve elaborações sistemáticas dos preceitos contidos na edição isidoriana, com coleções de textos íntegros²⁶⁴.

No Reino Visigodo, desde o final do século V, as atribuições legais cabem ao rei, muito embora, a elaboração dos códigos legislativos tenha competência em âmbito civil, as leis conferem não apenas a autoridade ao rei perante a sociedade laica, mas também a base

²⁶² Cf. DUMÉZIL, B. Le Comte et l'administration de la cité dans le Bréviaire d'Alaric. In : DUMÉZIL, B. e ROUCHE, M. (dir.). **Le Bréviaire d'Alaric. Aux origines du Code Civil**. Paris: PUPS, 2006, p.73-90. Um estudo fundamental sobre o Breviário de Alarico que aborda diversos aspectos das primeiras leis visigodas escritas na sua relação com a política e a sociedade. A citação supra-referenciada é da p. 74 “Les institutions de la cité, au moment de la rédaction du l'Bréviaire d'Alaric, sont à la image du paysage monumental. D'un point de vue général, peu de choses semblent avoir changé”.

²⁶³ Para tanto, vide ARRIZABALAGA, J. M. **Ley, Jurisprudencia y Derecho en la Hispania Romana y Visigoda**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1995. Em especial as p.165-178.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*, p.166.

ideológica do seu poder diante do *corpus* social de uma forma geral²⁶⁵, quer dizer, tanto no aspecto laico como no campo eclesiástico. Com efeito, no ano 654, o rei Recesvintho procura situar, mediante o *Liber Iudiciorum*, as normativas mais importantes para o Reino de Toledo, cujas leis são elaboradas seguindo um modelo legislativo e são, por fim, aprovadas como *Lex Edita*, no VIII Concílio de Toledo.

Analisando desse modo as condições do contexto histórico em que foram aprovadas as resoluções do *Liber Iudiciorum* por Recesvintho em 654, retomamos dois pontos fundamentais a esta discussão. *A priori*, chamamos a atenção para o fato de que a *Lex Visigothorum* / *Liber Iudiciorum* vieram para suprir uma necessidade político-social na Hispania Visigoda, que segundo entendemos, foi fruto dos acontecimentos provocados desde as rebeliões de Sisenando / Geila / Iudila, entre os anos de 629-633 e o consequente mal-estar político desde então. Em segundo lugar, retomamos uma observação impreterível colocada por Frighetto (2007), no que diz respeito ao contexto histórico em que foram promulgadas e aprovadas as resoluções da *Lex Visigothorum* / *Liber Iudiciorum*, por Recesvintho, em 654.

Frighetto (2007, p.126) sugere que no VIII Concílio de Toledo houve uma espécie de “limitação” do poder régio imposta por parte dos bispos reunidos naquele Concílio, tomando como defesa de seu argumento que “é possível que a discussão desse tema tivesse direta relação com os acontecimentos ocorridos na rebelião de Froya que culminaram com sua morte [...]”, convalidadas pelas más ações políticas do antecessor de Recesvintho, seu pai o monarca Chindasvintho (642-652). Desse modo, partindo das duas proposições levantadas, passamos à análise contextual das condições em que elas foram elaboradas, tomando como base os conteúdos da *Lex Visigothorum*, fundamentalmente do livro II, 1, 6-8 e também do teor das atas do VIII Concílio de Toledo de 653.

Gregório de Tours²⁶⁶ disse, no século VI, que os godos tinham o detestável costume de assassinar seus reis, colocando logo no lugar outro que melhor lhes agrade (Greg. Tur. III, 30) “*Gothi hanc detestabilem consuetudinem, ut, si quis eis de regibus non placuisset, gladio eum adpeterent, et qui libuisset animo, hunc sibi statuerent regem*”²⁶⁷. Chindasvintho parece ter recuperado essa prática em relação à aristocracia e a nobreza visigótica no século

²⁶⁵ Assim tem defendido os especialistas. Sobre este aspecto cf. KING, P. D. **Law and Society in the Visigothic Kingdom**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p.42 e segs; e também DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Rey y poder...art. cit.*, 1998 p.191; FRIGHETTO, R. O Rei e a Lei na Hispania Visigoda: os limites da autoridade régia segundo a *Lex Visigothorum*, II, 1-8 de Recesvinto (623-670). In: FRIGHETTO, R. e LOPES GUIMARÃES, M. **Instituições, Poderes e Jurisdições**. Curitiba: Juruá, 2007, p.117-135.

²⁶⁶ Greg. Tur. Hist. Franc. III, 30. Gregorii Episcopi Turonensis **Historiarum Libri X**. Monumenta Germaniae Historica, Scriptores Rerum Merovingicarum. Edição de KRUSH, B.; LEVINSON, W. Hanover, 1951.

²⁶⁷ Ao que segue Greg. Tur. III, 30 (Os Godos adotaram o detestável costume, de matar por sua própria espada qualquer rei que não os agradasse, e substituir-lhe no trono por outro que melhor lhes prouvesse).

VII, o que caracterizou particularmente sua política. Fredegário, ao falar do propósito da política de Chindasvintho, nomina esse mesmo costume como sendo o *Morbo Gothorum*, (*Fred. Chron. IV, 82*), “*Quoadusque hunc morbum Gotthorum Chintasindus cognovisset perdomitum, non cessavit quos in suspicione habebat gladio trucidare*”²⁶⁸. A Crônica Mozárabe não é menos branda ao falar da política empreendida por Chindasvintho, nos informando que “Chindasvintho com tirania invadiu o reino dos godos triunfando sobre a Ibéria, o demolidor de godos reinou por seis anos”²⁶⁹. É evidente que o sentido pejorativo atribuído a Chindasvintho pelo epíteto de “demolidor de Godos” refere-se, por certo, aos métodos políticos empregados por esse, para se manter no poder ao passo que assume o trono tiranicamente, com quase oitenta anos de idade.

À época de Chindasvintho (642-653) foi editada uma lei qua passaria, mais tarde, a integrar o *corpus* de *leges* visigodas. A lei *II, 1-8* “Sobre aqueles que contra o príncipe, ou o povo ou a pátria fogem e existem como revoltosos”²⁷⁰. Essa lei viria como uma resposta àqueles eventos que tiveram lugar menos de dez anos antes, mas que ainda se faziam sentir presentes. Iniciando com as seguintes palavras (*L. V. II, 1, 8*) “na medida em que a pátria dos Godos foi destruída pelas lutas internas, e pela lesão causada por desertores e seus abomináveis orgulhos [...]”²⁷¹, fica, pois, claro que, as implicações políticas do 629-633 ainda estavam presentes no momento da redação da referida lei. Em sua redação, fica evidente que o maior perigo, naquele momento, para o Reino Visigodo, não eram os inimigos externos, tampouco uma política branda, mas sim, aqueles “[...] distúrbios [que] são a fonte de mais problemas para o país do que as empresas contra o inimigo [...]”²⁷², afirmando que todos aqueles elementos envolvidos num *scandallum* contra o povo ou a pátria dos godos deveriam ser extirpados da sociedade. Revoltosos, conjuradores, traidores, desertores e rebeldes (*rebeldes*) representariam, efetivamente, criminosos, portanto, transgressores desprezíveis aos olhos de Deus, da Igreja e do rei.

A *Lex Visigothorum*, livro *II, 1, 6* “Sobre a concupiscência: o princípio das condenações dos corações e das ordenações iniciais, e do modo como preceituam as escrituras

²⁶⁸ Ao que segue, *Fred. Chron. IV, 82* (Quando o *morbo gothorum* de Chintasindus ficou sendo conhecida, não cessaram as suspeitas de que ele havia sido morto pela espada).

²⁶⁹ *Chron. Moz. a.754, 13*: “[...] Chindasvinthus per tyrannidem regnum Gothorum invasum Hiberiae triumphaliter principatur, demoliens Gothos, sexque per annos regnat [...]”.

²⁷⁰ *L. V. II, 1, 8* “De his, contra principem vel gentem aut patriam refugi sive insolentes existunt”.

²⁷¹ *L. V. II, 1, 8* “Quantis actenus Gotorum patria concussa sit cladibus, quantisque iugiter quantiatum istimulis profugorum hac nefanda supervia deditorum [...]”

²⁷² *L. V. II, 1, 8* “[...] hac hoccasione potius quam expugnandorum, hostium externorum [...]”.

em nome do princípio de fazer”²⁷³, já sob a revisão de Recesvintho, explana sobre o ardente desejo material, cuja lascívia e a luxúria levariam ao pecado. Tal lei refere-se, seguramente, ao crescente desejo material manifestado pelos reis e por muitos *magnates*, que durante o limiar do século VII intensificaram as relações políticas na Hispania Visigoda. De fato, a lei procura estabelecer uma relação entre a sociedade civil e o rei, de modo que, como a própria lei o descreve:

[...] qualquer que constar haver alcançado a chefatura do reino mediante tumultos populares ou maquinações contra a autoridade pública, imediatamente, e tal, com todos aqueles que tão criminalmente o ajudaram, seja anatematizado com a perda da comunhão entre os cristãos²⁷⁴.

Desse modo se preceitua a lei, sobre as propriedades adquiridas pelos reis em tempo de seus reinados, desde os tempos do rei Suinthila. Com efeito, as questões disciplinares tomaram boa parte das discussões do VIII Concílio de Toledo, qual paralelamente, tomou por base as questões da sucessão ao trono. Conforme o estabelecido pela *Lex Visigothorum* (II, 1, 6), a sucessão ao trono jamais deveria obedecer a princípios nefastos ou intrigas pela plebe ou quaisquer que tentassem retorquir o direito divino de governar. Com a lei II, 1, 6 complementava-se o estabelecido pelo VIII Concílio de Toledo, cuja *Lex Edita* de Recesvintho, proibia expressamente as maquinações e tumultos, em contrário com a sublimidade do bem-estar do reino. Ao final da *Lex Edita* (II, 1, 6), se confirma o encaminhamento da lei, igualmente, àqueles nobres do ofício palatino, e estabelecia que, todos que descreditassem na referida lei, cairiam nas suas devidas implicações. Segundo a *Lex Visigothorum* II, 1, 6:

[...] se alguém do ofício palatino com detração malévola quiser desacreditar no teor desta lei, ou se descobrir que murmurando dissimuladamente, ou discursando publicamente fazer propaganda para que seja ab rogada alguma vez, imediatamente, despojado de todos os cargos e ofícios da dignidade palatina, perderá a metade de todos os seus bens, e deportado ao lugar que será assinalado permanecerá distanciado de todo o contato com o palácio²⁷⁵.

Tal severidade seria aplicada igualmente a qualquer clérigo que intentasse contra o rei e o reino, sendo que o mesmo incorreria na mesma pena. O conteúdo da lei II, 1, 6 de

²⁷³ L. V. II, 1, 6: *De principum cupiditate damnata eorumque initiis ordinatis, et qualiter conficiende sub scripture in nomine principum facte.*

²⁷⁴ L. V. II, 1, 6: *“Quemcumque vero aut per tumultuosas plebes aut per absconsa dignitati publice macinamenta adeptum esse constiterit regni fastigia, mox idem cum omnibus tam nefarie sibi consentientibus et anathema fiat et christianorum communionem amittat [...]”.*

²⁷⁵ L. V. II, 1, 6: *“Nam et quis leges huius seriem ex officio palatino malivole detrahendo lacerare voluerit aut evacuandam quandoque, vel silenter musitans vel aperte resultans proloqui detectus extiterit cunctis palatine dinitatis et consortiis et officiis mox nadatus, monium rerum suarum dimidiam partem amittat et, in deputato sibi loco redactus, a totius palatii maneat societate seclusus”.*

Recesvintho referia-se, certamente, ao passado e ao presente, ao mesmo tempo, pois, de um lado ela preservava os direitos de propriedade do rei, justamente obtido e, ao mesmo tempo, fazia alusão ao direito daqueles que tiveram suas propriedades tiradas por algum rei injustamente. Igualmente, a referida lei fala acerca daqueles que, de modo legal alcançarem as dignidades régias, sob a observância da lei, bem como, daqueles nobres do ofício palatino que intentarem chegar ao poder de maneira perfidiosa. Nesse caso, certamente uma referência ao magnate Froya e seus partidários. Com efeito, lembremos da passagem da lei que se refere aos tempos passados e da imoderada cobiça dos reis, remontando à época de Suinthila²⁷⁶. Portanto, a lei refere-se ao passado e ao presente, de forma a deixar claro seu estabelecimento presente da referida lei devido às tribulações do passado próximo.

A lascívia dos ilegítimos pretendentes ao trono visigodo teve efeitos ainda mais tardios, como mostra uma lei editada sob o reinado de Égica (687-702) *II, 1, 7* “*De fidelitate novis principibus reddenda et pena huius transgressionis*” (Sobre a fidelidade aos novos príncipes e a pena de sua transgressão). Tal lei referia-se ao princípio de governar como sendo um atributo da vontade divina²⁷⁷, regulando assim o juramento de fidelidade dos súditos perante o rei. O juramento de fidelidade (*fides*) teria, então, o teor de lei, abarcando desde os magnates e os membros da “Aula Régia”, que o deveriam prestar pessoalmente. Para Égica seria uma forma de fortalecer ainda mais seu poder e assegurar-se contra quaisquer maquinações que predendessem ao seu trono. Por certo, as usurpações e revoltas do início do século VII provocaram efeitos posteriores, mas, que no reino visigodo, prevaleceram pelo restante de toda a história de sua existência.

Desse modo, retomamos aos pressupostos iniciais. Nossa afirmação é de que a *Lex Visigothorum*, especialmente os dispostos nas normativas *II, 1, 6-8*, vieram a suprir uma evidente necessidade contemporânea a Chindasvintho / Recesvintho, causadas por distúrbios anteriores e mesmo, aos eventos atuais²⁷⁸. As disposições da *Lex Visigothorum II, 1, 8* retomam por certo questões disciplinares e impõe a limitação do poder régio imposta pelos bispos reunidos no VIII Concílio de Toledo em 653. Contudo, é importante lançarmos um olhar crítico sobre o governo de Chindasvintho, para que possamos entender tais disposições e assimilarmos, de modo prático, seu conteúdo. O conteúdo político do sínodo toledano de 653 era parte correspondente à reação contrária às ações de Chindasvintho. Portanto, a incidência

²⁷⁶ L. V. II, 1, 6 “*Cum igitur precedentium serie temporum inmoderatio aviditas principum [...] De rebus autem omnibus a tempore Svintilani regis [...]*” (E dado os tempos que acabam de passar, a imoderada cobiça dos reis se difundia avidamente [...]) E acerca de todos os bens adquiridos pelos reis, desde os anos do rei Suinthila [...]).

²⁷⁷ L. V. II, 1, 7 “*Cum divine voluntatis imperio principale caput regnandi sumat sceptrum [...]*” (Com o poder da vontade divina e assumindo o cetro e a posição principal de reinar [...]).

²⁷⁸ Nesse caso nos referimos à rebelião do magnate Froya ocorrida em 653 contra Recesvintho.

dos particularismos políticos e dos excessos cometidos pelo antecessor de Recesvintho tiveram um reflexo determinante em tais disposições. Tal conteúdo pode ser tomado com base nas disposições normativas do VII Concílio de Toledo, no qual Chindasvintho confirma sua política de modo que, bispos e *magnates* palatinos tiveram que jurar e sancionar suas disposições, deixando lastros de descontentamentos e gravidade em sua política régia. Resultava disso, com efeito, as disposições legais do VIII Concílio de Toledo, na limitação do poder régio e consequente à rebelião de Froya produziu, juntamente com os efeitos políticos do 629-633, o conteúdo da *lex edita*, ou a lei *II, 1, 6* de Recesvintho.

Tais disposições foram verificadas ainda sob o reinado de Égica, no final do século VII e início do século VIII, com a promulgação da lei *II, 1, 7* que, dentre outras coisas, estabelecia penas e sanções aos traidores do juramento de fidelidade (*fides*) disposta na forma de lei e fundamentada no direito canônico através dos concílios toledanos anteriores e também no direito civil disposto pela *Lex Visigothorum*. Evidentemente essa discussão pode ser levada a outros extremos como, por exemplo, a análise paralela dos conteúdos dos concílios visigóticos decorridos entre Recesvintho / Égica, nomeadamente os concílios IX-XVII. Com efeito, cabe salientar aqui que a legislação estava atrelada às necessidades contemporâneas do Reino Visigodo de Toledo, funcionando como respostas às antigas questões de sucessão, usurpação, religião, dentre outros fatores não menos importantes sob os quais girava a esfera política da Hispania Visigoda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo no presente estudo foi o de demonstrar como a construção e o uso da idéia de *fides* no Reino Hispano-visigodo se constituiu num meio de como estruturar e hierarquizar as relações de poder à época. É um estudo amparado nas relações de poder, especialmente, devida entre reis e nobres, cujo resultado prático constitui-se num pacto de Instituições jurídicas e sociais. Com efeito, ao projetarmos a fidelidade na Hispania Visigoda, como a decorrência direta das inferências políticas, logo verificamos que ela se constitui como resultado prático de tais interações, concebida através da potencialização das relações entre as Instituições de poder. Inferimos, deste modo, que, se desenvolveu, em função dos mecanismos para a legitimação, sustentação e, mesmo, a limitação do poder régio, especialmente no campo ideológico, como a própria valorização das virtudes régias. Nesse contexto, é fato a emergência de grupos paralelos atuantes como forças centrífugas do poder régio, mas tão fundamentais dentro do processo de legitimação dos monarcas, quanto o próprio sentido atribuído à *fides*.

No primerio capítulo verificamos através da importância atribuída às virtudes desde a época romana que, com efeito, era reflexo do princípio grego de política, no qual, a organização da *politéia* se valia de elementos expressos nos *polites*, que eram verdadeiramente os portadores da legitimidade do governo ideal. Isócrates exemplifica isso de maneira incisiva. Uma fórmula que foi tomada por Cícero na constituição do modelo da *res publica* romana, é bem verdade, que com características que lhes eram próprias. As *uirtus* tomavam por base um elemento grego fundamental, a distinção daqueles que eram portadores da legitimidade na participação da vida política, os melhores dentre os cidadãos. Na Roma ciceroniana, esse preceito vigorou, de maneira clara, na constituição do Senado e na concordância entre aqueles que detinham o poder de governar, na *concordia ordinem*. Com efeito, o Império absorveu boa parte dessas concepções, fundamentalmente, embasado no conjunto de virtudes do bom governante, que nesse caso, era um papel assumido pelo imperador. A inserção do cristianismo, a partir do século IV com Constantino, o Grande, revela que os bons preceitos políticos se valeram da legitimidade da política imperial, amparada, por certo, na cristianização das virtudes. Na Antiguidade-Tardia há uma paulatina transformação desses preceitos clássicos greco-romanos a partir da interferência do cristianismo. A política, a partir de então, era externada como sinônimo de cultura e poder.

Com a fragmentação política imperial romana no Ocidente, a partir do século V, as monarquias germânicas se constituem como pretensas herdeiras do poder imperial. Os dois melhores exemplos disso são a monarquia franca e a monarquia visigoda. O historiador Marcelo Cândido demonstrou nesse processo que a concepção da realeza cristã²⁷⁹ foi característica desses reinos romano-germânicos, ao passo que a formação do *Regnum* era valorosamente entendida como a confluência dos elementos romanos, à luz de uma inferência cristã, mas que ao mesmo tempo, é vista como característica elementar da política germânica. Do mesmo modo, Frighetto (2008) nos chama atenção para o fato de que a concepção do *Regnum*²⁸⁰ pode ser tomado como um princípio elementar na substituição do termo *imperium*, que encontrava um novo significado a partir do século VI/VII na Hispania Visigoda. Com efeito, a partir da concepção do *Regnum* como o legítimo herdeiro do *Orbe* romano, a Hispania Visigoda entra em um processo de reformulação das suas instâncias político-administrativas.

Deste modo, no capítulo segundo, nos ocupamos justamente das instituições de poder na Hispania Visigoda. Ademais, inferimos acerca dos preceitos clássicos da política segundo o amparo na figura incontestável do *rex* como o substituo da imagem imperial, tendo assim, a caracterização de sua legitimidade por meio do conjunto de virtudes a que o rei estava ligado. Isidoro de Sevilha foi o principal interlocutor nesse processo tanto da concepção do *Regnum* quanto da constituição do rei como o portador da legitimidade de governar. Contudo, Pablo Díaz Martínez, em seu artigo “rei e poder”²⁸¹ na Hispania Visigoda, anota que o amparo da instituição monárquica visigótica estava contido, necessariamente, nos elementos que fundamentavam as relações de poder, isto é, na própria sociedade política. Essa dicotomia entre as instituições de poder eram substancialmente ligadas por laços comuns, ou seja, era uma rede de fidelidades. Ao rei compete o exercício do poder sob a regra da *fides* para com sua sociedade política. Desta forma, fica implícita a proximidade entre o exercício do poder régio e sua conformidade com as virtudes cristãs. Ainda que a sociedade política do rei viesse a ser o amparo legal para suas ações, muitas vezes, suas atividades dependiam igualmente dos outros poderes, como da instituição eclesiástica como o fundamento para tal e essa instituição desenvolvia um papel de legitimadora das ações do rei.

Após o ano 572, com Leovigildo, o Reino Visigodo passa por um processo de reorganização do poder real e da própria instituição monárquica. Com Leovigildo, é fato que

²⁷⁹ Cf. CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

²⁸⁰ Cf. FRIGHETTO, R. *De la barbarica Gens...art. cit.*, 2008 (inédito).

²⁸¹ Cf. DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. *Rey y poder...art. cit.*, 1998.

o Reino toledano adquire certa estabilidade, ao passo em que as contingências externas começam a se resolver, dando espaço a uma maior autonomia da monarquia em relação às diferentes regiões peninsulares. É no reinado de Leovigildo, igualmente, que há a redefinição ideológica como mecanismo de sustentação do poder monárquico²⁸². Com efeito, o rei Leovigildo surge como o reformador da monarquia, cujo projeto fora amparado fundamentalmente nas conquistas e reorganização dos preceitos institucionais, externando a força do poder régio. Contudo, a reformulação da monarquia visigoda, que em grande parte fora desenvolvida com Leovigildo, é finalizada pelo seu filho Recaredo I.

O processo de Institucionalização do Reino Visigodo de Toledo completa-se a partir do final do século VI com Recaredo I, quando há a conversão dos visigodos ao catolicismo niceno em 589, no III Concílio de Toledo. Validamente, tal projeto da monarquia viria, a partir de então, amparado na instituição religiosa, cujo aspecto principal era a projeção do rei como o legítimo representante da vontade divina. Ademais, vale recordar que um dos grandes entraves, se não o maior, de Leovigildo foi justamente no campo religioso. Ao passo que a Igreja projeta-se como o baluarte das ações políticas, verificamos uma clara distinção da sociedade visigoda em relação a uma forte tendência de hierarquização dessa sociedade. As relações entre Igreja e Estado, na Hispania Visigoda, passam a ser reguladas com a realização de diversos concílios, que funcionavam verdadeiramente como assembléias políticas.

Diante desse quadro, estudamos no terceiro capítulo as relações entre o rei e essa nova sociedade, produzida a partir da institucionalização dos elementos políticos e administrativos no Reino Visigodo de Toledo, especialmente no século VII. Por meio das relações desenvolvidas entre o rei e a sua sociedade política, percemos o desenrolar de mecanismos que ao mesmo tempo em que legitimavam o seu poder também, o limitavam. A burocratização e a hierarquização da sociedade visigótica produziu efeitos dissonantes no processo político. Tais efeitos, por certo, ganham espaço a partir do reordenamento da sociedade visigótica, especialmente, entre o final do século VI e por todo o século VII, igualmente, há o norteamento da instituição administrativa. O *Ofício Palatino* composto por representantes e chefes de distintos serviços do palácio, bem como pelo rei e seus subalternos, compunham a *Aula Régia* que, por sua vez, eram auxiliados pelos *próceres* do reino. Esses últimos eram representantes e auxiliares do rei em questões políticas e judiciais, que faziam

²⁸² Sobre este aspecto vide DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. Visigothic Political Institutions. In: HEATHER, P. (Ed.) *The Visigoths from the migration ... op. cit.*, Woodbridge: Boydell Press, 1999, especialmente pp.335 e segs. Do mesmo modo, VALVERDE CASTRO, M. R. *Ideología, simbolismo y ejercicio...op. cit.*, Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

frente aos *Gardingos*, membros da nobreza de estirpe germânica que gozavam de confiança e amizade do monarca. Junto ao Ofício Palatino tínhamos ainda a atuação dos bispos e dos *magnates* do reino, que participavam da realização dos Concílios da Igreja visigoda, reunidos em função das necessidades políticas do momento. Por outro lado, temos que notar que a essa forte hierarquização da sociedade visigoda se encontrava um grande número de pessoas de condição menor, mas, não menos importantes, os *magnates*.

É essencialmente através dos *magnates* do reino que a administração régia se fazia presente nas regiões mais aliadas do centro do poder, com os *seniores gothorum*, *primates palatii* ou *optimates*. Nas províncias visigodas, especialmente do sul e do norte peninsular, a presença da instituição monárquica se fazia sentir pela atuação de muitos desses nobres ou *magnates*, geralmente como *dux priuinciae*. Com efeito, o distanciamento geográfico dessas províncias facilitou a constituição de poderes em nível regional, no qual havia a predominância desses *dux* como potentados regionais e, ao mesmo tempo, propiciava a formação de grupos políticos que se revelavam contrários às ações do rei.

Notadamente, podemos verificar o crescente número desses grupos até as primeiras décadas do século VII, tendo como resultado o grande número de revoltas e usurpações contra o rei. Por certo, o processo de hierarquização social causava um distanciamento entre os grupos nobiliárquicos regionais e o rei. Depois do reinado de Sisebuto (612-621) houvera, relativamente, um período dúbio, demarcado pela atuação régia de Suinthila. Aos primeiros anos do seu reinado, verificamos ainda os ecos dessa aparente tranquilidade, num momento coincidente com o fechamento da *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, por volta de 624-625, quer dizer, já na metade do tempo do reinado de Suinthila, a quem o bispo hispalense dedica palavras complacentes e elogiosas. No entanto, o período logo posterior, entre 625-631, é demarcado por obscuridade, pois, somente tomaremos conhecimento do desfecho da época de Suinthila através do conteúdo das atas do IV Concílio de Toledo de 633, no qual o rei é julgado e condenado por seus crimes.

Com efeito, é no ano 633, quando o cânone 75 do IV Concílio de Toledo estabelecia que “[...] é um sacrilégio violar os povos a fé prometida aos seus reis [...]”²⁸³, indicando, desse modo, que o rompimento com o princípio da *fides* era tido como o efeito direto de revoltas e usurpações. Desde o início do século VII, a Hispania Visigoda passou por momentos conturbados em sua política interna. Curiosamente, o cânone 75 expressa, além da teoria política que viria a amparar as relações de poder dos anos posteriores, uma forma de

²⁸³ *Conc. Tol. IV a.633 c.75* “[...] *sacrilegium quippe esse, si violetur a gentibus regum suorum promissa fides* [...]”.

legitimação de um ato usurpatório, o de Sisenando contra Suinthila e condena declaradamente todos aqueles que, *à posteriori*, tentassem do mesmo modo tomar para si o poder. Essa imposição certamente tratava-se de uma referência a outras conjuras que estavam ocorrendo no Reino de Toledo na mesma época, cujo mais importante foi o levante de Iudila, ocorrido entre 632-634, no sul peninsular.

O exemplo de Iudila serviu, indubitavelmente, como base para a formulação das resoluções do cânone 75, do IV Concílio de Toledo de 633. O conteúdo do referido cânone deixa-se revelar a partir de advertências para que não se peque contra a vida do rei, ou conforme expresso pelo próprio cânone 75 no qual se lê:

[...] de agora em diante, qualquer de nós ou dentre os povos de toda Hispania que com algum manejo ou intriga violar o juramento que fez em favor da estabilidade da pátria e do povo dos godos, e da conservação da vida real, e intentar dar morte ao rei, ou menosprezar o poder do reino, ou usurpar com atrevimento tirânico o poder real [...]²⁸⁴

Com efeito, tal advertência vinha amparada segundo os preceitos do direito canônico e civil. Esses proclames foram ditados por três vezes, de maneira que, em todas as vezes, o tom nos viera sob a forma de advertência, e não como um estabelecimento de lei propriamente falando. Por certo, uma indicação válida de que ainda que alguns, nobres principalmente, intentassem atuar da mesma forma incidiosa contra o poder régio, a mão secular coibiria segundo a manifestação da vontade divina. A usurpação ou qualquer intento contra o rei era tido, a partir de então, como um erro irrevogável que ganharia status de lei a partir da *Lex Visigothorum II, 1, 7*, na qual a fidelidade retorna como princípio oficial e participe do reconhecimento da autoridade régia.

É provável que Iudila tenha sido derrotado em 634, logo após o IV Concílio de Toledo. Ao recorrermos aos conteúdos das atas do V Concílio de Toledo, celebrado sob o reinado de Chintila, verificamos que o problema acerca das usurpações ainda se resguarda como atuante na vida política da Hispania Visigoda. No entanto, as atas do referido concílio falam de maneira mais incisiva sobre a usurpação ou qualquer ação contra o poder do rei. Os ditames do V Concílio de Toledo são claramente taxativos em relação à usurpação, conforme verificamos nos cânones 2, 3, 4, 5, 6, 7, e 8 do total de nove cânones referências sobre a vida, à família e aos fiéis ao rei. É evidente que a atuação de Iudila demarcou o estabelecimento de

²⁸⁴ *Conc. Tol. IV a.633 c.75* “[...] *quicumque modo ex nobis vel cunctis Spaniae populis quadbet meditatione vel studio sacramentum fidei suae quod pro patriae salute gentisque Gothorum statu vel incolumnitate regiae potestatis polleitus est, violaverit aut regemnece adthretaverit a testatem regni exueritaut praemonitione tyrannica regni fastigium usurpaverunt* [...]”.

tais ditames. Mesmo assim, poderemos interpretar tais proclames como uma espécie de reforço do cânone 75, do IV Concílio de Toledo, de 633, ao passo que, atribuímos a devida importância ao levante de Iudila que, num só momento assenhorou-se do vale bético e da capital da província da Lusitânia, ou seja, uma extensão geográfica que abrangia desde Mérida à Granada.

Finalmente, verificamos que, com relação a instituição da *fides* como princípio fundamental das relações políticas na Hispania Visigoda, podemos afirmar que a fidelidade tornava-se assim um exercício prático de poder político. O exemplo de Iudila coloca em voga as questões relativas às limitações e à importância da autoridade régia, ademais projetando esse princípio como pedra basilar das ações políticas. Deste modo, recorremos as palavras de Isidoro de Sevilha, o qual afirma que “a fé nos permite crer firmemente o que de maneira alguma podemos ver; pois o que vemos não pode considerar-se matéria de fé. Em seu sentido próprio se aplica o termo “fé” ao cumprimento do que se tem dito ou prometido”²⁸⁵, assim, a fé deixa de ter validade como tal quando é exercida, posto que, a partir de então, torna-se fidelidade, assim como o poder, algo não visto, mas exercido.

²⁸⁵ Isid. Etym. VIII, 2,4: “*fides est qua veraciter credimus id quod nequaquam videre valemus. Nam credere iam non possumus quod videmus. Proprie autem nomen fidei inde est dictum, si omnino fiat quod dictum est aut promissum*”.

FONTES

AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. II. Liber 20-26.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006. Versão de J. C. Rolfe, bilígue latim-inglês.

_____. **History. Vol. III. Liber 27-31.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1940. Edição elaborada por J. C. Rolfe bilígue latim-inglês.

BRAULLIONIS CAESARAUGUSTANUS. Epistolae. Edição do Epistolário de Bráulio de Zaragoza elaborada por RIESCO TERRERO, L., **Epistolario de San Braulio. Introducción, edición crítica y traducción.** Sevilla, 1975.

_____. Renotatio Isidori a Braulione Caesaraugustano Edita. Edição de LYNCH, C. e GALINDO, P.: **San Braulio obispo de Zaragoza (631-651). Su vida y escritos.** Madrid, 1950.

CICERO, M. T. **The Republic.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006. Versão de Clinton Walker Keies bilígue latim-inglês.

CYPRIANI EPISCOPI CARTHAGINENSIS ET MARTYRIS OPERA OMNIA. **Espistolae.** In: MIGNE, J-P. – Patrologia Latina 200-258. Volumen 004: Col. 0191 – 0428C. Paris, 1844.

ENÓDIO. MAGNIS FELICIS ENNODIUS. “Uita Epitaphium”. Edição de Vogel, Fridericus. **Ennodi Opera.** In: Monumenta Germaniae Historica. aa. T. VII. Berlin: 1885.

FREDEGARI SCHOLASTICI **Chronicum Cum Suis Continuatoribus, Sive Appendix as Sancti Gregorii Episcopi Turonensis Historiam Francorum.** Edição de MIGNE, J-P. Patrologiae Latina Tomus LXXI, Paris: 1849.

GREGORII EPISCOPI TURONENSIS **Historiarum Libri X.** Monumenta Germaniae Historica, Scriptores Rerum Merovingicarum. Edição de KRUSH, B.; LEVINSON, W. Hanover, 1951.

HYDATII LEMICI. HYDATII LEMICI. **Continuatio Chronicorvm Hyeronimianorvm.** Edição. Mommsen, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minora saec. IV V VI VII. Vol. II, Berlin: 1894.

ISOCRATES. “Areopagítico” In: **Discursos. Vol. II.** Madrid: Gredos, 1980.

ISIDORO DE SEVILLA. **Etymologías.** Edição de José Oroz Reta e Manuel Marcos Casquero. Versão bilígue latim-castelhano em edição completa. Madrid: B.A.C. 2004.

_____. “Sentencias”. Versão elaborada por CAMPOS RUIZ, J. e ROCA MELIA, I. **San Leandro, San Isidoro, San Fructuoso: Reglas monásticas de la España visigoda: los três libros de las Sentencias.** Madrid: Editorial Católica, 1971.

_____. **Las Historias de los Godos, Vándalos y Suevos de Isidoro de Sevilla. Estudio, edición crítica y traducción.** León, 1975. Edição elaborada por Cristóbal Rodríguez Alonso.

ISIDORUS PACENSIS. "Notitia Historica in Isidorum Pacensem". Edição de J. P. MIGNE *In: Sanctorum Hildefonsi, Leodegarii, Juliani, Toledani, Augustodunensis et iterum Toletani episcoporum Opera Omnia.* Patrologiae Latinae 96, Brepols, 1996.

JOÃO DE BÍCLARO. "Chronicon". Edição de CAMPOS, J. **Juan de Biclano, Obispo de Gerona. Su vida y su obra.** Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp.79-100.

JORDANES. **De origine actibusque Getarum. Origen y gestas de los godos.** Edição de José María Sanchez Martín. Madrid: Cátedra, 2001.

JULIAN OF TOLEDO. **Historia Regis Wambae.** Versão de Joaquín Martínez Pizarro: The History of Wamba. Washington: CUA, 2005.

LACTÂNCIO. **De Mortibus Persecutorum.** Tradução e notas de Ramón Teja. Sobre la muerte de los perseguidores. Madrid: Gredos, 1982.

LOMAX, D. W. **Crônica Albeldense.** *In:* "Una crónica inédita de Silos", en Homenaje a Pérez de Úrbel, Silos, 1976, t. 1, pp. 323-337.). Madrid, RAH, Colección Salazar y Castro, O-16, fol. 606r-612r y O-15, fol. 57r-61r; Madrid, BN, mss 712, fol. 467-470 y mss 431, fol. 172v-174 (incompleto).

MOMMSEN, T. **Laterculus Regum Visigothorum.** *In:* Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. III aa., Tomus XIII. Berlim: 1898.

_____. **Chronica Caesaraugustana Reliquiae.** Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV. V. VI. VII. Vol. II Tomus XI, Berlin 1894.

_____. **Chronica Italica.** Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. I aa., Tomus IX. Berlim: 1892.

MAXIMI CAESARAUGUSTANI EPISCOPI. **Chronica,** *In:* Patrologia Latina LXXX. Edição elaborada por J.P.Migne. Paris, 1860.

PAULI OROSII. **Historiarum Adversus Paganos Libri VII.** Edição de Carolus Zangemeister, Lipsia, 1889.

PSEUDO-ILDEPHONSUS TOLETANI. "Continuatio Chronicorum Beati Isidori Archiepiscopi Hispalensi". Edição de J. P. MIGNE *In: Sanctorum Hildefonsi, Leodegarii, Juliani, Toledani, Augustodunensis et iterum Toletani episcoporum Opera Omnia.* Patrologiae Latinae 96, Brepols, 1996.

TERTULLIANI. **Liber Aduersus Iudaeos.** *In:* MIGNE, J-P. Patrologia Latina. Vol. 002 Col. 595-642 B. Paris, 1844.

VIVES, J. **Concīlios Visigóticos e Hispano Romanos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas Instituto Enrique Flórez, 1963.

VSPE – “Vitas Sanctorum Patrum Emeritensium”. Versão utilizada de Fear, A. T. *In*: **Lives of the Visigothic Fathers**. Liverpool: Liverpool University Press, 1997.

ZEUMER, K. **Leges Visigothorum**. Monumenta Germanica Histórica, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I, Hanniver: Impensis Bibliopolli Hahniani, 1902.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE FILHO, R. O. **Mito y monarquía en la España visigoda católica.** *In: Temas Mediev.*, ene./dic. 2005, vol.13.

ARCE, J. **El último siglo de España Romana (284-409).** Madrid: Alianza, 1997.

ARRIZABALAGA, J. M. **Ley, Jurisprudencia y Derecho en la Hispania Romana y Visigoda.** Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 1995.

_____. La “crisis” del siglo III d.C. en Hispania y las invasiones bárbaras. *In: Revista Hispania Antiqua*, nº8, 1978.

BRAUDEL, F. *História e Ciências Sociais. A Longa Duração.* *In: Escritos sobre a história.* São Paulo: Perspectiva, 1992.

BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico: De Marco Aurélio à Maomé.** Lisboa: Verbo, 1972.

_____. **Late Antiquity.** New York: Harvard University Press, 1998.

_____. *Antiguidade Tardia.* *In: VEYNE, P. (org.) História da Vida Privada. Do Império Romano ao ano mil.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BURNS, T. S. **Barbarians within the Gates of Rome: a study of roman military policy and the barbarians, ca. 375-425 A.D.** Indiana University Press: Bloomington, 1995.

CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média.** São Paulo: Alameda, 2008.

CAZIER, P. **Les Sentences d’Isidore de Seville et Le IV^e Concile de Toled: réflexions sur les rapports entre l’Eglise et le pouvoir politique em Espagne autour des années 630.** *In: Historia y Civilización. Antigüedad y Cristianismo III,* Murcia, 1986.

Cervantes, Y. P. **La crisis del siglo III en la historiografía española.** *In: Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, Historia Antigua*, t. 13, 2000, pp.469-492.

COLLINS, R. **La España Visigoda, 409-711.** Barcelona: Critica, 2005.

DAVALILLO LARREA, J. L. **Atlas Histórico de España y Portugal. Desde el Paleolítico hasta el siglo XX.** Madrid: Síntesis, 1999.

DÍAZ MARTÍNEZ, P. C. **Estructuras de gobierno local en la Antigüedad tardía. Un estudio regional: el NO. de la Península Ibérica en el siglo V**”, *Studia Zamorensia*, VII, 1987.

_____. **Rey y Poder en la Monarquía Visigoda.** *In: Iberia*, 1, Logroño: Universidad de la Rioja, 1998.

_____. Visigothic Political Institutions. In: HEATHER, P. (Ed.) **The Visigoths from the migration period to the seventh century. An ethnographic perspective.** Woodbridge: Boydell Press, 1999.

_____. **Consideraciones sobre las cecas de la Gallaecia Visigoda.** In: III Congreso Peninsular de Historia Antigua, Preactas II (Vitoria) pp. 643-648.

_____. **Hispania Tardoantigua y Visigoda.** Madrid: Istmo, 2007.

ESCRIBANO PAÑO, M. V. **Usurpación y Religión en el s. IV D. de C. Paganismo, Cristianismo y Legitimación Política.** In: Cristianismo y Aculturación en tiempos del Imperio Romano. Antigüedad y Cristianismo VII, Murcia, 1990.

_____. **Usurpación y defensa de las Hispanias: Didimo y Veriniano (408).** In: Gerión nº18, 2000.

_____. **Constantino y la rescissio actorum del tirano-usurpador.** In: Gerión nº16, 1998.

FERNÁNDEZ y LÓPEZ, D. M. **El Tesoro Visigótico de la Capilla.** Salamanca, 1895.

FILORAMO, G. Alla ricerca di un' identità cristiana. In: FILORAMO, G. E MENOZZI, D. **Storia del cristianesimo: l'antichità.** Bari: Laterza, 2006.

FRIGHETTO, R. **Cultura e poder na Antiguidade Tardia Ocidental.** Curitiba: Juruá, 2000.

_____. Algunas consideraciones sobre las construcciones teóricas de la centralización del poder político en la Antigüedad Tardía: Cristianismo, tradición y poder imperial. In: CORTI, P.; MORENO, R. y WIDOW, J. (Org.) **Historia: entre el pesimismo y la esperanza.** Chile: Universidad Adolfo Ibáñez, 2007.

_____. **De la barbarica gens hacia la christiana ciuilitas: la concepción de regnum según el pensamiento político de Isidoro de Sevilla (siglo VII)** In: *Anuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos S.A. Segreti* 7. Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 2008 (inédito).

_____. **Rex velit honesta: os problemas entre a nobreza e realeza no reinado de Chintila (636-641).** In: Atas do I Encontro Regional da ABREM – RJ. 07 a 09 de novembro de 2006. XI Mostra de Cultura Galega. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2007.

_____. **O problema da legitimidade e a limitação do poder régio na Hispania visigoda: o reinado de Ervigio (680-687)** In: Gerión, número 1, Madrid: 2004 pp. 421-435.

_____. **Las dificultades de la unidad política en la Hispania Visigoda: las controversias entre la realeza y la nobleza en el siglo VII.** In: Revista de Historia ano 16, vol.16 nº2. Concepción – Chile, 2º Semestre de 2006.

_____. **Política e poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível.** In: História Revista, UFGO, Goiânia, v.11, n.1, jan./jun. 2006.

_____. **Aspectos Teóricos e Prácticos da Legitimidade do Poder Régio na Hispania Visigoda: o Exemplo da Adoptio.** *Cuad. Hist. Esp.*, ene./dic. 2005, vol.79, p.237-245.

_____. **Infidelidade e Barbárie na Hispania Visigoda.** *In: Gerión*, Vol.20 Núm. 1 (2002) pp.491-509.

_____. **Da Antiguidade à Idade Média: a idéia de Humanitas na Antiguidade Tardia Ocidental.** Temas Medievales. Buenos Aires, 2004.

_____. **Os Usurpadores, “maus” soberanos e o conceito de tyrannia nas fontes hispano-visigodas do século VII: o exemplo de Chindasvinto.** *Gerión*. Vol.20. n.1. 2002.

_____. **O soberano ideal na obra de Valério do Bierzo.** *Gerión*, nº16, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998.

_____. **Religião e poder no Reino Hispano-visigodo de Toledo: a busca da unidade político-religiosa e a permanência das prática pagãs no século VII.** *Ibéria*, 2. Logroño: 1999.

_____. **O Rei e a Lei na Hispania Visigoda: os limites da autoridade régia segundo a *Lex Wisigothorum*, II, 1-8 de Recesvinto (623-670).** *In: FRIGHETTO, R. e LOPES GUIMARÃES, M. Instituições, Poderes e Jurisdições.* Curitiba: Juruá, 2007.

FRIGHETTO, R. e FERNANDES F. R. **Cultura e Poder na Península Ibérica.** Curitiba: Juruá, 2001.

GARCIA MORENO, L. A. **Historia de España Visigoda.** Madrid: Cátedra, 1998.

_____. “El Reino de Toledo”, *In: TUÑÓN DE LARA, M. (Dir.). Historia de España. Textos y documentos de Historia antigua, media y moderna hasta el siglo XVII.* Tomo II. Barcelona: Editorial Labor, 1984.

_____. “Sobre un nuevo ejemplar del Laterculus Regum Visigothorum”, *In: Analecta Sacra Tarraconensia, Revista de Ciencias histórico eclesiásticas.* Vol. XLVII, Barcelona, 1975.

GIBBON, E. **Declínio e Queda do Império Romano.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, C. y VILELLA, **De la Fides Gothica a la Ortodoxia Nicena: inicio de la teología política visigótica.** *In: Historia y Civilización. Antigüedad y Cristianismo III*, Murcia, 1986.

GOFFART, W. **Barbarians and Romans, A.D. 418-584: techniques of accommodations.** Princeton: Princeton University Press, 1987.

GUIANCE, A. **Rex Perditionis: la caracterización de la tiranía em la España Visigoda.** *In: Cuadernos de Historia de España*, LXXVII, 2001 / 2002.

HORMAECHE BASAURI, J. M. **La Pastoral de la Iniciación Cristiana en la España Visigoda. Estudio sobre el De cognitione baptismi de San Ildefonso de Toledo.** Toledo: Instituto Teológico de San Ildefonso, 1983.

KING, P. D. **Law and Society in the Visigothic Kingdom.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LÓPEZ CAMPUZANO, M. **Obispo, comunidad y organización social: el caso de la Vita Emiliani.** In: Antigüedad y Cristianismo VII. Cristianismo y Aculturación en tiempos del Imperio Romano. Murcia, 1990.

MACIEL, M. J. **Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.

MAIER, F. G. **Las transformaciones del mundo mediterráneo.** Madrid: Siglo Veintiuno, 1972.

MARROU, H-I. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Editorial Aster, 1979.

MOSSÉ, C. **Dicionário da Civilização Grega.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OLIVEIRA, W. F. **A Antiguidade Tardia.** São Paulo: Ática, 1990.

ORLANDIS, J. **Historia de España época visigoda.** Madrid: Gredos, 1987.

_____. **La vida en España en tiempo de los Godos.** Madrid: Rialp, 2006.

_____. **Historia General del Reino Visigodo Español.** Madrid: Rialp, 2006.

_____. **Historia de las Instituciones de la Iglesia Católica.** Pamplona: EUNSA, 2005.

_____. **Semblanzas Visigodas.** Madrid: Rialp, 1992.

_____. **La Conversión de Europa al Cristianismo.** Madrid: Rialp, 1988.

_____. Le royaume wisigothique et son unité religieuse. In: FONTAINE, J. e PELLISTRANDI, C. **L'Europe héritière de l'Espagne Wisigothique.** Madrid-Paris : Casa de Velázquez, 1992.

PEREIRA, M. H. da R. **Estudos de História da Cultura Clássica vol. II Cultura Romana.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.

PEREZ SANCHEZ, D. **El Ejército en la Sociedad Visigoda.** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1989.

_____. **Realidad social, asentamiento bárbaro y prejuicios ideológicos en la Galia del s. V a través de la obra de Sidonio Apolinar.** In: Gerión 15, Madrid: 1997 pp.223-241.

POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire. The integration of the barbarians in Late Antiquity** Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.

RICHÉ, P. **As invasões bárbaras**. Lisboa: Europa-América, 1979.

RIVEROS, J. M. “Noticias Bizantinas en la España Visigoda – El caso de San Isidoro de Sevilla”. In: FRIGHETTO, R. e GUIMARÃES, M. L. **Instituições, Poderes e Jurisdições: I Seminário Argentina – Brasil – Chile de História Antiga e Medieval**. Curitiba: Juruá, 2007.

RODRÍGUEZ GERVÁS, M. J. **Propaganda política y opinión pública en los panegíricos latinos del Bajo Império**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1991.

ROUCHÉ, M. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes. Naissance d'une région**. Paris: Éditions de L'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1979.

SILVA, G. V. e MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: EDUFES, 2006.

SIVAN, H. The appropriation of the Roman Law in barbarian hands: “Roman-Barbarian” marriage in Visigothic Gaul and Spain. In: POHL, W. e Reimitz, H. **Strategies of Distinction the Constructing of Ethnic Communities, 300-800**. Leiden, New York, Köln: Brill, 1998.

TABACCO, G. Il cristianesimo latino altomedievale. In: FILORAMO, G. e MENOZZI, D. **Storia del cristianesimo: il medioevo**. Bari: Laterza, 1997.

TEJA, R. **El Cristianismo Primitivo En La Sociedad Romana**. Madrid: Istmo, 1990.

THOMPSON, E. A. **Los Godos en España**. Madrid: Alianza, 2007.

VALVERDE CASTRO, M. R. **Ideología, simbolismo y ejercicio del poder real en la monarquía visigoda: un proceso de cambio**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000.

ZÉTOLA, B. M. **Discurso Caritativo e Legitimação do Poder Episcopal na Antiguidade Tardia: o caso de Emerita (550-633)**. Dissertação de Mestrado, UFPR, 2005.

ANEXO A
LISTA COMENTADA DOS REIS GODOS (369-639)

ANEXO A
LISTA COMENTADA DOS REIS GODOS (369-639)

A lista de reis godos foi elaborada com base fundamentalmente nas fontes da época visigótica. Contudo, é importante salientar que o que oferecemos por ora, trata-se de uma cronologia rapidamente comentada com base nas fontes, nos importando somente uma discussão a partir delas, o que não nos exime de quaisquer responsabilidades sobre o levantamento, interpretação e distribuição dos dados. Procuramos ordenar segundo o que pudemos verificar através dos relatos em ordem cronológica. Mesmo tendo ciência que muitas vezes a historiografia acerca do tema procure classificar alguns reis puramente como “chefes militares”, para tanto, remetemos ao capítulo segundo do presente trabalho aonde discutimos a organização monárquica e a sua institucionalização na história visigoda. Para a elaboração da presente lista, foi utilizado, especialmente o *Laterculus Regum Visigothorum* na edição de Theodor Mommsen, as crônicas da época visigoda e também algumas crônicas tardias. Cabe salientar aqui que a relação dos primeiros reis visigodos desde o início dos contatos com o Império Romano no século IV é de difícil resolução, de modo que nos amparamos fundamentalmente nos historiadores do século V como Cassiodoro, Hidácio de Chaves, bem como outros do século VI e VII, a saber: Jordanes, Marcellino de Comas, Enódio e Isidoro de Sevilha.

CRONOLOGIA DOS REIS GODOS

<i>REI / ANO</i>
1. Fritigerno (369-380)
2. Athanaricus (369-382)
3. Radagaiso (400?-406)
4. Alarico I (395-411)

1. Fritigerno (369-380): também chamado de *Fritigern* ou *Fridigernum*. Ainda que o historiador godo Jordanes (*Get.* 43) o situe entre as figuras lendárias da história dos godos juntamente com Eterpamara, Hanala e Vidigoya, Fritigerno era um godo tervíngio, sendo líder guerreiro, e ocupou o posto de rei, aos tempos do imperador Valente²⁸⁶ e o general Lupicínio²⁸⁷, como reconhece mais a frente o próprio Jordanes (*Get.* 134). Desde 369 divide com Atanarico um grande grupo de godos, segundo nos conta Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.* 7) “*Gothi in Istrum adversus semetipsos in Athanarico et Fridigerno divisi sunt [...]*”. De fato, Fritigerno foi líder de um grupo de godos que marchou contra a Tessália, Epiro e Acaya (*Jord. Get.* 140), empreendendo várias vitórias, inclusive na célebre batalha de Adrianópolis de 378. Uma ação conjunta dos imperadores Graciano e Teodósio impõe uma derrota aos godos de Fritigerno em 380, sendo substituído por Atanarico, o outro chefe militar, que nesse mesmo ano unifica as tribos godas.

2. Athanaricus (369-382): ou Atanarico. Juntamente com Fritigerno era um líder militar godo desde 369. Na grande maioria as fontes fecham a data de sua morte no ano 381. Orósio de Braga o afirma em (*Hist. Ad. Pag.* VII, 34, 6) que “*Athanaricus autem continuo ut Constantinopolim uenit, diem obiit [...]*”; do mesmo modo Isidoro de Sevilha (*Isid. Chron.*, 2), igualmente, Marcellino em sua Crônica (*Marcell. Com. Chron. a.381, 2*) “[...] *Eodem anno universa gens Gothorum Athanarico rege suo defuncto Romano sese imperio dedit “mense Octobrio” [...]*”. Fixamos o início do seu ‘governo’ em 369, se aceitarmos a proposição de Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.*, 6) de que no “[...] *anno V imperii Valentis, primus Gothorum gentis administrationem suscepit Athanaricus, regnans annos XIII [...]*” ([...] no quinto ano do imperador Valente [369], primeiro ano de administração do povo Godo sustentado por Athanaricus, reinando XIII anos [...]), portanto, sendo o quinto ano do imperador Valente, ou seja, o ano de 369, tendo governado assim durante treze anos, até 382. O ano de 382 é como data da morte de Athanaricus proposta igualmente por Cassiodoro (*Chron. a. 382*) “*Athanaricus rex Gothorum Constantinopolim venit ibique vitam exigit [...]*”. A edição de Mommsen do *Laterculus Regum Visigothorum* coloca que Athanaricus foi o primeiro rei dos godos, igualmente temos informação na sua revisão do *Reges Visigothorum* situa entre os anos de 366-381²⁸⁸.

²⁸⁶ Valente (Flavius Iulius Valens) foi imperador romano entre 364 até o ano de sua morte em 378.

²⁸⁷ Lupicínio general romano da Trácia. Mandado pelo imperador Valente para dividir alimentos com os colonos godos conforme registra Ammiano Marcellino (*Amm. Marc. XXXI, 4, 5-7*).

²⁸⁸ Cf. MOMMSEN. T. *Lat. Reg. Vis. Laterculus Regum Visigothorum*. In: MOMMSEN, T. *Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. III aa., Tomus XIII*. Berlim: 1898.

3. Radagaiso (400?-406): segundo a *Historia Gothorum* de Isidoro de Sevilha, Radagaiso dividiu o reino dos godos com Alarico I em 401. Portanto, conforme segue nos escritos isidorianos (*Isid. Hist. Goth. 13*) “*anno imperii Honorii et Arcadii quinto, Gothi, in Alarico et Radagaiso divisi [...]*” ([...] no quinto ano do império de Arcádio e Honório, os godos foram divididos entre Alarico e Radagaiso [...]). Com efeito, na passagem seguinte (*Isid. Hist. Goth. 14*) Isidoro chama atenção para o fato de que no décimo primeiro ano do governo de Arcádio e Honório, ou seja, no ano 406 Radagaiso era rei, “*anno Honorii et Arcadii XI, rex Gothorum Radagaisus [...] Cujus exercitus, a Stilicone duce Romano in montuosis Thusciae locis circumclusus, fame est potius quam ferro consumptus.*” e foi derrotado pelo exército romano de Estilício, tendo fugido para os montes Fescolani, foi capturado e decapitado no mesmo ano de 406. Mesma ocorrência encontramos em Marcellino (*Marcell. Com. Chron. a. 406, 3*) “[...] *reges Radagaisum continuo deuicerunt, ipsius capite amputato [...]*”.

4. Alarico I (395-411): eleito rei dos godos em 395²⁸⁹ após a morte do imperador Teodósio I. Jordanes (*Get. 146*) justifica que a eleição de Alarico I foi devido ao endurecimento da política imperial dos filhos de Teodósio. Alarico pertencia a uma ilustre linhagem dos Baltos. No ano 401 lidera parte do exército godo que marcha sobre a cidade de Roma, saqueando-a. Após a morte de Radagaiso no ano 406, seu *consors regni* (*Isid. Hist. Goth. 15*) unifica os godos sob suas ordens. Isidoro nos conta que após a tomada de Roma Alarico I morre (*Isid. Hist. Goth. 19*) “*Alarico post captam Urbem defuncto, Athaulfus a Gothis Italiae regno praeficitur annis VI [...]*” sendo eleito Ataulfo, seu cunhado, para ocupar o trono dos godos.

²⁸⁹ Ao que indicam as fontes, entre os anos de 382 e 395 os godos não tiveram um rei propriamente dito. O silêncio das fontes nesse sentido nos leva a crer que estes foram anos de relativa tranquilidade ao povo godo assentado nas regiões do Império Romano.

REINO TOLOSANO

REI / ANO
5. Ataulfo (411-416)
6. Sigérico (416)
7. Vália (416-419)
8. Teodoredos I (419-451)
9. Turismundo (451-453)
10. Teodoredos II (453-466)
11. Eurico (466-484)
12. Alarico II (484-507)

5. Ataulfo (411-416): *Ataulfus* ou *Athaulphvs*. Eleito rei dos godos após a morte do seu cunhado Alarico I em 411. Toma como esposa Gala Placídia (que fora capturada no saque de Roma), filha do primeiro casamento de Gala esposa de Teodósio I (*Marcell. Com.Chron. a.410, 1*); (*Isid. Hist. Goth. 19*); Interessante observar que Hidácio de Chaves situa o casamento entre Ataulfo e Placidia em 414, (*Hyd. Lem., Chron. a.414*) ao que segue “*Ataulfus apud Narbonam Placidiam duxit uxorem [...]*”. Ataulfo conduz os godos às províncias romanas da Galia e Hispania, aonde morre em Barcelona em 416, conforme o mesmo Hidácio (*Hyd. Lem., Chron. a. 416*) “*Ataulfus [...] peteret, per quendam Gothum apud Barcionam [...]*” e também Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 19*) “*Athaulfus autem dum, relictis Galliis, Hispanias peteret, a quodam suorum apud Barcinonam [...]*” e Jordanes (*Jord. Get. 416*). O *Laterculus* de Mommsen²⁹⁰, situa o reinado de Ataulfo entre 410-415.

6. Sigérico (416): ou *Searicus* conforme (*Lat. Reg. Vis., p.465*). Isidoro de Sevilha coloca que “*post obitum Athaulfi, a Gothis Sigericus princeps electus est, qui, dum ad pacem cum Romanis esset promptissimus, mox a suis est interfectus*” (após a morte de Ataulfo, Sigéricus é eleito príncipe dos godos, e procurando rapidamente estabelecer a paz com os Romanos,

²⁹⁰ *Lat. Reg. Vis., 1898, p.494.*

estando a vista é brevemente assassinado). Teve, portanto, uma efêmera passagem pelo comando dos godos em 416. Jordanes relata que após a morte de Ataulfo, Sigérico foi eleito rei, mas pereceu, sendo traído pelos seus perdendo prematuramente o reino e a vida, assassinado em Barcelona alguns dias após sua eleição. Hidácio de Chaves em sua crônica ignora a ascensão de Sigérico.

7. Valia (416-419): segundo Jordanes (*Jord. Get. 164*) Valia foi o quarto rei desde Alarico I. Um homem severo e prudente, verdadeiro fundador do Reino Visigodo de Tolosa, e consolidador de uma identidade independente do Império Romano. Hidacio o descreve como defensor da causa romana na Hispania contra os bárbaros (*Hyd. Lem. Chron. a.417*) “*Vallia rex Gothorum Romani nominis causa intra Hispanias caedes magnas efficit barbarorum*”. Isidoro nos conta que Valia, após suceder a Sigérico, “[...] *Walia Sigerico succedens [...]*” entregou novamente Placidia aos Romanos, firmando-se a paz e estabelecendo-se, deste modo, o foedus (*Isid. Hist. Goth. 20*) “[...] *sed ad pacem divina providentia ordinatus, mox enim cum regnare coepit, foedus cum imperatore Honorio pepigit, Placidiam sororem ejus, quae a Gothis Romae [...]*”. A fortiori, o historiador bizantino Marcellino observa que a paz foi estabelecida entre Valia e o imperador Honório após a devolução de Gala Placidia. (*Marcell. Com., Chron. a.414, 2*) “*Valia rex Gothorum facta cum Honorio principe pace Placidiam sororem eius eidem uiduam reddidit*”. Valia morre em Tolosa em 419 sendo sucedido por Teodoredo I no mesmo ano.

8. Teodoredo I (419-451): ou *Theodoricus* em Hidácio de Chaves (*Hyd. Lem. Chron. a.418*) “*Vallia eorum rege defuncto Theodoricus succedit in regno*” (Morto o rei Valia sucede no seu lugar Teodorico); *Theuderedus* em Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 23*) “[...] *Rege Walia defuncto, Theuderedus successit in regno [...]*” (Morto o rei Valia, Teodoredo sucede no reino [...]), da mesma forma *Theuderedus* (*Lat. Reg. Vis., p.465*). Importante rei visigodo, segundo Hidácio, em acordo com o patrício romano Aécio combateu em favor contra os hunos de Átila em 439, estabelecendo a paz entre Godos e Romanos, (*Hyd. Lem. Chron. a.439*) “*Bello Gothico sub Theodorico rege apud Tolosam [...] Inter Romanos et Gothos pax efficitur*”. A mesma menção verificada em Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 24-25*) “ [...] *potestate militari Aetio, dum Theuderedus Narbonensi [...] Theuderedus cum Romanis inita, denuo adversus Hunnos [...]*” ([...] com o poder militar de Aécio e Teodoredo na Narbonensis [...] Teodoredo com os Romanos lutam contra os hunos [...]); Hidácio de Chaves (*Hyd. Lem. Chron. a.451*) e na

Crônica Caesaraugustana Reliquiae²⁹¹ (*Chron. Caes. Rel. a.450*) “[...] *Gotthi contra Hunos dimicant in campi Catalunicis* [...]” ([...] Godos contra Hunos combatem nos Campos Catalúnicos [...]). Segundo estas mesmas referências, Teodoredo, ou Teodorico I morre em batalha nos campos Catalúnicos em 451.

9. Turismundo (451-453): ou *Thurismundus* segundo o *Laterculus* (*Lat. Reg. Vis.,12*). Conta a crônica de Hidácio, que no ano 451 Turismundo, filho de Teodorico, o substitui no reino “*Occiso Theodore Thurismo filius eius succedit in regno*” (Morto Teodorico Turismundo seu filho o sucede no reino). Semelhante, Isidoro de Sevilha fala (*Isid. Hist. Goth.30*) que “*anno primo imperii Marciani, Turismundus, filius Theuderedi, provehitur ad regnum anno uno* [...]” (no primeiro ano do império de Marciano²⁹², Turismundo, filho de Teodorico, o procede a um ano no reino [...]). Jornaes (*Jord. Get. 245*) afirma que dentre os filhos de Teodoredo I foi escolhido para as dignidades régias Turismundo. Após as vitórias dos godos juntamente com os alanos contra os exércitos de Átila, Turismundo retira-se para Tolosa, quando no terceiro ano de seu reinado fica enfermo. Hidácio relata (*Hid. Lem Chron. a.453*) que Turismundo foi assassinado no ano de 453 por conspiração dos seus irmãos Frederico e Teodorico. Compartilha dessa mesma opinião Isidoro de Sevilha que Frederico e Teodorico foram os autores materiais da morte de Turismundo (*Isid. Hist. Goth. 30*) “[...] *multa ageret insolentius, a Theuderico et Frigidarico fratribus est occisus*”. Jordanes, no entanto, observa que a morte de Turismundo ocorrera por conta de um tal de Ascalco, que viera denunciar-lhe uma conspiração (*Jord. Get. 228*) tendo lugar no ano de 452.

10. Teodoredo II (453-466): ou Teodorico II. Irmão e sucessor de Turismundo que chega ao poder após uma conspiração contra seu antecessor, governando durante treze anos, assim atestado por Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 31*) e Jordanes (*Get. 234*). Empreendeu fortes campanhas contra os suevos, comandados pelo seu cunhado Rechiaro. Teodorico II por vários anos lutou contra os suevos nas regiões da Galaécia e Bracara, quando finalmente os vence e instaura a paz nestes territórios morre no décimo terceiro ano de seu reinado, sendo logo substituído por seu outro irmão Eurico.

²⁹¹ *Chron. Caes. Rel. a.450*. Chronica Caesaraugustana Reliquiae. Edição de Mommsen, T. aa. T. XI, In: Monumenta Germaniae Historica, saec. IV, V, VI, VII. Vol. II, T. XI. Berlim, 1894.

²⁹² Imperador do Oriente que substituiu a Teodósio II de 450-457.

11. Eurico (466-484): conforme chamou atenção Jordanes (*Get.*235) Eurico foi visto de maneira suspeita por seu enorme desejo de sucedê-lo. Segundo Enodio (*Ut. Epif.* 89-90) “*At Euricus gentile nescio quod murmur [...]*” (Mas Eurico ser ignorante que murmurava [...]) , afirmando, portanto, que ele era menos esclarecido que seu irmão Teodorico II, muitas vezes necessitando de intérpretes para se comunicar em latim “[...] *taliter tamen fertur ad interpretem rex locutus [...]*” ([...] desta maneira todavia necessitava de um intérprete para explicar ao monarca dizer [...]). Após a caída do imperador romano Julius Nepos não reconhece a Romulus Augustulus como novo imperador em 474, Segundo Jordanes (*Jord. Get.* 244), após submeter as províncias romanas de partes da Aquitânia e da Narbonensis na Galia e toda a região da Hispania, vence os exércitos burgúndios de Chilperico na primavera de 476 e as cidades de Marselha e Arlés, aonde morre nesta última após as vitórias no ano 484.

12. Alarico II (484-507): substitui ao pai Eurico no trono dos godos (*Jord. Get.* 245). Do mesmo modo, Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.* 36) afirma “*ann. X imperii Zenonis, Eurico mortuo, Alaricus, filius ejus, apud Tolosanam urbem princeps*” (no décimo ano do império de Zenão²⁹³ (474-491), Eurico morto, seu filho Alarico se torna príncipe na cidade de Tolosa). Segundo nos conta Jordanes (*Get.* 297) Alarico II foi casado com Teudigota filha de Teodorico O Grande (488-526), rei dos Ostrogodos, com a qual teve um filho chamado Amalarico. Governando assim por vinte e três anos, ou seja, até 507 quando é derrotado pelos francos nos Campos Catalúnicos, o que coloca fim no Reino Visigodo da Galia.

²⁹³ Imperador *Caesar Flavius Zeno Augustus* governa o Império Romano do Oriente de 474-491.

REINO ARIANO ESPANHOL

REI / ANO
13. Gesaleico (508-511)
14. Teodorico O Grande (511-526)
15. Amalarico (526-531)
16. Teudis (531-548)
17. Teudiselo (548-549)
18. Agila I (549-554)
19. Atanagildo (554-568)
20. Liuva I (568-573)
21. Leovigildo I (573-586)

13. Gesaleico (508-511): ou *Gisaleicus*. Era filho ilegítimo de Alarico II. Segundo Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.* 37) “[...] *Gisaleicus, superioris regis filius ex concubina creatus, Narbonae princeps efficitur [...]*”, ele foi criado por uma concubina, que, após a morte de seu pai e ainda na menoridade de seu meio irmão Amalarico, é aclamado rei por um grupo de *magnates* refugiados em Narbona. O bispo hispalense nos revela ainda que Gesaleico reinou por quatro anos até ser derrotado pelo Conde Ibbas, chefe militar ostrogodo a serviço de Teodorico O Grande. Após a derrota para os ostrogodos, Gesaleico foge para a África Vândala, mas retorna no ano seguinte, sendo derrotado definitivamente em Barcelona, de onde consegue fugir novamente, se escondendo na Aquitânia e, dois anos após sua deposição, no ano 513 é descoberto pelos ostrogodos que dão cabo a sua vida. Jordanes, por sua vez, silencia-se sobre a ascensão de Gesaleico ao trono dos godos.

14. Teodorico O Grande (511-526): com a morte de Gesaleico, Teodorico, o rei ostrogodo, avô de Amalarico, estabelece uma espécie de tutorado sobre a Hispania por quinze anos. Conforme a *Historia isidoriana* (*Isid. Hist. Goth.* 39) “[...] *extincto Gisaleico rege Gothorum, Hispaniae regnum XV annis obtinuit, quod superstes Amalarico nepoti suo*

reliquit”, e do mesmo modo na Crônica de Zaragoza (*Chron. Caes. Rel. a.511*) no revela a mesma informação. Delega os cuidados de seu neto ao seu chefe militar, o também ostrogodo Teudis. Morre no primeiro ano do governo do imperador romano do Oriente Justiniano I (526-565) conforme Isidoro (*Isid. Hist. Goth.40*), igualmente a Crônica Itálica²⁹⁴ nos informa que Teodorico morre no ano 526 (*Chron. Ita. a.526*) “*Chronica Theodericiana quae finiunt in regis a. 526*”

15. Amalarico (526-531): ou também *Almaricus*²⁹⁵. Jordanes (*Get. 302*) nos conta que muito jovem Amalarico perdeu a vida e o reino, por conta das traições dos francos, liderados por Childeberto I (511-558), filho de Clóvis I (481-511). Segundo Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth. 40*) “*Qui, cum a Childeberto Francorum rege apud Narbonam praelio superatus fuisset, ad Barcinonam trepidus fugit, effectusque omnium contemptibilis, ab exercitu jugulatus Narbonae in foro interiit [...]*”. Amalarico governou por cinco anos até sua morte em Barcelona, sendo logo sucedido por seu tutor o ostrogodo Teudis.

16. Teudis (531-548): tutor de Amalarico, eleito por *Teodorico O Grande*. Expulsou os francos da Hispania e após a morte de Amalarico continua a governar os visigodos (*Jord. Get. 302*). Translada a capital de Narbona para Barcelona. Reina por dezessete anos, enfrentando logo no início do seu reinado aos bizantinos em 533 e após alguns anos, se vê novamente obrigado a defender o reino visigodo contra as investidas francas de Clotário e Childeberto. Elege como *dux* e chefe militar o ostrogodo Teudiselo. Morre assassinado em Barcelona pela espada de um godo que se fez passar por mendigo conforme nos conta Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 43*) “*Nec mora, praevenit mors debita principem. Vulneratur enim a quodam in palatio, qui jamdudum dementis speciem, ut regem deciperet, simulaverat. Finxit enim arte insaniam, perfoditque principem, quo vulnere ille prostratus occubuit, et vi gladii indignantem animam exhalavit*”.

17. Teudiselo (548-549): também referenciado pelas fontes como *Teodegisclo* (*Jord. Get. 303*), ou *Theudisclo* (*Isid. Hist. Goth. 41*). Responsável direto pela derrota dos francos de Clotário em 541, quando ainda era *dux* de Teudis. Conforme nos conta Isidoro de Sevilha,

²⁹⁴ *Chron. Ita. Chronica Italica*. Edição de Mommsen, T. Monumenta Germaniae Historica. Chronica Minoria Saeculi IV, V, VI, VII. Vol. I aa., Tomus IX. Berlim: 1892.

²⁹⁵ Cf. GARCÍA MORENO, L. A. "Sobre un nuevo ejemplar del Laterculus Regum Visigothorum", In: *Analecta Sacra Tarraconensia, Revista de Ciencias histórico eclesiásticas*. Vol. XLVII, Barcelona, 1975, pp. 8-19).

Teudiselo reina por apenas um ano e três meses, em um banquete em Sevilha no ano 548, ao que parece por um grupo de homens cujas mulheres Teudiselo estava envolvido, conforme segue (*Isid. Hist. Goth.* 44) “[...] *regnans ann. I, menses III, qui dum plurimorum potentum connubia prostitutione publica macularet, et ob haec instrueret animum ad necem multorum, praeventus conjuratorum manu Hispali inter epulas jugulatur, confossusque gladio exstinguitur*”.

18. Agila I (549-554): ou também *Achila*. O último dos reis godos referenciados por Jordanes²⁹⁶ (*Get.* 303). Agila I reinou por cinco anos, conforme registra Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.* 45). Seu governo foi conturbado, enfrentou a rebelião de Atanagildo na cidade de Sevilha (*Hispalis*) conforme Isidoro (*Isid. Hist. Goth.* 45) “[...] *Athanagildus tyrannidem regnandi cupiditate arripiens, dum exercitum ejus contra se Hispali [...]*”. Jornanes (*Get.* 303) também nos informa sobre a rebelião de Atanagildo que obteve apoio dos Romanos ocupando diversas regiões da Andaluzia, nomeadamente, nas províncias da Baetica e Carthaginense. Agila foi morto na cidade de Emerita (Mérida) e o tirano Atanagildo foi reconhecido como rei “[...] *Agilanem Emeritae interficiunt, et Athanagildi sese regimini tradiderunt*” (*Isid. Hist. Goth.* 46).

19. Atanagildo (554-568): *Adanagillus*²⁹⁷ ou *Athanagildus*. Após o apoio do exército bizantino, Atanagildo fecha um acordo com o *Basileus* Justiniano I que respalda juridicamente a presença bizantina na Hispania²⁹⁸. Atanagildo reina por quatorze anos, e empreende campanhas contra os cordobeses da Península. Marcante de seu governo são os laços matrimoniais estabelecidos com os francos. No ano de 566 recebe uma embaixada franca que viera pedir a mão de sua filha Brunequilda para Sigeberto I (561-575) rei da Austrasia, e posteriormente, casa sua outra filha Gailswinth com o rei de Neustria Chilperico I (561-584). Atanagildo morre de morte natural na cidade de Toledo aonde residia (*Isid. Hist. Goth.* 47) “[...] *Athanagildus Toleti propria morte [...]*”.

²⁹⁶ Certamente reinava Agila I na época em que Jordanes fechava sua história sobre a façanha dos godos, concluída por volta de 551. Para tanto cf. SANCHEZ MARTÍN, J. M. **Jordanes. Origen y Gestas de los Godos**. Madrid: Cátedra, 2001.

²⁹⁷ Cf. GARCIA MORENO, L. A. *Sobre un nuevo...*, *op. cit.*, 1975.

²⁹⁸ É possível que tal acordo fosse efetuado após a ascensão ao trono por Atanagildo. Contudo, sua datação é de difícil resolução por conta de nossa falta de referências.

20. Liuva I (568-573): ou *Leua*²⁹⁹ também *Liuua* (*Ioan. Bic. a.568*). Após a morte de Atanagildo o trono ficou vago durante cinco meses (*Isid. Hist. Goth.47*) “[...] *vacante regno mensibus V*” em 568. Liuva I é aclamado rei em Narbona no mesmo ano de 568. Contudo, Liuva I associa seu irmão Leovigildo ao trono no terceiro ano de seu reinado, conforme nos informam Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth.48*) “[...] *regnans ann. III, qui secundo anno, postquam adeptus est principatum, Leovigildum fratrem non solum successorem [...]*” e João de Biclano (*Ioan. Bic. a.568*) “[...] *Huius imperii anno III germanus Liuuani regis superstitute fratre, in regnum citeriores Hispania constituitur [...]*”. Portanto, no ano 571 Leovigildo passa a reinar, conforme o bicalense, a Hispania Citerior, enquanto a Liuva I caberia o encargo da Narbonense. Liuva I morre em 573. Com efeito, o *Leterculus Regum Visigothorum* de Mommsen nos informa que Liuva reinou por quatro anos e quatro meses (*Lat. Reg. Vis. Leuua reg. ann. IIII m. IIII*).

21. Leovigildo (573-586): rei da Hispania desde 571 como *consorte regni* de seu irmão Liuva I. Após a morte de seu irmão, segundo nos informa João de Biclano, Leovigildo unifica toda a Hispania e a Galia Narbonense, (*Ioan. Bic. a.573*) “[...] *His diebus Liuua rex vitae finem accepit et Hispania omnis Galliaque Narbonensis in regno et potestate Liuuigildi concurrit*”. Toma como esposa Goswintha, viúva de Atanagildo. No mesmo ano de 573 elege seus dois filhos Hermenegildo e Recaredo como seus *consors regni*. Enfrenta igualmente muitas sublevações contra seu governo, uma delas de seu filho Hermenegildo³⁰⁰. Em seu reinado de treze anos como rei único, Leovigildo enfrenta diversas guerras e unifica toda a Hispania, conquistando aos suevos em 585. A atuação do governo de Leovigildo foi excepcional, exceto por um detalhe primordial: o campo religioso. Leovigildo reinou, segundo Isidoro de Sevilha por dezoito anos morrendo de morte própria em Toledo em 586 (*Isid. Hist. Goth. 51*) “[...] *Regnavit autem ann. XVIII, defunctus propria morte Toleti*”; com efeito, o *Laterculus* na versão de Mommsen nos informa que foram também dezoito anos; Contudo, a nova edição por Garcia

²⁹⁹ Cf. GARCIA MORENO, L. A. *Sobre un nuevo...*, op. cit., 1975.

³⁰⁰ Hermenegildo casa-se em 579 com a rainha franca Ingunda, filha de Sisberto I e Brunequilda, portanto, neta do rei visigodo Atanagildo. Segundo nos informa João de Biclano (*Ioan. Bic. Chron. a.579*) ao casar-se com a rainha franca católica, Hermenegildo rebela-se contra o pai ariano, cujo qual movimenta seus exércitos contra o filho no ano de 582. Do mesmo modo, Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth. 49*) nos informa que o tirano Hermenegildo levanta armas contra o pai em ação tirânica. Hermenegildo foi capturado em 584 de onde foi desterrado para Valência, e no ano seguinte foi morto por Sisberto. Sua mulher Ingunda e seu filho Atanagildo (que levava o mesmo nome do avô) fugiram para Constantinopla, aonde na viagem Ingunda morre, e seu filho vive na cidade imperial alguns anos até se perderem as informações sobre ele. Para tanto vide ORLANDIS, J. *Historia de España...* op. cit., 1987 pp.105-106.

Moreno (1975) nos informa que foram dezessete anos e um mês conforme segue “*Leuegillus regnavit annos XVII et menses I*”.

REINO VISIGODO CATÓLICO

<i>REI / ANO</i>
22 Recaredo I (586-601)
23. Liuva II (601-603)
24. Witérico (603-610)
25. Gundemaro (610-612)
26. Sisebuto (612-621)
27. Recaredo II (621)
28. Suinthila (621-631)
29. Sisenando (629-636)
30. Iudila (631-634?)
31. Chintila (636-639)

22. Recaredo I (586-601): “[...] Morto Leovigildo, seu filho Recaredo é coroado no reino, num culto dotado de religiosidade, de costumes diferentes de seu pai” com estas palavras Isidoro de Sevilha nos informa sobre a ascensão de Recaredo I ao trono visigodo, conforme segue em (*Isid. Hist. Goth. 52*) “[...] *Leovigildo defuncto, filius ejus Recaredus regno est coronatus, cultu praeditus religionis, et paternis moribus longe dissimilis*”. Sob todos os aspectos o reinado de Recaredo é marcado pela convocação do III Concílio de Toledo e a conversão dos visigodos ao cristianismo niceno, superando a ‘heresia ariana’. Abundantes informações sobre estes acontecimentos encontramos em João de Biclaro no final da sua Crônica. Recaredo I faleceu em Toledo pacificamente no décimo quinto ano de seu reinado, conforme nos informa o bispo hispalense (*Isid. Hist. Goth. 56*) “*Toleti fine pacifico transiit, qui regnavit annos XV*”.

23. Liuva II (601-603): sucessor de seu pai Recaredo I. Além da evidente inexperiência quando assume o trono em Toledo, Liuva II contava com um agravante ainda maior. Segundo Isidoro de Sevilha, ele era filho de mãe ignóbil, nascido de mãe plebéia anos antes do casamento de Recaredo com a rainha Baddo. Sendo, portanto, ilegítimo aos olhos da aristocracia visigótica, foi deposto um ano e meio após sua ascensão ao trono por Witérico em 603, quando contava então com apenas vinte anos (*Isid. Hist. Goth. 57*) “[...] *post Recaredum regem regnat Liuva filius ejus an. II, ignobili quidem matre progenitus, sed virtutis in dole insignitus. Quem in primo flore adolescentiae Wictericus, sumpta tyrannide, innocuum regno dejecit, praecisaque dextra occidit anno aetatis XX, regni vero IP*”.

24. Witérico (603-610): ou *Wictericus*. Após a deposição e morte de Liuva II, assume o reino Witérico, um homem experimentado nas armas, detentor de várias vitórias, conforme nos conta Isidoro (*Isid. Hist. Goth. 57*) “[...] *extincto Liuvane, Wictericus regnum [...] Vir quidem strenuus in armorum arte, sed tamen expers victoriae*”. No entanto, com uma política particularmente marcada por fracassos, como as tentativas de alianças com os francos, como no casamento de sua filha Ermenberga com Teodorico II (herdeiro da Borgonha). Segundo nos informa Fredegário (*Chron. XXX*) “[...] *Instigantibus verbis Brunichildae aviae et Theudilanae germanae efficitur odiosa. Post anni circulum Theudericus Ermenbergam exspoliata a thesauris in Spaniam retransmisit*”, Teodorico II instigado por sua avó a rainha Brunequilda é persuadido a devolver sua esposa. Ele realmente o faz. Witérico pretendendo vingar a afronta, estabelece alianças com os demais reis francos Teodoberto II de Austrasia e Clotário II, também com o rei lombardo Agiulfo. Contudo seus intentos não vingaram. Morreu assassinado por um grupo de conjurados em 610 num banquete, conforme nos chama atenção Isidoro de Sevilha, Witérico morreu pela espada, da mesma forma que pela espada se fez rei (*Isid. Hist. Goth. 58*) “[...] *quia gladio operatus fuerat, gladio periit*”. Último rei visigodo que morre assassinado a que tenhamos registro.

25. Gundemaro (610-612): reinou por dois anos após Witérico (*Isid. Hist. Goth. 59*) “[...] *Gundemarus post Wictericum regnat an. IP*”, do mesmo modo o Laterculus nos informa que foi precisamente dois anos e dez dias (*Lat. Reg. Vis., p. 467*) “*Gundemarus reg. ann. II d. X*”. Exímio na política interna combatendo aos vascos no interior da Península. Morre em Toledo em 612 de morte natural.

26. Sisebuto (612-621): ou *Seseguto*³⁰¹ também *Sisebodus*. Segundo Fredegário (*Fred. Chron. IV, 33*) “[...] *Sisebodus successit in Spaniae regnum, vir sapiens et per totam Spaniam laudabilis valde, pietate plenissimus*”, um rei sábio, plenamente piedoso e respeitado por toda Hispania. Quicá o mais ilustrado e culto rei visigodo, que nas palavras de Isidoro de Sevilha é figurado como eloquente, justo, bondoso, piedoso, cristão, conhecedor das letras e douto, (*Isid. Hist. Goth. 60*) “*Sisebutus christianissimus [...] Fuit autem eloquio nitidus, sententia doctus, scientia litterarum magna ex parte imbutus. In judiciis justitia et pietate strenuus ac praestantissimus, mente benignus [...]*”. Amante das letras e das ciências, a ele Isidoro de Sevilha dedica uma primeira versão das suas Etimologias, e também um tratado sobre a natureza *De Natura Rerum*. Na política interna Sisebuto se enfrenta com os rucões e bizantinos. Isidoro de Sevilha revela que a partir deste rei, houvera um avanço na arte da guerra, pois, pela primeira vez os godos combatiam com uma frota naval (*Isid. Hist. Goth. 61*). Morre em 621 após oito anos e onzes meses de reinado, sendo sucedido por seu filho Recaredo.

27. Recaredo II (621): filho de Sisebuto. Reina após a morte do pai. Não temos muitas informações sobre ele ou seu efêmero reinado. A Crônica Mozárabe de 754 nos informa que “*Reccaredo denique huic Sisebuto succedente in solio, dum per tres menses solummodo regnat, hujus vitae brevitatis nihil dignum praenotat*” (*Chron. Moz. a. 754, 15*) ao que segue: (Recaredo eventualmente sucede Sisebuto no trono, por apenas três meses. Sua vida foi tão breve que não há nada digno de relatório). Numa curtíssima passagem da *Historia Gothorum*, Isidoro nos conta que “Abandonado seu filho Recaredo ainda pequeno, após a morte do pai poucas coisas sabemos do príncipe, a morte o intervém em seu governo” (*Isid. Hist. Goth. 61*) “*Relicto Recaredo filio parvulo, qui post patris obitum princeps paucorum dierum, morte interveniente, habetur*”. Interessante notar que o *Laterculus* na versão de García Moreno (1975) coloca que Recaredo II reinou três anos “*Item Recaredus regnavit annos III*”; e na mesma sequência, o *Laterculus* na versão de Mommsen (1898) igualmente reconhece que foi um ano, dois meses e dez dias (*Lat. Reg. Vis., p. 467*) “*Reccaredus filius reg. ann. I m. II d. X*”. Desconhecemos as causas de sua morte.

28. Suinthila (621-631): ascende ao trono em 621 em lugar de Recaredo II. Exposto de maneira laudatória por Isidoro de Sevilha (*Isid. Hist. Goth. 62-64*) que refere-se a ele como o

^{301 301} Cf. GARCIA MORENO, L. A. *Sobre un nuevo..., op. cit.*, 1975.

gloriosíssimo Suinthila que pela graça divina recebe o cetro, um gênio militar, portador das melhores virtudes como a fidelidade, prudência, indústria, príncipe do povo, pai dos pobres “*gloriosissimus Suintila gratia divina regni suscepit sceptrum [...] Praeter has militaris gloriae laudes plurimae in eo regiae majestatis virtutes, fides, prudentia, industria [...] princeps populorum, sed etiam pater pauperum [...]*”. O primeiro rei a governar sob uma Hispania totalmente unificada conforme descreve a Crônica Mozárabe, (*Chron. Moz. a.754, 16*) “*Hic caeptum bellum cum Romanis peregit, celerique victoria totius Hispaniae monarchiam obtinuit*” (Com rápida vitória, ele colocou um fim à guerra que havia sido iniciada com os romanos e obteve a monarquia de Hispania na sua totalidade). Contudo, a transparência evidenciada pelas fontes nos cinco primeiros anos de seu reinado subverte-se em escuridão nos cinco últimos anos. Associa ao seu filho Recimiro ao trono, mas este não chega a reinar, Suinthila é deposto por um golpe aplicado por Sisenando em 629, com auxílio do rei de Neustria e Austrasia Dagoberto I (629-639), sendo julgado e condenado pelo IV Concílio de Toledo de 633 presidido pelo mesmo Isidoro de Sevilha. Suinthila perde o trono oficialmente em 631, contudo, conserva sua vida, vindo a falecer anos mais tarde em Toledo. O *Laterculus* de Mommsen coloca que Suinthila reinou por dez anos (*Lat. Reg. Vis., p.467*) “*Suintila reg. ann. X*”, seguido pela versão de García Moreno (1975) “*Suintila regnavit annos X*”.

29. Sisenando (629-636): ou *Sesenandus*. Uma informação de Máximo de Zaragoza em sua crônica revela que Sisenando já reina em 629, (*Max. Caes. Chron. a. 629*) “*Svinthila regno pulsus moritur (...) regem jam Sisenando [...]*”. Com a ajuda de Dagoberto I após um acordo, aplica um golpe que depõe a Suinthila, conforme descrito por Fredegário (*Fred. Chron. IV, 73*). Proclama-se rei oficialmente em Zaragoza em 631. Convoca o IV Concílio de Toledo em 633 para ratificar seu golpe. Enfrentou, após sua oficialização no trono visigodo, a revolta de Iudila provavelmente entre 631-633, vencendo-a certamente após 633. Sisenando reinou até o ano de 636, quando morre em Toledo. Interessante as informações sobre o tempo de seu reinado contidas no *Laterculus* de Mommsen (1898) qual afirma que seu reinado durou quatro anos, onze meses e dezesseis dias *Lat. Reg. Vis., p.467*) “*Sisenandus reg. ann. IIII m. XI d. XVI*”; a edição de García Moreno (1975) refere-se ao mesmo reinado com três anos e onze meses “*Sesenandus regnavit annos III et menses XI*”.

30. Iudila (631-634?): não possuímos qualquer registro escrito sobre a tomada de poder por parte de Iudila. Mesmo, não existem quaisquer indícios de sua família ou seus partidários. É provável que ele fosse um nobre do sul partidário de Suinthila, que após a deposição deste por

Sisenando se declara rei no sul Peninsular por volta de 631. Conhecemo-lo por duas moedas suas encontradas respectivamente em Emérita (Mérida) e Illiberis (Granada), ambas no sul. O modelo de cunhagem é semelhante ao usado na época de Suinthila, no qual se encontra a inscrição *Iudila Rex*. Sua usurpação durou pelo menos um ano, posto que fosse esse o tempo mínimo para que uma *ceca* (oficina monetária visigoda) efetuasse a cunhagem e deve ter perpassado as barreiras cronológicas de 633, pelo fato de não figurar nas exortações do IV Concílio de Toledo de 633 assim como o rei deposto Suinthila e seu irmão Geila.

31. Chintila (636-639): *Cintila* ou *Sintela* também *Scintilla*. Eleito rei logo após a morte de Sisenando em 636. Segundo Fredegário (*Fred. Chron. IV, 82*) “*Eo anno Sintela rex Spaniae, qui Sisenando in regno successerat [...]*” (No mesmo ano Sintela rei da Hispania sucede a Sisenando [...]). Seu reinado, nos primeiros anos, se apresenta de maneira pouco clara. Com ele realizaram-se o V e VI Concílios de Toledo e, em ambos percebemos um ambiente nebuloso, em cujo qual pairava a necessidade extrema de proteção dele e de seu séquito. Uma insegurança, evidentemente, causada pela situação política a que ele tomou frente. A Crônica Albeldense³⁰² registra que Chintila foi um rei que promoveu o fortalecimento da fé de seu povo (*Chron. Alb., 27*) “*Cintila rg. an. III. Sinoda plura Toleto cum episcopis egit et subditum regnum fide firmavit. Toleto decessit sub imperatore Eraclio*” de modo que, esta nota indica fundamentalmente o caráter apaziguador a que se pretendeu seu governo. No final de dezembro de 639 Chintila faleceu, sendo logo sucedido por seu filho Tulga.

³⁰² *Chron. Alb. Crônica Albeldense*. Madrid, RAH, Colección Salazar y Castro, O-16, fol. 606r-612r y O-15, fol. 57r-61r; Madrid, BN, mss 712, fol. 467-470 y mss 431, fol. 172v-174 (incompleto). Edição de LOMAX, D. W.: “Una crónica inédita de Silos”, en Homenaje a Pérez de Úrbel, Silos, 1976, T. 1, pp. 323-337.)

ANEXO B**TRADUÇÃO DA LEX VISIGOTHORUM II, 1, 6-8**

ANEXO B

Tradução da Lex Visigothorum II, 1, 6-8

A tradução ora apresentada segue a versão de Karolus Zeumer da *Monumenta Germanica Historica, Leges Visigothorum, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I*, Hanniver: Impensis Bibliopolli Hahniani, 1902. A tradução é de nossa autoria.

V. FLAVIUS GLORIOSUS RECESSVINDUS REX

De principum cupiditate damnata eorumque initiis ordinandis , et qualiter conficiende sunt scripture in nomine principum facte.
[II, 1, 6. Recc. Erv.]

Eminentie celsitudo terrene tunc salubrius sublimia probatur adpetere, cum saluti proximorum pia cernitur compassione prodesse ; unde solet contingere, ut plus commodi de aliena salute conquiratur, quam de propria utilitate quisque percipiat. In multis enim, quia multorum salus adtenditur, maioris lucri summa percipitur ; in se autem, quia privati commodi fructus adpeditur, non satis est, si unius beneficii premia conquirantur. Hinc et illa regendarum tantundem salus est plebium, que non suosfines privata voluntate concludit, sed qui universitatis limityes communi prosperitatis lege defendit. Quapropter, ne salutaris ordo imperialibus videatur verbis potius obtineri quam factis, de sublimitatis obtentu reclinamus ad vota suplicum tranquille visionis aspectum, ut inde salutaris compassio habeat commodum, unde turme plebiumadepte fuerint supplicationis effectum. Cum igitur precedentium serie temporum inmoderatio aviditas principum sese prona diffunderet in spoliis populorum, et auget rei proprie censum erumna flebilis subiectorum tandem superne respectiois adflatu nobis est divinitus inspiratum, ut, quia subiectis leges reverentie dederamus, principum quoque excessibus retinaculum temperantie poneremus. Proinde sincera mansuetudinis deliberatione tam nobis quam cunctis nostre glorie successoribus adfuturis Deo mediante legem ponimus decretumque divalis observantie promulgamus: ut nullus regum impulsiois sue quibuscumque motibus aut factionibus* scripturas de quibuslibet rebus alteri debitis ita

extorqueat vel extorquendas instituat, quatenus iniuste hac nolenter debitarum sibe quisque privari possit dominio rerum. Quod si alienius gratissima voluntate quippiam de rebus a quocumque perceperit vel pro evidenti prestatione lucratus aliquid fuerit, in eadem scripturam patens voluntatis hac prestiti condicio adnotetur, per quam aut impressio principis aut conferentis fraus evidentissime detengatur. Et si patuerit a nolente fuisse inscriptura exacta, aut respiscat improbilitas principis et evacuet quod male contraxit, aut certe post eius mortem ad eum, cui exacta est scriptura, vel ad heredes eius res ipse sine cunctatione debeant revocari**. Ille autem res, que, seclusa omni compressione argumentatione, directo modo transierint in principis potestate, in eius pereniter iure perdurent, et quidquid ex rebus ipsis idem princeps ordinare voluerit, sue potestatis arbitrio subiacebit. Verum ut omne eius negotium actione roboret sinceritas veritatis, cum quarumcumque rerum scripture in principis nomine extiterint facte, mox testes, qui in eadem scripturam suscriptores accesserint, ab his, quos elegerit princeps diligentissime perquirantur, so non aliquod indicium aut de impressione principis aut de fraude scripturam facientis modo quocumque cognoverint: ac sic aut rite facta series scripture permaneat, aut irrita confecta venescat. Similis quoque ordo de terris, vineis adque familiis observetur, si sine scripture textum tantummodo coram testibus quelibet facta fuerit definitio. De rebus autem omnibus a tempore Svintilani regis hucusque a principibus acquisitis aut deinceps, si provenerint, acquirendis quecumque forsitam princeps inordinata sive reliquid seu reliquerit, quoniam pro regni apice probantur acquisita fuisse, ad successorem tantundem regni decernimus pertinere; ita habita potestate, ut quidquid ex his elegerit facere, liberum habeat velle. In illis autem rebus, que ipsi aut de bonis parentum aut de quorumcumque provenerint successionibus proximorum, ita quidem principi eiusque fillis aut, si filli defuerint, heredibus quoque legitimis hereditatis iurapatebunt, sicut etiam ceteris lege vel successione patere noscuntur. Quod si aliqued ex rebus de quorumcumque parentum aut proximorum non solum successione, sed etiam qualibet conlatione aut quocunque contractu ad ius ipsius pervenisse patuerit, si contingat hec inordinata relinqui, non ad successorem regni, sed ad filios vel heredes eius, qui conquisibit, specialiter omnis eadem conquisitio pertinebit. Nam et de illis rebus, quas idem princeps ante regnum aut ex proprio aut ex iustissime conquisitio dinoscitur abuisse, inrebocabili ordine aut faciendi quod voluerit potestatem habebit, aut certe fillis eius successiu plena patebit. Quod se filii defuerint, legitimis heredibus ex his, que inordinata reliquerit, hereditatem adire licebit. Huius sane legis sententia in solis erit principum negotiis observanda adque ita perpetim valitura, ut non ante quispiam solum regale conscendat, quam iuramenti federe hanc legem se in omnibus implere promittat. Quemcumque vero aut per tumultuosas plebes aut per absconsa dignitati publice

macinamenta adeptum esse constiterit regni fastigia, mox idem cum omnibus tam nefarie sibi consentientibus et anathema fiat et christianorum communionem amittat, tam dire percussionis ultione conlatus, ut omnis divini ordinis cultor, qui illi communicare presumserit, simili cum ipso damnatione dispereat et pena tabescat. Nam et quis leges huius seriem ex officio palatino malivole detrahendo lacerare voluerit aut evacuandam quandoque, vel silenter musitans vel aperte resultans proloqui detectus extiterit cunctis palatine dinitatis et consortiis et officiis mox nudatus, monium rerum suarum dimidiam partem amittat et, in deputato sibi loco redactus, a totius palatii maneat societate seclusus, religiosus etiam, qui se in eadem culpam devolverit, simili rerum proprietatis sue dispendio subiacebit.

O GLORIOSO REI FLAVIO RECESVINTHO

Sobre a concupiscência o princípio das condenações dos corações e as ordenações iniciais e do modo como preceituam as escrituras em nome do princípio de fazer
[II, 1, 6. Recc. Erv.]

O cume da eminência terrena então se prova que apetece mais saudavelmente as coisas sublimes quando se a vê com piedosa compaixão aproveitar a saúde dos próximos; pelo que costuma acontecer, que adquira maior ganância da salvação dos outros, que a que cada um perceba de seu próprio aproveitamento. E no tocante a muitos, dado que se olha pela salvação de muitos, se percebe uma suma maior de ganâncias, mas em um mesmo, que se busca o fruto da utilidade privada não é proveitoso se conseguem os prêmios de uma boa ação; daqui, que aquele só pode chamar-se verdadeiro bem dos povos governados, que não se limita seu objetivo aos seus interesses privados, se não a que defende a toda a comunidade com a norma geral do bem comum. Pelo qual, para que não pareça que se busca mais a ordem conveniente com as palavras do príncipe que com os feitos, voltemos desde a mais elevada situação nosso rosto, com um olhar tranquilo, as petições dos suplicantes para que dali a conveniente compaixão alcance seu proveito, donde as multidões populares conseguem o objeto de suas súplicas. E dado os tempos que acabam de passar, a imoderada cobiça dos reis se difundia avidamente e no saque dos súditos aumentava o fluxo dos bens próprios, finalmente, pelo sopro da providência que do alto se nos há inspirado do céu que, posto que já havíamos dado

para os súditos leis que encomendavam a reverência, puséramos também os excessos dos reis a barreira da temperança. Portanto, com ânimo sincero e pacífico, tanto para nós quanto para os sucessores futuros de nossa glória, com a ajuda de Deus legislamos e promulgamos um decreto que obrigue aos príncipes, que nenhum dentre os reis por medo de quaisquer pressões ou maquinações, de tal modo arranque ou se proponha a arrancar as escrituras referentes a quaisquer bens, propriedade de outro, que alguém possa ser privado possa ser privado injustamente e contra sua vontade do domínio das coisas que lhe pertencem. E se acaso, pela vontade agradecida de alguém, receber algum bem de qualquer ou por outro lado pela prestação evidente, adquira alguma coisa, se faça constar na mesma escritura a livre vontade e a natureza da prestação, com cuja nota facilmente se descubra ou a pressão do príncipe ou o doloso erro daquele que entrega alguma coisa. E se for patente que a escritura foi arrancada pela violência, ou o rei se arrependerá de sua injustiça e devolverá o ilegitimamente adquirido, ou certamente depois de sua morte os bens deverão ser devolvidos sem demora alguma a aquele ou aos herdeiros daquele quem lhe foi imposta a escritura. Mas todos aqueles bens que sem sombra alguma de coação passaram por meios justos ao poder do príncipe permanecerão em suas mãos indefinidamente, e qualquer disposição que o príncipe quiser tomar acerca dos ditos bens se ajustará unicamente ao seu livre arbítrio. Mas para que o amor da verdade resplandeça em todo esse negócio, tão pronto como se apresentem as escrituras de quaisquer bens, feitas em favor do príncipe, imediatamente os testemunhos que aparecem na dita escritura como firmantes, serão diligentemente examinados por aqueles que o príncipe designar, acerca de se descobrirem de qualquer modo algum indício de coação por parte do rei, ou de engano daquele que outorgou a escritura, para que assim se convalide o título escrito legalmente outorgado, ou se anule o redatado ilegalmente. A mesma norma se guardará também acerca das terras, das vinhas e dos cervos, se fez alguma transmissão sem título escrito, somente diante de testemunhas. E acerca de todos os bens adquiridos pelos reis, desde os anos do rei Suinthila até agora, e os que de agora em diante se adquirirem, se se der este caso, tudo aquilo que o rei acaso deixou ou deixar sem dispor em testamento, dado que se prova haver sido adquirido em consideração ao trono real, decretamos que pertencerá ao sucessor ao trono com a faculdade de poder dispor livremente deles no sentido que melhor lhe apeteça; mas acerca daquelas coisas que lhe tenham chegado ao dito rei, ou do patrimônio de seus pais, ou da herança de qualquer outro parente, se lhe respeitarem os direitos hereditários ao mencionado rei, aos seus filhos, ou se lhes faltarem filhos ou herdeiros legítimos, de um modo idêntico a como lhes são respeitados aos demais cidadãos pela lei ou o direito testamentário, e se alguns bens de quaisquer outros parentes ou chegados, tem passado a

propriedade do rei, não só por direito de sucessão se não por qualquer doação em qualquer contrato se ocorresse que deixasse estas coisas *ad intestato*³⁰³ todas essas aquisições não pertencerão ao sucessor no trono, se não aos filhos e herdeiros daquele que as adquiriu particularmente. E de todos aqueles bens que se sabe que o mesmo rei possuía antes de alcançar o trono, seja por patrimônio familiar, seja por haver-lhos adquirido justamente, terão a faculdade de fazer com eles o que quiser a título irrevogável, ou lhes será respeitado aos seus filhos seu pleno direito sucessório, e se faltarem os filhos, poderão reclamar a herança os herdeiros legítimos daqueles que deixaram seus bens *ab intestato*. As disposições desta lei se guardarão certamente somente nos negócios do rei, e de tal modo permanecerão em vigor perpetuamente que não subirá ninguém ao trono real antes que tenha prometido sob juramento cumprir esta lei em todos os seus detalhes, e qualquer que constar haver alcançado a chefatura do reino mediante tumultos populares ou maquinações contra a autoridade pública, imediatamente, e tal, com todos aqueles que tão criminalmente o ajudaram, seja anatematizado com a perda da comunhão entre os cristãos, e seja ferido por uma tão severa pena, que qualquer amante das disposições divinas que se atrever a entrar em comunicação com ele, cairá juntamente com ele sob uma mesma condenação, e se consumirá com a mesma pena. E se alguém do ofício palatino com detração malévola quiser desacreditar no teor desta lei, ou se descobrir que murmurando dissimuladamente, ou discursando publicamente fazer propaganda para que seja abrogada alguma vez, imediatamente, despojado de todos os cargos e ofícios da dignidade palatina, perderá a metade de todos os seus bens, e deportado ao lugar que será assinalado permanecerá distanciado de todo o contato com o palácio. Também ao clérigo que se ver implicado na mesma culpa sofrerá um perda parecida nos bens de sua propriedade.

³⁰³ Sem testamento. N. do A.

V. FLAVIUS GLORIOSUS EGICA REX

De fidelitate novis principibus reddenda et pena huius transgressionis II, 1, 7 Nov.]

Cum divine voluntatis imperio principale caput regnandi sumat sceptrum, non levi quisque culpa constringitur, si in ipso sue electiones primordio aut iurare se, ut moris est, pro fide regia differat aut, si ex palatino officio fuerit, ad eiusdem novi principis visurus presentiam venire desistat. Si quis sane ingenuorum sublimatione principali cognoverit et, dum discussor iuramenti in territorio illo accesserit, ube eum habitare constiterit, quesita occasione se fraudulenter distulerit in eo, ut pro fide regia conservanda iuramenti se vinculo alliget, aut ille, qui, sicut premisimus, ex ordine palatino fuerit, minime regis obtibus se presentandum ingesserit, quicquid de eo vel de omnibus rebus suis principalis auctoritas facere vel iudicare voluerit, sui sit incunctanter arbitrii. Quod si aut egritudo illi obstiterit aut quolibet publice utilitatis actio eum retinuerit, ut regis vesibus se nullatenus representet, dum regio electionis sublimitas quibuslibet modis ad eius cognitionem pervenerit, statim per suamiussionem id ipsum clementie sue auditibus intimare procuret, qualiter fidei sue sinceritatem ostendens huius legis sententiam evadere possit.

O GLORIOSO REI FLAVIO ÉGICA

Sobre a fidelidade aos novos príncipes e a pena de sua transgressão. II, 1, 7 Nov.]

Com o poder da vontade divina e assumindo o cetro e a posição principal de reinar, que não o conduza a qualquer culpa, se pelo princípio de sua eleição, jurar fidelidade e se, do costume o afaste ou se tiver sido em decorrência das funções palacianas para a presença do mesmo aonde teve para vir deixar de lado. Se pelos quais sanamente tiver conhecido os principais sobre a sublimidade dos principiantes e então o investigador do juramento naquele território tiver chegado onde tenha ele conseguido morar, encaminhada a ocasião se tiver encontrado

fraude nele, para com a fidelidade real mantida do juramento seja ligado a esse vínculo que conforme a premissa, tiver sido da ordem do palácio, minimamente tenha-se requerido e solicitar a presença do rei, o que quer que seja dele ou todas as suas coisas [atos] a autoridade principal fizer ou tiver quando julgar, seja sem demora observado o seu julgamento. O que se fizer ou tiver afronta a vontade dele ou tiver lançado mão de qualquer ação pública de vantagem ou que represente disfarce, para o lado do rei, então a sublimação da eleição real por qualquer que seja a maneira que tenha vindo para o conhecimento deste, imediatamente procederá para o seu julgamento, e se o mesmo passar a intimar sua clemência e aos ouvintes, ostentando particularmente pela sua fé a sinceridade daquela lei possa livrar-se a sentença da presente lei.

FLAVIUS CHINDASVINDUS REX

**De his, contra principem vel gentem aut patriam refugi sive insolentes existunt
*II, 1, 8 Recc.***

Quantis actenus Gotorum patria concussa sit cladibus, quantisque iugiter quantiatu istimulis profugorum hac nefanda supervia deditorum, ex eo pene cunctis est cognitum, quod et patrie diminutionem agnoscunt, et hac hoccasione potius quam expugnandorum, hostium externorum arma sumere sepe compellimur. Ut ergo tam dira temeritas tandem victa depereat, et in huiusmodi transgressoribus manifesta isclera non relinquuntur ulterius impunita, hac mone per evum valitura lege sancimus, ut quicumque et tempore reverende memorie Chintilani principis usque ad annum Deo favente regni nostre secundo vel amodo et ultra ad adversam gentem vel extraneam partem perrexit sive perrexerit aut etiam ire voluit vel quandoque voluerit, ut sceleratissimo ausu contra gentem Gotorum vel patriam ageret aut fortasse conetur aliquatenus agere, et captus sive detectus extitit vel extiterit, sive ad anno regni nostro primo vel deinceps quispiam infra fines patrie Gotorum quamcumque conturbationem aut scandalum in contrarietatem regni nostri vel gentis facere voluerit, sive ex tempore nostri regimini tale aliquid agere vel disponere videtur, in necem vel abiectioem nostram sive subsequentium regum intendere vel intendisse proditus videtur esse vel fuerit: horum omnium scelerum vel unius ex his quisque reus inventus inretractabilem sententiam

mortis excipiat, nec ulla ei de cetero sit vivendi libertas indulta. Quod si fortasse pietatis intuito a principe fuerit illi vita concessa, non aliter quam effossis oculis relinquantur ad vitam, quatenus nec excidium videat, quo fuerat nequiter delectatus, et amarissimam vitam ducere se perenniter doleat. Res tamen omnes, vel eius, qui morte est pro tali iscelere perimendus, vel huius, qui vite propter suam nequitiam infelicissime reservabitur, in regis ad integrum potestate persistent, et cui donate fuerint ita perpetim securus possideat, ut nullus unquam succedentium regum, causam sua et gentis vitiaturus, has ullatenus auferre presumat. Verum quia multi plerumque repperiuntur, qui dum his et talibus pravis meditationibus occupantur, argumentum quodam falaci in ecclesiis aut uxoribus vel filiis adque amicis seu in allis quibuscumque personis suas inveniantur transduxisse vel transducere facultates, etiam in ipsa, que fraudulenter in dominio alieno contulerant, in iure precario reposcentes sub calliditatis studio in suo denuo dominio possidenda recipiant, unde nihil de suis rebus visi sunt admisisse, nisi solum concinnatione falsissima fietas quasi veredicas videantur scripturas conficere; ideoque hanc nequissimam argumentationem presentis legis decreto amputare elegimus, ut, calcatis vel evacuatis seu rescissis scripturis hac fraude confectis, quidquid eo quisque tempore possidere repperiatur, quo fuerit predictis criminibus deprehensus, totum continuo fisci viribus ad integrum adplicetur ut concedere iam dictas facultates, sicut supra dictum est, cui rex voluerit vel facere exinde quidquid elegerit in sue potestatis consistat arbitrio; alia vero, quecumque ab hac fraude aliena inventa extiterint ordinata legibusque confecta, vigore legum maneant solidata, illis ab huius legis sententia personis evidenter exceptis, quibus a precedentibus regibus culpa dinoscitur fuisse concessa. Nam si humanitatis aliquid cuicumque perfidio rex largire voluerit, non de facultate eius, sed unde placuerit principi tantum ei solummodo concessurus est, quantum hereditatis eiusdem culpati vicesima portio fuisse constiterit.

REI FLAVIO CHINDASVINTHO

Sobre aqueles que contra o príncipe ou o povo ou a pátria fogem e existem como revoltosos.

II, 1, 8 Recc.]

Na medida em que a pátria dos Godos foi destruída pelas lutas internas, e pela lesão causada por desertores e seus abomináveis orgulhos, não é do conhecimento geral, ainda que é evidente na diminuição da população, que estes distúrbios são a fonte de mais problemas para o país do que as empresas contra o inimigo, pelas armas somos colocados no mais alto pedestal. Portanto, que tão dura temeridade e desprezível conduta possam ser abolidas, e as entidades manifestas destes transgressores deixados passarem impunes, temos decretado por esta lei, que deve prevalecer em todas as idades, e que quem, desde o tempo do rei Chintila de sagrada memória, até o segundo ano do nosso reino, os desertos, ou daqueles desertados para o inimigo, ou é a reparação de qualquer país estrangeiro, ou mesmo tenha desejado, ou deve desejar, a qualquer momento, agir com intenções criminosas contra o povo gótico, ou conspirar contra sua pátria, ou, por ventura, tenha tentado em qualquer altura para conspirar contra ele, e tem sido, ou serão capturados ou detectados no cometimento de qualquer uma destas infrações, e se, quer a partir do primeiro ano do nosso reinado tem procurado, ou, doravante, qualquer um dentro dos limites da pátria dos godos deve tentar, para fomentar qualquer desordem, ou causar qualquer escândalo em contrariedade do nosso reino, ou do povo, ou, o que é indigna de ser ainda mencionados, podem ter, ou parecia ter implantados nossa morte ou lesão, ou deve seguir contra parcela subsequente dos reis; ou tenha aparecido, ou deve constar, para manifestar, por qualquer forma, as intenções de um traidor, quem deve ser considerado culpado de todos esses crimes, ou de qualquer um deles, será submetido à irrevogável sentença de morte, e nem deve ser demonstrada qualquer clemência para com ele, sob qualquer condição, salvo que a sua vida só pode ser poupada pela atenciosa piedade do príncipe. Mas isto não deve ser feito até que os olhos dele ter sido posto para fora, de modo que ele possa ver o mal em que ele tomou parte e prazer, e pode agora arrastar uma existência miserável e amargue a mais dura vida em constante angústia e dor, e que nos reis persistam para integridade pelo poder, e a quem tenham sido dados até continuamente tenham podido para ser seguro, que ninguém nunca presuma tirar a sucessão do reino em benefício próprio e da gente que tiver vindo esta vingança. A propriedade de tais absolutamente atroz

criminosos devem pertencer ao rei, e quem quer que ele dá-lo aos que devem possuir em segurança para sempre, e não suceda rei, a qualquer tempo, deve presumir a revisão da causa, ou deve interferir, de qualquer forma, com esta frase. Mas, como muitos são encontrados, que, tendo sido implicados nestas, e em projetos ímpios semelhantes, e que fraudulentamente transferido seus bens para a Igreja, ou para as suas esposas, ou para os seus filhos e amigos, ou para outras pessoas, ou têm secretamente. Encaminhados a dita propriedade de países estrangeiros, a fim de que eles possam reclamar a dita propriedade, e procura a sua posse posteriormente, quando, na realidade, nenhum desses bens tem sido alienado, e os documentos que atestem que a sua transferência é fraudulenta, falsas representações sob argumentos cuja aparência da verdade, e por isso devemos extirpar pelo decreto da presente lei este miserabilíssimo argumento, de fraude, de modo a que, sempre que documentos forem elaborados com uma manifesta intenção de enganar ou ludibriar, todos os bens detidos por uma pessoa que tenha sido condenada por tais práticas criminosas devem ser apreendidos para a utilização do tesouro real, e que é declarado que todos os bens acima mencionados devem ser postas à disposição do rei, e ele deve fazer a seguir com ele qualquer que seja o seu julgamento dita, mas que outras disposições respeitantes a uma fraude desta descrição estão contidas em outras disposições legais são confirmadas em toda a sua força. Todas as pessoas a quem foi concedido perdão por anteriores reis são expressamente isentos das sanções do presente decreto, e se, por motivos de humanidade, o rei deveria querer colocar alguma coisa sobre um criminoso, ele não deve ser tomada a partir da propriedade pertencente a o pecador, mas que deve ser obtido a partir de outras fontes tais como, pode agradar ao rei, e ela deve ser legal só para ele dar uma conta igual à vigésima parte da herança dos criminosos.